Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Régia Maria Prado Pinto

Trabalho e população em situação de rua: uma análise à luz da questão social no Ceará

Rio de Janeiro
2020

Régia Maria Prado Pinto

Trabalho e população em situação de rua: uma análise à luz da questão social no Ceará

Tese apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Políticas Sociais.

Orientadora: Profª. Drª. Valeria Lucília Forti

Rio de Janeiro
2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

P659 Pinto, Régia Maria Prado.
Trabalho e população em situação de rua: uma análise à luz da questão social no Ceará/ Régia Maria Prado Pinto. – 2020.
304 f.

Orientadora: Valeria Lucília Forti
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social.

1. Serviço Social – Teses. 2. Pessoas desabrigadas – Teses. 3. Capitalismo– Teses. 4. Trabalho – Teses. I. Forti, Valeria Lucília. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 364(813.1)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Régia Maria Prado Pinto

Trabalho e população em situação de rua:
uma análise à luz da questão social no Ceará

Tese apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Políticas Sociais.

Aprovada em 15 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

_____
Profa. Dra. Valeria Lucília Forti (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social – UERJ

_____
Profª. Drª. Valéria Pereira Bastos
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

_____
Profª. Drª. Vania Morales Sierra
Faculdade de Serviço Social – UERJ

_____
Prof. Dr. Renato dos Santos Veloso
Faculdade de Serviço Social – UERJ

_____
Profª. Drª. Tatiana Dahmer Pereira
Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro
2020

DEDICATÓRIA

“Nós, da rua, devemos buscar os nossos objetivos. Não esquecer do nosso compromisso. Não podemos deixar de regar nossos sonhos.”

Pinto, Diário de Campo, 2019

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e ao meu pai (*in memoriam*), por tudo que sou e conquistei na minha vida. Os principais apoiadores das minhas escolhas. A vocês, minha eterna gratidão e profunda admiração.

Aos meus irmãos e irmãs, especialmente Cláudia Prado e Aparecida Prado, pelo incentivo e amor incondicional. Parafraseando Cecília Meireles, aprendemos com as primaveras a nos deixar cortar e voltar sempre inteiras.

Às sobrinhas, Marília Prado, Mariana Prado e Letícia Prado, e ao sobrinho, Ítalo Prado, pelos risos e brincadeiras de vocês, que tornam a vida mais leve.

Ao Delano Klinger, pelo incentivo, apoio, companheirismo e sugestões durante todo o meu processo de estudos no mestrado e agora, no doutorado.

Ao meu cunhado, Beethoven Carneiro Gondim, pelos debates, leituras da tese, observações e muito aprendizado.

À minha orientadora, a professora doutora Valeria Lucília Forti, que apontou os melhores caminhos, dando estímulos, críticas e sugestões, solidariedade e afetividade na construção desta tese.

Aos/Às professores/as e funcionários/as do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pela dedicação e contribuições no pensamento crítico.

Aos/Às amigos/as da turma de doutorado, pela cumplicidade, afetividade e muito aprendizado, especialmente ao Júlio Monerat, à Marcela Reis e à Maria Gorete, pelos constantes debates em salas e fora dos muros da universidade. Em especial, à amiga Raylene Fonseca, presente do doutorado. “A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida” (Vinícius de Moraes).

Aos representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Ceará (MNPR/CE) e aos/às militantes do Fórum da Rua, pela receptividade calorosa e por acreditar que a luta pela dignidade humana se faz todo dia. Obrigada!

Aos/Às amigos/as Erlenia Sobral, Dani Alves, Alexandre (Souza Puro), Luciene Guimarães, Roberta Menezes, Irene Jucá, Juliana Grangeiro, Lenilúcia Gomes, Marylúcia Mesquita (*in memoriam*), Aryane Teófilo e tantos/as outros/as. Nessa vida, sempre “[...] cerque-se de pessoas que te fazem feliz. Pessoas que te fazem rir […]. Eles são os que valem a pena manter em sua vida. Todo mundo está apenas passando” (Karl Marx).

Às queridas Mabel Sousa e Jana Bilate, pela solidariedade, amizade e aconchego da casa de vocês. “Casa com vida é aquela em que a gente entra e se sente bem-vinda” (Carlos Drummond de Andrade).

Às companheiras da gestão: “é de batalhas que se vive a vida”. “O presente é tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas” (Carlos Drummond de Andrade).

Aos/Às companheiros/as de trabalho do Instituto Doutor José Frota e de Maracanaú, pelo carinho, afetividade e aprendizado constantes.

À UERJ, por uma universidade pública, gratuita, democrática e comprometida com a liberdade de expressão, a ciência e a pluralidade de pensamento.

Aos/Às amigos/as que estão perto ou longe, com quem aprendo todos os dias, os/as quais compartilham comigo o sonho de uma sociedade de homens e mulheres livres. “A utopia é urgente. Entre flores de urânio é permitido sonhar” (Affonso Romano de Sant’Anna).

Às equipes do Centros de Referência para a População em Situação de Rua (Centro Pop) de Fortaleza e de Caucaia e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Maracanaú (Creas), especialmente aos/às coordenadores/as Elias Figueiredo, Sílvia Helena e Cristiane Silveira, pelo apoio e confiança.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). pelo apoio financeiro.

Quero a utopia, quero tudo e mais / Quero a felicidade dos olhos de um pai / Quero a alegria muita gente feliz / Quero que a justiça reine em meu país / Quero a liberdade, quero o vinho e o pão / Quero ser amizade, quero amor, prazer / Quero nossa cidade sempre ensolarada / Os meninos e o povo no poder, eu quero ver / São José da Costa Rica, coração civil / Me inspire no meu sonho de amor Brasil / Se o poeta é o que sonha o que vai ser real / Bom sonhar coisas boas que o homem faz / E esperar pelos frutos no quintal / Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder? / Viva a preguiça, viva a malícia que só a gente é que sabe ter / Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida / Eu quero viver bem melhor / Doido para ver meu sonho teimoso, um dia se realizar.

Milton Nascimento

RESUMO

PINTO, Régia Maria Prado. *Trabalho e população em situação de rua: uma análise à luz da questão social no Ceará*. 2020. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta tese tem como objeto de estudo as manifestações e as condições do trabalho da população em situação de rua nos espaços urbanos das cidades de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, pertencentes à Região Metropolitana de Fortaleza. Cidades fronteiriças e importantes do ponto de vista econômico, social, histórico e político para o estado do Ceará. O crescimento econômico e o processo de urbanização dessas cidades tiveram como pilares os interesses da acumulação de capital no contexto da inserção do Ceará no capitalismo internacional. Nesse sentido, as três cidades tiveram como marca indelével as desigualdades sociais advindas das relações desiguais entre o capital e o trabalho, em que a população em situação de rua surge como uma das expressões da *questão social* resultantes do desemprego e do trabalho informal, marcas estruturantes do mercado de trabalho brasileiro. Mesmo que aqui haja um estudo localizado, indubitavelmente, possibilita-nos identificar tendências para a compreensão que o fenômeno abordado, apesar de suas particularidades, atravessa toda a sociedade brasileira. Diante disso, parte-se do pressuposto de que o desemprego e o trabalho precarizado e informal estão entre os principais determinantes na (re)produção do fenômeno social população em situação de rua. Com esse norte, construiu-se um percurso teórico-metodológico de estudos bibliográficos e entrevistas realizadas junto aos/às usuários/as do serviço especializado para a população em situação de rua, ofertado pelos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua das cidades de Fortaleza e Caucaia e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Maracanaú. O campo da nossa pesquisa desvelou que a população em situação de rua é formada por trabalhadores/as extremamente precarizados/as e sem direito à proteção trabalhista e previdenciária, a exemplo das atividades de: flanelinhas, artesãos/ãs, catadores/as de materiais recicláveis e pequenos bicos. Por meio dos relatos, mergulhou-se no cotidiano desses/as trabalhadores/as. Para dar conta da exposição da pesquisa, estruturaram-se os capítulos na perspectiva de inserir o objeto de estudo na formação socioeconômica do Ceará no cenário do capitalismo dependente e desigual brasileiro, que tem como marca profunda séculos de escravidão da força de trabalho negra.

Palavras-chave: População em situação de rua. Capitalismo. Trabalho. Questão social.

ABSTRACT

PINTO, Régia Maria Prado. *Homeless Work and Population*: An Analysis Based on the Social Question in Ceará. 2020. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This thesis has as its object of study the manifestations and the work characteristics of the homeless population in the urban spaces of the cities of Fortaleza, Maracanaú and Caucaia, belonging to the Metropolitan Region of Fortaleza. Border and important cities from an economic, social, historical and political point of view for the state of Ceará. Economic growth and the urbanization process of these cities are based on the interests of capital accumulation in the context of Ceará's insertion in international capitalism. In this sense, the three cities had as an indelible mark the social inequalities arising from the unequal relations between capital and work, in which the homeless population emerges as one of the expressions of the social issue, resulting from unemployment and informal work that are structuring brands in the Brazilian labor market. Even though there is a localized study, undoubtedly, it allows us to identify trends for the understanding that the phenomenon addressed, despite its particularities, crosses all Brazilian society. Therefore, we start from the assumption that unemployment and precarious and informal work are one of the main determinants in the (re) production of the social phenomenon of the homeless population. Thus, this thesis aims to investigate the manifestations and forms of work of the homeless population in urban spaces in Fortaleza, Maracanaú and Caucaia. With this north, we built a theoretical-methodological path of bibliographic studies and interviews carried out with the users of the specialized service for the homeless population, offered by the cities mentioned. The research field revealed that the homeless population is made up of extremely precarious workers in conditions and without the right to labor and social security protection, an example of activities such as: flannels, artisans, waste pickers, solid residues and small nozzles, which, through the reports, we dive into the daily lives of these workers. To account for the research exposure, we structured the chapters in the perspective of inserting the object of study in the socioeconomic formation of Ceará in the scenario of dependent and unequal Brazilian capitalism that has as its profound mark centuries of slavery by the black labor force.

Keywords: Homeless population. Capitalism. Work. Social question.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Entre praças, ruas e calçadas – Fortaleza.....23
Quadro 1 – Caracterização dos atores da pesquisa.....30
Quadro 2 – Frequência dos contatos com a família.....45
Figura 2 – Mapa da RMF.....146
Figura 3 – População em situação de rua e a catação.....183
Figura 4 – Flanelinhas e vigia de carros em uma praça de Maracanaú.....205
Figura 5 – Carroças nas ruas.....210
Figura 6 – Artesanato (nas) das ruas.....221
Figura 7 – Em trânsito.....229
Figura 8 – Somos o que para a sociedade?.....301
Figura 9 – Na rua, ninguém dorme.....302
Figura 10 – O lixo e os direitos: é possível?.....303
Figura 11 – Sobre envelhecer nas ruas.....304

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BEC	Banco do Estado do Ceará
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
Cadúnico	Cadastro Único
Caps	Centro de Atenção Psicossocial
Caps AD	Centro De atenção Psicossocial em Álcool e Droga
Ceasa	Central de Abastecimento do Ceará S/A
Cemaris	Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social
Cempre	Compromisso Empresarial para Reciclagem
Censo Suas	Censo do Sistema Único de Assistência Social
Centros Pop	Centros de Referência para a População em Situação de Rua
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
Cepop	Comitê Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua
Ciamp-Rua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da PNPR
CIC	Centro Industrial do Ceará
CIPP	Complexo Industrial Portuário do Pecém
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Conferência Nacional da Indústria
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
Covid-19	Coronavírus
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
Creas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
d.C.	Depois de Cristo

DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
DRU	Desvinculação de Receitas da União
Ebserh	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EC	Emenda Constitucional
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Fundação Perseu Abramo
FSE	Fundo Social de Emergência
Funai	Fundação Nacional do Índio
GDE	Guardiões do Estado
IAPS	Instituto de Assistência e Proteção Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibope	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Infoben	Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional
IJF	Instituto Doutor José Frota
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPC	Instituto Povo Cigano do Brasil
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
Labomar	Laboratório do Mar
LGBT	Lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros
Loas	Lei Orgânica da Assistência Social
Mare	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MC	Ministério da Cidadania
MDB	Movimento Democrático Brasileiro

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
Morhan	Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
MPE	Ministério Público do Estado
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
Nasf	Núcleo de Apoio Saúde da Família
NOB	Norma Operacional Básica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
Paic	Programa Alfabetização na Idade Certa
PBF	Programa Bolsa Família
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
Peti	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
Plameg	Plano de Metas de Governo
Planapir	Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
Profª. Drª.	Professora Doutora
Pros	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSE	Proteção Social Especial
PSL	Partido Social Liberal

PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RMA	Relatório Mensal de Atendimento
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social Federal
Sagi	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Salte	Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
Sasc	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senarc	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
Setra	Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome de Fortaleza
Sinan	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
Sine	Sistema Nacional de Emprego
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SPM	Serviço da Pastoral dos Migrantes
Suas	Sistema Único de Assistência Social
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UDN	União Democrática Nacional
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....18
1 **O TRAÇADO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA**.....24
1.1 **Passo a passo da pesquisa**.....24
1.1.1 Nas ruas, praças e calçadas: caracterização dos/as participantes da pesquisa.....28
1.1.2 Vínculos familiares.....43
1.1.3 Vidas das(nas) ruas: construção de formas de sociabilidades.....47
1.1.4 Tempo de permanência nas ruas.....48
2 **FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BRASIL NO CONTEXTO DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL MUNDIALIZADO**.....51
2.1 **Formação socioeconômica brasileira no contexto de acumulação do capital na fase do capitalismo imperialista**.....52
2.2 **A urbanização e a industrialização brasileira: elementos fundantes das expressões da *questão social***.....64
2.3 **A agenda neoliberal no Brasil e os impactos nas expressões da *questão social***.....92
3 **O CEARÁ NO CONTEXTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE: DESIGUALDADES SOCIAIS E O FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**.....114
3.1 **A inserção do Ceará no capitalismo dependente brasileiro: a seca, a pobreza e o fenômeno população em situação de rua**.....115
3.2 **O ápice da industrialização nos "Governos das Mudanças": agenda neoliberal no Ceará**.....128
3.2.1 Campo da pesquisa: palco das desigualdades.....145
3.2.1.1 Fortaleza: Terra da Luz.....151
3.2.1.2 Maracanaú: onde cantam as maracanãs.....163
3.2.1.3 Caucaia: mato queimado.....175
4 **FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA QUESTÃO SOCIAL: CAPITAL x TRABALHO**.....184
4.1 **De casa para as ruas: "Ninguém escolhe morar nas ruas por opção. Você é obrigado vim para a rua. A falta de um emprego"** 184
4.2 **A (re)produção do fenômeno população em situação de rua e o mundo do trabalho: elementos fundantes**.....193
4.3 **"Nós trabalhamos": trabalho precarizado e informal**.....202

4.3.1 Flanelinhas e vigias de carros.....204
4.3.2 Catadores/as nas ruas.....209
4.3.3 O artesanato e as ruas.....221
4.4 **População em situação de rua: supérfluos, descartáveis e sobrantes?**.....224
4.5 **Trabalho, percursos urbanos e mobilidade**.....228
4.6 **Acesso ao trabalho: "Falta de documento é a primeira dificuldade"**.....232
4.7 **Transitando pelas políticas sociais: "Não queremos caridade, queremos direitos"**.....236
4.7.1 Política Nacional para a População em Situação de Rua: processo em (des)construção.....247
4.8 **"Nossa bandeira de luta é moradia e trabalho, trabalho e moradia. A luta é muito árdua, mas a organização é a única saída"**.....253
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CAMINHO DE VOLTA!.....265
REFERÊNCIAS.....284
APÊNDICE A – Vidas das(nas) ruas.....301
APÊNDICE B – Termos de consentimentos.....305

INTRODUÇÃO

> Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência.
>
> *Karl Marx*

O processo de uma pesquisa é extremamente desafiador. É um percurso que nos exige muita coragem e determinação diante de inúmeros desafios postos em todo o processo, contudo é apaixonante. Com esse espírito, apresentamos a presente tese, que tem como objeto de estudo as manifestações e as condições de trabalho da população em situação de rua que utiliza os Centros de Referência para a População em Situação de Rua (Centros Pop)[1] de Fortaleza e Caucaia e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Maracanaú.[2]

As primeiras inquietações que incitaram o interesse pelo fenômeno social população em situação de rua estão relacionadas à atuação profissional da pesquisadora como coordenadora do Centro Pop de Maracanaú, cidade pertencente à Região Metropolitana de Fortaleza (RMF),[3] no Ceará, entre os anos de 2012 e 2016. Essa experiência também subsidiou a dissertação de mestrado, em 2015, que teve o intuito de pesquisar as violações dos direitos vivenciadas por homens e mulheres em situação de rua atendidos/as pelo Centro Pop de Maracanaú. Dentre as inúmeras violações dos direitos, relataram o frio, a fome, a violência, o medo, o calor, o desemprego, os problemas de saúde, a solidão, o preconceito, a discriminação, a intolerância, a indiferença, as violências física, moral e psicológica, bem como inúmeras barreiras encontradas no acesso às

---

[1] O Centro Pop é previsto no Decreto nº 7.053/2009 (Política Nacional para a População em Situação de Rua) e na Resolução nº 109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais). É uma unidade pública e estatal de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, com o objetivo de ofertar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e o Serviço de Abordagem Social, que devem integrar-se às demais ações da Política de Assistência Social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas – saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional –, de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida com respeito à autonomia.

[2] Nessa cidade, o Centro Pop foi fechado em 2019, sendo então passado o atendimento à população em situação de rua para o CREAS. Em julho de 2020, o Centro Pop de Maracanaú foi reaberto. O município implantou em junho de 2020 o Projeto Portas Abertas, com o intuito de desenvolver ações junto à população em situação de rua no contexto da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), conforme a Portaria nº 69, de 14 de maio de 2020, da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania.

[3] As cidades que formam a RMF são: Maracanaú, Fortaleza Caucaia, Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi.

políticas de saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional, trabalho e renda, lazer e cultura, educação e outras.

A pesquisa de mestrado nos apontou ainda que o desemprego e o trabalho precarizado e informal surgiram como os principais motivos para que os/as entrevistados/as passassem a ter as ruas como espaços de moradia e sustento, bem como para a sua permanência, revelando-nos, assim, a necessidade de pesquisas mais profundas acerca das manifestações e das condições de trabalho da população em situação de rua, o que nos inspirou o desejo de aprofundar estudos com a temática em tela neste programa doutoral.

O objeto em estudo nos chama a atenção também por constatarmos o aumento de pessoas em situação de rua à medida que se ampliam o desemprego e o trabalho informal, principalmente nos grandes centros urbanos, sob uma suposta (in)visibilidade da sociedade e do poder público nos últimos anos. O primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua,[4] publicado em 2009 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS),[3] identificou 31.922 adultos residentes em ruas, calçadas, praças, cemitérios, rodovias, parques, viadutos, terrenos baldios, postos de gasolina, carros abandonados, pontos de ônibus, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, alambrados de comércio, becos, lixões, ferros-velhos, ou pernoitando em instituições – albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio, igrejas, dentre outros lugares.

Após esse primeiro Censo Nacional, não foi realizada outra pesquisa com essa magnitude. Em um outro estudo, realizado em 2016 pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), a partir de dados disponibilizados por 1.924 municípios via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas),[5] mostrou-se uma estimativa de um pouco mais de 220 mil pessoas, sendo 83% em

---

[4] O primeiro Censo e Pesquisa Nacional para a População em Situação de Rua foi realizado pelo MDS entre outubro de 2007 e janeiro de 2008 em 71 municípios brasileiros, com o objetivo de identificar a estimativa de pessoas adultas em situação de rua no Brasil, bem como realizar a caracterização, a fim de subsidiar a implementação e/ou o redimensionamento de políticas públicas voltadas para esse grupo populacional. Entre as capitais, não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, pois esses municípios tinham realizado pesquisas semelhantes em anos anteriores, nem Porto Alegre, porque realizou um estudo simultaneamente ao contratado pelo MDS. Em Belo Horizonte, foram identificados 916 e, em Recife, 888 adultos em situação de rua. Já em Porto Alegre, tal contingente equiparou-se a 0,061% da população das cidades selecionadas. O estudo contemplou as pessoas com ou acima de 18 anos completos e que aderiram à pesquisa de forma voluntária (CUNHA; RODRIGUES, 2009).

[5] O Censo Suas é um questionário eletrônico preenchido pelo órgão gestor dos estados e municípios anualmente sob a supervisão da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, com a finalidade de coletar informações sobre os serviços, programas e projetos no âmbito da assistência social prestados à população usuária, bem como acerca dos conselhos de participação e controle social. Ver mais sobre essa temática em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas. Acesso em: 10 out. 2020.

municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. De acordo com o Relatório de Informações Sociais[6] da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania[7] (Sagi/MC), o total de famílias em situação de rua cadastradas no Cadastro Único (Cadúnico)[8] é de 144.485, sendo que 105.824 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) – dados de maio de 2020.

Estudos realizados pelas prefeituras de algumas capitais do país demonstram o aumento da população em situação de rua nos espaços urbanos. Na maior cidade da América Latina, São Paulo, a prefeitura divulgou o resultado do Censo da População em Situação de Rua em 2019, que identificou cerca de 24.344 pessoas em situação de rua somente. Destas, 11.693 estão acolhidas e 12.651 estão em diversos espaços públicos na capital. Em Brasília, há cerca de quatro mil pessoas em situação de rua, principalmente nos arredores da Rodoviária do Plano Piloto e Setor Comercial Sul, conforme dados do Centro Pop do Distrito Federal em 2015. Na cidade do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos identificou 14.279 pessoas em situação de rua nas abordagens sociais em seu último levantamento, em 2016. Já em Recife, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) alerta que existiam mais de três mil pessoas em situação de rua nos espaços públicos da capital em 2017. Na Bahia, o Ministério Público do Estado (MPE) publicou um levantamento de 2017 que registrou cerca de 22 mil pessoas vivendo nas ruas da capital baiana.

---

[6] O Relatório de Informações Sociais contém dados sobre o PBF, ações e serviços de assistência social, segurança alimentar e nutricional e inclusão produtiva pelo Ministério da Cidadania no Distrito Federal, estados e municípios. Por meio dessa ferramenta, os/as cidadãos/ãs acessam relatórios customizados, de acordo com suas necessidades ou preferências. As informações abrangem a atuação do MDS em âmbito nacional, estadual e municipal.

[7] A Sagi foi criada em 2004, inserida na estrutura organizacional do MDS, atual MC, com o objetivo de desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento das políticas e programas referentes ao desenvolvimento social e combate à fome; elaborar, propor, coordenar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome; promover a gestão do conhecimento, o diálogo de políticas e a cooperação técnica em gestão pública de forma articulada com órgãos, entidades, poderes e esferas federativas. Desde 2019, a Sagi passou a monitorar também a base de dados de políticas sociais para a população de baixa renda, como o Cadúnico, para os Programas Sociais de Transferência de Renda do Governo Federal.

[8] O Cadúnico é um conjunto de informações sobre as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza usado pelo Governo Federal e pelos estados e municípios para a implantação de políticas públicas. O Cadúnico possui famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa ou que ganham até três salários mínimos mensais por família. Tem ainda como objetivo selecionar e incluir famílias nos programas e benefícios sociais, como o PBF, Programa Minha Casa Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, e conceder-lhes isenção de taxas em concursos públicos e outros.

No Ceará, por meio do Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social (Cemaris),[9] publicado em 2018 pela Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do estado, baseado nas informações do Relatório Mensal de Atendimento (RMA) dos Centros Pop, foram notificadas 2.535 pessoas em situação de rua em 66 municípios de um total de 184 municípios cearenses em 2017. Entre as notificações, 1.055 foram em Fortaleza, 326 foram em Maracanaú e 168 foram em Caucaia. No Cemaris de 2019, 59 municípios registraram 1.738 pessoas em situação de rua em 2018, sendo que os maiores índices ocorreram nos municípios de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia.

Em face do aumento de pessoas em situação de rua, compreendemos que o aprofundamento do desemprego e do trabalho informal têm reverberado nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, redundando na ampliação das expressões das desigualdades sociais, a exemplo do fenômeno população em situação de rua, principalmente nos grandes centros urbanos. Esse fato tem nos motivado a realizar estudos em torno da relação entre o trabalho e a população em situação de rua inserida no contexto das multideterminações sócio-históricas da sociedade capitalista. Sobre isso, cabe citarmos Marx (2007, p. 30): “[...]. Não vê que o mundo sensível em seu redor não é objeto dado diretamente para toda a eternidade [...], isto é, um produto histórico […]”.

O interesse na temática em estudo se dá também pela inserção do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)[10] em pautar suas reivindicações nas agendas governamentais, principalmente com a aprovação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), mediante o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a PNPR e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da PNPR (Ciamp-Rua). A aprovação da PNPR deu início ao processo de superação do caráter de filantropia e caridade que historicamente tem marcado o atendimento à população em situação de rua. Além disso, a escolha do objeto de pesquisa em questão é resultado também da participação da pesquisadora como militante desde 2012 do Fórum da

[9] É um sistema *web* desenvolvido para elaborar o Censo e Mapa de Riscos Sociais do estado do Ceará, o qual tem como objetivo coletar informação sobre os riscos sociais ocorridos e notificados pelos municípios para nortear a implantação de serviços regionalizados no âmbito da assistência social.

[10] O MNPR surgiu como uma forma de protesto da população em situação de rua e entidades frente ao episódio da Chacina da Sé, em São Paulo, em 19 de agosto de 2004, no qual 15 adultos em situação de rua foram agredidos, 15 morreram e oito ficaram feridos. Os responsáveis até hoje não foram a julgamento. Como forma de lembrar e protestar, 19 de agosto passou a ser considerado o dia em defesa dos direitos da população em situação de rua.

Rua, por acreditar que é um espaço legítimo e imprescindível de debate e organização política da população em situação de rua.

Posto isso, algumas indagações nos interpelam em relação ao objeto de estudo desta pesquisa, a saber: em que medida o aprofundamento do desemprego e do trabalho precarizado implica o aumento da população em situação de rua? Quais as ocupações e as condições do trabalho da população em situação de rua? Quais as violações dos direitos vivenciadas pela população em situação de rua no acesso ao trabalho e renda? Qual a relação vivida por essa população com o mundo do trabalho anterior à situação de rua? Que outras estratégias de acesso à renda essa população possui? Quais as principais barreiras no acesso ao trabalho e renda pela população em situação de rua? Quais os limites e as possibilidades das políticas sociais de geração de emprego e renda no cotidiano da população em situação de rua? A população em situação de rua é mobilizada e organizada pelo direito ao trabalho com proteção social? Para se debruçar sobre essas questões, esta Tese encontra-se dividida em cinco capítulos além desta Introdução.

O primeiro capítulo, *O traçado teórico-metodológico da pesquisa*, pretende discorrer sobre o caminho da pesquisa acerca do fenômeno em estudo inserido na totalidade das desigualdades sociais produzidas no contexto das contradições materiais e históricas da sociedade capitalista.

O segundo capítulo, denominado *A formação socioeconômica brasileira no contexto da reprodução do capital mundializado*, trata do processo de formação do capitalismo no Brasil inserto no contexto mundializado e imperialista nos anos do século XIX e princípios do século XX, em que os países de capitalismo avançado, como Inglaterra e Estados Unidos da América (EUA), estabeleceram uma relação de dominação e exploração da América Latina, a exemplo do Brasil.

O terceiro capítulo, intitulado *Ceará no contexto do capitalismo dependente: as desigualdades sociais e o fenômeno população em situação de rua*, tem como objetivo analisar o surgimento do fenômeno em estudo gestado nas contradições sociais da inserção do Ceará no capitalismo nacional e internacional e os impactos dos efeitos da seca.

O último capítulo, *Fenômeno população em situação de rua à luz da questão social: capital X trabalho*, tem como propósito analisar as manifestações e as formas de trabalho a partir dos dados empíricos coletados nas entrevistas e no nosso diário de campo.

As *Considerações finais: o caminho de volta!* elencam as principais questões tratadas no percurso da tese com o propósito de apontar sínteses e provocações

concernentes às manifestações e às condições de trabalho da população em situação de rua como uma das expressões da *questão social* inerentes à relação entre o eixo capital e trabalho no modo de produção capitalista. Ainda pretendemos fazer o caminho de volta, nos termos de Marx, para reafirmarmos que a população em situação de rua trabalha, diferentemente das representações da sociedade e do poder público, que, na sua maioria, apontam que esses grupos são formados por pessoas que não trabalham, compostos por “vagabundos/as”, “preguiçosos/as” ou “*drogaditos/as*”.

Figura 1 – Entre praças, ruas e calçadas – Fortaleza

Fonte: A AUTORA, 2020.

1 O TRAÇADO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo, pretendemos expor o percurso teórico-metodológico realizado por esta investigação à luz da Teoria Social Crítica, por nos permitir apreender o fenômeno população em situação de rua inserido na totalidade das desigualdades sociais produzidas no contexto das contradições materiais e históricas da sociedade capitalista. Assim, permite-nos investigar o objeto em estudo inserido nas múltiplas determinações da sociedade capitalista, como uma das expressões da *questão social* resultantes da relação entre o capital e o trabalho. Para tanto, optamos por um caminho que articulasse a leitura de um leque de bibliografia, as consultas às legislações e a pesquisa empírica para chegarmos aos resultados analíticos sobre a relação entre trabalho e população em situação de rua. Optamos por dividir este capítulo em tópicos, por questões metodológicas, mas apreendemos o fenômeno em estudo inserto na realidade dinâmica e complexa que é a sociedade capitalista.

1.1 Passo a passo da pesquisa

> […]. As passagens, as coragens. São sementes espalhadas nesse chão. De Juvenais e de Raimundos. Tantos Júlios de Santana. Dessa crença num enorme coração.
>
> *Gonzaguinha*

O caminho percorrido nesta investigação nos possibilitou mergulhar nas manifestações e nas condições de trabalho da população em situação de rua nos espaços urbanos de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia.[11] As narrativas, em muitos momentos, deixaram-nos "[...] à flor da pele, [...] um barco sem porto, sem rumo, sem vela" (BALEIRO, 2014). Diante disso, a pesquisa ora apresentada nos impulsionou a ter uma postura de muito compromisso e rigor científico, com o objetivo de cumprir a finalidade deste estudo.

Nesse sentido, mergulhamos na análise crítica da sociedade capitalista, considerando suas complexidades, dinamicidades e contradições. "Descobrir esses diversos aspectos, portanto, [...] é um ato histórico" (MARX, 2013, p. 113). Assim,

[11] Essas cidades formam a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), juntamente com os municípios de Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi.

trilhamos um percurso a partir das categorias: “**população em situação de rua**”, “**capitalismo**”, “**questão social**”, “**trabalho**” e “**espaços urbanos**”. Tais categorias são tratadas de forma transversal, como construções sócio-históricas no decorrer dos capítulos da tese. O caminho é compreendê-las à luz de um leque de referências bibliográficas, apropriando-se de diversos estudiosos/as, principalmente do campo marxista.

Seguindo essa lógica, o primeiro passo deu-se com a realização de uma revisão das referências bibliográficas, a partir do acúmulo das leituras realizadas durante o mestrado, agregando novas indicações de leituras no decorrer das disciplinas do doutorado e no percurso da orientação. Além disso, analisamos um acervo de dissertações de mestrado e teses de doutorado que abordam a temática em tela, alocadas nas páginas eletrônicas de universidades brasileiras, pesquisas governamentais e não governamentais e matérias veiculadas nos meios de comunicação, mídias sociais e digitais.

No curso desta tese, revisamos também legislações que versam sobre os direitos da população em situação de rua, como: a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e fornece outras providências; a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, por meio da qual passou a constar, na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a oferta de serviço especializado para a população em situação de rua no âmbito da Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade, inserta na Política de Assistência Social; o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) bem como o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da PNPR (Ciamp-Rua); a Instrução Operacional Conjunta pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) e pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)/MDS nº 07, de 22 de novembro de 2010, cujo teor é composto por orientações aos municípios e ao Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único (Cadúnico); e o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e estabeleceu novas diretrizes, regras e limitações de autonomia e funcionamento de conselhos de políticas públicas, colegiados e comissões da administração pública federal, a exemplo do Ciamp-Rua.

No tocante à pesquisa empírica desta tese, realizamos as entrevistas por meio da aplicação de três tipos de roteiros de entrevistas: o primeiro foi realizado junto à população adulta em situação de rua atendida pelos Centros de Referência para a População em Situação de Rua (Centros Pop) de Fortaleza, Maracanaú e

Caucaia; o segundo realizado junto a um dos representantes do MNPR do Ceará; e o terceiro aplicado com os/as coordenadores/as dos Centros Pop de Fortaleza e Caucaia e com a coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Maracanaú. Os roteiros contaram com perguntas abertas e fechadas.

O roteiro 1 é formado por dois eixos estruturantes, comuns a todos/as os/as participantes. O primeiro forneceu subsídios para a caracterização dos/as entrevistados/as, como: idade, sexo, cor, naturalidade, perfil socioeconômico, motivos que levaram à situação de rua e tempo de permanência nas ruas. O segundo apreciou indagações relacionadas às manifestações e às condições de trabalho nos espaços urbanos das cidades. O roteiro 2 trata da organização do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Ceará (MNPR/CE) e do Fórum da Rua em prol das suas reivindicações, principalmente ao acesso ao trabalho e à geração de emprego e renda; bem como as dificuldades, avanços e os desafios no atual cenário brasileiro. O roteiro 3 aborda apenas perguntas sobre os serviços ofertados à população em situação de rua pelos Centros Pop de Fortaleza e Caucaia e pelo Creas de Maracanaú juntos aos/as coordenadores/as destas unidades de atendimento.

Tendo em vista a adesão à pesquisa, realizamos uma apresentação coletiva nas sedes dos Centros Pop de Fortaleza e Caucaia e no Creas de Maracanaú com o intuito de explicitar a justificativa, os objetivos e a metodologia da pesquisa em questão em uma reunião marcada para esse fim, sob a anuência dos/as responsáveis pelas unidades. Na oportunidade, alguns/mas participantes realizaram perguntas e comentários, demonstrando interesse e disponibilidade em aderirem à pesquisa, bem como atribuindo uma importância ao estudo por possibilitar uma maior visibilidade à realidade da população em situação de rua, conforme os registros do Diário de Campo: “*É uma forma de valorizar a população em situação de rua*” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019); “*Quero mostrar que eu estou na rua não é porque quero*” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Em outro relato:

> É bom a gente falar da nossa história. Muitas pessoas veem a gente em situação de rua e não percebem que aquela pessoa tem uma história. Todas as pessoas em situação de rua têm uma história. Muitas histórias. Minha história não é diferente da de muitos que estão na rua. (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

No Centro Pop de Caucaia, embora os/as usuários/as tenham reconhecido a importância de pesquisas que abordem essa temática, eles/as foram mais resistentes à participação nas entrevistas, fato que respeitamos. Acreditamos que

a resistência se deve também ao pouco tempo do envolvimento da pesquisadora junto aos/às usuários/as do Centro Pop da cidade. Alguns relataram que já haviam tido contato com a pesquisadora ao utilizar, em algum momento das suas trajetórias, o Centro Pop de Maracanaú, fato esse que facilitou o elo com a pesquisadora, sendo possível a adesão às entrevistas.

Para esta tese, realizamos 28 entrevistas com usuários/as que aderiram à pesquisa de forma voluntária. Os/As entrevistados/as possuem acima de 18 anos, haja vista que o manual de orientações técnicas do Centro Pop determina que crianças e adolescentes em situação de rua poderão ser atendidos/as pelo serviço somente se acompanhados/as da família ou de um/a responsável.

As entrevistas duraram, em média, 30 minutos e foram gravadas em áudio, garantindo, assim, um maior detalhamento e fidedignidade à análise dos relatos, bem como o seu sigilo, sob a anuência dos/as participantes, mediante a leitura e assinatura da Declaração de Livre Consentimento.[12] Com o intuito de corrigir possíveis falhas na elaboração do roteiro de entrevista, realizamos duas "entrevistas testes", que foram incorporadas à análise dos dados. Vale o registro de que os relatos expostos no decorrer da tese mantêm os relatos originais dos/as participantes entrevistados/as.

No percurso da pesquisa, construímos também um diário de campo a partir das análises nas atividades organizadas pelo MNPR/CE e pelo Fórum da Rua, nos momentos de formação política; reuniões para discutir demandas e ações; audiências públicas; seminários; e ações nas praças. Cabe mencionar que trouxemos para esta tese apenas as reflexões mais relevantes pelos/as participantes dos espaços citados acima.

Tendo em vista a nossa formação profissional em Serviço Social, o estudo aqui apresentado é pautado nos princípios do Código de Ética da profissão de assistente social, inclusive no que concerne à alínea "i", artigo 2º, que garante a liberdade na realização de estudos e pesquisas, resguardando os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos. Tomando como referência também o artigo 5º, assumimos o compromisso com a socialização das informações colhidas nos estudos da pesquisa com os/as usuários/as, no sentido de contribuir para a reflexão coletiva e a mobilização em torno dos seus direitos sociais.

[12] Encontra-se nos apêndices.

1.1.1 Nas ruas, praças e calçadas: caracterização dos/as participantes da pesquisa

> Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! […].
>
> *João do Rio*

Esta seção traz a caracterização dos/as participantes da nossa pesquisa a partir das seguintes variáveis: grau de escolaridade, sexo, cor, faixa etária, vínculos familiares e comunitários e tempo de permanência nas ruas. Cabe mencionar que a caracterização construída não representa o contingente populacional em situação de rua, contudo segue as tendências de outros estudos realizados.

A caracterização dos/as sujeitos foi obtida a partir das entrevistas realizadas com os/as participantes da pesquisa e os registros no nosso diário de campo. Ainda tomamos como referência dados de levantamentos, pesquisas e relatórios elaborados por órgãos governamentais e não governamentais das três esferas de governo, em especial das cidades que compõem o nosso campo da pesquisa.

Na discussão sobre a caracterização, não podemos prescindir do debate em torno do conceito de “população em situação de rua”. É pertinente pontuar que existem diversos conceitos ou expressões ao se referir a esse contingente populacional. Identificamos “moradores de rua”, “povo da rua”, “população de rua” e outros. No entanto, aqui optamos pela expressão “população em situação de rua”, tendo em vista que esse conceito é o defendido pelo MNPR e impresso no Decreto nº 7.053/2009. A PNPR assim define esse grupo:

> Um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009b).

Esse conceito mostra que a heterogeneidade é uma das principais características desse grupo populacional, à medida que é formado por indivíduos que possuem histórias de vida diversas, diferentes motivos de inserção nas ruas e tempo de permanência. Porém, têm em comum a pobreza extrema e vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Este termo expressa que a situação de rua não é uma condição permanente, conforme os/as entrevistados/as:

> *Na verdade, essa palavra 'em situação de rua' é bem aplicada, porque, de repente, a pessoa está na rua e, em outro momento, volta para o seio familiar. De repente, a pessoa volta para as ruas novamente. Qualquer momento, a realidade pode mudar* (TAPEBAS, 2019).

> *O termo 'moradores de rua' só contempla os homens. A cada dia aumenta o número de mulheres, idosos, idosas e crianças nas ruas. A população em situação de rua pode ser também uma condição temporária. E tem gente que mora só uma semana na rua* (LUIZ GONZAGA, 2019).

O primeiro Censo e Pesquisa Nacional/2009 revelou diferenças no perfil socioeconômico, grau de escolaridade, faixa etária, trabalho e acesso à renda, vínculos familiares e comunitários, histórias de vida diversas, tempo de permanência nas ruas e variadas formas de inserção nas ruas, dentre outras características. Estudiosos/as apontam que a heterogeneidade é uma das características mais marcantes da população em situação de rua. Escorel (1999) analisa que todas as pesquisas já realizadas revelam que não há um único perfil da população de rua, há perfis; não é um bloco homogêneo de pessoas, são populações.

A PNPR destaca três características comuns à população em situação de rua, tais como: vínculos familiares fragilizados ou interrompidos, pobreza extrema e inexistência de moradia convencional. Para Silva (2009), as pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia e sustento possuem características diversas em relação ao tempo de rua, às causas imediatas que as conduziram à situação de rua, às relações que estabelecem com o trabalho antes e após a situação de rua e ao perfil socioeconômico. Entretanto, existem condições ou características comuns que permitem identificá-las como um grupo populacional diferenciado, como a pobreza extrema, os vínculos familiares rompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional (SILVA, 2009). Nesta tese, o campo empírico revelou que os/as participantes possuem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou interrompidos e o uso de espaços públicos como moradia e sustento, bem como uso das unidades de acolhimento de forma temporária ou definitiva.

Além de incorporação da caracterização das variáveis: cor, idade, sexo, escolaridade, naturalidade, estado civil, relação com a família e tempo de permanência nas ruas, trouxemos as violações vivenciadas nas ruas e as redes de afetividade e de solidariedade nas ruas.

Com o intuito de garantir o anonimato dos/as entrevistados/as, atribuímos-lhes codinomes de ruas de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia que fazem referências e homenagens às mais diversas personalidades históricas e artísticas e às etnias

indígenas no estado do Ceará, como uma forma de valorização da nossa história e cultura. Essa proposta é motivada pelo fato de que identificamos, nas entrevistas e no diário de campo, poetas, poetisas, artistas, escritores/as, cantores/as e outras expressões artísticas da população em situação de rua. Segundo Luiz Gonzaga (2019), a "*A população em situação de rua é, acima de tudo, arte. A arte tá na vida da população em situação de rua*". Cabe alertar que os nomes das ruas atribuídos aos/às entrevistados/as não possuem nenhuma correlação com os espaços pelos quais costumeiramente transitam ou ficam, não sendo possível, assim, identificá-los/as por seus codinomes. O Quadro 1 mostra as variáveis idade, naturalidade, cor, estado civil e escolaridade.

Quadro 1 – Caracterização dos atores da pesquisa

	Nome	Idade	Naturalidade	Cor	Estado civil	Escolaridade
01	Rua Antônio Sales	50	Canindé	Pardo/a Indígena	Solteiro/a	Ens. Fund. Inc.
02	Rua Irapuã	58	Fortaleza	Branco/a	Solteiro/a	Ens. Fund. Inc.
03	Rua Praia de Iracema	49	Venezuela	Indígena	Casado/a	-
04	Rua Barbosa de Freitas	41	Fortaleza	Pardo/a	Solteiro/a	Ens. Fund. Inc.
05	Rua Castro Alves	27	Maracanaú	Preto/a	Solteiro/a	Ens. Médio Inc.
06	Rua Domingos Olímpio	48	Fortaleza	Pardo/a	Casado/a	Ens. Méd.Compl.
07	Rua Filgueiras Lima	35	Fortaleza	Preto/a	Solteiro/a	Ens. Méd. Inc.
08	Rua José de Alencar	56	Teresina	Pardo/a Cigano/a	Solteiro/a	Ens. Méd. Comp.
09	Rua Justiniano de Serpa	48	Canindé	Branco/a	Solteiro/a	Ens. Fund. Inc.
10	Rua Pedro Pereira	46	Fortaleza	Pardo/a	Divorciado/a	Ens. Fund. Inc.
11	Rua Oliveira Paiva	39	Fortaleza	Branco/a	Separado/a	Ens. Méd. Comp.
12	Rua Raimundo Girão	33	Belém/Pará	Pardo/a Indígena	Solteiro/a	Ens. Fund. Inc.
13	Rua Tapebas	43	Maracanaú	Indígena	Solteiro/a	Ens. Méd. Comp.
14	Rua Lauro Maia	49	Fortaleza	Preto/a	Solteiro/a	Nunca estudou
14	Rua Lauro Maia	49	Fortaleza	Preto/a	Solteiro/a	Nunca estudou
15	Rua Bezerra de Menezes	54	Fortaleza	Pardo/a	Solteiro/a	Ens. Fund. Comp.
16	Rua Ana Bilhar	49	Quixeramobim	Pardo/a	União estável	Ens. Méd. Inc.
17	Rua Lauro Maia	49	-	Pardo/a	União estável	Ens. Fund. Inc.
18	Rua Dragão do Mar	56	Itapiúna/Ceará	Pardo/a Indígena	Casado/a	-
19	Rua Luiz Gonzaga	47	Natal	Preto/a	União estável	Ens. Fund. Inc.
20	Rua Silva Jatahy	30	Aracati	Pardo/a	Solteiro/a	Ens. Fund. Inc.
21	Rua Juvenal Galeno	50	Tianguá	Preto/a	União estável	Nunca estudou
22	Rua Rachel de Queiroz	32	Pará	Branco/a	União estável	Ens. Fund. Inc.
23	Rua Patativa do Assaré	54	Fortaleza	Pardo/a	Solteiro/a	Ens. Fund. Inc.
24	Rua Cariris	59	Quixadá	Pardo/a	Viúvo/a	Não escolarizado
25	Rua Tremembés	33	São Paulo	Pardo/a	Solteiro/a	Ens. Médio completo

Quadro 1 – Caracterização dos atores da pesquisa

	Nome	Idade	Naturalidade	Cor	Estado civil	Escolaridade
26	Rua Tabajaras	37	Uburetama	Pardo/a	Solteiro/a	Ens. Médio completo
27	Rua Bárbara de Alencar	45	Fortaleza	Pardo/a	União estável	Ens. Fund. Inc.
28	Rua Tigipió	53	Aracoiaba	Pardo/a	Separado/a	Ens. Fund. Inc.

Fonte: A AUTORA, 2019.

Primeiramente destacamos a predominância do sexo masculino entre a população em situação de rua, conforme todos os estudos já realizados apontam. O primeiro Censo e Pesquisa Nacional/2009 identificou que a população em situação de rua é formada majoritariamente por homens: 82%. No Censo Suas (2018), em média, foram realizados 35.401 atendimentos a homens e 6.973 a mulheres no Serviço Especializado para a População em Situação de Rua nos Centros Pop em todo o Brasil por mês. No Ceará, o Cemaris/2018 revelou que foram notificadas 2.173 violações contra o sexo masculino e 362 ao sexo feminino. O Cemaris/2019 revelou 1.483 violações em relação ao sexo masculino e 255 relacionadas às mulheres em situação de rua. Esses dados nos mostram também a predominância de homens no contingente populacional em situação de rua.

Conforme os/as coordenadores/as dos Centros Pop de Fortaleza, em média, 2.480 homens e 486 mulheres buscam o serviço por mês, segundo dados de 2020. Em Maracanaú, não foi possível identificar o número de atendimentos realizados por mês em 2020 por conta do fechamento do Centro Pop. O Relatório de Gestão da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Sasc) indica que 261 homens e 55 mulheres foram atendidos/as no Serviço Especializado para a População em Situação de Rua no Centro Pop em 2018. O Centro Pop de Caucaia atende, em média, 100 pessoas em situação de rua por mês, tendo sido atendidas somente três mulheres em 2020.

Esta tese seguiu a mesma tendência da pesquisa de mestrado (PINTO, 2015), que apontou que a maioria da população em situação de rua é formada por homens. Nas reuniões do Fórum da Rua e do MNPR/CE, a participação é predominantemente masculina. Nas visitas as três cidades que compõem o campo da nossa pesquisa, é visível a maior presença de homens nos Centros Pop de Fortaleza e Caucaia e no Creas de Maracanaú. Assim, concluímos que a população em situação de rua ainda é formada por homens na sua maioria.

Entretanto, é imprescindível uma atenção às particularidades do gênero feminino nas ruas. As mulheres em situação de rua vivenciam diversas violações de seus direitos, por terem a rua como espaço de moradia e sustento, mas também

pelo machismo presente fortemente na sociedade brasileira. Nas ruas, o machismo permeia as relações entre os gêneros. As entrevistadas relataram que já haviam vivenciado algum tipo de violência anterior à situação de rua por parte dos/as companheiros/as e/ou outros/as membros/as da família. Inclusive, a violência de gênero é um dos motivos que impelem as mulheres a ter as ruas como espaço de moradia e sustento. Sobre a violência contra as mulheres em situação de rua, cabe trazermos algumas palavras das nossas entrevistadas da pesquisa:

> *Faz muitos anos. Minha mãe era viva, já tava nas ruas; desde maior de idade. Várias vezes morei em casa e fico nas ruas. Tomo medicamento controlado. Tomo Haldol, Fenergan e Apetil. Tenho depressão. Levei uma pancada na cabeça de um homem que vivia na época na minha casa* (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019).

> *Desde os 18 anos que estou nas ruas. Eu era casada e tinha uma filha. Me separei. Como era de menor, minha mãe não deixou eu voltar para casa com minha filha. Ela pegou meu filho e deu para o pai dele. Então, também não fiquei na casa dela, fui para a rua, daí fui para as ruas e comecei a beber* (RACHEL DE QUEIROZ, 2019).

As relações sociais inerentes à sociedade capitalista corroboram as diversas formas de opressão, dominação, violência e violação dos direitos das mulheres. No Brasil, as relações entre homens e mulheres nas ruas também são permeadas pela desigualdade de gênero como construto histórico e social, em uma sociedade profundamente marcada pelo patriarcalismo e machismo. A sociedade brasileira possui nas suas entranhas a centralidade na autoridade masculina. Não poderíamos deixar de demarcar que a condição pobreza que afeta o cotidiano da maioria das mulheres brasileiras é inerente às estruturas desiguais vigentes. Segundo estudo realizado em 2018, *Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios* (CAVENAGHI; ALVES, 2018), o número de famílias chefiadas por mulheres cresceu enormemente: cerca de 105% entre os anos de 2001 e 2005. Esse aumento representa 28,9 milhões de famílias chefiadas por mulheres em 2005.

A presente tese não pretende adentrar na discussão de gênero, tendo em vista que esse debate é extremamente complexo e envolve profundas análises da temática na sociedade capitalista brasileira. Contudo, concordamos que:

> Para o entendimento das formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, partimos do pressuposto de que homens e mulheres vivem sob dadas condições objetivas e subjetivas que são produto das relações sociais. Isto significa que a construção social das respostas que dão às suas necessidades e vontades tem na sociabilidade sua determinação central ou, de outra forma, significa também que os indivíduos fazem a história, mas suas possibilidades de intervenção se efetivam na dialética relação entre objetividade e subjetividade, entre ser e consciência. Na sociabilidade do capital, as condições materiais se constituem num grande obstáculo que

> limita o desenvolvimento pleno e livre da individualidade. Considerando que o modo de pensar e agir é determinado na dinâmica complexa e contraditória entre sociabilidade e individualidade, podemos verificar a prevalência de indivíduos despotencializados em sua criatividade, em sua capacidade reflexiva, reproduzindo práticas que reiteram processos de alienação e de subalternidade (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 12).

Entre os anos de 2015 a 2017, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)[13] do Ministério da Saúde registrou 17.386 (2,2%) casos de violência contra a população em situação de rua, sendo que 8.827 notificações foram de mulheres e 8.557 de homens em situação de rua que sofreram algum tipo de violência. Ao observarmos que a população feminina em situação de rua é bem inferior à masculina, inferimos que as mulheres são mais vítimas das violações do que os homens. Em termos percentuais, as violações contra as mulheres em situação de rua chegam a 50,8%, das quais 49,2% são perpetradas pelos homens, sendo o/a violador/a ignorado/a em 0,32% dos casos. Mesmo que a presença de homens em situação de rua seja significativamente maior do que a de mulheres, elas são as maiores vítimas de violência no contexto das ruas. Ao indagarmos acerca das violações vivenciadas pelas entrevistadas nas ruas, todas responderam que a violência sexual é a mais vivenciada, como mostram os relatos:

> *Conheci a bebida na rua. Fico em grupo. Acesso o banheiro no final de semana. Para nós, mulheres, é mais difícil. Uma vez eu estava dormindo sozinha e acordei com um homem em cima de mim. Como estou com meu companheiro, ninguém mexe comigo. Estamos há pouco tempo* (RACHEL DE QUEIROZ, 2019).

> *Eu conheci uma pessoa na rua: me levou para casa dele. E ele queria ter relação sexual todos os dias. Eu não quis. Já fui estrupada uns quatro meses atrás. Fiquei cheia de sangue. Essa casa dele era bem longe. Bateu também na minha cabeça com uma garrafa de vinho. Fui para o Hospital do Gonzaguinha e tomei remédio* (ANA BILHAR, 2019).

[13] O Sinan foi implantado, de forma gradual, a partir de 1993. No entanto, sua alimentação, notificação e investigação de casos de doenças que constam na lista nacional de doenças de notificação compulsória deram-se por meio da Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017, com o objetivo de coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica, por intermédio de uma rede informatizada, para apoiar o processo de investigação e subsidiar a análise das informações de vigilância epidemiológica de notificação compulsória de violência interpessoal/autoprovocada atendidas nas unidades de saúde nas três esferas de governo. A notificação realizada pelo Sinan é compulsória e permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais e desagravos, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo, assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica. O Sinan classifica dez tipos diferentes de violência: violência física; violência psicológica; tráfico humano; trabalho infantil; tortura; violência sexual; violência financeira; negligência ou abandono; intervenção legal; e outras. O seu uso sistemático, de forma descentralizada, contribui para a democratização da informação, permitindo que os/as profissionais de saúde tenham acesso à informação e as tornem disponíveis para a comunidade. É, portanto, um instrumento relevante para auxiliar o planejamento da saúde, definir ações e seus impactos junto à população. Não podemos deixar de considerar que existe a subnotificação, que varia desde a não procura pelo serviço de saúde por parte da vítima, passando pela dificuldade de acesso ao serviço, até o não registro no sistema de notificação por parte do/a profissional de saúde.

Para Tiene (2004), as mulheres em situação de rua optam por ter companheiros/as para se sentirem seguras, sendo muitas vezes submetidas sexualmente para garantir a sua segurança. As mulheres mantêm a submissão sexual em troca de proteção (TIENE, 2004). Elas constroem relações de proteção com o gênero mais presente nas ruas, o masculino.

O acesso à higiene pessoal surgiu como uma preocupação recorrente nos depoimentos das mulheres em situação de rua, sendo o Centro Pop fundamental nesse quesito, embora não funcione aos finais de semana. Vejamos:

> *Não ter um local para tomar banho. Tomo banho na lagoa e, às vezes, no Centro Pop. No fim de semana é mais tranquilo porque vou para a casa do meu cunhado. Minhas roupas eu lavo na casa do meu cunhado no fim de semana* (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019).
>
> *Todas as dificuldades. A gente é humilhado por tudo. E, para mim, que sou mulher, naquela hora que estou menstruada para tomar banho é complicado demais* (RACHEL DE QUEIROZ, 2019).
>
> *O acesso ao banheiro no final de semana fica muito difícil. O Centro Pop é fechado. Para nós, mulheres, é mais difícil. Eu quero comprar as coisas para higiene. Um sapato: como guardar? É muito difícil* (ANA BILHAR, 2019).

Retomando os dados do Quadro 1, percebemos que o racismo estrutural persiste como uma forma de manter as relações sociais desiguais gestadas ao longo do processo de escravidão em nosso país. Dos/as entrevistados/as, 24 se declararam pardos/as e negros/as; apenas quatro entrevistados/as se declararam brancos/as. Convém alertar que o critério de identificação racial é autodeclaratório no Brasil, portanto utilizamos essa mesma orientação no roteiro da entrevista.

O primeiro Censo e Pesquisa Nacional/2009 apontou que 67% da população em situação de rua são negros/as e pardos/as. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 mostram que a população brasileira é formada por 43,1% de pardos/as e 7,6% de negros/as. Nos últimos seis anos, atingimos 4,7 milhões de pessoas que se declararam negras, consoante dados do IBGE (2018). Entretanto, o abismo social entre a população negra e não negra inviabiliza transformações nas estruturas econômicas e de poder no Brasil. Assim, para Madeira e Gomes (2018, p. 464-465):

> [...] a população negra do país tem sido subjugada, violentada e criminalizada desde a escravidão para saciar os interesses sociais e econômicos das classes ricas – fenômeno acolhido por leis cujos efeitos camuflam, revalidam e perpetuam a opressão. A propagação do discurso preconceituoso e discriminatório alicerça a narrativa para desqualificar a cidadania afrodescendente. O discurso da acomodação, que afirmava serem os(as) negros(as) acomodados(as) com sua situação e condição, os

> considerava vítimas com defeitos. Por isso, eram tratados como infantilizados e deles retirada sua humanidade. Desta forma, fez com que as desvantagens que se acumularam fossem associadas à cor da pele, de um povo dado à escravidão e mal ajustado.

Assim, o racismo estrutural mantém as desigualdades sociais reveladas em diversas expressões da *questão social*, como o fenômeno população em situação de rua. O documento Síntese de Indicadores Sociais de 2019 aponta que os/as pretos/as ou pardos/as estão trabalhando predominantemente nas atividades da agropecuária (60,8%), na construção civil (63,0%) e nos serviços domésticos (65,9%), ocupações com maior incidência de trabalhadores/as com contratos informais. Ao recorrermos aos dados do Quadro 1, as profissões declaradas pelos/as participantes da pesquisa são as que ofertam salários mais baixos, ao compararmos com outras. No mercado informal, a população negra é maioria (46,9%), trabalhando sem carteira assinada, enquanto a população branca representa 33,7% de trabalhadores/as nessa mesma condição, conforme dados do IBGE (2017 *apud* AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Os dados acima nos alertam que as desigualdades entre brancos/as e negros/as alimentam a persistência do racismo estrutural, calcado em quase quatro séculos de escravidão no Brasil. A sociedade brasileira é extremamente marcada pelos padrões racistas, escravocratas, colonialistas, que se expressam nas desigualdades de acesso à educação, à saúde, à justiça e ao trabalho, na economia, na política, na violência e em diversas formas de preconceito e estigmas. A face cruel do racismo estrutural, herdada da formação socioeconômica brasileira, nutre as desigualdades sociais no presente, assunto que trataremos no próximo capítulo. Por ora, partimos da premissa de que:

> A tese central é a de que o *racismo é sempre estrutural*, ou seja, de que é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que procuramos demonstrar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. [...] (ALMEIDA, 2018, p. 16-17, grifo do autor).

No que se refere à faixa etária dos sujeitos da pesquisa, o Quadro 1 mostra que é predominantemente entre 30 e 55 anos de idade. Entrevistamos apenas um jovem de 27 anos, Castro Alves. Em nossa pesquisa de mestrado (PINTO, 2015), os/as entrevistados/as possuíam uma faixa etária predominante acima de 41 anos.

Esse comparativo mostra uma tendência de aumento de jovens em situação de rua no Brasil, pois é a juventude quem mais sente as consequências nefastas do aprofundamento da crise econômica, da precarização do trabalho, da ampliação

do mercado informal e do desemprego. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios[14] de 2018, realizada pelo IBGE, revelam que, dos 47,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, apenas 13,5% estavam ocupados/as e estudando; 28,6% não estavam ocupados, porém estudando; 34,9% estavam ocupados e não estudavam; e 23% não trabalhavam nem estudavam. Em 2019, atingimos a marca de 13,4 milhões de desempregados/as, com quatro milhões entre 18 e 24 anos e um milhão entre 14 e 17 anos (PNAD/IBGE). Neste mesmo ano, a PNAD/IBGE identificou ainda que 7,337 milhões de jovens brasileiros/as (18 a 24 anos) estão na condição de subutilizados/as.[15] Esses dados revelam que a tríade escola-juventude-trabalho nunca foi tratada de forma estruturante pelas políticas públicas nos diversos governos brasileiros.

As desigualdades sociais atingem severamente as perspectivas de futuro da juventude brasileira, principalmente de jovens negros/as que residem nas periferias das grandes cidades. Com isso, reafirmamos a tendência de aumento de jovens negros/as a terem as ruas como espaços de moradia e sustento. Constatamos na nossa pesquisa que crianças e jovens acabam abandonando a escola para trabalhar nas ruas e, muitas vezes, passam a tê-las como espaços de moradia, como explicitam os depoimentos abaixo:

> *Saí de casa para trabalhar. Comecei a trabalhar com 12 anos de idade, vigiando carros, e comecei a viver nas ruas. Estou com 28 anos só nessa praça: daqui para a igreja, todos me conhecem. Tenho muitos amigos aqui. Quando eu preciso de algo, as pessoas me ajudam* (LAURO MAIA, 2019).

> *Muitas vezes, não temos o apoio da família, principalmente ao financeiro. Desde criança até a adolescência, a gente convive, mas chega em uma certa idade que a gente acaba indo para as ruas. Eu fazia bicos. O que aparecia eu topava. Fazia limpeza na casa de vizinhos* (CASTRO ALVES, 2019).

Considerando os relatos acima e os dados do Quadro 1, a maioria dos/as entrevistados/as possui baixa escolaridade ou não é escolarizado/a, variáveis resultantes da necessidade de trabalhar no período da infância e na adolescência, conforme os relatos acima. Somente três entrevistados/as declararam ter o Ensino Médio completo. Os dados da nossa pesquisa seguem na mesma direção do primeiro Censo e Pesquisa Nacional/2009, que mostrou que 74% dos/as entrevistados/as sabem apenas ler e escrever, 17,1% não sabem escrever e 8,3%

[14] A PNAD é elaborada pelo IBGE anualmente com o objetivo de produzir informações permanentes sobre características gerais da população, englobando dados sobre educação, trabalho, rendimento, habitação e outros. Atualmente a PNAD foi substituída pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), visando ampliar as informações, com o foco em dados conjunturais trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional.

[15] Para o IBGE, subutilizado/a é aquele/a que está desempregado/a, tem carga horária de trabalho menor do que poderia ter e pessoas disponíveis para trabalhar, mas que não têm emprego.

somente assinam o próprio nome. É consenso que a baixa escolaridade é parte constituinte da caracterização da população em situação de rua.

No Brasil, o sistema escolar é o retrato da produção e da reprodução das desigualdades sociais, que atingem predominantemente a população pobre, negra e das periferias. A universalização e a democratização do ensino são avanços fundamentais garantidos na Constituição brasileira, porém a persistência das desigualdades sociais e a má qualidade do ensino permeiam o sistema educacional público básico e o Ensino Médio no país.

O acesso à educação de qualidade é um obstáculo que ainda está longe de ser assegurado a toda a população brasileira. Cerca de 1,5 milhão de crianças e jovens com idade entre 4 e 17 anos de idade está fora da escola, de acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica/2019. Esse documento mostra ainda que, dentre 91,5% de jovens de 15 a 17 anos que estão na escola, apenas 68,7% estão matriculados/as no Ensino Médio e 63,6% dos/as jovens com 19 anos concluíram essa etapa em 2018. Há uma desigualdade abissal entre a população rica e a pobre, a branca e a negra no acesso à educação de qualidade no nosso país. A ausência de políticas públicas estruturantes é um óbice que impede o acesso universal e a permanência da juventude pobre na escola, especialmente a negra.

Em face de todas as dificuldades vivenciadas, seis entrevistados/as afirmaram que a baixa escolaridade é um dos motivos que contribuem para a inclusão no mercado formal, bem como na construção de projetos de vida e da superação da situação de rua. Selecionamos trechos das entrevistas que tratam da relação entre o trabalho e a escolaridade:

> *Falta só um ano para terminar o Ensino Médio. Quero fazer o Enem* [Exame Nacional do Ensino Médio]. *Terminar o Ensino Médio é meu objetivo e fazer a faculdade de Cinema [...]. Em 2021, quero fazer um filme sobre a população em situação de rua* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

> *É por isso que eu não tenho nada. Educação é tudo. Não foi culpa minha. Trabalhava oito horas por dia quando era criança; me acordava com os passarinhos. Só não trabalhava no fim de semana* (TIGIPIÓ, 2019).

Do universo amostral, apenas um/a entrevistado/a declarou que estudava no período da realização das entrevistas. Durante esses momentos, averiguamos as sensações e os desafios de estudar para as pessoas em situação de rua.

> *Estudo no 2º ano do Ensino Médio. Eu vou concluir, se Deus quiser. Estudo no Liceu do Ceará, uma escola estadual; estou cursando. Pretendo ingressar na Universidade Federal. Namoro com tantos cursos. Gosto de Medicina, Direito, Psicologia e Pedagogia. A escola, para mim, não é só uma ocupação do meu tempo, mas da minha mente. Estou ali, estou focado, estou aprendendo. É algo que eu gosto, vejo que tenho resultado.*

> *Apesar de não tirar notas boas, mas, assim mesmo, eu vou. Vou mesmo pelo interesse de aprender* (TREMEMBÉS, 2019).

Na mesma entrevista, constatamos que a falta de espaço e de tempo para os estudos contribui para o baixo desempenho escolar e que os/as colegas de sala, funcionários/as e professores/as da instituição não sabem acerca da sua situação de rua: "*Ninguém sabe que estou em situação de rua*. *A sociabilização dessa informação poderá gerar preconceito por parte de professores/as, alunos/as e funcionários/as na escola*" (TREMEMBÉS, 2019).

Ainda analisando o Quadro 1, cinco entrevistados/as se declararam como de origem indígena nas três cidades pertencentes ao campo da nossa pesquisa. O Censo do IBGE (2010) identificou que a população indígena é composta por 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. No mesmo estudo, há a evidência de populações indígenas em todos os estados, inclusive no Distrito Federal.

O Ceará é o oitavo estado com maior número de grupos indígenas. De acordo com a Funai/CE, existem cerca de 22 mil índios/as pertencentes a 14 etnias, a saber: Tapeba (Caucaia); Tremembé e Pitaguary (Maracanaú); Jenipapo, Kanindé, Potiguara, Tabajara, Kalabaça, Kariri, Anacê, Gavião, Tubiba, Tapuia e Tapuba Kariri, distribuídos em 18 municípios. Todos esses povos perderam a língua nativa e falam português. Essa população tem reivindicado a regularização de demarcações de terra. Apenas a terra indígena do povo Tremembé é totalmente regularizada no Ceará.

Por meio do Relatório de Informações Sociais da Sagi do MC, identificamos 5.212 famílias indígenas inscritas no Cadúnico e 3.686 beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no Ceará, consoante dados de maio de 2020. O número de indígenas no Cadúnico é ínfimo ao compararmos com o total dessa população no Ceará. Esses dados apontam as dificuldades da população indígena no acesso aos programas sociais e aos direitos sociais. Os/As entrevistados/as de origem indígena relataram que não possuem vínculos com as suas etnias e com seus familiares. Inferimos a importância de avançarmos em estudos na presença de população indígena em situação de rua na atualidade.

A heterogeneidade da população em situação de rua de fato nos surpreende. Nesta pesquisa, um participante se declarou cigano (José de Alencar):[16]

---

[16] A história do povo cigano surgiu na Índia, entre os anos 500 e 1000 depois de Cristo (d.C.), espalhando-se primeiramente pela Europa e depois pelo resto do mundo. Sabe-se que, há até pouco tempo, eram nômades e faziam questão de manter-se invisíveis, como forma de fugir da

> *Eu sou cigano com índio. Meu pai e meu avô eram ciganos. Minha mãe é de origem indígena. O povo tem uma concepção errada do que é cigano. Meu povo veio da Romênia, buscando o mundo. Minha origem cigana não é essa de estar pedindo esmolas, ler a mão, roubando os outros. Meu avô era artesão. A família do meu avô é da Romênia.*

No relato acima, há a presença do estigma e do preconceito que permeiam o cotidiano da população cigana na sociedade. O entrevistado afirma ainda que: "*O mistério, a perseguição e a desconfiança marcam o povo cigano*" (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

O Brasil é o segundo país com o maior número de ciganos/as em todo o mundo, com 800 mil, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA), com um milhão de pessoas ciganas. Para o Instituto Povo Cigano do Brasil (ICB), existem três milhões de ciganos/as no Brasil. No Ceará, a Associação de Preservação da Cultura Cigana registrou a presença de 20 mil ciganos/as em pelo menos 60 municípios, que vivem em torno do comércio, da música, da dança e da cultura de ler as mãos.

No Relatório de Informações Sociais do Sagi/MC, em maio de 2020, 12.587 famílias declararam-se como ciganas no Cadúnico, sendo 5.606 beneficiárias do PBF em todo o Brasil. No Ceará, o mesmo relatório mostra que 466 famílias ciganas pertencem ao Cadúnico e apenas 102 são beneficiárias do PBF. Em Caucaia, há cinco famílias cadastradas como ciganas e quatro beneficiárias do PBF. Em Fortaleza, seis declararam-se como ciganas, das quais duas são beneficiárias do PBF. Em Maracanaú, não há indivíduos e/ou famílias cadastrados/as como ciganos/as. De fato, a cultura cigana é cercada de dúvidas, até mesmo o quantitativo de comunidades existentes no Brasil. O isolamento e os mistérios são resultantes do preconceito, da desconfiança e da discriminação que os/as ciganos/as vivenciam cotidianamente na sociedade. Esses sujeitos encontram dificuldades de acesso às políticas públicas e aos direitos sociais no Brasil.

No percurso desta pesquisa, identificamos nas ruas de Fortaleza e Maracanaú a presença também de migrantes. Uma imigrante aderiu à nossa pesquisa. Nos seus relatos, é nítida a sua vinda e de seu marido em busca de acesso a trabalho e melhores condições de vida no Brasil. O representante do MNPR/CE (2019) afirma que "*O surgimento de imigrantes (estrangeiros) é uma nova questão no contexto das ruas. São novas configurações da população em situação de rua*". A migração é resultante da crise econômica, intolerância religiosa, tragédias e crimes ambientais,

---

curiosidade e do preconceito que os cercam. Atualmente muitos habitam em bairros, tendo abandonado o nomadismo.

pobreza, desemprego, guerras, governos ditatoriais e perseguições políticas em todo o mundo.

No Brasil, o aprofundamento da crise econômica e do desemprego acaba impossibilitando que imigrantes obtenham o acesso ao trabalho e à renda. Além disso, as políticas públicas extremamente precarizadas não conseguem atender às particularidades de imigrantes no Brasil. Assim, sem condições financeiras de retornar ao país de origem ou manter-se no Brasil, essas pessoas acabam tendo as ruas como espaços de moradia e sustento. O relato adiante nos mostra isso:

> *Mi esposo y yo somos venezolanos. Hemos estado en Brasil por cuatro años. Llegamos por Roraima, luego Belém do Pará, Maranhão y ahora estamos aquí. Vinimos a Fortaleza debido a las playas de aquí. Muchas playas. Eso es hermoso. Debe tener posibilidades de trabajo en las playas. Hemos estado aquí por tres meses. Tengo 49 años y mi esposo 30 años. Yo trabajo con cualquier cosa* (PRAIA DE IRACEMA, 2019).[17]

Vale ressaltar que os/as imigrantes têm como referência o Serviço da Pastoral dos Migrantes (SPM),[18] em Fortaleza, como possibilidade de acesso a abrigo temporário, alimentação, documentação e outras demandas. Na cidade de Fortaleza, cerca de 40 venezuelanos/as vivem em péssimas condições de vida no Centro da cidade, conforme sinaliza o trecho de reportagem a seguir:

> Cerca de 40 refugiados venezuelanos estão vivendo em condições de extrema vulnerabilidade no Centro de Fortaleza. No grupo há mulheres grávidas, crianças e adolescentes. Segundo a Comissão de Direitos Humanos da OAB-CE, que acompanha o caso, eles necessitam de comida, colchões, roupas e outros itens básicos. Eles vivem em quartos alugados no Centro desde que chegaram à capital, de ônibus [...] 'eles estão divididos em seis quartos de dois imóveis antigos com a cobertura danificada. Não têm roupas, nem colchões e [*sic*] nem lençóis' (FREITAS; RIBEIRO, 2019, s.p.).

Em relação à cidade de origem, o Quadro 1 mostra que 12 entrevistados/as são de Fortaleza e Maracanaú, oito advindos de cidades do interior do Ceará, seis de outras capitais do Brasil e uma estrangeira. Apenas o entrevistado Lauro Maia não respondeu à pergunta. Percebemos a maior procedência dos/as entrevistados/as dos centros urbanos, pois 18 declararam ser advindos/as de capitais e da RMF. Esse fato sinaliza que o fenômeno em estudo é eminentemente urbano, visto que

---

[17] *Meu marido e eu somos venezuelanos. Estamos no Brasil há quatro anos. Chegamos por Roraima, depois Belém do Pará, Maranhão e agora estamos aqui. Viemos para Fortaleza por causa das praias daqui. Muitas praias. Isso é lindo. Você deve ter oportunidades de trabalho nas praias. Estamos aqui há três meses. Tenho 49 anos e meu marido 30 anos. Eu trabalho com qualquer coisa* (PRAIA DE IRACEMA, 2019, tradução nossa).

[18] O Serviço Pastoral dos Migrantes é uma das ações da Igreja Católica voltadas para pessoas que migram e necessitam de acolhida em todo o mundo. A Pastoral dos Migrantes é vinculada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz e à Pastoral da Mobilidade Humana da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

os grandes centros urbanos historicamente possibilitam um maior acesso a trabalho e renda no Brasil.

Na realidade, o crescimento das cidades é resultante de uma agenda urbana construída para atender aos interesses do capital com apoio econômico, político e jurídico do Estado. As cidades cresceram sob a lógica do capital por meio da exploração da classe trabalhadora e da negação da riqueza socialmente produzida. Nesse cenário, constatamos o aumento de pessoas em situação de rua nos espaços urbanos das cidades brasileiras. Segundo Maricato (2003, p. 152):

> A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma [*sic*]. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável.

Ao circular nos espaços urbanos das três cidades que compõem o campo empírico da nossa pesquisa, evidenciamos a predominância de agrupamento de pessoas em situação de rua. A formação de grupos de pessoas em situação de rua está intrinsecamente relacionada à construção de relações de afinidades, bem como a estratégias de acesso a: trabalho, renda, proteção, rede de serviços ofertados e relação com o território. Os dados coletados na pesquisa empírica revelaram que 21 entrevistados/as optam por ficar em grupo e sete revelaram preferir ficar em grupos por se sentirem mais seguros/as, conforme detalharam: "*A gente fica em grupo, principalmente no período noturno. Fazemos revezamento para dormir à noite; é melhor para a nossa segurança. Ajudamos uns aos outros*" (PRADO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Tigipió (2019) assim se posicionou: "*Prefiro ficar só. Tenho poucas amizades. É muito difícil. Todo mundo tem stress do dia a dia"*. Já Waldery Uchôa (2019) mostrou as ambiguidades da convivência em grupos: "*Fico em grupos, somos amigos, mas não são todos que eu confio*". Iremos nos deter mais adiante nas sociabilidades construídas nas ruas.

Do universo amostral, dois/uas entrevistados/as expuseram que já haviam sido "andarilhos/as" ou "trecheiros/as" quando eram mais jovens. José de Alencar (2019) nos revelou que havia exercido essas funções: "*Eu fui andarilho, trincheiro*". O estudo de Justo (2012, p. 34) afirma que:

> Migrantes, deambulantes, andarilhos, estradeiros, viajantes, nômades e todos os demais tipos humanos que têm a mobilidade como base fundamental de suas experiências de vida encontram-se no epicentro do mundo contemporâneo, produtor de trajetividades. Viver é trafegar, ir de um lugar ao outro, de outro, de um objeto a outro, reiteramos, em todos os planos de vida: geográfico, social, afetivo, cultural, intelectual, profissional e em tantos outros.

Para Patativa do Assaré (2020), a sua idade (54 anos) é um dos motivos que lhe fizeram tomar a decisão de ficar somente em uma cidade, embora tenha afirmado o seguinte: "*Às vezes, eu tenho vontade de fazer isso de novo*". Ele socializou conosco um pouco da sua experiência como andarilho:

> *Eu era tipo andarilho. Eu vivia assim, andando por aí. Eu pegava carona e também ia andando. Conhecer as coisas e trabalhar por aí. A gente sai em busca de algo: trabalho. Já passei dois dias andando direto. Dormia no cemitério. Já fui até Russas a pé. Mostrava meus documentos e os caminhoneiros davam carona* (PATATIVA DO ASSARÉ, 2019).

Vale ressaltar que, por vezes, nas cidades menores, há um controle acerca de entradas de pessoas com o intuito de evitar a entrada e a permanência de pessoas em situação de rua. O controle é realizado nas entradas e rodoviárias das cidades, configurando uma prática higienista e repressiva em relação às pessoas que têm as ruas como espaços de moradia e sustento.

O primeiro Censo e Pesquisa Nacional/2009 analisou que o comportamento denominado de "trecheiro", ou seja, o deslocamento frequente entre as cidades, apareceu em apenas 10% da população entrevistada. Por fim, embora seja em menor proporção, a prática dos deslocamentos realizados por "nômades", "andarilhos" ou "trecheiros" ainda é presente na atual conjuntura da população em situação de rua.

1.1.2 Vínculos familiares

> Entre as ruas e a casa.
>
> *Tigipió (2019)*[19]

Os vínculos familiares fragilizados ou rompidos são características relevantes entre a população em situação de rua. Das 28 entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, 17 pessoas afirmaram possuir vínculos familiares extremamente fragilizados, oito responderam que haviam perdido totalmente o vínculo familiar e três não responderam à pergunta sobre os vínculos familiares.

[19] Codinome do entrevistado.

Não pretendemos discutir amiúde os diversos conceitos de família construídos historicamente por importantes teóricos em diversas áreas. No entanto, partimos da compreensão de que a família é parte constituinte das relações sociais, portanto uma construção sócio-histórica e cultural. Nesse sentido, compartilhamos do pensamento de que existe uma diversidade e pluralidade de arranjos familiares. As famílias brasileiras sofrem os rebatimentos das configurações capitalistas nos diversos tempos sócio-históricos, uma vez que é:

> Construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que, além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos (MIOTO, 2010, p. 166).

Nos relatos coletados, os conflitos familiares estão associados ao desemprego, pobreza, alcoolismo, drogadição, violência doméstica, separação entre casais, conflitos entre pais e filhos/as e entre irmãos/ãs e morte do pai ou mãe. Pautadas nisso, afirmamos que a fragilização e o rompimento dos vínculos familiares possuem multideterminações. O entrevistado Patativa do Assaré (2019) expôs que o rompimento dos vínculos familiares está relacionado ao seu modo de vida: *"Todos nós temos dificuldade; dificuldade na família: por exemplo, minhas irmãs não concordam comigo; geram dificuldade no convívio*".

As famílias pobres sentem os efeitos com maior profundidade das constantes configurações capitalistas, principalmente com o aumento da pobreza, ausência de renda familiar, trabalho precário, desemprego e retração da intervenção do Estado nas políticas públicas. A família, nas suas mais diversas configurações, é extremamente complexa e dinâmica. As relações entre seus membros e de seus membros com a sociedade e as diversas esferas do Estado são construções históricas e socialmente determinadas. Nesse sentido, concordamos com Mioto (2010, p. 172), que:

> […]. Entende que a responsabilidade da proteção social não está restrita às famílias e, portanto, a solução dos mesmos [*sic*] extrapola as suas possibilidades individuais. Condiciona a proteção social, exercida pela família, ao acesso à renda e ao usufruto de bens e serviços de caráter universal e de qualidade.

Na sociedade capitalista, as famílias são obrigadas a conviver com o processo de individualização, em que as responsabilidades recaem cada vez mais sobre seus membros. São notórios os inúmeros desafios no cotidiano das famílias brasileiras, em face das desigualdades sociais que as expõem à situação de

pobreza extrema, contribuindo para o processo de fragilização ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários.

O universo amostral desta tese apontou que os vínculos familiares são extremamente fragilizados ou rompidos, mesmo nas situações em que o/a entrevistado/a está na mesma cidade em que reside algum membro familiar.

> *Minha família mora aqui em Fortaleza. Tenho contato, mas é pouco. Eu sou filha adotada, e minha mãe é muito rígida. Ela tem um mercantil, mas não me ajuda. Ela nem sabe que consegui o aluguel. Tenho um irmão que é guarda municipal. Eles não me ajudam em nada* (ANA BILHAR, 2019).

> *Não tenho contato com a minha família; moram em Fortaleza. Eles sabem que estou em situação de rua. Nem quero contato com a família. Meu pai morreu depois de dois anos da minha mãe. Já passei dez anos sem ter contato com ninguém da família. Sei aonde eles moram. Se encontrar com eles, eu dobro a rua* (TREMEMBÉS, 2020).

O relato do entrevistado Bezerra de Menezes (2019) afirma que ele perdeu totalmente o contato familiar e não sabe onde sua família reside: "*Tenho irmãos, mas nem sei aonde estão. Há 20 anos que não tenho contato com nenhuma pessoa da minha família. Nem sei aonde eles moram*". Dragão do Mar (2019) nos relatou que mantém o contato com um membro familiar para sentir-se mais protegido: "*Eu só tenho contato com uma tia, ando com o endereço dela para se acontecer algo comigo. Ela mora em Maracanaú*".

O Quadro 2 mostra a frequência de contato dos/as entrevistados/as com a família. A frequência dos contatos é esporádica.

Quadro 2 – Frequência dos contatos com a família

Frequência dos contatos	Respostas
Semanalmente	01
De uma semana a dois meses	05
De um ano a dois meses	02
Por mais de dois anos	02
Não responderam	18

Fonte: A AUTORA, 2020.

Apenas Juvenal Galeno (2019) afirmou possuir contato sistemático com um irmão, conforme suas próprias palavras: "*Tenho apenas um irmão; passo o fim de semana na casa dele. É importante para mim*". De acordo com os/as entrevistados/as de Caucaia e Fortaleza, os contatos com as famílias são realizados por meio de telefonemas e visitas. Os Centros Pop (Caucaia e Fortaleza) e a Pastoral da Rua disponibilizam um telefone uma vez por semana à população em situação de rua para que esses indivíduos possam realizar contatos familiares. Em Maracanaú, o

Creas não disponibiliza telefone para esse fim. A maioria dos/as entrevistados/as reconhece a importância de as unidades disponibilizarem o telefone para a população em situação de rua. Para Castro Alves (2019), o distanciamento dos contatos contribui para a perda dos vínculos familiares: "*Passo três meses sem ver a minha família. A gente acaba perdendo mais o contato*".

Entre os/as entrevistados/as, 18 responderam que pelo menos uma pessoa da família sabe que está em situação de rua, cinco declararam acreditar que suas famílias não sabem que estão em situação de rua e seis não responderam à pergunta sobre essa questão. Do total de entrevistados/as, 13 estão em situação de rua na mesma cidade em que a família reside, 14 estão em cidades diferentes de suas famílias e um não respondeu. As pessoas em situação de rua escondem essa informação de seus familiares por vergonha; por conta disso, muitas vezes, preferem morar em cidades diferentes daquelas em que residem suas famílias.

A pesquisa empírica da presente tese mostrou ainda que os conflitos familiares estão entre os motivos que levam pessoas a terem as ruas como espaços de moradia e sustento. Diante disso, os depoimentos coletados são permeados de ressentimentos, mágoas, conflitos em relação aos membros familiares, como mostram os entrevistados José de Alencar (2019), Pedro Pereira (2019) e Tigipió (2019), respectivamente:

> *[…]. Eu me via só quando eu tive preso em Teresina. Fiquei nove anos e seis meses preso; me sentia abandonado pela minha família. Nunca ninguém foi me visitar. A gente falta enlouquecer lá. Um monte de coisas aconteceram. Uma situação complicada […].*
>
> *Minha família é de Maracanaú. Minha mãe morreu esse ano. Soube por pessoas próximas. Minha irmã fez o velório sem a minha presença. Ela e a minha sobrinha se apossaram da casa. Estou proibido de entrar no condomínio; fiquei sem nada. Entrei na justiça para ter direito em Maracanaú.*
>
> *E sempre vivi nas ruas. […]. Muitas vezes, aonde eu trabalhava eu morava também. Por exemplo, quando trabalhei em uma oficina, morei lá também. Era oficina em Maracanaú. […]. Construí uma família e me separei, fui para as ruas. E bebia muito também. Minha família não aceitava. Então, acabei saindo de casa para sempre.*

Por outro lado, os rompimentos de laços familiares contribuem para a construção de novas relações afetivas entre a população em situação de rua e os/as transeuntes nos diversos espaços urbanos, como abordaremos a seguir.

1.1.3 Vidas das(nas) ruas: construção de formas de sociabilidades

> Oh! Sim, as ruas têm alma. Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, desprevadas,

> puras, infames ruas sem histórias, ruas tão velhas […], ruas guerreiras, revoltosas, medrosas […], ruas amarosas […].
>
> *João do Rio*

Nos diversos contatos realizados com o campo da nossa pesquisa, identificamos que a população em situação de rua constrói variadas relações, modos de vida, formas de socialização e redes de solidariedade a partir da formação de grupos ou com transeuntes, proprietários/as de comércios, lojas e funcionários/as de instituições públicas e privadas nos espaços urbanos. Percebemos ainda uma rede de informações entre a população em situação de rua, o que demonstra um compromisso coletivo ao repassar orientações acerca de serviços ofertados e doações existentes nos territórios e nas cidades. Os relatos seguintes mostram as redes construídas nas ruas:

> *E só fico na Gentilândia* [praça]*; 28 anos só nessa praça. Tenho as amizades das pessoas. Me sinto bem aqui. Para mim, aqui é igual a uma família. Todos me conhecem. As pessoas me querem bem. Quando eu preciso de algo, as pessoas me ajudam. Aqui na praça eu não sofro […]* (LAURO MAIA, 2019).

> *E fiz há pouco tempo uma cirurgia. Para me recuperar da cirurgia, fiquei em dois cantos. Nos primeiros dias, quando eu saí do hospital, fui para uma casa de recuperação no José Walter; fiquei quatro dias. Depois contei com ajuda de uma passagem. Depois passei um tempo no interior com a minha família até melhorar* (TIGIPIÓ, 2019).

Nas entrevistas realizadas, registramos vocabulários criados ou palavras com significados atribuídos pelas pessoas em situação de rua, dos quais destacamos somente os que surgiram nos depoimentos:

> *Uma vez, na Praça do Liceu, estava dormindo, um cara estava bruxo*[20] *e tentou me matar. E, de repente, os irmãos*[21] *da rua pode vim o bruxo matar um de nós. Isso já aconteceu comigo. Eu conhecia dois caras que foram mortos assim, com uma paulada na cabeça* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

> *Um lugar para dormir. Muito complicado as vagas nos abrigos. O horário de entrar era às 22 horas. Hoje em dia, é às 20 horas. E a janta: a alimentação não supre a nossa necessidade. Então, esse horário é complicado para a galera pegar o estouro*[22] (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

As entrevistas também nos mostram as formas de relações, abordagens aos/às novatos/as no determinado espaço urbano, regras, formas de proteções e até sanções estabelecidas entre os grupos nos espaços urbanos, como bem relataram Waldery Uchôa e Filgueiras Lima anteriormente.

---

[20] Pessoa sob os efeitos de álcool e drogas.
[21] Forma de tratamento entre a população em situação de rua.
[22] Doações de alimentação no período noturno nas praças por entidades da sociedade civil.

> *Aqui ninguém rouba. Se rouba na área, a gente expulsa, daí os vizinhos gostam da gente. Quando chega alguém novato aqui, a gente avisa logo: 'Não é para roubar nessa praça nem nessas casas perto. Se quiser ficar sem perturbar, a gente deixa, mas, se não quiser, sinto muito, pode ir embora'. A gente manda sair fora, ninguém espanca, mas pode procurar outro local. Aqui tem regras; o local que podemos urinar. Qualquer pessoa pode chegar e ficar aqui, mas já converso com ela. Sou tipo um líder daqui. Conheço todo mundo. Investigo a pessoa novata que chega aqui: se é morador de rua; pode ser um ladrão* (LAURO MAIA, 2019).

> *Olhe, nas ruas temos regras e condutas. A gente não faz o que quer. Tem normas nas ruas. O fato da gente ser da rua não quer dizer que a gente não tenha que respeitar as regras* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Os relatos acima mostram a construção de hierarquias, relações de dominação e lideranças entre as pessoas que fazem parte de um determinado grupo nos territórios das ruas. Os agrupamentos são construídos também a partir das afinidades e da construção de estratégias para satisfazer as necessidades humanas.

No decorrer desta pesquisa, identificamos relatos que expressam os sentimentos de afeto, cuidado, zelo e solidariedade. Percebemos a partilha de alimentos, sentimentos e rendas auferidas, sendo, inclusive, essas relações as que predominam em tais contextos. Todavia, presenciamos também a existência de contradições e de conflitos existentes nas ruas.

1.1.4 Tempo de permanência nas ruas

Idas e vindas para as ruas.

Pedro Pereira[23]

O tempo de permanência das pessoas em situação de rua é uma variável de difícil identificação, tendo em vista que são comuns relatos de processos de idas e vindas, como o do entrevistado Tigipió (2019): "*Eu saí do poder do meu pai com 13 anos. Momentos nas ruas e em casas. Sempre foi assim. Mais de 20 anos que estou nas ruas, entre ruas e casas*". Identificamos a existência de dificuldade de os/as entrevistados/as mencionarem com precisão o tempo em que estão em situação de rua, conforme apontou Patativa do Assaré (2019): "*Nem sei falar; mais de 25 anos*".

A partir da coleta de dados na nossa pesquisa, identificamos que 13 responderam que estavam entre um mês a cinco anos nas ruas; três, entre seis e

[23] Codinome do entrevistado.

10 anos; sete, entre 11 anos e 25 anos; e três, acima de 26 anos. Um/a entrevistado/a não respondeu à pergunta. Um/a entrevistado/a relatou que era a primeira vez que estava em situação de rua e por poucos meses:

> *É a primeira vez que me encontro em situação de rua. Estou com dois meses na situação de rua. […] Tenho uma filha de 10 anos. Ela sabe que estou na rua. Estou sofrendo nas ruas; dormindo no papelão. Só não passo fome. Tomo café no Centro Pop e almoço no restaurante* (SILVA JATAHY, 2019).

Os diálogos abaixo expõem os processos de idas e vindas, ou seja, a alternância entre a situação de rua, a moradia convencional ou a vivência em abrigos, albergues ou similares:

> *Nos fins de semana, eu durmo na Praça do Ferreira; Pousada Social, na semana. Na semana, durante o dia, fico também na Praça do Ferreira: fico até 20 horas. Depois da sopa, vou para a Pousada Social* (ANTÔNIO SALES, 2019).

> *Mais de 10 anos, mas não totalmente em situação de rua. Quando eu estou trabalhando e tenho condições financeiras, procuro um abrigo para mim, chamo abrigo, mas é um quarto; não é casa propriamente dita. Casa é mais complexa. Morei em casas alugadas* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

> *Então, deixei minha esposa e meu filho na casa de uma amiga. Ela e meu filho também moravam nas ruas comigo.* ***Estou com uns três anos, mas não é direto. E, quando tenho o dinheiro, eu pago aluguel. Quando eu estou trabalhando, eu saio da situação de rua. Nesses três anos****, já é a quarta vez que moro nas ruas* (DOMINGOS OLÍMPIO, 2019, grifo nosso).

Neste último depoimento, constatamos que o processo de idas e vindas para as ruas está associado ao acesso ao trabalho e à renda. Na pesquisa realizada no mestrado (PINTO, 2015), dos/as 22 entrevistados/as, 11 responderam que estavam em situação de rua entre dois meses e cinco anos, nove responderam que estavam há mais de cinco anos em situação de rua e dois não responderam à pergunta. A Pesquisa Nacional/2009 identificou que, dos/as 31.992 entrevistados/as, 48,8% estavam há mais de dois anos dormindo nas ruas.

Considerando esses dados expostos, temos três inferências para suscitarmos. A primeira indica que o maior tempo de permanência expõe cada vez mais os indivíduos e famílias em situação de rua às diversas violações de direitos, como fome, desemprego, frio, sono, violência física, moral e psicológica, preconceito, estigma e outras, como já citamos. A segunda aponta que o maior tempo de permanência contribui para a possibilidade de rompimento definitivo com a família e amigos/as devido à perda de contatos, receio de retornar a procurar a família, mudança de endereço ou cidade da família. A terceira sinaliza que o tempo de permanência contribui no ingresso ao mercado formal de trabalho e aos programas de moradias que contemplem a realidade da população em situação de rua. Portanto,

o aumento de permanência de pessoas e famílias em situação de rua é um enorme desafio para as políticas de assistência social, saúde, educação, trabalho e renda, previdência social, segurança alimentar, cultura, lazer, esporte e direitos sociais.

O representante do MNPR/CE nos alerta que a ampliação do tempo de permanência nas ruas amplia o número de idosos/as em situação de rua: "*Existe também um aumento de idosos/as em situação de rua. O envelhecimento nas ruas é extremamente preocupante*". Registramos no nosso diário de campo que o movimento da população em situação de rua vem dialogando acerca do envelhecimento dessa população. Os/As participantes alertaram ainda que as políticas sociais não estão preparadas para dar respostas a essa problemática (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Tigipió (2019) revelou sua preocupação com o envelhecimento da população em situação de rua:

> *Tenho 53 anos. Hoje em dia, eu entendo mais sobre sair das ruas; como me sair das ruas. Estou cansado. Já enjoei. Pensei que ia suportar a vida toda. Estou envelhecendo. Passei oito meses doente, esperando uma cirurgia. Fiz a cirurgia de hérnia, mas ainda estou fazendo em acompanhamento. Sinto que estou envelhecendo mais rápido.*

Por fim, ressaltamos que a heterogeneidade da população em situação de rua exige uma atenção pelos/as gestores/as das diversas políticas públicas. A situação dessas pessoas é resultante das múltiplas determinações das desigualdades sociais inerentes à relação entre o capital e o trabalho, que alimentam a lucratividade do capital. Para aprender sobre as desigualdades entre o capital e o trabalho na realidade brasileira, é necessário adentrar no nosso processo de formação socioeconômica, que teve como base a exploração da força de trabalho escrava, que mantém um racismo estrutural retratado nas diversas expressões da *questão social*, a exemplo do fenômeno população em situação de rua.

2 FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BRASIL NO CONTEXTO DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL MUNDIALIZADO

O Brasil é o segundo país do mundo com a maior distância entre pobres e ricos. É também o sétimo país mais desigual do mundo. Os mais ricos representam somente 1% da população e concentram 28,3% da renda total produzida no país, atingindo o segundo lugar na lista com a maior concentração de renda mundial, consoante dados divulgados em dezembro de 2019 no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Por outro lado, metade da população brasileira, cerca de 104 milhões de pessoas, possuía uma renda de R$ 413,00 *per capita* em 2018, conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Em dezembro de 2019, o ano encerrou com 12,2 milhões de desempregados/as, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cerca de 80% das pessoas negras ganham até dois salários mínimos, dados também da PNAD Contínua/2016. Por que nosso país é tão desigual? “Tudo é tão desigual”.[24] Que caminhos trilhamos para chegarmos a um país com tantas contradições sociais? Quais as relações fundantes entre o processo de formação social e as desigualdades sociais no nosso país? Por que há uma distância abissal entre pobres e ricos no Brasil? Quais as determinações e os determinantes estruturais e estruturantes para a produção e reprodução de diversas expressões da *questão social* no Brasil, a exemplo do fenômeno população em situação de rua, que cresce visivelmente, principalmente nos grandes centros urbanos do nosso país?

Compreender as indagações acima é instigante, mas também um desafio, pois é necessário mergulhar na nossa História. Ir além dos fatos aparentes. Como bem dizem Marx e Engels (2010, p. 107), “[...] a nossa concepção da história é, sobretudo, um guia de estudo [...]. É necessário voltar a estudar toda a história”. Imbuídas por esse desafio, analisaremos as reflexões elencadas acima à luz dos processos sócio-históricos da formação brasileira no contexto da expansão do capitalismo mundial, que teve como base fundante a exploração da força de trabalho compulsório durante 300 anos de escravidão da população negra pela classe dominante brasileira, articulada à burguesia internacional. Assim, discutiremos sobre a formação socioeconômica nacional sob a lógica de um modelo de capitalismo dependente e periférico no contexto da fase imperialista expansionista.

---

[24] Trecho da música “A novidade”, de Gilberto Gil (1994).

Nessa direção, este capítulo está dividido em três seções inextricavelmente interligadas. A primeira seção trata do processo de formação socioeconômica à base da exploração da força de trabalho escrava protagonizado pelos senhores coloniais para atender aos interesses dos países de capitalismo avançado dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América (EUA) na fase expansionista do capitalismo imperialista. A segunda seção compreende a discussão da gênese da *questão social* com a urbanização e a industrialização sob a intervenção estatal a favor dos interesses do grande capital. A última seção traz a inserção da agenda neoliberal durante os governos a partir da primeira eleição direta no Brasil nos dias atuais, bem como debruça-se sobre a ampliação das desigualdades sociais.

2.1 **Formação socioeconômica brasileira no contexto de acumulação do capital na fase do capitalismo imperialista**

> Sou Negro […]. Contaram que meus avós vieram de Luanda como mercadoria de baixo preço. Plantaram cana pro senhor de engenho […].
>
> *Solano Trindade*

A fase do Brasil Colônia (1532-1808) consistiu no período em que nosso país esteve sob o domínio dos portugueses, entre os séculos XVI e XIX, centrado na exploração da força de trabalho negra, arrancada com extrema violência do continente africano, que marca profundamente a vida e a divisão do trabalho até os dias atuais. Compreender as nuanças do capitalismo brasileiro é se debruçar sobre a formação socioeconômica, em que os interesses do capital estrangeiro são sobrepostos a favor da acumulação de capital pela burguesia internacional e da formação da burguesia nacional.

Nessa direção, traçamos aqui um panorama das principais questões que contribuíram significativamente para a consolidação da hegemonia do capitalismo em âmbito mundial, tendo os países da América Latina, a exemplo do Brasil, como parte constituinte, sob uma forte dependência e subordinação em relação às economias avançadas, principalmente dos países da Europa Ocidental e dos EUA. Segundo Marini (2012, p. 47), “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”. O Brasil surge no cenário mundial sob a marca da colonização e subordinação à economia europeia.

Vale ressaltar que cada país dos diversos continentes assumiu um papel preponderante no circuito da consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico e mundializado, a exemplo do Brasil. Em Marx (2010, p. 43), “Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte”.

O Brasil se insere na fase expansionista do capitalismo imperialista no fim do século XIX e início do XX, marcado por uma relação de forte dependência financeira e política dos países pertencentes ao capitalismo avançado. A presença do capital estrangeiro no Brasil dá-se desde os tempos do Império (1822-1889), por meio de empréstimos, conforme Arruda (2012, p. 121), em que o Brasil contraiu 17 empréstimos junto aos bancos britânicos, entre os anos de 1822 e 1889, de maneira que:

> A penetração dos capitais estrangeiros no Brasil, ainda que estes tenham contribuído para o desenvolvimento de alguns setores importantes ligados à economia de mercado interno, também funcionava no sentido de reforçar o caráter dependente da economia brasileira, mantendo-a numa posição de ator coadjuvante no comércio internacional, além de bastante vulnerável diante das pressões que eram exercidas pelos magnatas das finanças. Aqui não se trata de negar o rápido processo de desenvolvimento industrial do país no período, mas de denunciar o seu caráter à medida que o acirramento dos conflitos inter imperialistas acentuava as contradições do processo de acumulação em escala internacional, e o padrão de dependência externa da economia brasileira redefinia-se, em função de novas correlações de forças entre as potências hegemônicas, e entre estas e os países dependentes e coloniais.

A ofensiva do capitalismo na América Latina tem como elemento central a expansão do capital em escala mundial, em sua fase imperialista, com base na transnacionalização de capitais, o que garantiu principalmente a hegemonia dos EUA na recomposição do capital no mundo Pós-Guerra Fria,[25] nas últimas décadas do século XX. De acordo com Bambirra (2015), no período entre 1951 e 1955, a América Latina recebeu a maior entrada líquida de capitais: um montante de 3,28 bilhões de dólares à época (cerca de 34,96 bilhões de dólares em 2018, ajustado pela inflação). Já entre os anos de 1956 e 1960, essa cifra subiu para 5,65 bilhões de dólares (60,22 bilhões de dólares em valores corrigidos de 2018), ficando apenas atrás do Sudeste asiático, que recebeu cerca de 8 bilhões de dólares (85,28 bilhões de dólares em 2018) nesse último período (BAMBIRRA, 2015).

[25] O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) significou a derrota nazista, trazendo como consequência a divisão do mundo em dois grandes blocos: de um lado, o bloco socialista, liderado pela União Soviética, e, de outro, o bloco capitalista, sob a hegemonia norte-americana, ensejando um conflito geopolítico e ideológico, conhecido como Guerra Fria (1945-1991), sem chegar, no entanto, a uma Terceira Guerra Mundial (BAMBIRRA, 2015).

Para aprender as particularidades do capitalismo no Brasil na fase expansionista imperialista, não podemos prescindir da análise dos séculos de escravidão, fundada na exploração da força de trabalho negra advinda do continente africano, que foi basilar na manutenção do sistema colonial e na garantia da dinamização do capitalismo nos países europeus.

O processo de escravização no Brasil teve início com a submissão da população indígena, por volta dos anos 1530, com a vinda dos portugueses, que implantaram as bases para a colonização atender prioritariamente à demanda por mão de obra para o trabalho na lavoura. Aos poucos, a escravidão indígena foi substituída pela africana, que gerava mais renda, pois o comércio transatlântico era extremamente lucrativo, inclusive para o governo, por meio da cobrança de imposto de importação. A capacidade produtiva dos/as escravos/as superava a da população indígena, pela experiência com o plantio em larga escala. Não será possível tratar aqui detidamente sobre as motivações que levaram a essa troca.

Após três décadas de tentativas de Portugal implantar uma política de dominação do território brasileiro, a colonização consistiu em atender prioritariamente aos interesses econômicos da Europa, principalmente de Espanha, Holanda e Inglaterra. À época, Portugal não possuía a tecnologia necessária para o refinamento do açúcar e dependia de outros países para a circulação dos insumos comprados no Brasil. Assim, toda estrutura colonial brasileira garantiu subsídios financeiros necessários ao desenvolvimento do capitalismo nos séculos XVI, XVII e XVIII dos países mais desenvolvidos da Europa. O interesse de Portugal no Brasil era voltado para a aquisição de gêneros alimentícios e minérios valiosos essenciais à acumulação de capital pelo mercado europeu, de modo que:

> Após as três primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da Metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e assentada na grande propriedade. Essa diretriz deveria atender aos interesses de acumulação de riqueza na Metrópole lusa, em mãos dos grandes comerciantes, da Coroa e seus afilhados. Como Portugal não tinha o controle dos circuitos comerciais na Europa, controlados, ao longo dos anos, principalmente por espanhóis, holandeses e ingleses, a mencionada diretriz acabou por atender também ao conjunto da economia europeia (FAUSTO, 1996, p. 27).

A Coroa Portuguesa acumulou capital por meio da expropriação de terras e matéria-prima no Brasil, bem como pela exploração do trabalho coletivo dos/as escravos/as. O sistema colonial era predominantemente uma atividade rural, a qual

mantinha a vida econômica nas cidades, em que se concentravam apenas os pequenos comércios, a Igreja e as casas de operações financeiras para a obtenção de créditos.

As instalações das fazendas agroindustriais concentraram-se principalmente nas faixas litorâneas, nas proximidades de portos, como os estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Pará e Maranhão. De acordo com o Dossiê Tráfico de Escravos, durante o período entre os séculos XVI e XIX, o tráfico negreiro foi responsável pelo deslocamento forçado de milhões de africanos/as. Um total de 12.521.336 africanos/as escravizados/as desembarcaram da África para diversos países, sendo que 5.532.118 ficaram no Brasil, principalmente em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Um número considerável de escravos/as, principalmente crianças e jovens, morria antes de chegar ao destino final, fato que gerava prejuízos aos comerciantes. Do total de africanos/as escravizados/as, 12,5% não conseguiam sobreviver aos longos dias de viagem sentados/as nos porões dos navios, com péssimas condições de higiene, o que permitia a proliferação de doenças, sem acesso ao sol, sem água potável, com uma alimentação à base de milho e submetidos/as a severos castigos.

Ao chegarem ao Brasil, os/as escravos/as eram separados/as de suas famílias, obrigados/as a aprender a língua nativa e batizados/as pela Igreja Católica. A Igreja e os donos das fazendas proibiam as práticas religiosas e culturais africanas. Os/As escravos/as deviam obediência e fidelidade aos senhores de engenho: “A ordem escravocrata comercializava também o corpo das escravas e o leito materno” (GORENDER, 2016, p. 507). A pungência vivida pelos/as escravos/as é retratada adiante:

> Lá na úmida senzala, / Sentado na estreita sala, / Junto ao braseiro, no chão, / Entoa o escravo o seu canto, / E ao cantar correm-lhe em pranto / Saudades do seu torrão […]. O escravo então foi deitar-se, / Pois tinha de levantar-se / Bem antes do sol nascer, / E se tardasse, coitado, / Teria de ser surrado, pois bastava escravo ser. […]. E a cativa desgraçada. / Deita seu filho, calada. / E põe-se triste a beijá-lo, / Talvez temendo que o dono / Não viesse, em meio do sono, / De seus braços arrancá-lo! (ALVES, 1884).

No Brasil, a força de trabalho escrava foi largamente utilizada nas fazendas de açúcar, algodão, cacau, fumo e café, bem como na pecuária e na mineração. Os/As escravos/as trabalhavam entre 14 e 16 horas por dia, expostos/as ao sol, calor, chuva, sede, alimentação precária, forte vigilância, ameaças, insultos e severos castigos proferidos pelos proprietários da fazenda e pelo capataz.

Diversos estudos apontam formas de confronto contra a escravidão, como a formação de poupança para a compra da alforria e invasões de fazendas para libertar escravos/as. Em face de condições de vida tão aviltantes, os/as cativos/as construíram estratégias pela liberdade, a exemplo da construção de quilombos pelos/as escravos/as fugitivos/as em diversos territórios no Brasil. Um dos mais famosos ficou conhecido como Quilombo dos Palmares,[26] em Pernambuco, destruído em 1694, chegando a abrigar cerca de 20 mil pessoas. Ainda sobre os/as escravos/as, sabe-se que:

> Seria errôneo pensar que, enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros a aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos, desde os primeiros tempos. Os quilombos, ou seja, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas, existiram às centenas no Brasil colonial. Palmares - uma rede de povoados situada em uma região que hoje corresponde em parte ao Estado de Alagoas, com vários milhares de habitantes - foi um desses quilombos e certamente o mais importante. Formado no início do século XVII, resistiu aos ataques de portugueses e holandeses por quase cem anos, vindo a sucumbir, em 1695, às tropas sob o comando do bandeirante Domingos Jorge Velho (FAUSTO, 1996, p. 12).

Nesse cenário, o senhor de engenho mantinha o controle das relações mercantis com os grupos financeiros do mercado europeu, no intuito de escoar a produção das fazendas brasileiras. Para Fernandes (2005, p. 41), “[...] o sistema colonial organiza-se tanto legal e política quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora”. O senhor colonial alicerçava seus interesses na expansão das lavouras e do comércio externo. Na casa-grande, o senhor de engenho e sua família viviam rodeados de artigos de metais preciosos, de cristal, de porcelanas finas, de rendas importadas da Europa e ainda contavam com um número significativo de escravos/as domésticos/as para servi-los.

O poder do senhor colonial era baseado no patrimônio, advindo do número de escravos/as, dos metais preciosos e das propriedades que possuía. Ainda gozava de grande prestígio e influência política nas decisões da Colônia, a tal ponto que:

> Os senhores de engenho tiveram um considerável poder econômico, social e político na vida da Colônia. Eles formavam uma aristocracia de riqueza e poder, mas não uma nobreza hereditária do tipo que existia na Europa. O rei concedia títulos de nobreza por serviços prestados ou mediante pagamento. Entretanto, esses títulos não passavam aos herdeiros. Não devemos, aliás, exagerar a estabilidade dos senhores de engenho e mesmo sua riqueza, generalizando para o conjunto de uma classe social aquilo que foi característica de algumas famílias. O negócio da cana trazia riscos,

[26] Esse nome deu-se porque a região possuía uma enorme quantidade de palmeiras. Não se sabe ao certo quando surgiu o Quilombo dos Palmares, mas os primeiros registros datam de 1597.

> dependendo da oscilação de preços, de uma boa administração, do controle da massa escrava. Os engenhos foram mais permanentes do que seus senhores. Existiram com os mesmos nomes por centenas de anos, porém mudaram várias vezes de mãos (FAUSTO, 1996, p. 49).

A estrutura econômica colonial escravista começou a dar sinais de declínio, em virtude das grandes transformações que já ocorriam na Europa no século XVIII, como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. No final do século XVIII e nas décadas iniciais do século XIX, houve a produção acelerada de mercadorias a partir da introdução de grandes inovações tecnológicas, como a máquina a vapor e o tear mecânico, ícones do advento do capitalismo.

As transformações advindas da Revolução Industrial trouxeram mudanças para toda a sociedade, polarizada radicalmente em duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. A Revolução Francesa (1789) inaugurava os ideais liberais, sustentados no tripé Liberdade, Fraternidade e Igualdade. A primeira grande vitória da burguesia ocupou o poder político e o Estado a favor de seus interesses. A Revolução Francesa fez sucumbir os ideais do feudo em favor da nova classe que emergia, a classe burguesa. A Revolução Francesa influenciou também o processo de Independência do Brasil em relação à Coroa Lusitana em 1822.

As novas relações sociais imputadas pelo capitalismo interpelavam a totalidade da vida social, tanto na reprodução da vida material como nas diversas dimensões da vida em sociedade, reproduzindo um determinado modo de vida e de pensar. O pensamento liberal se espraiava por toda a Europa e exigia mudanças no processo de acumulação do capital. Entretanto, o liberalismo no Brasil deu-se em circunstâncias distintas daquelas havidas nos países europeus, marcando a economia somente a partir do século XIX, no contexto do modelo primário-exportador do país.

O fim da era colonial foi impulsionado também pela vinda da Família Real e da Corte Portuguesa para o Brasil (1808), que trouxe mudanças para o Rio de Janeiro no início do século XIX, inaugurando diversos serviços, como os Bancos, a Real Biblioteca de Portugal, o Jardim Botânico, as Faculdades (não Universidades) e outras instituições. A vinda da Família Real antecipou o processo de Independência do Brasil e o enfraquecimento do período colonial. No Brasil, a classe dominante se apropriou da ideologia liberal, articulada à prática escravagista, no contexto da Independência do Brasil (1822), iniciando um novo ciclo, o Império (1822-1889).

Cabe mencionar que a pressão do movimento abolicionista no Brasil, na segunda metade do século XIX, agrupou diferentes classes sociais, porém sob a

liderança predominante de brancos/as liberais. Os/As abolicionistas eram formados/as por diversas posições políticas, republicanos/as, religiosos/as, homens e mulheres intelectuais e ex-escravos/as. Nos anos de 1870, surgiram diversas associações abolicionistas por todo o país.

O fim do sistema escravocrata no Brasil foi resultado da organização dos movimentos sociais e populares, a exemplo da Revolta dos Alfaiates (1798) e da Revolta dos Malês (1835), ocorridas na Bahia. O movimento abolicionista teve a marca dos interesses da elite branca escravocrata voltada para atender ao capital estrangeiro e às indústrias que já dominavam a Europa.

A extinção do tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queirós, que entrou em vigor na década de 1850, durante o Segundo Reinado, tornou o comércio de escravos/as extremamente oneroso, fazendo com que fosse menos rentável do que o trabalho assalariado dos/as imigrantes no Brasil. Assim, a força de trabalho escrava foi sendo substituída pela dos/as imigrantes, antes mesmo da Lei da Abolição.

Em 13 de maio 1888, após quatro séculos de escravidão, com a Lei da Abolição,[27] pôs-se fim ao trabalho escravo no Brasil. Vale lembrar que o senhor de engenho e o Estado não assumiram o compromisso de manutenção da força de trabalho escrava após a abolição da escravatura; não garantiram à população escrava liberta o acesso a: educação, saúde, moradia e demais políticas públicas que lhe possibilitasse condições mínimas de competitividade com a força de trabalho imigrante.

No Brasil, após a abolição da escravidão, não foi implantada uma política de reparação pelos séculos de expropriação da força de trabalho negra. Ao contrário, o país optou por um projeto de modernização conservadora que culminou na ampliação do latifúndio e disseminou o racismo estrutural no Brasil, presente até os dias atuais. O trecho da música adiante nos interpela a refletir sobre essa questão:

> Negam que aqui tem preto, negão / Negam que aqui tem preconceito de cor / Negam a negritude, essa negação / Nega a atitude de um negro amor / Mas pra todo canto aonde com você, eu vou / Com o canto do olho lançam setas de indagação / Ainda não sabem, mas sabemos que a opressão / É a falta de pressa do opressor pedir perdão / A quem não perdeu tempo e há muito tempo perdoou, ôuô! / Mas nunca esqueceu, não (CÉSAR, 2015).

O processo abolicionista deu-se apartado de uma política de indenização aos/às escravos/as libertos/as, em face da exploração desmedida da sua força de trabalho, separação das suas famílias, da sua cultura e da sua religião, pelas

[27] A abolição da escravatura teve fim com a promulgação da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea), fruto do movimento abolicionista, em fins do século XIX, que mobilizou setores da sociedade brasileira. Foi aprovada na Câmara e no Senado, sendo sancionada pela princesa regente em apenas cinco dias. Esse processo teve início com a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queirós), proibindo a entrada de africanos/as escravos/as no Brasil. Em seguida, foram promulgadas a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei do Sexagenário (1885).

humilhações vivenciadas, pelos castigos e assassinatos, pelo isolamento nas senzalas com pouca iluminação e circulação de ar. Os/As escravos/as libertos/as não tiveram o direito à posse da terra e ao trabalho, pois, após a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, proibia-se a aquisição de terras devolutas por meio do trabalho, somente pela compra junto ao Estado. Também conhecida como Lei da Terra, a Lei nº 601/1850 organizou a propriedade privada por meio da aquisição de terras devolutas no Império mediante somente a compra de terras, beneficiando os proprietários de terras e impossibilitando os/as escravos/as no acesso à terra.

Além disso, os proprietários de comércios e fazendeiros optaram pela contratação da mão de obra imigrante, adotando uma relação contratual e destinando os/as negros/as libertos/as para fora das fazendas, à sua própria sorte. A abolição da escravatura espraiou o racismo estrutural, perverso e desumano, que está entranhado nas relações sociais no Brasil, revelado nas mais diversas expressões das desigualdades sociais, que se aprofundam com as constantes configurações do capitalismo nos dias atuais. O racismo estrutural está cristalizado e naturalizado no nosso país, de maneira que:

> A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 2005, p. 323-324).

A abolição da escravatura, a Proclamação da República (1889)[28] e a industrialização não foram suficientes para a superação dos valores colonialistas e para possibilitar a implementação do espírito republicano no Brasil. A Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel tardiamente em relação aos demais países europeus e americanos, acabou “libertando” apenas cerca de 700 mil escravos/as que ainda trabalhavam nas fazendas em todo o Brasil, exceto no Ceará, cuja abolição havia ocorrido anteriormente, como veremos adiante.

---

[28] A Proclamação da República significou o fim do governo monárquico por um golpe militar que perdurou até os anos de 1930, com a chamada “Revolução de 1930”. A Proclamação da República foi um movimento eminentemente elitista que ocorreu sem a participação direta das camadas populares. Na realidade, foi forjada por uma aliança entre a elite militar do Exército e os fazendeiros cafeicultores do oeste paulista. Entre 1889 e 1930, a economia brasileira estava voltada basicamente para as exportações de produtos agrícolas.

Antes da abolição da escravatura, podemos afirmar a presença de crianças, idosos/as, homens e mulheres nas ruas das cidades brasileiras. A aprovação da Lei do Ventre Livre, nº 2.004, de 28 de setembro de 1871, e da Lei do Sexagenário, nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, buscou atenuar as pressões do movimento abolicionista no Brasil. A Lei do Ventre Livre determinou que os/as filhos/as de escravas nascidos/as a partir da data da aprovação da lei eram livres. Na prática, a lei determinava que as crianças deveriam ficar em poder dos senhores das suas mães até os 8 anos de idade, quando eram entregues ao governo, com direito de indenização ou utilização de sua força de trabalho até os 21 anos. Em linhas gerais, a Lei do Sexagenário determinou a libertação de escravos/as com mais de 60 anos sem direito a indenização paga pelos fazendeiros, que consistia na obrigação de cuidar dos/as escravos/as libertos/as ou inválidos/as em troca de prestação de serviços. A aprovação da lei não trouxe grandes repercussões econômicas e políticas, pois, com as condições de trabalho extenuantes e as condições de vida aviltantes, um número reduzido de escravos/as conseguia chegar aos 60 anos de idade. Os/As escravos/as idosos/as poderiam deixar a propriedade do senhor, caso desejassem, sem direito a indenização. Ambas as leis contribuíram para que os/as escravos/as libertos/as passassem a viver nas ruas, mendigando ou realizando pequenos serviços. Escravos/as libertos/as ficaram à deriva, à própria sorte. Registramos no diário de campo desta tese (2019) a seguinte exposição: "*Será que a abolição foi feita de verdade? Será que mudamos essa relação senhorial?*".

Na realidade, o fim da escravatura expôs homens e mulheres negros/as às mais diversas situações de pobreza. À sua maioria restou a submissão ao trabalho em condições extremamente precarizadas, sem salários fixos e sem contratos e em áreas desprezadas pelos/as imigrantes e brasileiros/as brancos/as. Aos/Às recém-libertos/as couberam as atividades de biscate, engraxate, cuidador de animais, carregador de mantimentos ou latas d'água, peão de gado, cuidador de fazendas de café e vendedor de produtos nas ruas das cidades. As mulheres negras foram destinadas aos serviços domésticos nas casas das famílias ricas e brancas. Além disso, a desocupação e a mendicância foram alternativas relegadas aos/às negros/as livres na busca de sustento nas cidades. Sobre essa questão, Fernandes (2008, p. 526) assevera que:

> Diante do negro e do mulato se abrem duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando

> no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática, ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de ‘homem livre’.

Em suma, o fim da escravidão não significou a incorporação da força de trabalho negra às indústrias, às fazendas agroindustriais do café e aos comércios nas áreas urbanas. A burguesia que emergia do senhor agrário optou por absorver a força de trabalho imigrante branca, que encontrava no Estado o sustentáculo para o desprezo da força de trabalho negra. Para ambos, a população negra livre era incompatível com o assalariamento e uma relação contratual de trabalho.

A vinda do imigrante europeu tinha também como objetivo uma política de embranquecimento da população negra no Brasil, assim seus descendentes poderiam nascer mais brancos e obter uma ascensão social. Para Hofbauer (2003), o ideário do “branqueamento” era uma das características importantes do “racismo brasileiro”, que tem servido como suporte ideológico das relações de poder estabelecidas desde a Colônia no Brasil. A política do branqueamento constituiu uma oferta da elite branca e do Estado racista para que os/as descendentes negros/as pudessem ascender socialmente pela inclusão no mercado de trabalho e na sociedade racista, preconceituosa e patriarcal.

Para a classe dominante, a miscigenação de raças era um elemento explicativo da miséria no Brasil. Diante disso, o Estado investiu em uma política de branqueamento visando a reduzir a miscigenação nos anos finais do século XIX. Era preciso embranquecer e impor uma supremacia branca para uma saída civilizatória do Brasil. O branqueamento consistiu na negação da cultura, da linguagem e da vestimenta da população negra. Para Maia e Zamora (2018, p. 283):

> Ainda estamos atuando sobre [*sic*] a lógica racial e sobre [*sic*] a política do embranquecimento; elas se reeditam, se recriam e produzem subjetividades. A construção da lógica racial no Brasil faz-nos compreender o coengendramento entre a política do branqueamento e os modos de incidência do racismo na subjetividade negra e branca na contemporaneidade. O Brasil é um país que vive o racismo estrutural sustentado na hegemonia da brancura. Isso marca privilégios por parte da população branca e inviabiliza o acesso da população negra, em amplo aspecto, aos territórios existenciais, políticos, econômicos e sociais.

A política de branqueamento ainda se perpetua como uma das expressões do racismo no Brasil, em que a população negra sente as pressões para aderir aos padrões de beleza eurocêntricos. O Movimento Negro obteve avanços pela afirmação da sua cultura e da sua ancestralidade.

A sociedade colonial brasileira vetou a possibilidade de os/as escravos/as livres assumirem a condição de trabalhadores/as assalariados/as. Os senhores

coloniais mantiveram o desprezo pelos/as negros/as livres, e a hostilidade era uma resposta às fugas dos/as escravos/as das fazendas para os quilombos. As fugas, na visão dos senhores coloniais, eram a demonstração de ingratidão e de insolência dos/as negros/as, à medida que tinham alimentação, moradia e vestimenta garantidas pelos senhores.

No Brasil, a população negra livre não estava em consonância com o projeto urbano de modernização das cidades, marcado pelos padrões estéticos europeus. A diferença entre a população negra e a imigrante era refletida nos bairros. As famílias brancas residiam nas ruas mais urbanizadas, com casas em condições melhores, já a população negra habitava as ruelas, os becos e os locais alagadiços em diversos cortiços existentes na época. A população negra recém-liberta residia em cubículos em condições insalubres.

Nesse cenário, a população negra liberta das fazendas vivenciou o desemprego, o alcoolismo, a mendicância, a prostituição, o trabalho infantil, a criminalidade e a proliferação de doenças contagiosas. Eram vistos/as como malandros/as, desocupados/as, marginais, bêbados/as e pedintes nos centros urbanos, mesmo sendo as únicas formas de sociabilidade. Os conflitos familiares também faziam parte da rotina dos/as escravos/as libertos/as. O Estado, por meio de seus agentes, exercia a repressão e o tratamento pautado na cor da pele para reprimir a mendicância, a vadiagem, a malandragem e a prostituição. A população negra já era tratada como suspeita e perigosa para a sociedade.

Não podemos deixar de afirmar que existem parcos documentos historiográficos e de estudos acadêmicos que tratam de forma amiúde acerca das condições de trabalho e de vida da população negra liberta com a abolição da escravatura no Brasil fora das fazendas, visto que:

> Na história contada sobre o país há uma lacuna importante quanto ao destino da população negra após a abolição, fruto do silêncio que insiste em ratificar que a injustiça cometida contra essa parcela da população cessou com o fim da escravatura. Por outro lado, a busca pela transformação da nação em um país desenvolvido e industrializado logrou justificar essa exclusão, e os estereótipos se disseminaram pelo país, atribuindo ao negro a culpa por sua condição social (EURICO, 2013, p. 294).

Diante do exposto, é preciso considerar que homens e mulheres negros/as saíram das fazendas e seguiram para as cidades em busca de trabalho, sendo expostos/as às mais profundas desigualdades sociais. Nessa perspectiva, concluímos que as expressões da *questão social*, a exemplo do fenômeno em estudo, surgiram com o advento do trabalho do livre em substituição à força de trabalho escrava, que perdurou por séculos nas fazendas no Brasil. A relação da

abolição da escravatura e a (re)produção do fenômeno social população em situação de rua merece estudos mais aprofundados, impossível de realizá-los aqui.

Ao retornarmos ao Quadro 1 desta pesquisa, verificamos que a maioria dos/as entrevistados/as se declarou como preto/a e pardo/a. No Brasil, a pobreza atinge severamente a população negra deste país. Por tudo isso, concluímos que o fenômeno social em estudo é inerente às relações entre o capital e o trabalho, no contexto da inserção da força de trabalho imigrante após a abolição da escravatura, como veremos a seguir.

2.2 **A urbanização e a industrialização brasileira: elementos fundantes das expressões da *questão social***

> São forças, são suores que levantam as vedetes / [...]. São vozes que negaram liberdade concedida / Pois ela é bem mais sangue / Ela é bem mais vida / São vidas que alimentam nosso fogo da esperança / O grito da batalha / Quem espera nunca alcança / [...]. Ê eu quero é cantar essa mão tão calejada / Que nos deu tanta alegria / E vamos à luta.
>
> *Gonzaguinha*

O Brasil, assim como outros países da América Latina, teve um processo de formação socioeconômica marcado por um forte atraso decorrente do sistema colonial escravocrata e agroexportador, que garantiu a acumulação de capital dos países europeus e da classe dominante local. A lenta transição do período agroexportador para o urbano-industrial deu-se baseada em relações extremamente dependentes dos países de capitalismo avançado no cenário grande de disputas entre os grandes monopólios, trustes e cartéis, principalmente entre Inglaterra, França e Alemanha.

A expansão industrial no Brasil deu-se à luz de um projeto de desenvolvimento extremamente desigual, racista e predatório nas cidades que emergiam em torno principalmente da produção e exportação do café. A elite advinda das fazendas coloniais adaptou-se às exigências urbano-mercantis e industriais, porém mantendo os seus interesses agrários. Barbosa (2012, p. 28) explicita que:

> Na verdade, no Brasil, as transformações vividas pela economia e pela sociedade durante a industrialização não implicaram a derrota dos interesses agrários em favor do urbano mercantil e industrial. Ao contrário, boa parte da nova elite urbana que se formava tinha laços íntimos com a

> velha fazenda cafeeira do Sudeste brasileiro e nunca rompeu de fato com as antigas lideranças rurais das outras regiões do país. De outro modo, o regime que antes era oligárquico, baseado na posse da terra, aos poucos, tornou-se mais complexo, com novos atores no tabuleiro, sem jamais, porém, retirar do antigo grupo dominante a participação nas decisões e disputas importantes.

A pequena elite urbana, com laços fincados na velha estrutura cafeeira, apropriou-se do Estado na ampliação do seu poder econômico e político no Brasil. As cidades brasileiras transformaram-se gradativamente a partir da divisão social do trabalho no contexto da industrialização, em especial a partir dos anos de 1930, no Rio de Janeiro e São Paulo, que já demonstravam os problemas advindos do aumento demográfico e da pobreza da classe trabalhadora. Uma massa de trabalhadores/as livres crescia advinda do campo e atraída pela possibilidade de melhores condições de vida e de trabalho na cidade.

No Brasil, a classe dominante, a oligarquia tradicional, continuava mantendo seu poder econômico, sua influência política e a hegemonia do Estado, colocando-o a favor de seus interesses. Esse processo foi denominado de “consolidação conservadora” da dominação burguesa no Brasil, nas palavras de Fernandes (2005, p. 246-247), haja vista que:

> O problema central tornou-se, desde logo, como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originária, herdadas da Colônia e do período neocolonial, e como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital (ligadas à expansão interna do capitalismo comercial e, em seguida, do capitalismo industrial). Aí se fundiram, como vimos anteriormente, o ‘velho’ e o ‘novo’, a antiga aristocracia comercial com seus desdobramentos no ‘mundo de negócios’ e as elites dos imigrantes com os seus descendentes, prevalecendo, no conjunto, a lógica da dominação burguesa dos oligárquicos dominantes. Essa lógica se voltava tanto para o presente e para o futuro, tanto na economia quanto na política.

No âmbito mundial, o decorrer do século XIX foi palco de grandes transformações na economia e nas relações de poder que interferiram na reorganização geopolítica, com o ingresso dos EUA e da Alemanha. Os EUA conquistaram uma posição de hegemonia do mercado mundial, principalmente nos setores automotivos e bélicos, sustentados pela aquisição de matérias-primas nos países dependentes. Esse fato contribuiu decisivamente para torná-los referências mundiais até os dias atuais no mercado armamentista. A incorporação de novas tecnologias nas indústrias contribuiu para o aumento significativo da produção e circulação de mercadorias no mercado mundial.

Nesse cenário, a influência do pensamento socialista e suas críticas ao capitalismo levaram os países imperialistas a lançarem mão de estratégias de

dominação em diversas esferas da vida social nos países dependentes, na economia, na política, na cultura, o que impactou fortemente os países da América Latina, a exemplo do Brasil. As forças sociais e os movimentos de esquerda, com forte influência dos partidos comunistas europeus, adentraram na América Latina a partir do momento em que a União Soviética ganhou *status* de grande potência industrial após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Marini (2012, p. 53):

> Em seu aspecto mais global, este processo dá lugar a tendências contraditórias. Por um lado, reforça o sistema imperialista, conformando um centro hegemônico de poder – os Estados Unidos – que impulsiona e coordena a integração, garantindo-a com seu poder militar. Por outro lado, conduz ao surgimento de um campo de forças opostas: o campo socialista, que nasce e se desenvolve no fogo dos conflitos engendrados pela própria integração imperialista.

Os grandes monopólios imperialistas, com uma enorme concentração e centralização de capitais, impuseram mudanças significativas para os países dependentes, como o Brasil. Esta fase do capitalismo teve como base a fusão da hegemonia do capital financeiro com as corporações monopolistas. A fase imperialista consistiu no domínio da economia mundial na fusão de grandes empresas no mesmo setor para eliminar a concorrência, obtendo a concentração da produção e de capital, formando os monopólios e oligopólios. Para Lenin (1976, p. 18), “Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes - para não dizer o mais importante - da economia do capitalismo dos últimos tempos […]”.

Nesta fase, os bancos são incorporados ao sistema capitalista e assumem o papel de transformar dinheiro em mais dinheiro, convertendo o capital dinheiro inativo em capital ativo, ou seja, oferta um capital à disposição da classe dominante que rende lucros. A relação estreita entre os bancos e os capitalistas industriais é um dos pilares da consolidação do capitalismo imperialista, garantindo um capital excedente para os países de economia avançada, para que estes possam exportá-lo para as regiões dependentes, formando monopólios, cartéis e trustes.

Essa relação criou um forte elo de dependência econômica e política do capital industrial com o setor bancário, por meio de concessões de empréstimos, oferta de contas bancárias, controle de operações, domínio das condições econômicas das empresas, das compras e vendas de ações, além de seus representantes interferirem na administração das empresas industriais e bancárias. O sistema bancário iniciou a alocação de recursos financeiros nas indústrias, convertendo-os em capital industrial. É impossível pensar a lógica do capital

financeiro sem o capital industrial. A interferência dos bancos na economia passou a ser extremamente relevante, à medida que as atividades produtivas, na cidade ou no campo, tornaram-se inimagináveis, sem os investimentos financeiros, até os dias atuais. O sistema financeiro passou a atuar diretamente no desenvolvimento econômico e nas decisões políticas dos países.

O cenário mundial da segunda metade do século XX atravessava uma grave crise econômica, herdada da grande depressão da década de 1930, além dos efeitos deletérios da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e da Guerra Fria (1945-1991) entre Estados Unidos e União Soviética. Convém relembrar que nesse período os países capitalistas eram palco de fortes tensionamentos, advindos do movimento operário, o qual, sob a forte influência dos ideários comunistas e em resposta à situação de pobreza da classe trabalhadora, exigia de forma decisiva que o Estado e o empresariado incorporassem parte das suas reivindicações.

Com isso, o Estado ampliou sua intervenção na economia, por meio da oferta de serviços públicos, rompendo definitivamente com o pensamento liberal, que defendia que não cabia ao Estado intervir nas relações entre o mercado e o trabalho. Segundo Behring e Boschetti (2008), a mobilização e a organização da classe trabalhadora foram fundamentais para a mudança do Estado liberal no final do século XIX e meados do século XX. A classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas nos direitos civis, políticos e sociais.

A crise de 1929 trouxe rebatimentos para a economia mundial e consequências deletérias para os países dependentes, como o Brasil. A partir desse momento, países como Brasil, Argentina e México deram início à produção de mercadorias, *a priori*, para consumo interno de bens não duráveis, contribuindo para a ampliação do mercado consumidor. No Brasil, as indústrias, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, eram voltadas para a produção de tecidos, calçados e outros produtos de fabricação mais simples. A força de trabalho contratada nessas fábricas era, na maioria das vezes, de imigrantes, como já destacamos. As indústrias instaladas no Brasil eram de caráter complementar à exportação e também para atender ao mercado nacional.

Prado Júnior (1993) analisa que a passagem da indústria manufatureira do período colonialista para a moderna empresa baseada na maquinofatura teve um grande hiato. Esse retardo deu-se pela deficiência de fonte de energia, pelo difícil acesso às principais reservas de carvão, pelas distâncias geográficas e pela ausência de um sistema de transporte entre as diversas regiões do país. O atraso da instalação de indústrias deu-se também em razão de o mercado de

consumidores interno ser ínfimo, com baixo poder econômico de consumo. Soma-se a isso a concorrência desleal entre as mercadorias produzidas pelas indústrias brasileiras e os produtos importados, com qualidade superior e com o custo mais baixo, que chegavam ao Brasil desde a abertura dos portos ao livre comércio exterior. As empresas estrangeiras ainda contavam com baixas tarifas alfandegárias, que se perpetuaram por muitos anos.

Ainda parafraseando Prado Júnior (1993), um dos incentivos à industrialização no Brasil deu-se com a dificuldade financeira de o governo arcar com as despesas na importação de produtos manufaturados necessários ao consumo da população interna, acarretando um desequilíbrio nas contas públicas. O autor destaca ainda que a Grande Guerra de 1914-1918 impulsionou a indústria brasileira, principalmente dada a demanda de produtos têxteis e de minérios, principalmente de aço, ferro e carvão, atendendo às necessidades da guerra. A oferta de mão de obra de baixo custo, embora deficiente em termos de qualificação, contribuiu para o interesse de a burguesia internacional instalar indústrias no Brasil. Em suma, é preciso demarcar que o processo de industrialização foi assumido de forma complementar ao setor de exportação, tendo em vista que a população urbana brasileira possuía baixo poder de aquisição de mercadorias.

Em 1923, o presidente Arthur Bernardes sancionou a Lei Eloy Chaves, por meio do Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro. A proposta enviada pelo deputado federal Eloy Chaves e aprovada pelo Congresso Nacional foi fundamental na construção da Previdência Social no Brasil, criando inicialmente as Caixas de Aposentadoria e Pensões das categorias ferroviárias, marítimas e outras, contemplando os benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria ordinária (atualmente chamada de aposentadoria por tempo de contribuição), pensão por morte, bem como o benefício de assistência médica. Essas caixas de aposentadorias eram mantidas pelas contribuições do Estado, das empresas e do desconto direto dos salários dos/as trabalhadores/as.

Em 1927, existia uma rigorosa legislação, como o primeiro Código de Menores, que tornava o Estado responsável pelas crianças e adolescentes menores de 18 anos em situação de rua. Já entre 1940 e 1943, o governo de Getúlio Vargas estabeleceu uma série de ações de proteção às crianças pobres e sua família com a criação do Departamento Nacional da Criança, do Serviço de Assistência ao Menor, da Legião Brasileira de Assistência, do Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial, do Serviço Social do Comércio e da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Getúlio Vargas (1930-1945) assumiu a presidência da república mediante um golpe de Estado, denominado de “Revolução de 30”, nos termos de Florestan Fernandes (2005). O presidente Getúlio Vargas centrou esforços para transformar o Brasil num país agrário-industrial, deixando de ser somente agrário. O Brasil também se destacava na produção de cimento, ferro, aço, tecido, álcool, papel e carvão. A economia cafeeira colapsou, gerando consequências, como a redução do preço do café no mercado internacional. A economia brasileira despencou, e a classe dominante reduziu a oferta do café para o mercado internacional e ainda ordenou a queima da produção excedente como forma de elevar o preço do produto.

No século XX, os efeitos deletérios da crise econômica mundial rebatiam-se diretamente nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, que impôs a necessidade de o Estado intervir por meio de serviços públicos para amenizar o desemprego, aquecer a economia e ampliar o consumo em todo o mundo, surgindo o *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social na maioria dos países da Europa como estratégia de enfrentar a crise do capital, principalmente no mundo pós-guerra, sem, no entanto, colocar em xeque a liberdade do mercado e a acumulação do capital. Nesse contexto, o modo de produção denominado de fordismo/taylorismo tornou-se dominante nas empresas automobilísticas dos EUA, evoluindo, em seguida, para os outros países capitalistas, possibilitando um grande acúmulo de capitais e a ampliação do capitalismo mundialmente. Para Iamamoto (2001, p. 29), nos “30 anos gloriosos” – do pós-guerra (1945) até meados dos anos 1970 – ocorreu uma ampla expansão da economia, sob os marcos do capital industrial, como base para a organização do modo de produção taylorista/fordista.

As primeiras experiências tayloristas/fordistas ocorreram nas fábricas de automóveis, que adotaram, na linha de montagem, um/a trabalhador/a ao lado do/a outro/a e em frente a uma esteira, realizando o trabalho que lhe coubesse, de forma repetitiva e com mais rapidez. O advento do fordismo/taylorismo implantou a organização da produção, de forma eficiente e eficaz, atendendo rapidamente ao consumo em massa em escala mundial, evitando desperdícios de tempo e de matéria-prima, otimizando a produção e a circulação de mercadorias.

O modelo do taylorismo/fordismo implicava um processo de organização baseado na produção em série e no consumo massificado. Os/As trabalhadores/as eram divididos/as em tarefas padronizadas e rotineiras, determinando a

fragmentação do trabalho e a perda da autonomia à medida que estavam submetidos/as ao controle permanente das máquinas para atingir metas. A rígida divisão de tarefas entre os/as trabalhadores/as, a adesão ao trabalho parcelado e o aumento da contratação da força de trabalho feminina foram estratégias adotadas no processo de reestruturação produtiva do capitalismo. Esse modelo exigia um encorpado investimento em maquinário e na qualificação de mão de obra.

A produção em larga escala necessitava de um constante aumento do consumo para que as mercadorias retornassem na forma de dinheiro. Aliás, a articulação entre a produção e o consumo era central para a garantia dos lucros. Para a ampliação da produção, as máquinas também funcionavam de forma contínua, padronizada e sincronizada, o que exigia uma grande quantidade de trabalhadores/as e estoque de matérias-primas. Essas transformações implicaram os processos de trabalho à medida que o trabalho parcelado distanciava o/a trabalhador/a do produto final, acirrando o processo de alienação e estranhamento da classe trabalhadora no universo produtivo. O sistema taylorista/fordista implantou a política do pleno emprego, que significava estabilidade e um padrão de consumo para a classe trabalhadora, denominada de regulação keynesiana.[29]

O Estado é parte constituinte do processo de acumulação do capital no modelo taylorista/fordista por meio da ampliação da sua intervenção junto ao mercado e à classe trabalhadora. O Estado canalizou recursos públicos para o financiamento de uma rede de serviços sociais gratuitos, ampliando, assim, suas funções e o volume dos gastos públicos, favorecendo a construção de um moderno conceito de proteção social, chamado de *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), que possibilitou a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. O Estado, ao ofertar uma gama de serviços públicos aos/às trabalhadores/as, assumia os custos com a força de trabalho, liberando parte dos seus salários para o consumo, aquecendo a economia e aumentando os lucros do capital.

Dessa maneira, o Estado atuava diretamente nas relações sociais, impulsionando o consumo em massa e um certo padrão de consumo. Ao transferir recursos públicos para o financiamento de uma rede de serviços sociais gratuitos, o Estado ampliava suas funções e o volume dos gastos públicos. Vale lembrar que

[29] A política do pleno emprego ou keynesiana foi proposta por John Maynard Keynes (1883-1946), o qual viveu em meio às fortes recessões e duas guerras mundiais. Esse cenário influenciou o seu pensamento e a sua prática política, comprometida com os interesses da burguesia, como membro do Partido Liberal Inglês. Keynes foi um dos principais defensores da intervenção estatal como estratégia para corrigir os problemas do mercado, conhecido também como Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*. A política do pleno emprego foi um pilar fundamental no processo de acumulação/regulação do modo fordista/keynesiano. Vale ressaltar que a estratégia do pleno emprego, com a intervenção do Estado, visava garantir o poder de consumo da classe trabalhadora.

a incorporação dos direitos sociais reivindicados pela classe trabalhadora não comprometia o lucro do capital nem mexia no ponto nevrálgico da estrutura das desigualdades sociais. Para Netto e Braz (2012), ao longo dos anos 1960 e no início de 1970, a pressão da classe trabalhadora não conseguiu imprimir uma nova ordem societária em contraposição ao modelo capitalista, mas com certeza significou a ampliação da intervenção do Estado nas expressões da *questão social*, por meio da oferta de uma gama de serviços públicos nas áreas da saúde, assistência social, habitação, educação e investimentos em infraestrutura. O *Welfare State* criou um sistema de proteção social em que a classe trabalhadora contribuía, o que era revestido em políticas sociais.

Assim, o Estado assumiu a responsabilidade de regulamentar as tensões sociais entre a burguesia e a classe trabalhadora, ofertando um rol de instituições e serviços públicos, bem como a implantação de uma legislação social e trabalhista. Ao atender às reivindicações da classe trabalhadora, o Estado liberava parte do salário da classe trabalhadora para o consumo, ampliando, ainda mais, o lucro da classe burguesa. Com isso, a classe trabalhadora obteve uma melhoria nas suas condições de vida e de trabalho, com o aumento de salários e um nível de estabilidade – pleno emprego keynesiano –, propiciando maior consumo também. Segundo Behring e Boschetti (2008, p. 86):

> O Estado, diga-se o fundo público, na perspectiva Keynesiana, passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas e social. Nessa perspectiva, o bem-estar ainda deve ser buscado individualmente no mercado, mas se aceitam intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo, para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças. Nessa intervenção global, cabe, portanto, o incremento das políticas sociais.

No Brasil, o presidente Getúlio Vargas protagonizou uma série de mudanças na relação do Estado com o mercado e a sociedade civil. A partir dos anos de 1930, Getúlio Vargas colocou em prática diversas ações de viés nacionalista e autoritário, com o intuito de garantir as bases econômicas, políticas e jurídicas para a consolidação da industrialização no país.

A classe trabalhadora, formada eminentemente por imigrantes, exigia mudanças a partir de uma pauta de reivindicações, como aumento de salários, melhores condições de vida e direitos trabalhistas. As péssimas condições de trabalho e vida impulsionaram a organização política da classe trabalhadora em torno do aumento de salários, redução da jornada de trabalho, direitos de férias e fim do trabalho infantil, conforme assinalam Iamamoto e Carvalho (1990, p. 128):

> O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento a nível de Estado, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses.

O Estado teve o papel preponderante nas respostas às tensões sociais ao incorporar parte das reivindicações da classe trabalhadora, dando início às primeiras medidas de proteção social e demarcando mudanças no trato da *questão social*, deixando de ser tratada somente como um caso de polícia. Em 1932, Getúlio Vargas aprovou a criação da Carteira de Trabalho, documento que garantia, mediante o seu registro, uma série de direitos e deveres ao/à trabalhador/a. Nessa década, o governo de Getúlio Vargas ampliou ainda a cobertura dos Institutos de Assistência e Proteção Social (IAPS) por perdas da capacidade laborativa com a velhice, a morte, a invalidez e a doença, mesmo sob a lógica contributiva pelos/as trabalhadores/as.

Nesse contexto, o Serviço Social se gesta na divisão social e técnica do trabalho com um profissional assalariado, inserido na trama de relações sociais concretas e na história social da organização da própria sociedade brasileira. Assim, o Serviço Social vai se inserir e obtém legitimidade no conjunto de mecanismos reguladores no âmbito das políticas socioassistenciais, desenvolvendo atividades e cumprindo objetivos que lhe são atribuídos socialmente. Nessa inserção, o assistente social, em uma relação de assalariamento, integra-se ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de sequelas da *questão social*, o que vai conferir um caráter não liberal ao exercício profissional, pois possuímos uma relação de assalariamento e dependemos dos espaços institucionais para desenvolver a nossa ação. O reconhecimento legal de profissão deu-se pelo Ministério do Trabalho pela Portaria nº 35, de 19 de abril de 1949.

Embora o Brasil não tenha vivenciado o Estado de Bem-Estar Social pautado nos marcos dos países europeus, no contexto de ampliação das políticas sociais por meio da intervenção do Estado, nos marcos taylorista/fordista keynesiano da economia em âmbito mundial, vivenciou o desenvolvimento e a expansão do profissional de Serviço Social, abrindo diversos espaços sócio-ocupacionais para esse profissional em variadas áreas no Brasil.

O presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei de Sindicalização, mediante o Decreto nº 19.770, de 3 de março de 1931, de cunho extremamente centralizador e

corporativista, que delimitava um sindicato por categoria profissional, proibição de propaganda política e religiosa nas entidades e supervisão dos materiais impressos pelo Ministério do Trabalho. Em 1932, o imposto sindical obrigatório foi implantado com o objetivo de tutelar a organização da classe trabalhadora urbana, controlando excessivamente os sindicatos. Vale ressaltar que Getúlio Vargas também perseguiu partidos políticos, principalmente os que questionavam suas ações e posturas, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em síntese, o Estado brasileiro intervencionista e modernizador deu fim ao liberalismo, especialmente nos anos de 1930, com o advento do Estado Novo (1937-1945), que representou a redução também das liberdades democráticas sob o véu do discurso da necessidade de um Estado forte e nacionalista, na defesa da indústria brasileira, como estratégia de desenvolvimento do país. Tratava-se de um modelo de Estado tecnicista e autocrático na relação com a sociedade. A Constituição de 1934 instituiu o voto secreto e obrigatório a partir dos 18 anos, a inclusão do voto feminino, a nacionalização do sistema bancário e a obrigatoriedade de as empresas estrangeiras contratarem trabalhadores/as brasileiros/as e adotou medidas de defesa dos recursos naturais.

O solo de sustentação da industrialização, a partir dos anos de 1930, deu-se como medida de protecionismo incentivado pelo Estado, via concessões de empréstimos, isenções fiscais e fortes incentivos à produção de bens duráveis para o consumo interno. O massivo investimento público e a construção de obras de infraestrutura possibilitaram a integração da indústria de bens de capital e de insumos, a exemplo do petróleo, da eletricidade e da siderurgia, extremamente necessários às indústrias. O presidente Getúlio Vargas implantou uma lógica de desenvolvimento da industrialização aliada aos EUA, por meio de empréstimos públicos, aumentando a relação de dependência.

Todo esse processo de desenvolvimento industrial não rompeu definitivamente com traços da nossa formação socioeconômica. A classe dominante se estruturou com a aliança entre o Estado e a burguesia nacional, entretanto sem romper definitivamente com a antiga ala dos latifundiários, causando insatisfações e disputas entre as classes dominantes. Assim, em pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ainda vigoravam a estrutura agrária tradicional e a lógica patrimonialista das antigas elites oriundas do escravismo e do domínio dos cafeicultores. Ao analisar o período de 1930 a 1980, Barbosa (2012, p. 28) afirma que:

> Na verdade, no Brasil, as transformações vividas pela economia e pela sociedade durante a industrialização não implicaram a derrota dos interesses agrários em favor do urbano mercantil e industrial. Ao contrário, boa parte da nova elite que se formava tinha laços íntimos com a velha fazenda cafeeira do Sudeste brasileiro e nunca rompeu de fato com as antigas lideranças rurais das outras regiões do país.

Durante o Estado Novo (1937-1945), denominado de período da Ditadura Varguista, Getúlio Vargas governou sob fortes aspirações fascistas, de Benito Mussolini, do Partido Nacional Fascista na Itália, que extinguiu instrumentos democráticos e impôs uma ditadura totalitária.

No Brasil, a Constituição de 1937 concedia poder absoluto ao presidente, permitindo ao Estado ordenar prisões, exílios e invasões de domicílios, censurar os meios de comunicação e cercear liberdades individuais. Ao instituir a Lei de Segurança Nacional, o governo tinha autorização para prender qualquer pessoa sem mandado judicial. Assim, lideranças e militantes foram perseguidos/as e presos/as, como o caso de Olga Benário, esposa de Luís Carlos Prestes, que foi entregue ao governo alemão nazista e morta, em 1942, em uma câmara de gás, juntamente com outras 199 prisioneiras no campo de Bernaburg, na Alemanha.

À frente do governo, Getúlio Vargas adotou uma política de embranquecimento da população brasileira, afirmando a superioridade branca europeia como uma estratégia de tornar os/as descendentes de negros/as mais brancos/as. Em 1939, o deputado Miguel Couto apresentou um projeto de emenda constitucional, em que defendia nitidamente que apenas os/as estrangeiros/as brancos/as eram desejáveis no Brasil. A maioria da sociedade e intelectuais conservadores/as pregava que a população ideal seria branca e cristã e que a política de branqueamento dentro dos padrões eurocêntricos era necessária.

Para impulsionar o desenvolvimento, o governo de Getúlio Vargas criou a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1943, que começou a operar em 1946, produzindo aço em larga escala. A Companhia Vale do Rio Doce, vendida em 2007, atual Vale, foi criada a partir de um acordo entre EUA, Inglaterra e Brasil em plena Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para explorar o minério de ferro. Entre os anos de 1969 e 1979, a empresa se consolidou como a maior exportadora de minério de ferro do mundo até os dias atuais, causando destruição da natureza e de cidades. Nesse dinamismo, o governo e a burguesia brasileira trilharam um caminho com fortes laços de dependência em relação aos países imperialistas monopolistas, principalmente em relação aos EUA. O presidente Getúlio Vargas rompeu relações com a Alemanha e concedeu espaços para a construção de bases militares americanas em Belém,

Recife, Salvador e Natal, além de lhe fornecer borracha e ferro. Nas palavras de Fernandes (2005, p. 253), “[…] a burguesia percebeu e aproveitou avidamente, edificando seus laços de associação com o imperialismo”.

Nesse ínterim, o Brasil obteve um intenso processo de urbanização, principalmente a partir dos anos de 1940. O Estado investiu em reformas urbanas por meio de obras de saneamento básico, construções de avenidas, ampliação de transportes públicos e obras de paisagismo. Em contrapartida, a formação de favelas, com péssimas condições de moradia, retratava as desigualdades sociais advindas de um crescimento urbano marcado pela segregação territorial e social da maioria da população nas grandes cidades.

As cidades urbanas receberam um enorme contingente de trabalhadores/as com a migração interna de diversas partes do país para a região Sudeste, em busca de oportunidade de trabalho, sobretudo nas grandes construções em infraestrutura. A cidade passou a exercer um papel central na economia brasileira com o aumento de trabalhadores/as urbanos/as concentrados/as nos arredores das fábricas, dando bases para a formação do movimento sindical. Em 1940, a taxa de ocupação urbana já era de 31,24%, chegando a 67% nos anos de 1980, conforme dados do IBGE.

Em 1945, Getúlio Vargas sentiu o acirramento das pressões políticas, econômicas e sociais, o que lhe obrigou a traçar iniciativas de abertura democrática e convocar as eleições. Esse período foi marcado também pela intensificação da disputa das classes sociais e pelas manifestações de diversos segmentos da sociedade que denunciavam o autoritarismo e as ideias nazifascistas impregnadas nas ações do governo vigente. O fim da Segunda Guerra Mundial e a consequente derrota do nazismo e do fascismo estamparam a incompatibilidade do governo de Getúlio Vargas com os novos tempos. O clima de dissidência dentro do próprio governo tornou insustentável a sua continuidade, sendo deposto do governo pelo alto comando do Exército em outubro de 1945.

Nas eleições de 1945, o marechal Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente do Brasil (1946-1951) com o apoio do governo dos EUA. O seu governo teve como marca o Plano Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (Salte), visando a propiciar melhores condições de vida à população. No entanto, o Plano Salte foi inviabilizado mediante a redução significativa de investimentos públicos pelo próprio governo, aproximando-se dos setores mais conservadores, principalmente dos ligados à União Democrática Nacional (UDN), e uma política de arroxo salarial e de ataques aos direitos de greve por meio do Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de

março de 1946, com o intuito de coibir as manifestações da classe trabalhadora em ascensão, que foi revogado em 1964.

A industrialização deu um salto novamente com o retorno de Getúlio Vargas ao governo (1951-1954), sob as mesmas bases, a dependência do capital estrangeiro de empresas multinacionais. Em 1952, criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a responsabilidade de alavancar o crescimento econômico e a industrialização nas áreas portuárias, ferroviárias e energéticas. Nesse período, os EUA tornaram-se hegemônicos entre os países capitalistas, com uma dominação em escala mundial, especialmente na indústria bélica, nos anos de 1939-1945.

> Foi baseado na hegemonia da superpotência estadunidense que o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial encontrou as condições para consolidar todo o processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural (facilitada pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação), o que se deu através da proliferação de empresas 'multinacionais' que se instalaram em todos os países capitalistas, através de acordos regionais de comércio, através da criação de instituições financeiras internacionais, ou através da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares. Finalmente, esse processo se manifestou também mediante a grande expansão da cultura estadunidense em todo o bloco capitalista, impondo suas pautas em múltiplos níveis, que vão das normas preliminares de comportamento às técnicas e metodologias científicas (BAMBIRRA, 2015, p. 123).

A expansão do capitalismo imperialista não pode prescindir da intervenção do Estado em escala mundial também. Aliás, é impossível pensar o modo de produção capitalista sem a interferência econômica e jurídica do Estado por meio de repasse de recursos públicos e subsídios para empresas privadas, financiamento de pesquisas em áreas estratégicas ao capital, flexibilização das legislações, repressão e controle do movimento operário. O Estado atua ainda amenizando as contradições sociais, à medida que atende a parte das reivindicações da classe trabalhadora, por meio da oferta de uma rede de serviços públicos.

Ainda neste mandato, Getúlio Vargas sentiu as pressões de grandes manifestações organizadas pelas entidades sindicais que giravam em torno do aumento de salários e contra a alta da inflação que corroía o poder de compra da classe trabalhadora. Em 1953, São Paulo foi palco de uma grande passeata, denominada de "Panela Vazia", que reuniu 60 mil pessoas contra o alto custo de vida e por reajuste salarial. Uma semana depois, a força da classe trabalhadora deflagrou a Greve dos 300 mil, que reuniu trabalhadores/as dos diversos setores. No ano seguinte, Getúlio Vargas sentia as fortes pressões dos militares, a exemplo

do manifesto assinado por 27 generais no dia 23 de agosto de 1954, exigindo a sua renúncia. No dia seguinte, Getúlio Vargas suicidou-se no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, capital federal à época. Seu vice, João Fernandes Campos Café Filho, assumiu a presidência da república (1954-1955).

O desenvolvimento econômico brasileiro atingiu o ápice entre os anos de 1950 e 1960, precisamente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que adotou uma política de industrialização e um ideário nacional-desenvolvimentista. No seu governo, a construção de Brasília e a instituição do Distrito Federal marcaram a transferência da capital federal em 1960. A construção de Brasília contou eminentemente com a força de trabalho migrante de diversas regiões do Brasil, principalmente do Norte-Nordeste. Nesse cenário, o presidente manteve uma estabilidade política e grande otimismo na economia.

Com o lema “Cinquenta anos em cinco”, Juscelino Kubitschek adotou um Plano de Metas sob as diretrizes da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), com apoio do BNDES. A espinha dorsal do plano de metas era do investimento público a fim de diversificar e expandir os parques industriais em diversas áreas, em especial a automobilística. Juscelino Kubitschek tomou medidas de abertura da economia ao capital estrangeiro e adotou uma política de benefícios e isenções fiscais para a instalação de empresas montadoras de automóveis (Ford, General Motors e Volkswagen) no Brasil. Em acordo com Theodoro (2004, p. 24):

> O discurso desenvolvimentista dos anos 50 e 60 antepõe-se, assim, ao discurso revolucionário assumido pela esquerda (ou parte desta), à época. A perspectiva de transformação social mais profunda, o ideário desenvolvimentista acenava com um contraprojeto modernizante, com base na industrialização, na nova inserção do país, no cenário internacional e na perspectiva de alcance do *status* de nação desenvolvida. O desenvolvimento passa a ser nos anos 50 atributo ou uma condição privilegiada. Um estágio ideal, ao qual poucas nações haviam ascendido e para o qual países como o Brasil envidavam esforços em guisa de seu alcance.

O custo na aquisição de matérias-primas compradas nos países de economia dependente e os gastos com a força de trabalho assalariada europeia fizeram com que os grandes monopólios começassem a abrir caminhos para o desenvolvimento industrial nos países da América Latina, deslocando indústrias para diversos países, por exemplo, o Brasil, já nos anos de 1930.

A instalação de indústrias e o deslocamento de maquinários para os países da periferia capitalista foram extremamente vantajosos para os grandes monopólios, à medida que descartavam máquinas obsoletas, além de encontrar no Brasil matéria-prima, força de trabalho barata e abundante, terras disponíveis e

uma política de investimento por parte dos governos. Segundo Mandel (1982, p. 43) afirma:

> O capital monopolista internacional passou a interessar-se não somente pela produção de matérias-primas a baixo custo, por meio de métodos industriais avançados, em vez de utilizar escravos coloniais para produzi--los, mas também pela produção, nos próprios países subdesenvolvidos, de bens acabados, que ali poderiam ser vendidos a preços de monopólio, em lugar de matérias-primas que haviam se tornado excessivamente baratas.

O período de 1956 a 1961 representou a consolidação do capitalismo, ficando conhecido como período de “industrialização pesada”, conforme Fernandes (2005). As condições submetidas à classe trabalhadora – pauperismo e baixo valor da sua força de trabalho – propiciaram uma margem de lucros ainda maior, ou seja:

> A reorganização dos sistemas de produção latino-americanos, nos marcos da integração imperialista e diante do recrudescimento das lutas de classes na região, levou à implantação de regimes militares de corte essencialmente tecnocrático. A tarefa de tais regimes é dupla: por um lado, promover os ajustes estruturais necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica requerida pela integração imperialista; por outro lado, reprimir as aspirações de progresso material e os movimentos de reformulação política originados pela ação das massas. Reproduzindo em escala mundial a cooperação antagônica praticada no interior de cada país, tais regimes estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico – os Estados Unidos – ao mesmo tempo que colidem continuamente com este em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados (MARINI, 2012, p. 65).

Apesar do crescimento econômico acelerado durante o governo de Juscelino Kubitschek, o país mergulhava em uma grave crise financeira advinda do aumento das dívidas públicas, que reduzia a capacidade de investimento do Estado, e da alta da inflação, que afetava o poder de consumo da classe trabalhadora. Os investimentos massivos nas regiões Sul e Sudeste provocavam descontentamentos por parte dos governadores das demais regiões, em especial os dos estados do Nordeste, que sentiam os efeitos deletérios dos longos períodos de estiagem. Diante dessa situação, o governo criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que deslocou recursos para o combate das consequências da seca, porém os resultados não foram satisfatórios.

Em seguida, Jânio Quadros (1961) assumiu a presidência da república e renunciou após sete meses de governo, perante severas críticas em torno da crise econômica, alta inflação, aumento da dívida pública, redução de gastos públicos e corrupção. O seu vice, João Goulart (1961-1964), assumiu o governo sinalizando para a reforma agrária e a reforma urbana. Em seu discurso, João Goulart defendia uma maior inserção do Estado na vida econômica, que gerava insatisfações na ala

mais conservadora da classe política e da burguesia brasileira, contudo contava com o apoio dos sindicalistas e dos movimentos sociais no contexto de grandes mobilizações e pressões por melhores salários.

A perspectiva desenvolvimentista ganhou solo fértil durante a ditadura civil-militar instaurada no dia 1º de abril de 1964, que perdurou por mais de 20 anos, por sucessivos governos autoritários e não eleitos pelo voto. O golpe civil-militar, orquestrado pelas forças militares e pela burguesia nacional aliadas ao capital internacional, era uma das respostas à efervescência dos movimentos sindicais, pela reforma agrária e urbana, e da influência do ideário comunista no Brasil. A burguesia também estava extremamente descontente com a crise econômica do país em face da estagnação dos lucros, apoiando financeira e politicamente o golpe civil-militar.

Nessa direção, o golpe civil-militar de 1964 contou com grande apoio também da classe média brasileira, demonstrado no envolvimento na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu cerca de 500 mil pessoas em São Paulo nos dias 19 de março e 8 de junho de 1964, “denunciando” a possível ameaça do pensamento comunista. A burguesia proclamava a necessidade da retomada do crescimento para o país a fim de sair da crise econômica, que se expressava na queda das exportações, na redução da taxa de lucros, nos altos índices inflacionários e no aumento do desemprego. De acordo com Marini (2012, p. 109):

> O regime militar implantado em 1964 inaugura um novo estilo da política externa do Brasil, cujo principal objetivo parece ser obter uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos […].

A alta do petróleo afetava a economia dos países da América Latina, elevando o valor dos produtos importados. Segundo Theodoro (2004), a ênfase no crescimento econômico estava associada à chamada doutrina de segurança nacional, gestada e implantada pela Escola Superior de Guerra (ESG), a partir das ideias do general Golbery do Couto e Silva (1911-1987). A expropriação do fundo público foi central para a modernização da indústria brasileira, o que fortaleceu o imperialismo ao ampliar a entrada de capital estrangeiro. O governo alavancou a modernização das indústrias pela aquisição de novas tecnologias, mormente no setor automobilístico. O Brasil experimentou a diversificação industrial, que contou com o apoio do capital estrangeiro, principalmente advindo dos EUA. Na análise de Marini (2012, p. 127):

> A política externa brasileira aplicada após o golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave.

Durante os anos da ditadura civil-militar, os governos atacaram com muita repressão e violência os movimentos sociais, decretando prisões arbitrárias e torturando e assassinando seus representantes. Esse período, "página infeliz da nossa história",[30] traz a marca profunda do autoritarismo e do controle excessivo sobre a sociedade por parte do Estado, sabendo-se que:

> Sob a ditadura, paralelamente ao forte impulso na escala da concentração de capitais, incubaram-se e fortaleceram-se mais entidades organizativas das classes dominantes, agora lideradas pela fração monopolista, industrial e bancária (nesta última predominava o capital brasileiro) e associada a grandes capitais internacionais. Em que pese, porém, a exacerbação ditatorial da repressão seletiva sobre os trabalhadores, ainda sob intensa repressão, as lutas operárias retornariam com intenso vigor: pipocavam embates de trabalhadores rurais e lutas populares diversas, convivendo com o surgimento de novas reivindicações próprias de uma sociedade já amplamente urbanizada e dramaticamente desigual (FONTES, 2010, p. 318-319).

A ditadura civil-militar criava um clima de nacionalismo junto à sociedade que agradava demasiadamente à burguesia, que sentia os problemas advindos de uma economia agroexportadora e dependente do mercado internacional. Então, fazia-se necessário criar condições para alavancar a indústria pesada no país, conquistando o desenvolvimento econômico e o progresso nacional. A burguesia nacional, porém, não possuía recursos financeiros suficientes para a construção de parques industriais que pudessem concorrer à altura com os países avançados, assim o caminho foi a pactuação entre o Estado e a burguesia por meio da expropriação do fundo público para fortalecer a indústria e o crescimento econômico. Nesse sentido, os governos ditatoriais adotaram uma política externa e interna voltada prioritariamente para a integração do Brasil ao imperialismo, principalmente dos EUA. Essa aliança possibilitou a entrada de capital, que foi responsável pela renovação das indústrias brasileiras com a aquisição de novas tecnologias, tornando-as mais competitivas no âmbito internacional.

O ápice do projeto modernizador deu-se em 1968, à sombra dos pilares do autoritarismo e da tecnocracia burguesa, aliados às empresas norte-americanas, período denominado de "milagre econômico", em que se obtiveram o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), a massificação e diversificação industrial e a realização de grandes obras de infraestrutura em todo o país, ampliando a dívida

[30] Trecho da música "Vai passar", de Francis Hime e Chico Buarque (1984).

pública ainda mais. Em 1964, a dívida externa já somava US$ 3,294 bilhões (US$ 35,114 bilhões em valores de 2018), conforme dados do sítio virtual da Auditoria Cidadã da dívida pública. Dessa forma, o Brasil experimentava um caminho de enorme diversificação industrial dos anos 1970, máxime nos bens de consumo duráveis, ampliando os postos de trabalho e alterando a composição da classe trabalhadora. A industrialização, por um lado, exigia uma classe trabalhadora mais qualificada, por outro lado, detinha uma maior capacidade de organização e mobilização sindical.

As empresas privadas atuavam no interior da máquina estatal à medida que seus proprietários ou representantes assumiam postos de comando em diversas instituições públicas, assim expropriando o Estado a favor dos seus interesses econômicos e políticos. Os segmentos empresariais e militares forjaram um ambiente propício para instalar uma rede de práticas ilegais que misturava o público e o privado. Os governos ditatoriais combatiam com muita repressão as críticas por meio do cerceamento da liberdade, das perseguições àqueles/as que denunciavam seus abusos e da falta de transparência no uso dos recursos públicos, sem controle por parte da sociedade e de órgãos de fiscalização. Por outro lado:

> Apesar de haver um ambiente político menos propenso às investigações, com menor possibilidade de divulgação junto à população de acusações de suborno e outras práticas, alguns casos vieram à tona, mesmo com a censura à imprensa, cerceamento da oposição parlamentar e política e controle mantido sobre as instituições de Estado, como polícias, Ministério Público e judiciário (CAMPOS, 2019, p. 94).

O empresariado fiscalizava, deletava e demitia trabalhadores/as que participavam de manifestações. A participação de civis e empresários/as foi fulcral para a efetivação de 20 anos de regime autoritário e repressivo. O relatório da Comissão da Verdade[31] denuncia a relação simbiótica entre o Estado e diversas organizações e empresas privadas que contribuíram organicamente para a deflagração e manutenção do golpe civil-militar de 1964.

A censura, recurso fortemente utilizado pelas instituições de controle do Estado, combatia as manifestações que contestavam e denunciavam as violações dos direitos humanos nos governos ditatoriais. O autoritarismo, o controle excessivo sobre a sociedade e a repressão junto aos movimentos sociais, por meio de 17 Atos Institucionais (AIs), sendo o mais repressivo o AI-5, editado no dia 13

[31] A Comissão Nacional da Verdade foi criada a partir de uma deliberação da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em dezembro de 2009, com o objetivo de assegurar o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas durante os anos de 1946-1988.

de dezembro de 1968 pelo presidente marechal Arthur da Costa e Silva, foram os pilares da ditadura civil-militar.

Em linhas gerais, o AI-5 garantiu ao governo Arthur da Costa e Silva um poder ilimitado e a ruptura dos princípios democráticos, embora, no interior das forças militares, houvesse divergências no tocante às suas medidas arbitrárias impostas, como o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, a nomeação de interventores para os governos estaduais e municipais pelo presidente da república, a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, o endurecimento do Estado junto aos movimentos sociais e a suspensão dos direitos políticos de quaisquer cidadãos/ãs pelo prazo de dez anos em caso de ameaça à segurança nacional.

Os anos de 1969 a 1973, denominados de período do “Milagre Brasileiro”, foram os mais intensos em termos de crescimento econômico. Na presidência da república, o general do exército Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) conciliou o crescimento econômico e uma política de redução da inflação, o que beneficiou a expansão comercial e a capacidade de exportação brasileira. A expansão industrial contribuía na ampliação das exportações agrícolas, gerando o aumento da oferta de postos de trabalho. Ainda nesse período, o presidente Médici deu continuidade às grandes obras de infraestrutura com empréstimos estrangeiros, ampliando a dívida externa e a dependência do Brasil aos interesses do capital internacional. Os juros mais baixos propiciaram à classe média alta ampliar o poder de consumo de aquisição de bens duráveis, aquecendo a economia.

Em suma, os governos militares (1964-1985) foram marcados por um modelo de desenvolvimento nacional, com o apoio econômico e político da burguesia industrial, aliada ao capital estrangeiro, o que garantiu definitivamente a inserção do Brasil no mercado mundial. O Estado realizou projetos grandiosos, como as usinas hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Itaipu, a ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, as Usinas Nucleares de Angra I, II e III e a Ferrovia do Aço, por meio de vultosos empréstimos, com juros escorchantes, ampliando, ainda mais, a dívida interna e externa. Vale ressaltar que o investimento em infraestrutura favoreceu a concentração de riqueza da classe burguesa nacional e internacional.

A intervenção estatal é central dos superlucros dos monopólios, atuando em diversos âmbitos, político, jurídico e econômico. Entretanto, esse processo teve um custo altíssimo e elevou a dívida externa, o que aumentou a nossa dependência ao capital estrangeiro. Ao analisar o período pós-1964, Netto (2005, p. 31) expõe que:

> As linhas mestras deste ‘modelo’ concretizam a ‘modernização conservadora’ conduzida no interesse do monopólio: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes nativos, concentração e centralização em todos os níveis etc. [...]. Elas instauraram o perfil e a estrutura econômico-social do Brasil legados pela ditadura: a internacionalização e a territorialização do imperialismo; uma concentração tal da propriedade e da renda que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica financeira e vocacionada para fomentar e atender às demandas enormemente elitizadas no mercado interno e direcionadas desde e para o exterior; a constituição de uma estrutura de classes fortemente polarizada, apesar de muito complexa; um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo; a acentuação vigorosa da concentração geopolítica das riquezas sociais, aprofundando brutais desigualdades regionais.

As manifestações populares e as greves a favor da democracia e melhores condições de vida eram organizadas por diversos setores da sociedade, como a Marcha dos Cem Mil no Rio de Janeiro, no dia 26 de junho de 1968, pelo Movimento Estudantil, que contou com a adesão de intelectuais e artistas. No dia 21 do mesmo mês e ano, a polícia atacou com extrema violência a manifestação estudantil contra a repressão no centro do Rio de Janeiro e matou 28 participantes, feriu centenas e prendeu militantes durante a noite e a madrugada, dia posteriormente denominado de “Sexta-Feira Sangrenta”. No ano de 1968, na invasão do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo, cerca 1.000 estudantes foram presos/as pelos batalhões da Polícia Militar e do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Esse período foi marcado por prisões, torturas e expulsões de diversos artistas do Brasil. Mesmo com toda a repressão, artistas burlavam a censura e denunciavam as violações dos direitos e a arena repressiva no Brasil nessa época, conforme o trecho da música adiante:

> Hoje, você é quem manda. / Falou, tá falado. / Não tem discussão, não. / A minha gente, hoje, anda. / Falando de lado. E olhando pro chão, viu. / Você que inventou esse estado. / E inventou de inventar. Toda a escuridão. / Você que inventou o pecado. / Esqueceu-se de inventar. / O perdão. / Apesar de você. / Amanhã há de ser. / Outro dia. / Eu pergunto a você. / Onde vai se esconder. / Da enorme euforia [...] / Quando chegar o momento. / Esse meu sofrimento. / Vou cobrar com juros, juro. / Todo esse amor reprimido. / Esse grito contido. / Este samba no escuro (HOLANDA, 1970).[32]

A população de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT, denominação da época) sofreu perseguição, tortura, práticas de desqualificação estigmatizante, sendo tratada como anormal, como tendo desvio de personalidade, degenerada, atentando contra a família e os bons costumes, sofrendo agressão física e morte em ações dos agentes do Estado e

[32] Trecho da música “Apesar de você”, de Chico Buarque de Holanda (1970).

segmentos conservadores da sociedade. Os grupos indígenas, os/as camponeses/as e os/as militantes pelo direito à moradia e à terra foram vítimas de graves violações também.

No relatório I da Comissão da Verdade, identificamos que militantes negros/as foram vítimas de tortura e assassinato por agentes de órgãos repressores do Estado brasileiro, a exemplo do estudante Edson Luiz Lima Souto, paraense, pobre, 17 anos, morto a tiro por um agente da Polícia Militar durante uma manifestação no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, em 1967. Em São Paulo, a Comissão da Verdade identificou 41 líderes negros/as que morreram ou desapareceram no decurso da ditadura civil-militar. Os agentes do governo elegeram a população negra como inimiga com receio de que a influência do Movimento Negro americano se disseminasse no país, criando um clima de disputa entre brancos/as e negros/as.

A população em situação de rua também esteve sob a mira da repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil. O filme *Topografia de um desnudo*[33] mostra o extermínio de mendigos/as e de pessoas em situação de rua pelos agentes públicos por ocasião da visita da Rainha da Inglaterra, Elizabeth II, em 1960, ao Rio de Janeiro. Na “Operação Inverno”, realizada pela Secretaria de Segurança Pública e Promoção Social em São Paulo (1975), funcionários/as recolhiam compulsoriamente pedintes e indigentes, transitórios ou permanentes, os/as quais eram submetidos/as a tratamento em instituições policiais e assistenciais (STOFFELS, 1977).

Dessa forma, órgãos institucionais da segurança pública atuavam à luz de uma política higienista, recolhendo pedintes, andarilhos e pessoas em situação de rua nos centros urbanos, levando-os para instituições compulsoriamente, principalmente nos períodos que antecediam os grandes eventos e as visitas de personalidades internacionais ao Brasil. A política higienista já era adotada em vários países nos diversos tempos sócio-históricos como uma forma também de evitar conflitos sociais e escamotear a pobreza: “[…] o conjunto das ações por meio das quais o Estado visa modelar, classificar e controlar as populações julgadas desviantes, dependentes e perigosas, assentadas em seu território” (WACQUANT, 2003, p. 47).

As práticas higienistas nos grandes centros urbanos historicamente são adotadas para atender às exigências do mercado imobiliário e do comércio, principalmente nas áreas centrais. Vale ressaltar que é prática recorrente na

[33] Longa-metragem com a direção da Teresa Aguiar, adaptado da obra do autor chileno Jorge Díaz.

atualidade. O representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Ceará (MNPR/CE) relatou que:

> *Na Praça do Ferreira em Fortaleza, tem quase 250 pessoas. Querem tirar a gente de lá. Tem até toque de recolher. Depois de um determinado horário, ninguém pode circular na praça. A prefeitura está atendendo o pedido dos donos das lojas; o Natal está chegando* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).
>
> *O Centro Pop de Maracanaú fechou devido à pressão das lojas e moradores do Centro da cidade* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Na década de 1970, uma “nova” crise econômica abalou o mundo. Segundo Mandel (1990), em 1975 a produção industrial e o PIB recuaram em todos os países imperialistas, agravando o desemprego – que atingiu o ápice de 17 milhões de desempregados/as – nos países imperialistas. O autor ressalta ainda que os altos índices de inflação e o aumento dos preços das mercadorias contribuíram enormemente para o alto custo de vida e o empobrecimento da classe trabalhadora durante um período extremamente recessivo (MANDEL, 1990).

No entanto, em tal período registrou-se também uma redução dos preços de algumas matérias-primas, como cobre, carvão, borracha, madeira e derivados do petróleo. As empresas enfrentavam a superprodução de mercadorias e a abundância de capital nos países desenvolvidos, sendo necessário expandir o consumo e ampliar o mercado. Segundo Macadar (1984), as cinco grandes potências capitalistas sofreram fortes quedas nos investimentos produtivos: – 13% para os EUA; – 4% para o Japão; – 8% para a Grã-Bretanha; – 3% para a França, em 1975. A gravidade da crise afetava as grandes potências capitalistas com a paralisia no ritmo de acumulação de capital.

Assim, os padrões tayloristas/fordistas, os princípios keynesianos e o *Welfare State* começavam a dar os primeiros sinais de estagnação dos lucros nos anos finais de 1970. O fio condutor da crise estava centrado também na superprodução global e na retração do consumo, reduzindo, assim, a taxa de lucros. Os primeiros sinais da crise estavam nos altos índices inflacionários, aumento do desemprego e endividamento do Estado com os excessivos gastos públicos. Somam-se a isso o aumento do valor do petróleo e a entrada das empresas japonesas no mercado automobilístico, que adotava uma nova produção, baseada na produção mais enxuta, denominada de toyotismo. Em face do esgotamento do padrão fordista/taylorista, as empresas exigiam novas transformações na organização da produção e da gestão do trabalho em vigor desde a década de 1910.

No Brasil, a crise da hegemonia dos governos militares não pode ser pensada deslocada da estratégia keynesiana, que repercutiu na nossa economia nos primeiros sinais de estagnação do crescimento econômico, na alta da inflação e no desemprego. Ao analisarem a conjuntura mundial, Behring e Boschetti (2008, p. 125) afirmam que:

> O Estado Social foi um mediador ativo na regulação das relações capitalistas logo após a Segunda Guerra Mundial, o período pós-1970 marca o avanço de ideias neoliberais que começaram a ganhar terreno, a partir da crise capitalista de 1969-1973. Os reduzidos índices de crescimento com altas taxas de inflação foram fermento para os argumentos neoliberais criticarem o Estado social e o 'consenso' do pós-guerra, que permitiu a instituição do *Welfare State*.

Nesse cenário, o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) assumiu a presidência da república em pleno declínio da fase chamada de "Milagre Econômico" e enfrentou a crise internacional do petróleo, originada em outubro de 1973, resultado de uma disputa entre os Estados árabes e Israel. Essa guerra afetou enormemente o Brasil, pois a maioria do petróleo consumido no país era advinda do mercado externo. Ante esse cenário, como remédio para a crise, o governo lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em 1975, que tinha como princípio básico incentivar a produção de bens de consumo para o mercado interno, a exemplo de alimentos, contando com o apoio das empresas nacionais e das oligarquias fundiárias tradicionais. O PND previa a redução da nossa dependência do petróleo externo, investindo em pesquisa de exploração e refinamento em fontes de energia, como álcool e energia nuclear. Todavia, a longo prazo, o PND perdeu forças em face da necessidade de volumosos investimentos financeiros internos. O Brasil, no período ditatorial, não estava isento dos rebatimentos da crise do capitalismo mundial. O elevado preço do petróleo e as altas taxas de juros desequilibravam a economia e influenciavam diretamente no aumento da inflação, afetando o poder de compra da classe trabalhadora.

Nesse contexto, a sociedade também mostrava o descontentamento com a ditadura civil-militar, com a crise financeira, com a corrupção e com a ausência de democracia. Assim, os movimentos populares, sociais, sindicais, estudantis, artísticos e profissionais pela redemocratização e justiça social deflagraram a campanha "Diretas Já", em 1984. Deu-se, assim, um período de abertura política muito lenta. O governo dava continuidade a uma política de censura e perseguição aos críticos da ditadura civil-militar, a exemplo do jornalista Vladimir Herzog, diretor da TV Cultura, encontrado morto por um suposto suicídio, em 1975, depois da sua convocação para depor no serviço de Destacamento de Operações de Informação

- Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI),[34] em São Paulo. A notícia de sua morte tomou conta das ruas e gerou revolta por diversos setores da sociedade. No decorrer de 1975, Ernesto Geisel adotou medidas de abertura, porém ainda repressivas.

João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), último presidente militar, conduziu a abertura democrática de forma controlada e pactuada para manter o *status quo* do capitalismo. Em 1979, os/as exilados/as foram anistiados/as e puderam retornar ao Brasil. Os partidos políticos puderam se reorganizar e houve o surgimento de centrais sindicais. A sucessão presidencial, em 1985, deu-se de forma indireta, via Congresso Nacional, que elegeu Tancredo de Almeida Neves, o qual morreu antes de tomar posse.

Em seguida, José Sarney (1985-1990) assumiu a presidência, em um cenário corroído pela inflação descontrolada e estagnação da economia. A saída para o combate à crise deu-se por vários pacotes econômicos, sendo o mais conhecido o congelamento dos preços e dos salários dos/as trabalhadores/as. Para conter as tensões sociais e a crise do desemprego, o governo criou o seguro-desemprego para os/as trabalhadores/as demitidos/as. O Brasil sentia os rebatimentos da crise internacional e as pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) para adotar uma política de ajuste fiscal para conter os gastos públicos.

Os anos de 1980 inauguraram uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil, período de transição dos governos militares à reorganização política e à abertura democrática. Esse período teve como marco a aprovação da Constituição Federal de 1988, embora permeada por fortes tensionamentos dos movimentos sociais, dos diversos setores da sociedade pela ampliação das políticas sociais e da ala conservadora empresarial. Na sua análise, Bravo (2006, p. 9) destaca dois aspectos a serem ressaltados nesse período:

> O processo constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou [*sic*], no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão do nosso país frente à grave crise e às demandas de enfrentamento dos enormes índices de desigualdade social.

Vale comentar que a aprovação da Constituição de 1988 deu-se sob fortes pressões do empresariado e das bancadas ruralistas e conservadoras presentes no Congresso Nacional e na sociedade. Na contramão dos processos neoliberais já em curso em países da Europa e dos EUA, a Constituição de 1988 construiu um

[34] Órgão subordinado ao Exército, criado em 1964, com o objetivo de combater inimigos que ameaçassem a segurança nacional e de reprimir qualquer questionamento à ditadura civil-militar.

conceito de seguridade social como um sistema de proteção social público, formado pelas políticas de saúde, de previdência social e de assistência social.

No tocante à política de saúde, a aprovação da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) – à luz dos princípios da descentralização, integralidade e participação popular – foi um dos principais avanços da Carta Cidadã, uma conquista fruto do movimento sanitário formado por diversos setores da sociedade comprometidos com a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Pela primeira vez, a Política de Assistência Social foi incluída como uma política pública de proteção social para aqueles/as que dela necessitavam. Já a previdência social foi aprovada como um sistema de aposentadorias, pensões e benefícios, garantidos aos/às trabalhadores/as mediante contribuições.

A Constituição brasileira de 1988 criou importantes canais institucionais de participação e controle social da sociedade civil por meio dos conselhos de políticas públicas e do respeito à paridade entre o governo e a sociedade civil, com o objetivo de planejar e fiscalizar as ações nas três esferas de governo. Assim, diversos conselhos foram criados, como o da política de saúde, assistência social, criança e adolescente, dentre outros. A temática racial foi debatida no processo de elaboração da Constituição de 1988, ao aprovar a criminalização do racismo, entretanto os crimes resultantes de preconceito, de raça ou de cor foram definidos pela Lei nº 7.716/1989. Ainda foram incluídos na Constituição o direito de posse da terra às comunidades reconhecidas quilombolas e a criação da Fundação Cultural Palmares. É importante salutar que tais ações são conquistas do Movimento Negro contra as desigualdades raciais que persistem no nosso país.

Nesse cenário, o Serviço Social brasileiro construiu coletivamente um projeto de profissão, que tem imbricado um projeto de sociedade nos anos de 1980/1990. Um projeto de profissão, o Projeto Ético-Político, que assume uma perspectiva crítica com os fundamentos históricos e teórico-metodológicos de bases marxistas e comprometido com valores e princípios éticos emancipatórios, explicitados no Código de Ética do Assistente Social (1993), na Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira em Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996).

O Projeto Ético-Político foi gestado no contexto de ascensão dos movimentos sociais em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, da redemocratização após cinco governos da ditadura militar e da defesa do Estado de Direito. Um projeto de profissão comprometido com a defesa

intransigente dos direitos humanos, na afirmação dos valores da democracia, da liberdade, do pluralismo, da equidade e da justiça social.

Nos anos de 1980, a crise do capitalismo exigia mudanças com o intuito de retomar o crescimento econômico e a recomposição do capital em escala mundial. Assim, o modo de produção taylorista/fordista e o *Welfare State* não conseguiam dar respostas à grave crise econômica. Diante da estagnação dos lucros e dos custos com a força de trabalho, as organizações empresariais adotaram um leque de medidas na esfera da produção e circulação, baseadas no método japonês, também chamado de toyotismo.[35] As empresas adotaram a flexibilização da contratação da força de trabalho por meio de contratos temporários, terceirizações, quarteirizações, empresas mais enxutas e desregulamentação dos direitos trabalhistas, reduzindo, assim, o custo com a força de trabalho.

O modelo japonês ou toyotismo possui uma sintonia direta com a lógica neoliberal, pois é preciso também a intervenção do Estado visando a garantir as bases legais para as transformações necessárias no processo de produção e de trabalho. Faz-se mister um Estado mínimo para o social e máximo para o mercado. Dessa forma, a agenda do neoliberalismo foi imposta inicialmente na Inglaterra e EUA, em seguida nos países do Norte da Europa (Alemanha e Dinamarca), nos governos de esquerda e nos países da social-democracia europeia (à exceção da Áustria e Suécia), e também nos países do Leste Europeu. Na América Latina, a primeira experiência neoliberal deu-se no Chile.

Em escala mundial, países capitalistas adotaram uma série de medidas de liberalização, flexibilização e desregulamentação dos mercados nacionais, no sentido de absorver a produção excedente das potências mundiais, como saída necessária à crise capitalista dos países europeus, dos EUA e do Japão. Nessa esteira, empresas adotaram medidas de maior controle sobre a produção e o/a trabalhador/a, como o "*Just in time*", "*Team work*", "*Kanban*",[36] eliminando o desperdício e atingindo uma alta qualidade do produto. O trabalho parcelado deu lugar ao trabalho em equipe, o que exigia um/a trabalhador/a com capacidade para exercer multitarefas em caso de faltas ou demissões de trabalhadores/as, uma

---

[35] Esse modelo surgiu como resposta à crise do capital, ocorrida nos anos de 1970, no Japão, nas fábricas de automóveis da Toyota, que passaram a adotar novas ferramentas e tecnologias responsáveis por acelerar a produção de mercadoria em menor tempo possível, com uma redução da força de trabalho com vistas a recuperar as indústrias japonesas no período pós-guerra.

[36] *Just in time*: a produção de mercadorias acontece de acordo com os pedidos, com prazo estabelecido para a entrega, evitando desperdício. *Team work*: a realização da produção em grupo, eliminando possíveis perdas de tempo na produção de mercadorias. *Kanban*: o controle de estoque, por meio de placas, sinalizando a necessidade de reposição de peças ou produtos.

gestão do trabalho baseada na polivalência e uma estrutura mais horizontalizada e integrada a outras empresas, chamadas de terceirizadas.

O incremento de novas tecnologias, como a informatização, a robótica e a microeletrônica nos pátios industriais, contribuiu massivamente para a redução dos postos de trabalho e para o aumento do exército industrial de reserva, reduzindo o valor da força de trabalho e ampliando o capital. Sobre isso, Harvey (2012, p. 179) pontua que “A desvalorização da força de trabalho sempre foi a resposta instintiva dos capitalistas à queda dos lucros”.

As medidas de flexibilização contribuíram enormemente para a ampliação da rotatividade da contratação de trabalhadores/as nas áreas de serviços. A expansão do trabalho parcial e a banalização do trabalho temporário, precário, subcontratado e terceirizado contribuíram para uma maior heterogeneidade e complexificação da classe trabalhadora, dificultando o seu poder organizativo. A rotativa da mão de obra é extremamente danosa à vida dos/as trabalhadores/as devido à insegurança e ao temor da demissão a qualquer momento, acarretando incertezas financeiras e precarização da vida da classe trabalhadora. A rotatividade assegura o aumento da subordinação e da exploração da força de trabalho. A classe trabalhadora vivencia as agruras do desemprego estrutural e do trabalho precarizado com jornada de trabalho indefinida, baixa remuneração e insegurança em relação ao futuro.

Historicamente presenciamos novos mecanismos de exploração da força de trabalho, que têm como fundamentos a intensificação da extração da mais-valia, principalmente por meio da banalização do trabalho informal, o aumento do desemprego e a ampliação da precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora. Em momentos de aprofundamento das crises capitalistas, a classe dominante constrói novas estratégias para a recomposição do capital e a manutenção da ordem burguesa. Dessa forma, o projeto neoliberal surge como reação diante da crise do *Welfare State*. A reestruturação do capital baseou-se profundamente no desmonte do Estado de Bem-Estar Social e na desregulamentação dos mercados nacionais nos países desenvolvidos.

Nesse processo, o capitalismo generaliza o trabalho informal e precarizado, ampliando o desemprego em escala global. Vale ressaltar que as mudanças no mundo estão associadas a uma agenda neoliberal que tem como único impulso a retirada de direitos da classe trabalhadora, reduzindo os custos com a força de trabalho e ampliando a lucratividade da burguesia de forma desmedida. Em tempos de radicalização dos lucros, os países de economias dependentes, como o caso

brasileiro, aprofundam suas desigualdades sociais para atender aos interesses da burguesia nacional e internacional.

2.3 **A agenda neoliberal no Brasil e os impactos nas expressões da *questão social***

> […]. E a novidade que seria um sonho / O milagre risonho da sereia /Virava um pesadelo tão medonho […] / Oh! De um lado esse Carnaval /De outro a fome total […].
>
> *Gilberto Gil*

A agenda neoliberal surgiu como uma reação ao *Welfare State* à medida que não conseguia dar respostas à estagnação da economia e à baixa lucratividade das empresas. Em todo o mundo, a proposta neoliberal surgia como uma "novidade" e necessidade inevitável para resolver a crise do capitalismo. Para os neoliberais, a incisiva intervenção estatal tornou-se um dos entraves para o crescimento econômico. Sendo assim, uma série de medidas eram necessárias para redirecionar a intervenção do Estado para garantir a liberdade do mercado. A burguesia reivindicava um Estado mínimo para o social e máximo para o mercado. Assim, os neoliberais travaram um embate político no campo dos direitos sociais por meio da retração do Estado na área social: "Assim, mais uma vez, o Estado atuou como uma almofada amortecedora anticrise […]" (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 116).

Nesse sentido, nas décadas de 1980 e 1990, as primeiras experiências neoliberais ocorreram nos EUA, protagonizadas pelo governo de Ronald Reagan (1981-1989), e na Inglaterra, no governo de Margaret Thatcher (1979-1990). Em seguida, os organismos internacionais impuseram o ideário neoliberal aos países dependentes, na década de 1990, a exemplo de países da América Latina, que foram submetidos a uma severa agenda econômica e política, pautada nas orientações macroeconômicas do Consenso de Washington[37] e do FMI.

---

[37] O Consenso de Washington consistiu numa agenda construída a partir de uma reunião, em 1989, na capital dos EUA, com o objetivo de discutir as reformas necessárias para a América Latina, visando resolver a crise da estagnação econômica. As principais diretrizes neoliberais são disciplina fiscal, redução dos gastos públicos em políticas sociais, liberalização financeira, fim de restrições das instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais, afastamento do Estado da economia, liberalização para o comércio exterior, eliminação de restrições ao capital externo, privatização de empresas estatais e flexibilização das legislações econômicas e das relações trabalhistas.

O ideário neoliberal trouxe inflexões diretas no campo do direito, o que acarretou o desemprego estrutural e a redução dos gastos públicos na área social, ampliando as desigualdades em escala global. Os governos aumentaram a arrecadação de impostos diretos e indiretos, onerando a sociedade, principalmente a classe trabalhadora. Segundo Boschetti (2012, p. 778):

> As contrarreformas no âmbito dos sistemas de proteção social atingiram todos os países da Europa na década de 1990-2000 e alteraram profundamente sua lógica redistributiva, afetando a sua potencialidade histórica, contribuindo para o agravamento da pobreza e das desigualdades sociais no capitalismo.

Ainda parafraseando a autora, as reformas implementadas ao longo dessas décadas assumiram características diferenciadas de acordo com o tipo de regime existente nos países europeus, embora algumas mudanças tenham sido predominantes, como ataques aos sistemas públicos de aposentadoria e estímulos aos sistemas de previdências privadas e à redução dos gastos públicos por meio da restrição e/ou redução de direitos (BOSCHETTI, 2012).

A estagnação dos lucros e a necessidade de recomposição do capital no cenário de acirramento da competição internacional e inter-regional exigiram mudanças no mundo do trabalho e na economia, com consequências nefastas para os países de economias dependentes. Na análise de Harvey (2011, p. 30): “Os capitalistas estão produzindo excedentes na forma de lucro. Eles são forçados pela concorrência a recapitalizar e investir uma parte desse contexto em expansão. Isso exige que novas saídas lucrativas sejam encontradas”.

Diante disso, uma agenda severa de ataques recaiu sobre a classe trabalhadora ao impor a flexibilização nas relações trabalhistas e a ampliação do trabalho informal, temporário e terceirizado e da jornada de trabalho de acordo com a necessidade da produção e do consumo das mercadorias.

O projeto neoliberal se iniciou no Brasil, de forma enviesada e tardia, nos anos de 1990, no governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Conforme Antunes (2005, p. 16), esse governo:

> Elegeu-se com base em um projeto de ‘modernização’ do país. Em seus contornos mais gerais, esse projeto contempla uma integração subordinada do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado. Fundado num ideário neoliberal para um país de Terceiro Mundo industrializado e intermediário, tal projeto opera uma brutal reestruturação do país, levando à desindustrialização inúmeros setores que se expandiram nos últimos trinta anos.

O programa de governo de Fernando Collor efetuou-se através de um conjunto de reformas econômicas e planos de estabilização da inflação que

afetaram radicalmente a classe trabalhadora, impondo um severo arroxo salarial. No decorrer de seu governo, os planos chamados popularmente de Plano Collor 1 e 2 realizaram uma política de privatização das empresas públicas, pondo fim ao monopólio estatal em áreas extremamente rentáveis ao capital, como os setores de energia elétrica, de siderurgia, de comunicação, dentre outros. Ainda tomou medidas severas de abertura das fronteiras econômicas para os produtos importados que solaparam a indústria brasileira, fechando indústrias e ampliando o desemprego. O governo de Collor de Mello adotou também o enxugamento da máquina estatal e a redução dos gastos públicos por meio da retração do Estado na condução das políticas públicas.

Em meio às denúncias de corrupção pelo próprio irmão, Pedro Collor de Mello, Collor de Mello renunciou no dia 29 de dezembro de 1992, sob as fortes pressões do empresariado nacional e as insatisfações do Parlamento. O vice--presidente, Itamar Franco, também do PRN, assumiu a presidência entre os anos de 1992 e 1995, ficando conhecido pelo seu desempenho com o Plano Real, tendo à frente o sexto ministro da Fazenda no seu governo, Fernando Henrique Cardoso, que venceu o pleito presidencial seguinte.

Em seguida, os ideários neoliberais foram intensificados durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999 e 1999-2003), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O governo de Fernando Henrique foi um projeto da burguesia com a promessa de conter os efeitos da crise financeira mundial, por meio de medidas de viés neoliberal, em curso em escala mundial; crise que afetava a lucratividade da burguesia no Brasil. O ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira (PSDB), à frente do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), adotou o Plano de Reforma do Estado com medidas de severo ajuste fiscal, eliminação de barreiras alfandegárias, liberação do mercado para a entrada de produtos estrangeiros e retratação do Estado na condução das políticas públicas. A política de privatização englobou empresas do setor de energia elétrica, telecomunicações, estradas e ainda a Vale do Rio Doce, compradas na sua maioria por empresas estrangeiras. Podemos constatar que o presidente Fernando Henrique adotou uma política econômica destrutiva para o Brasil e a favor das empresas estrangeiras.

Em 1994, Fernando Henrique prorrogou a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF),[38] criada em 1993 no governo de Itamar Franco

[38] Com a CPMF, o governo cobrava sobre todas as movimentações bancárias, exceto nas negociações realizadas em ações na Bolsa de Valores, saques de aposentadorias, seguro--desemprego, salários e transferências entre contas correntes do mesmo titular.

para ampliar recursos na área da saúde, embora não estivesse garantida a obrigatoriedade de sua alocação nessa área. Entre os anos de 1997 e 2007, a CPMF arrecadou R$ 223 bilhões (R$ 793,88 bilhões em valores corrigidos de 2018), dos quais menos da metade foi investido na política de saúde, de acordo com dados da Receita Federal.

A aprovação da Desvinculação de Receitas da União (DRU),[39] em 2000, anteriormente conhecida como Fundo Social de Emergência (FSE), criada em 1994, permitiu ao Governo Federal dispor de 20% dos tributos federais da Seguridade Social para pagamento de despesas prioritárias, neste caso, garantir o *superavit* primário e o pagamento de juros da dívida pública.

Sob o receituário neoliberal, o governo de Fernando Henrique contribuiu drasticamente para o processo de desindustrialização à medida que priorizou o capital estrangeiro em detrimento das empresas nacionais. É consenso que, a partir dos anos de 1990, o Brasil teve uma redução contínua e sistemática do setor produtivo, reverberando no aumento do desemprego. Em contrapartida, o Brasil obteve um crescimento exorbitante de emprego no setor de serviços, atingindo uma média anual de 3,8% entre 1999 e 2001 (IBGE, 2002). Para Antunes (2005, p. 17):

> Não é demasiado lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. Aqueles que permanecem no mercado de trabalho formal vivenciam níveis de subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente da satisfação de suas necessidades. Qualitativamente distinta do descontentamento de setores, a rebeldia do mundo do trabalho encontra-se, entretanto, moldada por uma ação ultradefensiva, que deve também à incapacidade e paralisia dos seus organismos de representação sindicais e políticos, que não sabem por onde caminhar.

Cabe registrar a truculência desse presidente com os movimentos sociais contra as privatizações, as demissões de servidores/as públicos/as e os ataques aos direitos da classe trabalhadora. Tratou com violência e desmoralização as ocupações do Movimento dos Sem-Terra durante os dois mandatos de seu governo.

No trato das expressões da *questão social* do governo de Fernando Henrique, ressaltamos dois pontos que julgamos relevantes. O primeiro diz respeito à atuação das grandes corporações econômicas na administração e na oferta de programas sociais voltados para a população mais pobre, denominado de

[39] Ainda em vigor, mediante a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 31, de 2016, com previsão de término em 2023.

“filantropia empresarial” (IAMAMOTO, 2001).[40] As respostas às expressões da *questão social* deram-se pela privatização dos serviços públicos e pela realização de parceria entre o Estado e a sociedade civil por meio de repasse de recursos sob as bases da eficiência e da participação social. O segundo ponto trata da implantação de uma gama de programas sociais para amenizar a pobreza, como o Programa Comunidade Solidária (o qual, em seguida, no segundo mandato, passou a ser chamado de Programa Comunidade Ativa), o Projeto Alvorada[41] e os Programas de Transferências de Renda para famílias de renda mais baixa, como o Programa Bolsa Escola (1998), o Programa Vale Gás (2002), o Programa Bolsa Alimentação (2001), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1995), o Programa de Geração de Emprego e Renda (1994), o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (1996) e o Programa de Crédito para a Reforma Agrária (1996). Vale ressaltar que tais programas sociais eram focalizados e sem articulação entre si, os quais visavam a reduzir as consequências da pobreza e do desemprego por meio da transferência de renda. Vale ressaltar que tais programas estão longe da arena dos direitos sociais, pois o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, à igualdade e à gratuidade dos serviços. O Estado deve intervir somente para aliviar a pobreza. As transformações societárias trouxeram rebatimentos para a categoria dos/as assistentes sociais, como: relações contratuais precarizadas, trabalhos temporários, baixos salários e redução dos postos de trabalho nos espaços públicos.

Em 1998, a Emenda Constitucional nº 20 alterou a Previdência Social, mudando o tempo de serviço para tempo de contribuição para a aposentadoria, exigindo 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. E, no setor público, essa emenda ampliou a aposentadoria dos homens para 53 anos e das mulheres para 48 anos. Em suma, Fernando Henrique governou para atender aos interesses do grande capital financeiro internacional ao adotar um programa de privatizações, a retração do Estado nos serviços públicos, a destruição das indústrias nacionais, a aprovação de desregulamentações e a flexibilização dos contratos de trabalho,

---

[40] Em Iamamoto (2001), a expansão da filantropia empresarial é tradução de um novo tipo de ação social por parte das denominadas empresas cidadãs ou empresas solidárias, que fazem investimento social em projetos comunitários considerados de interesse público. O investimento realizado pelas empresas em projetos sociais busca uma melhor imagem social, ampliar vendas e conquistar mercados e vantagens de usufruírem de incentivos fiscais por parte do governo.

[41] A estratégia do projeto era introduzir nas regiões com maiores índices de desigualdade social programas que pudessem contribuir diretamente para a geração de renda, acesso à educação e melhoria das condições de saúde. O projeto beneficiou 14 estados (Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins). Ver mais em: http://www.mds.gov.br/relcrys/alvorada/apresentacao.htm#1. Acesso em: 20 out. 2020.

intensificando a precarização das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

Nos anos subsequentes, o Brasil teve à frente da presidência dois governos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT): Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007 e 2007-2011) e Dilma Vana Rousseff (2011-2014 e 2015-2016). Após concorrer ao quarto pleito à presidência da república do Brasil, Lula, como era chamado popularmente Luiz Inácio, ex-sindicalista, ex-operário, principal fundador do PT e referência do partido pelo potencial de organização das greves de metalúrgicos em São Paulo, assumiu a presidência do país.

O presidente Luiz Inácio assumiu o governo em um contexto de baixo crescimento econômico e de inflação galopante, herdados de seu antecessor, o que afetava o poder de consumo da classe trabalhadora. No âmbito mundial, a coalizão de tropas militares de diversos países liderados pelos EUA invadiu o território iraquiano em março de 2003, sob a alegação de que o presidente iraquiano Saddam Hussein possuía armas químicas extremamente destrutivas e que ameaçava a paz no mundo. De fato, a ocupação dessas tropas perdurou até 2011, com o interesse central na busca do domínio das reservas de petróleo no Iraque. A Guerra contribuiu para uma grave crise política e econômica nos países de economias avançadas da Europa e dos EUA.

Na esfera econômica, desde o início, o presidente Luiz Inácio governou nitidamente comprometido com a continuidade das diretrizes da política macroeconômica do governo anterior ao assumir compromissos com uma política monetária atrelada às metas inflacionárias, ajuste fiscal que garantisse o *superavit* e uma política cambial sob os ditames dos órgãos internacionais, como o FMI. Os ministros da Economia, Antônio Palocci Filho (2003-2006) e Guido Mantega (2006-2011), mantiveram a política de austeridade fiscal e o compromisso com o *superavit* primário, honrando um compromisso com o pagamento das dívidas públicas.

O presidente Luiz Inácio propagava o fim do pagamento da dívida externa. De fato, a dívida externa reduziu em relação à interna, pois o governo antecipou um montante de US$ 16,5 bilhões (US$ 21,73 bilhões em valores de 2018) para o pagamento ao FMI em 2005, conforme dados do sítio da Auditoria Cidadã. Acontece que o governo emitiu títulos públicos e efetuou empréstimos junto aos bancos nacionais, ou seja, simplesmente o governo transferiu aos bancos nacionais parte da dívida ao FMI. Com isso, tivemos o aumento da dívida interna

pública, que saltou de 851 bilhões de reais em 2002 para um trilhão e quatrocentos bilhões de reais em 2007, conforme dados da Auditoria da Dívida Pública.

Com forte apelo à governabilidade, Luiz Inácio manteve um governo de coalizão em prol do desenvolvimento e de um ambiente de estabilidade econômica no país no cenário de turbulência mundial. No primeiro ano deste governo, diferentemente do ex-presidente Fernando Henrique, que não logrou êxito nos seus dois mandatos, aprovou a Reforma da Previdência no setor público, eliminou a aposentadoria proporcional, impôs contribuição aos/às inativos/as, instituiu a idade mínima de 55 anos para mulheres e 60 para homens, estabeleceu o teto salarial e ainda instituiu a previdência complementar, que abriu caminho para a mercantilização da previdência social dos/as servidores/as públicos/as para o setor financeiro privado nacional e internacional. A retração dos movimentos sociais e dos sindicatos contribuiu para a governabilidade e um clima favorável às mudanças propostas pelo governo petista.

Este presidente restaurou a capacidade do Estado ao realizar investimentos financeiros nas empresas públicas e demais estatais, em sua maioria no setor de petróleo, gás e energia elétrica. Ainda realizou concursos públicos na esfera federal e adotou uma política de ampliação do Ensino Superior de universidades públicas, principalmente no ensino privado e no ensino a distância, alargando os lucros de empresas internacionais do mercado da educação privada.

À frente da presidência, Luiz Inácio favoreceu os interesses da burguesia nacional e do capital internacional, o que propiciou um crescimento econômico ao país. Os bancos públicos tiveram um papel importante no investimento de obras de infraestrutura em todo o Brasil, propiciando lucratividade às empreiteiras e geração de empregos na área da construção civil. Adotou uma política de valorização do salário mínimo que possibilitou o aumento de consumo da classe trabalhadora.

Em um cenário de ambiguidades, em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) deu início ao processo de estruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que organizou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em âmbito nacional, materializando a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) nº 8.142/1993. A implantação do Suas e a aprovação da PNAS são marcos importantes na organização dos serviços, programas, projetos e benefícios, dentro de uma lógica de proteção social para a população usuária da Política de Assistência Social. A Norma Operacional Básica (NOB/Suas), por meio da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, implantou a gestão pública da PNAS em todo o território nacional com responsabilidades pactuadas

entre os três entes federativos e com a garantia da participação e controle social da sociedade civil. Anteriormente, em 2005, o Governo Federal havia sancionado a alteração na Loas, com a Lei nº 11.258, acrescentando à assistência social o dever de ofertar o atendimento à população em situação de rua em todo o Brasil.

Um balanço realizado pela Fundação Perseu Abramo (FPA) analisou que, entre 2002 e 2012, 22,5 milhões de brasileiros deixaram a condição de pobreza no país, sendo que 74% dos 22,5 milhões residiam em centros urbanos e 26% em áreas rurais. Esses índices são reflexos do acréscimo de trabalhadores/as urbanos/as com carteira assinada, da política de valorização do salário mínimo e da ampliação dos programas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Cerca de 11 milhões de famílias acessaram o PBF. O salário mínimo cresceu, em termos reais, 77% em 12 anos e foram gerados 23 milhões de empregos formais.

A raiz da crise da especulação do mercado financeiro produziu o endividamento e o aumento da inadimplência por parte das famílias, o que acabou gerando uma retração dos lucros do setor financeiro.-

Nesse cenário, a Ásia e a China ampliaram mercados por meio da implantação de novas tecnologias nas indústrias sob uma relação predatória com o meio ambiente e a ampliação da exploração da força de trabalho. Na atualidade, assistimos à disputa pela hegemonia econômica e de poder entre as grandes potências mundiais, principalmente entre os EUA, a Rússia e a China. Cabe ainda mencionar que os gastos militares do governo dos EUA pelo domínio do Oriente Médio acarretaram o aumento da sua dívida pública.

No Brasil, os efeitos da crise de 2008 tiveram suas consequências minimizadas no Brasil. Conforme Salvador (2010a), o presidente Lula tratou logo de repassar R$ 475 bilhões (R$ 836 bilhões em valores de 2018) para as instituições bancárias privadas, sem exigências de contrapartida ou pelo menos da manutenção de postos de trabalho e dos direitos sociais dos/as trabalhadores/as. Além disso, ampliou as desonerações tributárias de bens de consumo duráveis da linha branca e expandiu o crédito para incentivar o consumo da população mais pobre, mantendo, assim, a economia aquecida.

O presidente Luiz Inácio repassou ainda recursos do Orçamento da Seguridade Social, no montante de R$ 39,2 bilhões (R$ 72,12 bilhões em valores de 2018), em 2009, por meio da DRU (SALVADOR, 2010a), para pagamentos e amortecimentos da dívida pública. Segundo Boschetti *et al.* (2010), para conter os efeitos da crise, o governo, em 2009, tomou medidas econômicas, como, por

exemplo, o elevado *superavit* primário, o controle da dívida pública, o aumento da taxa de emprego e, por fim, um crescimento econômico em torno de 5%, além de uma alta arrecadação tributária. Historicamente o repasse de recursos públicos para o setor privado tem sido um remédio para conter os efeitos da crise e a recomposição da taxa de lucros. Em momentos de crise, a classe trabalhadora é afetada por meio dos ataques aos direitos sociais e da redução do financiamento das políticas públicas, precarizando, ainda mais, a oferta dos serviços públicos.

No Brasil, os impactos da crise de 2008 foram reduzidos também com a ampliação de investimento em infraestrutura mediante a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançados no contexto de preparação para os megaeventos que ocorreriam no Brasil, a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). As obras em infraestrutura contaram com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), nas áreas de saneamento, habitação e mobilidade urbana, contribuindo, ainda mais, para o aquecimento da economia e a geração de empregos, principalmente na área da construção civil.

O PMCMV não atingiu o ponto nevrálgico do acesso à moradia digna e à democratização das cidades no Brasil. Em contrapartida, o programa possibilitou a construção de 3,5 milhões de unidades habitacionais, conforme dados da Caixa Econômica Federal. Em 2009, o Governo Federal investiu R$ 172 bilhões (R$ 316,48 bilhões em valores de 2018), aquecendo o mercado da especulação imobiliária. Os investimentos nas políticas sociais durante os mandatos de Luiz Inácio custaram aos cofres públicos R$ 21 bilhões em 2007 (R$ 42,63 bilhões em valores de 2018). Em contrapartida, repassou cerca de R$ 180 bilhões (R$ 365,4 bilhões em valores de 2018) para o pagamento de juros da dívida pública, uma gigantesca transferência de recursos públicos para o sistema financeiro (MARICATO, 2009).

Na área da Saúde, o governo implantou o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), pela Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, com o propósito de fortalecer a atenção primária em todos os municípios brasileiros. Entretanto, a organização dos movimentos sociais em defesa do SUS não conseguiu barrar a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), em 2011, empresa pública com direito privado vinculada ao Ministério da Educação, com a finalidade de administrar os serviços prestados pelos hospitais universitários, constituindo-se como um retrocesso no âmbito da saúde.

Desde o início do governo, em 2003, o presidente Luís Inácio manteve uma agenda de diálogo com o Movimento Negro, que marcou profundamente uma nova relação com o Estado na formulação de políticas públicas e na ocupação de cargos na Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (2003), transformada em Ministério em 2008, bem como nos espaços de controle social. Foram realizadas a I e a II Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial, que contaram com grande participação da sociedade civil em todo o país; as propostas aprovadas foram imprescindíveis na construção do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), aprovado pelo Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009.

Vale salientar que os avanços do Movimento Negro antecedem os governos petistas, a exemplo das conquistas na Constituição Federal[42] e da criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra no governo de Fernando Henrique, composto com representantes do Movimento Negro e do governo, com o objetivo de construir estratégias de debate e formular políticas públicas na perspectiva das ações afirmativas para a população negra.

Sem dúvida, a conquista de maior impacto para a população negra deu-se com a aprovação da Lei nº 12.711/2012, que garantiu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades Federais e nos Institutos Federais para estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, de famílias com renda igual ou inferior a um e meio salário por pessoa. Em 10 de junho de 2014, entrou em vigor a Lei nº 12.990, destinando uma porcentagem de vagas em concursos públicos para pessoas que se autodeclaram pretas, pardas e indígenas. Cabe destacar a inclusão na rede de ensino pública da obrigatoriedade da disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares.

Em 2009, pela primeira vez no Brasil foi aprovada uma política pública de atendimento à população em situação de rua, fruto de um longo processo de debates e avanços do Movimento Nacional dessa população e entidades apoiadoras. A PNPR, instituída por meio do Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, também instituiu o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, o Ciamp-Rua, que propõe a integração das políticas públicas de saúde, educação, previdência social, assistência social, trabalho, renda, habitação, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional, no atendimento integral à população em situação de rua.

---

[42] Citados anteriormente.

O processo de construção da PNPR tem sido marcado por avanços, retrocessos, e muitos desafios no acesso da população em situação de rua aos direitos sociais, principalmente pela ausência de financiamento garantido em lei. A aprovação da Instrução Operacional nº 07, de 22 de novembro de 2010, determinou aos municípios e ao Distrito Federal a inserção da população em situação de rua no Cadúnico e acesso aos programas sociais do Governo Federal.

A popularidade e a aprovação do governo do presidente Luiz Inácio chegaram ao marco de 87% no final do segundo mandato, conforme pesquisa encomendada pela Conferência Nacional da Indústria (CNI) ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Na mesma pesquisa, 86% dos nordestinos avaliaram o governo de Lula como “bom” ou “ótimo”; esse percentual foi de 81% nas regiões Norte e Centro-Oeste; de 78%, na Sudeste; e 75%, na Sul. Um cenário que favoreceu a vitória da candidata do PT nas eleições de 2010, a economista Dilma Vana Rousseff, que derrotou o candidato José Serra (PSDB).

A primeira mulher a assumir a presidência da república, Dilma Rousseff (2011-2014), ex-ministra de Minas e Energia e depois da Casa Civil durante o governo de Lula, deparou-se com um cenário de decadência econômica em todo o mundo. À frente da presidência, ela manteve um ambiente favorável à acumulação do capital financeiro e a um enorme investimento no agronegócio, nomeando em 2014 Kátia Abreu, senadora do PMDB, empresária e ex-presidente da Conferência da Agricultura e Pecuária do Brasil, como ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Durante os governos petistas, o agronegócio brasileiro tornou-se uma referência mundial na exportação de alimentos, principalmente da soja. Nessa área, o volume de investimento passou de R$ 27,6 bilhões, nos anos de 2002/2003 (R$ 81,144 bilhões em valores de 2018), para o montante de R$ 156,1 bilhões, entre 2014 e 2015 (R$ 216,98 bilhões em valores de 2018), consoante dados do Instituto Lula. O governo de Dilma manteve o projeto de conciliação de classes por meio de programas que retiravam famílias da miséria e mantinham as exigências do capital.

Com o *slogan* “País rico é país sem pobreza”, o governo de Dilma Rousseff lançou o programa “Brasil sem Miséria” em 2011, organizado em três eixos estruturantes: acesso à renda para o alívio imediato da miséria; ampliação do acesso aos serviços públicos à população mais pobre; e ações de geração de emprego e renda. O PBF beneficiou 14.086.199 famílias pobres e extremamente pobres até dezembro de 2013, conforme dados do MDS, atual MC.

Os governos de Luiz Inácio e Dilma Rousseff garantiram a redução das taxas de juros e vantagens no acesso ao crédito e seguro rural, responsáveis por alavancar a exportação de café, açúcar, suco de laranja, carne bovina, carne de frango, soja em grãos e milho, ganhando notoriedade mundial. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mostram que, no governo de Fernando Henrique, 287.994 famílias foram assentadas em suas terras. No primeiro mandato do presidente Lula, 381.419 famílias foram assentadas. O governo de Dilma Rousseff foi o que menos efetivou o assentamento de famílias e o que menos investiu em políticas de reforma agrária, atingindo o patamar de 107.354 famílias. Em nossa análise, os governos petistas mantiveram a concentração de terras e deixaram inalteradas as desigualdades sociais no campo.

O baixo crescimento econômico e os escândalos de corrupção na Petrobras marcaram os primeiros meses do segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2016), criando um ambiente politicamente desfavorável. O clima de disputa com o candidato Aécio Neves (PSDB) extrapolou o processo eleitoral, expondo um acirramento de blocos ligados à extrema direita brasileira, com severas críticas ao governo, e de grupos a favor do Governo Federal, na defesa da Petrobras e da reforma agrária e contra as perdas de direitos anunciadas pela própria presidente. Além disso, vivenciava-se o contexto de aumento do desemprego e do empobrecimento da classe trabalhadora, conforme apontou a Pesquisa Mensal de Emprego[43] em fevereiro de 2014, que registrou 43,1 milhões de pessoas desocupadas em idade ativa em seis regiões metropolitanas pesquisadas.

No segundo mandato, Dilma Rousseff sancionou a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, pendente desde de 1972 (Lei nº 5.859), que reconheceu os direitos do/a trabalhador/a doméstico/a na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como salário mínimo, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias, licença- -maternidade, aviso prévio, aposentadoria, etc. O/A trabalhador/a doméstico/a passou a ter acesso à jornada de trabalho de 44 horas, pagamento de horas extras e adicional noturno, vitórias importantes para o trabalho doméstico, que tem seu lugar na sociedade e no mercado intimamente vinculados às raízes escravocratas e colonialistas do Brasil, prestado predominantemente por mulheres negras. Entretanto, sabemos ainda que é exorbitante o número de trabalhadores/as domésticos/as que permanecem com vínculos de trabalho informais e sem proteção da CLT até os dias atuais, inclusive

[43] A Pesquisa Mensal de Emprego, baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A pesquisa mencionada considera pessoas em idade ativa a partir de 10 anos.

são os/as trabalhadores/as mais afetados/as com o aprofundamento da crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) desde o final de 2019 e início de 2020 em todo o mundo.

Em 2015, a Lei nº 13.130, sancionada no governo de Dilma Rousseff, sob o discurso de corrigir excessos e distorções na Previdência Social, impôs mudanças que representaram mais barreiras para o acesso aos benefícios, uma vez que o/a trabalhador/a passou a precisar de mais tempo de contribuição de forma progressiva. Ainda passou a exigir um período de casamento ou união estável, assim como escalonou o tempo que a esposa ou cônjuge gozará da pensão, levando em consideração a idade. Outra mudança deu-se com o seguro-desemprego, que ampliou de seis para 18 meses de trabalho para o acesso ao benefício na primeira vez; na segunda, o/a empregado/a deve trabalhar por 12 meses seguidos; e, na terceira solicitação, o período de trabalho exigido continuará sendo de seis meses. Na realidade, a aprovação de alterações na Previdência Social foi um novo aceno para o sistema financeiro.

O clima de disputa e o desgaste político culminaram no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, no dia 31 de agosto de 2016, aprovado pelo Senado Federal, que a retirou da presidência da república, mesmo tendo governado alinhada aos interesses do grande capital. Após três horas do afastamento definitivo de Dilma Rousseff pelo Senado Federal, eleita com 51,64% dos votos válidos da população brasileira, o então presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros (PMDB), deu posse ao vice-presidente, Michel Temer, do mesmo partido. Sobre os fatos ora narrados, concordamos com Braz (2017, p. 89), ao afirmar o seguinte: “Não achamos que isso se constituiu num golpe clássico, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. […]”. Aliás, o processo de *impeachment* ocorreu dentro dos trâmites institucionais burgueses e sob a anuência da Justiça e do Congresso Nacional. A deposição de Dilma Rousseff foi resultante da rearticulação da classe burguesa brasileira, principalmente da ala ligada ao capital financeiro e ao agronegócio, rompendo com o ciclo denominado de projeto de conciliação de classes, visto que:

> O derrube de Dilma e do PT significa mais que um atentado à democracia: significa, para as classes dominantes, que é hora de uma nova hegemonia que crie condições ideais para a reprodução dos interesses capitalistas num cenário novo, que substitua a forma hegemônica que até então serviu. Ou seja, se a forma anterior já não é mais eficaz, trata-se de construir um novo bloco de poder para criar as condições ideais (BRAZ, 2017, p. 94).

Michel Temer assumiu a presidência com o compromisso de implantar o programa “Ponte para o Futuro”, que teve como meta basilar o crescimento econômico com ampla liberdade do mercado; maior integração do Brasil ao mercado externo e abertura comercial; severo ajuste fiscal; concessões e privatizações, como a da Petrobras; liberação das riquezas naturais para exploração; e contrarreformas trabalhistas e da Previdência Social. Esse programa do PMDB foi lançado em momento anterior à conclusão do processo do *impeachment*.

Em 13 de dezembro de 2016, o Senado Federal aprovou, em segundo turno, a proposta do presidente Michel Temer pertinente à Emenda Constitucional (EC) nº 95, que determinou o congelamento das despesas federais por 20 anos, comprometendo a oferta dos serviços públicos prestados à maioria da população brasileira à medida que as despesas públicas crescem anualmente e de forma acelerada. Além disso, a crise econômica vem ampliando as desigualdades sociais, exigindo, assim, a ampliação de recursos para atender às demandas, ao contrário do que propõe o teto dos gastos. Na atual conjuntura, a classe trabalhadora vivencia os efeitos da redução do orçamento nas políticas públicas. Na avaliação do representante do MNPR/Ceará (2019):

> *O governo congelou os recursos públicos por 20 anos. Quem tiver condições de pagar um plano de saúde, mas quem não tiver... Esse congelamento tá acabando com os nossos direitos. E a população em situação de rua só aumentando com o desemprego*.

A aprovação da Lei nº 13.467/2017 reduziu drasticamente direitos garantidos na CLT, o que implicou perdas substanciais no âmbito da proteção da classe trabalhadora, como: prevalência do negociado sobre o legislado, exceto o 13º salário e o seguro-desemprego; flexibilização das responsabilidades das empresas com as condições de segurança e higiene nos locais de trabalho; ampliação da jornada de trabalho para até 12 horas/dia, considerando o limite de 48 horas semanais; férias parceladas em até três vezes; redução do intervalo de almoço para 30 minutos; implementação da jornada de trabalho parcial até 30 horas semanais, sem direito ao pagamento de hora extra ou 26 horas semanais com até seis horas extras; liberação de grávidas e lactantes nos locais insalubres em grau mínimo e médio, podendo ser afastada a pedido do médico; e fim da obrigatoriedade da contribuição sindical.

A contrarreforma trabalhista de 2017 regulamentou o trabalho intermitente, que significa a convocação do/a empregado/a pelo/a empregador/a de acordo com

a necessidade da empresa. O/A trabalhador/a está disponível a qualquer dia e hora para prestar serviços, recebendo apenas a remuneração pelos dias ou horas trabalhadas. Ainda regularizou o teletrabalho, também denominado de *home office*, trabalho remoto ou a distância, que consiste na prestação de serviços preponderantemente fora das empresas. Nesse caso, as empresas não são obrigadas a garantir os custos com o vale-transporte e o auxílio alimentação para os/as trabalhadores/as. A depender do contrato estabelecido, o/a empregador/a poderá se abster dos custos com as despesas de os/as trabalhadores/as desenvolverem as tarefas em casa. O/A trabalhador/a está cada vez mais subordinado/a às demandas da empresa. Por fim, "[…]. Outra consequência negativa é o incentivo ao trabalho isolado, sem sociabilidade, desprovido do convívio social e coletivo e sem representação sindical" (ANTUNES, 2018, p. 37).

O discurso ideológico do governo Michel Temer de que as alterações na CLT acarretariam a redução do desemprego no Brasil, na realidade, garantiu o barateamento da força de trabalho, o aprofundamento da exploração e a expropriação dos direitos sociais da classe trabalhadora. O presidente Michel Temer ampliou a ofensiva do empresariado, fragilizando, ainda mais, a classe trabalhadora nas correlações de forças e ampliando a sua subordinação aos ditames do capital. Nas alterações na CLT propaladas pelo governo Temer para gerar mais empregos, era preciso flexibilizar e desburocratizar as rígidas leis trabalhistas no Brasil gerar mais empregos. Na prática, tais alterações retiraram direitos trabalhistas conquistados arduamente pela classe trabalhadora. Em vez de ampliar a oferta de trabalho com direitos, as mudanças na CLT ampliaram a flexibilização das contratações, a banalização das terceirizações e o aumento do trabalho informal e do desemprego.

Em janeiro de 2019, o candidato eleito em segundo turno com 55,13% dos votos válidos (57 milhões de votos), Jair Messias Bolsonaro, capitão reformado do exército e ex-deputado federal por 27 anos, do Partido Social Liberal (PSL), assumiu a presidência da república do Brasil, tendo derrotado o candidato petista e professor universitário Fernando Haddad no pleito eleitoral de 2018.

O programa de governo de Bolsonaro intitula-se "O caminho da prosperidade", sustentado pela coligação "Brasil acima de tudo. Deus acima de todos". O presidente Jair Bolsonaro, atualmente sem partido, tomou posse com um discurso extremamente conservador, pela defesa da família, por uma política de segurança pública rigorosa e pelo fim da corrupção e do pensamento de esquerda e do marxismo, conforme o trecho de seu programa de governo (2018): "[...] nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações, como o Gramscismo, se

uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da nação e da família brasileira".

O cenário das eleições refletiu o desgaste dos partidos políticos no campo progressista e a reorganização do pensamento conservador na sociedade, que se sentiu ambientada para exprimir as diversas formas de preconceito e de discriminação em relação à cor, raça, classe social, religiões de matrizes afrodescendentes, além de uma onda deflagrada de machismo e de violência contra as mulheres, *gays*, lésbicas, trans, etc.

O *Atlas da Violência* (IPEA, 2019)[44] registrou que, no ano de 2017, 75% das vítimas de homicídios eram negros/as e pardos/as no Brasil e 55% das vítimas de homicídios possuíam entre 15 e 29 anos. Em relação à taxa de homicídio contra a população LGBTIQ+, o Atlas identificou 193 casos em 2017. Nessa mesma edição, houve um crescimento dos homicídios femininos, com 4.936 mulheres mortas em 2017, cerca de 13 assassinatos por dia. Esses dados sinalizam que a violência possui um recorte de classe, gênero e raça calcado nas desigualdades sociais abissais no Brasil. Além disso, refletem a intolerância e a recusa ao respeito à diferença.

No tocante à população em situação de rua, o Boletim Epidemiológico publicado em junho de 2019[45] pela Secretaria de Vigilância em Saúde registrou, por meio do Sinan, notificações de 777.904 casos de violência contra essa população entre 2015 e 2017 em todo o Brasil, sendo 54,8% das vítimas mais frequentes entre as pessoas da raça/cor da pele negra (pretos/as e pardos/as). As narrativas adiante tratam da violência contra a população em situação de rua:

> *À noite, tu não dorme; cochila. Pega um papelão e cochila. Tem a chuva, muitos problemas: passar um carro e matar a gente. A gente chama do 'carro preto' da noite. O morador de rua, quando vê um carro preto, já fica assustado. Já teve um carro que passou atirando. Já vi um incêndio com o morador de rua na Parangaba; foi morto. É muita discriminação* (TIGIPIÓ, 2019).
>
> *À noite, às vezes, eu durmo no mercado. Às vezes, eu durmo na Macavi, mais seguro. Sempre buscamos lugares mais seguros. Já vi moradores de rua sendo queimados. Eu mesma já acordei com fogo perto de mim* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

---

[44] Apresenta um perfil dos homicídios pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O Atlas considerou os dados de 2017. A íntegra do documento está disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 20 out. 2020.

[45] O Boletim Epidemiológico é uma publicação da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, com periodicidade mensal e semanal, com o objetivo de promover a disseminação de informações relevantes qualificadas, com potencial para contribuir com a orientação de ações em Saúde Pública no país. Nesta versão, o Boletim trata das notificações individuais de violência interpessoal/autoprovocada registradas no Sinan pelas unidades de saúde em 2015, 2016 e 2017, que abranjam casos de violência envolvendo a população em situação de rua, tendo sido selecionados do banco de dados por meio da variável "motivo da violência" em todo o Brasil.

A intolerância e a violência contra a população em situação de rua são também retratadas em notícias veiculadas nos meios de comunicação e nas mídias sociais:

> Ao menos sete pessoas em situação de rua acordaram assustadas na madrugada desta quinta-feira (9), em Mogi das Cruzes**,** depois que as barracas onde dormiam foram incendiadas. Ninguém ficou ferido. De acordo com o boletim de ocorrência, eram 2h30 quando um dos sem-teto que dormiam na Avenida Francisco Rodrigues Filho, na região central de Mogi, acordou com a barraca pegando fogo. Em seguida todos levantaram e viram um homem correndo com galão de cinco litros na mão. Eles tentaram correr atrás do homem, mas não alcançaram. Apesar das chamas, ninguém se feriu. O caso foi registrado como dano qualificado consumado no 1º DP de Mogi das Cruzes (G1, 2020, s.p.).

É inegável que o pensamento conservador nunca foi superado no Brasil. Assistimos a uma reorganização do conservadorismo, que se apropria das mídias sociais para destilar o ódio e a intolerância contra as populações negras e em situação de rua, quilombolas, indígenas, mulheres, *gays*, lésbicas, travestis e transexuais.

A morosidade nas investigações e a impunidade de indivíduos e grupos que violam os direitos humanos criam um ambiente favorável às diversas formas de preconceito e de discriminação. O revigoramento do conservadorismo encontra solo fértil na agenda neoliberal, que aprofunda as desigualdades sociais e a criminalização da pobreza, contando com o recrudescimento do Estado e a crescente militarização dos agentes de segurança pública, que têm ampliado a violência e o genocídio da população negra e pobre no nosso país. Para Boschetti (2017, p. 55), "[…]. agudizam-se as expressões da questão social revelando a barbárie cotidiana que assola sem trégua a classe trabalhadora [...]".

O pensamento conservador tem raízes na formação social e econômica escravocrata e elitista. É incontestável que o conservadorismo e as ideias de cunho fascista não estão à margem da disputa entre as classes sociais. Para nós, são expressões das disputas de classes no país. Portanto, o discurso do presidente da república, com teor de ódio, racismo, misoginia e sexismo, encontra ressonância em boa parte da sociedade brasileira. De acordo com Iamamoto (2007, p. 144):

> […]. Esse cenário, de nítido teor conservador, atinge as formas culturais, a subjetividade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças. A debilidade das redes de sociabilidade em sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um 'é livre' para assumir riscos, opções e responsabilidades por seus atos, em uma sociedade de desiguais.

A agenda econômica em curso impetrada pelo ministro da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, um dos fundadores do Banco Pactual, ferrenho defensor do neoliberalismo, com o apoio do Congresso Nacional, conseguiu a aprovação de alterações da Previdência Social que atacam severamente os direitos da classe trabalhadora. Em fevereiro de 2019, o governo encaminhou o projeto ao Congresso Nacional da Nova Previdência Social, tendo sido aprovado em outubro e entrado em vigor em 13 de novembro do mesmo ano. As alterações da Previdência incluíram o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social Federal (RPPS), alterando pontos importantes, como: a) aumento do tempo de serviço para os/as trabalhadores/as da iniciativa privada e dos municípios sem regime próprio, sendo 62 anos de idade e 15 anos de contribuição para as mulheres e 65 anos de idade e 20 anos de contribuição para os homens; b) aposentadoria dos/as servidores/as públicos federais, passando-se a exigir 62 anos de idade para mulheres e 65 para homens, com 25 anos de contribuição, 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo; c) aumento das alíquotas dos descontos da Previdência; d) redução de 50% da pensão por morte do valor, acrescido de 10% por cada dependente, exceto para os/as dependentes incapazes ou com deficiência, que terão o valor de 100%, não podendo exceder o teto, além de outras alterações.

A diversidade das formas de contratação da classe trabalhadora é um enorme desafio para a organização sindical contra os ataques aos direitos sociais. O fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, com a reforma trabalhista em debate acima, expõe um enorme desafio para entidades sindicais, principalmente no cenário de acirramento da luta de classes. As constantes transformações no mundo do trabalho têm contribuído para o amortecimento dos movimentos sociais e para a consolidação do capitalismo como único sistema viável, de maneira que, a bem da verdade:

> Não há capitalismo sem lutas de classes. Enquanto as forças do capital predominarem no comando da produção social, as forças do trabalho se insurgirão, de algum modo, para lutar contra a apropriação privada que está na base das relações sociais capitalistas. Ao mesmo tempo em que é sua contraface indesejada, as lutas de classes funcionam como dínamo que impulsiona as forças do capital para inovações que se voltam contra o trabalho. Capitalismo é luta de classes. Enquanto aquele existir, esta persistirá (BRAZ, 2012, p. 481).

Nesse sentido, o Estado e o empresariado atuam com os únicos impulsos de ampliar a extração do mais-valor em prol da concentração de riqueza socialmente produzida e expropriada de forma privada pela classe dominante. O desemprego e

a precarização do trabalho são as expressões mais desumanas da expansão do capital. A explosão do desemprego atinge enormes contingentes de homens e mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes, nos termos de Mészáros (2011).

Ainda em 2019, o atual presidente impôs um severo contingenciamento de recursos públicos, por meio de decretos, em torno de R$ 31 bilhões de reais, penalizando, ainda mais, a classe trabalhadora no acesso às políticas de educação, saúde, segurança pública, trabalho, renda, assistência social, habitação, saneamento básico, esporte, cultura, além dos ataques às leis de proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais.

Em curto período, o governo do presidente Jair Bolsonaro é responsável por grandes retrocessos na área ambiental, por meio do sucateamento e retirada da autonomia dos órgãos de monitoramento e fiscalização, da flexibilização de leis de proteção ambiental, da redução de multas por crimes ambientais, além dos ataques aos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. A política ambiental impetrada pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, incentiva a exploração dos recursos naturais de forma predatória e mercantilizada, ampliando a violência e as disputas de terras no campo e nas florestas. Aliás, a relação entre o homem e a natureza, construída historicamente, aponta-nos para um cenário extremamente dramático e sem boas perspectivas para o futuro. O capitalismo forja novos mecanismos, na busca de recomposição do capital, sendo a corrosão dos direitos da classe trabalhadora e a destruição dos recursos naturais cada vez mais latentes, de maneira que:

> Para além da ótica economicista, a crise do capital é, de fato, a crise de civilização que se expressa com vigor na degradação do metabolismo social homem-natureza – seja a natureza humana (expressa no cataclismo social, com seus milhões de trabalhadores precários e massa de desempregados sem perspectivas de futuro digno e vítimas do adoecimento físico e mental); seja a natureza natural (o cataclismo climático, marcado pelo aquecimento global e deriva climática) (ALVES *et al.*, 2009, p. 10).

A agenda neoliberal extremamente radical atinge visceralmente a população mais pauperizada, principalmente em um cenário de crise econômica agravada pela pandemia de Covid-19 em curso, que teve início na China, ainda em 2019, e espalhou-se rapidamente em diversos países do mundo. Aqui, partimos da premissa de que a pandemia não é a responsável pela crise econômica. A crise do capitalismo é estrutural e antecede a pandemia. De fato, a pandemia escancara e aprofunda as desigualdades sociais em escala global, em especial no Brasil, pelas desigualdades abissais.

A pandemia de Covid-19 trouxe impactos severos para aqueles/as que dependem exclusivamente da venda da sua força de trabalho para sobreviver. Em todo o mundo, a classe trabalhadora sente os efeitos do desemprego e a perda da renda, além da exposição aos sistemas de saúde extremamente precarizados e privatizados, que excluem milhares de pessoas de acesso ao tratamento adequado.

No Brasil, o desemprego e o trabalho informal são marcas estruturantes do mercado de trabalho, sendo seus efeitos agravados em razão da crise econômica gerada pela pandemia citada acima. Segundo Antunes (2020), antes mesmo da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontravam-se no mercado informal ao final de 2019. No mesmo período, um contingente de mais de cinco milhões de trabalhadores/as passou a ter como única alternativa a *uberização* do trabalho, que consiste em “novas modalidades” de trabalho *on-line*, ofertadas por aplicativos e plataformas digitais.

O fechamento parcial de fábricas e setores do comércio aniquilou postos de trabalho. A classe trabalhadora contou ainda com reduzidas e tardias medidas de proteção editadas pelo Governo Federal a fim de possibilitar o cumprimento do isolamento social. Em termos numéricos, conforme estudos da PNAD/IBGE (2020), o número de trabalhadores/as que desistiram de procurar emprego chegou a 5,4 milhões no mês de maio de 2020, um aumento de 15,3% em relação aos três meses anteriores. A mesma pesquisa registrou 31,1 milhões de desempregados/as em todo o Brasil, sendo que os efeitos mais perversos recaíram sobre o/a trabalhador/a doméstico/a, tendo 1,2 milhão desses/as trabalhadores/as perdido o emprego.

A realidade brasileira, agravada com a pandemia, contribui para o aumento de trabalhadores/as sobrantes, ampliando, assim, o exército industrial de reserva. A superpopulação relativa garante a lei da oferta e da demanda de trabalho, portanto mantém o rebaixamento do valor da força de trabalho e amplia as formas de exploração. Nessa esteira, ocorre que:

> O capital age sobre os dois lados, ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro lado, sua ‘liberação’ aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo em que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e da oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital (MARX, 2013, p. 715).

Nesse cenário pandêmico, as crises econômica e social afetaram mais ainda os/as trabalhadores/as informais, que perderam suas fontes de renda. Segundo o IBGE, a pandemia de Covid-19 fez com que 7,8 milhões de pessoas perdessem os postos de trabalho até o mês de maio de 2020, agravando as expressões da *questão social* no acréscimo de indivíduos e famílias em situação de rua. Apesar da ausência de dados, acreditamos na tendência de aumento significativo de indivíduos e famílias em situação de rua motivada pela perda do trabalho e renda e pela ausência de políticas emergenciais mais eficientes e articuladas nas três esferas de governo. Com o fechamento parcial do comércio, a população em situação de rua sente mais ainda os efeitos oriundos desse cenário, tendo em vista que trabalha predominantemente no mercado informal, o que lhe impossibilita de cumprir as recomendações de prevenção ao novo coronavírus.

As recomendações de isolamento social e sanitárias pelos Governos Federal e Estaduais não consideram a realidade da população em situação de rua, aprofundando ainda mais as violações dos seus direitos pelo poder público e pela sociedade. Além disso, a política de atenção à população em situação de rua enfrenta um enorme desafio entre o aumento dessa população e os parcos recursos financeiros alocados na prestação de serviços e programas emergenciais com respeito e qualidade para indivíduos e famílias em situação de rua. Conforme Natalino e Pinheiro (2020), além dos riscos inerentes à doença, que tem como medidas sanitárias prioritárias o isolamento, o distanciamento social e a higienização de mãos e objetos, aspectos distantes das condições dispostas para a realidade desse grupo populacional, a ausência de circulação social nas ruas impõe obstáculos para a subsistência diária, dada a escassez das fontes de trabalho, renda e doação.

Mesmo com aprovação do Auxílio Emergencial[46] pelo Governo Federal, destinado a trabalhadores/as informais, a população em situação de rua enfrenta diversas dificuldades em virtude de ausência de documentação, internet, celulares, além do fato de tal valor não comportar o acesso à moradia, à alimentação e à higiene, por exemplo.

Diante do exposto, fortalecemos a premissa de que o fenômeno social em estudo é inerente às relações desiguais entre o capital e o trabalho no modo de produção, que tem como centralidade a acumulação do capital às custas das desigualdades sociais, que se ampliam com as revoluções tecnológicas e uma

[46] O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro entre R$ 600 e R$ 1.200 concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, o qual tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia de Covid-19.

agenda neoliberal que determinam o aumento do desemprego e do trabalho informal. Com essa direção, discutiremos a inserção do Ceará no capitalismo nacional e internacional, contexto social-histórico em que surge o fenômeno social da população em situação de rua como uma das expressões das desigualdades sociais.

3 O CEARÁ NO CONTEXTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE: DESIGUALDADES SOCIAIS E O FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

> E foram andando à toa, devagarinho, costeando a margem da caatinga […].
>
> *Rachel de Queiroz*

O trecho acima, do livro *O quinze*, retrata a vida de cearenses que deixavam o sertão em direção às cidades mais desenvolvidas, principalmente para a capital, durante os longos períodos de estiagem em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Uma longa e árida viagem, marcada pela fome, sede, ventos, cansaço, preconceito e morte. E os longos períodos de secas têm a ver com o capitalismo, a industrialização, a urbanização e o fenômeno social população em situação de rua no Ceará?

A partir da indagação acima, discutiremos a inserção do Ceará no cenário do capitalismo nacional e internacional para atender às demandas das indústrias de países da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA) em pleno período marcado pelas secas, que trouxe grandes impactos para a urbanização desigual, permeados de expressões da *questão social*, como o fenômeno em estudo desta tese. Para tanto, dividimos este capítulo em três seções. Na primeira seção, trataremos da inserção do Ceará nesse contexto com a produção da pecuária e da agricultura para atender aos interesses do mercado europeu e dos EUA, o que contribuiu para as desigualdades sociais gestadas pelos longos períodos de seca nos governos denominados de *Ciclos dos Coronéis* no Ceará. Na segunda seção, apontaremos elementos do ápice da industrialização a partir do fim do *Ciclo dos Coronéis* e início do projeto modernizador, por meio da industrialização, sob os pilares de uma agenda neoliberal implantada por um grupo empresarial denominado “Era das Mudanças” no Ceará a partir dos anos de 1980. E, na última seção, destacaremos a importância das cidades de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia – campo empírico da pesquisa – no tocante aos aspectos econômicos, históricos, políticos e geográficos para a aceleração do desenvolvimento do Ceará. Não diferentemente das demais cidades, essas são marcadas pela urbanização desigual e contraditória, em que as expressões da *questão social* emergem, a exemplo do objeto em estudo.

3.1 A inserção do Ceará no capitalismo dependente brasileiro: a seca, a pobreza e o fenômeno população em situação de rua

A industrialização no Nordeste deu-se somente por volta dos anos de 1960, inicialmente na Bahia, a partir da intervenção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), por meio de repasse de recursos públicos para empresas privadas. Cabe ressaltar que a oferta abundante de mão de obra de baixo custo foi um dos principais atrativos para o deslocamento de indústrias do eixo Sul-Sudeste para a Bahia; em seguida, para os demais estados do Nordeste.

No Ceará, o processo de colonização se deu tardiamente, se comparado ao das capitanias de Pernambuco e Bahia. A ocupação do Ceará aconteceu também lentamente, por meio de expedições realizadas pelos portugueses somente para garantir a posse das terras com a instalação de fortes na área litorânea.

O Ceará estava subordinado à capitania de Pernambuco até o final do século XVIII. Esse fato mostra o desinteresse da Coroa Portuguesa pelo território cearense, tendo vista que os portugueses não haviam localizado metais preciosos e um solo apropriado ao plantio da cana-de-açúcar aqui, como em Pernambuco e Salvador. Nessa época, a economia cearense era basicamente em torno da pecuária, para atender às economias de Pernambuco e Bahia, fornecendo pasto e água para a cultura da cana-de-açúcar.

As fazendas existentes no Ceará eram formadas por pequenas propriedades, com a presença de casebres de taipas, chão batido, coberturas de palhas, voltadas principalmente para a subsistência das famílias. Os portugueses não encontraram no Ceará fazendas de cana-de-açúcar com estruturas consolidadas que ofertassem o conforto e o requinte a que estavam acostumados. A atividade da pecuária ainda encontrava os longos períodos de seca e escassez de água que comprometiam a qualidade do gado. Assim, a pecuária atendia basicamente às necessidades locais e o excedente produzido somente era comercializado nas feiras em Pernambuco e Bahia. Mesmo assim, a pecuária foi responsável pelo crescimento de diversas cidades no interior cearense.

Em face das dificuldades encontradas, os fazendeiros passaram a comercializar a carne seca salgada no século XVIII, visto que o Ceará contava com fortes ventos, baixa umidade do ar e grande quantidade de sal, além da comercialização do couro. As charqueadas – a venda da carne de charque – contribuíam na dinamização da economia, no desenvolvimento urbano e na acumulação de riquezas por uma pequena parcela de latifundiários. A produção e

a comercialização da carne de charque e do couro eram voltadas para o consumo interno e para a exportação destinada a diversas regiões do Brasil, o que acabou fortalecendo as famílias de fazendeiros que acumulavam riqueza às custas da exploração da força de trabalho dos/as sertanejos/as. Vale registrar o cultivo voltado para o mercado interno das famílias, como do milho, arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, fumo e outros.

A decadência das charqueadas deu-se por conta das secas e da escassez de água. Diante disso, os fazendeiros acabaram aderindo à cultura do algodão, tendo em vista a grande necessidade dessa matéria-prima pelas indústrias internacionais em plena Revolução Industrial no século XVIII. No Ceará, a produção algodoeira contou com o solo favorável, o clima quente e poucas chuvas, tornando-se referência nacional.

A produção do algodão era mantida às custas da exploração da força de trabalho livre de brancos/as pobres, indígenas, mulatos/as e caboclos/as. O número de escravos/as era pouco significativo no Ceará. A pecuária exigia um número reduzido de trabalhadores/as e os longos períodos de secas desestimulavam a força de trabalho escrava. O custo da força de trabalho escrava era extremamente oneroso para os fazendeiros, pois o plantio era realizado somente no mês de janeiro e a colheita acontecia somente seis meses depois. Assim, manter a mão de obra escrava ociosa era algo caro e desnecessário na visão dos donos de fazenda. Além disso, a seca acarretava ainda a elevação dos preços dos alimentos, onerando o custo da força de trabalho escrava nas fazendas. Dessa forma, a abolição da escravatura ocorreu no dia 25 de março de 1884, antes do que no restante do Brasil, pois não trazia impactos financeiros para os donos das fazendas.

Anteriormente à abolição da escravatura, os/as escravos/as trabalhavam predominantemente nas áreas urbanas, em regime de servidão. As escravas realizavam serviços domésticos, bem como de costura e de confecção de renda. Tanto na cidade como nas fazendas, os/as escravos/as eram submetidos/as às normas extremamente rígidas, à má alimentação, à violência, à humilhação e aos castigos.

Em contrapartida, os portugueses e os fazendeiros encontraram também as fugas para os quilombos pelos/as escravos/as, que contavam com o apoio dos movimentos abolicionistas locais. O Ceará estava na periferia do sistema capitalista nacional; há registros de que os/as cativos/as fugiam e formavam

quilombos ou mucambos, pois contavam com a dificuldade de resgatá-los/as pelos capitães do mato.

A Revolução Industrial e principalmente a Guerra de Secessão (1861-1865)[47] foram responsáveis pela inserção do Ceará no cenário nacional e internacional a partir da produção e da comercialização do algodão, garantindo a fibra (matéria-prima) para as indústrias têxteis dos países da Europa e para os EUA. A expansão da produção algodoeira foi primordial na dinamização da economia cearense, marcando sua entrada no circuito do capitalismo internacional para atender às demandas do mercado agrário-exportador nos anos de 1950 e 1960. Assim, o algodão dinamizou a economia cearense, beneficiando enormemente comerciantes, latifundiários e estrangeiros/as e propiciando o crescimento urbano em diversas cidades do estado, principalmente em Fortaleza, pela existência de um porto, fundamental para a entrada de um significativo fluxo de capital.

Ainda no século XIX, as primeiras indústrias têxteis foram instaladas no interior do estado; em seguida, em Fortaleza, cidade imprescindível no beneficiamento e escoamento do algodão para o mercado internacional. A partir daí, diversas indústrias de tecidos e de beneficiamento do óleo extraído do caroço do algodão foram também alternativas de combate à oscilação do preço do algodão no mercado internacional. Fortaleza tornou-se rapidamente o centro político, econômico e cultural do Ceará. O dinamismo da capital fez emergir novos atores sociais, com poder econômico e político, ligados ao setor comercial, e profissionais liberais, nas áreas de Medicina, Direito, Engenharia, Jornalismo e outras, que estudavam em diversas partes do Brasil e do exterior (FARIAS, 2015).

Fortaleza transformava-se, sob a influência da cultura francesa, na construção de casarões e prédios comerciais, as artes, a cultura e o modo de vida da elite, que residia nas áreas chamadas nobres da cidade, na virada do século XIX e XX. O Antigo Mercado (1897) e o Teatro José de Alencar (1910) revelam a imponência dos prédios erguidos sob a influência europeia.

O fim da Guerra de Secessão contribuiu para a redução de importações de algodão pelos EUA, e os longos períodos de seca afetaram enormemente a economia no Ceará. Aliás, a seca e a escassez de água têm trazido historicamente impactos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais para todo o

[47] A Guerra de Secessão ou Guerra Civil Americana foi uma disputa entre o Norte e o Sul dos EUA. Essa guerra deu-se pela divergência entre a contratação de trabalhadores/as livres ou a continuidade do uso da força de trabalho escrava. O sul-americano era totalmente dependente do trabalho escravo, já o Norte recorria predominantemente ao trabalho livre assalariado nas propriedades.

Nordeste. Soma-se a isso a ausência de políticas públicas que possibilitem a convivência de famílias sertanejas com o clima do semiárido. O livro O quinze, de Rachel de Queiroz, retrata a mudança da paisagem pelos longos períodos de seca.

> Novamente a cavalo no pedrês. Vicente marchava através da estrada vermelha e pedregosa, orlada pela galharia negra da caatinga morta. Os cascos do animal pareciam tirar fogo nos seixos do caminho. Lagartixas davam carreirinhas intermitentes por cima das folhas secas no chão que estalavam como papel queimado. O céu, transparente que doía, vibrava, tremendo feito uma gaze repuxada. Vicente sentia por toda parte uma impressão ressequida de calor e aspereza. Verde, na monotonia cinzenta da paisagem, só algum juazeiro ainda escapou à devastação da rama; mas em geral as pobres árvores apareciam lamentáveis, mostrando os cotos dos galhos como membros amputados e a casca toda raspada em grandes zonas brancas (QUEIROZ, 2016, p. 15).

A partir de 1877, famílias de sertanejos fugiram do cenário aviltante descrito acima a pé, de trem ou nos caminhões denominados de “pau de arara” para Fortaleza. Era uma viagem de muitos dias enfrentando o sol, a sede, a fome, as doenças e a morte de membros da família e de animais. Dessa forma, as ruas de Fortaleza começaram a ser ocupadas por um enorme contingente de pessoas com fome e doentes, praticando a mendicância e pequenos delitos, aflorando, assim, as primeiras expressões da questão social no Ceará. Nesse sentido, inferimos que o fenômeno população em situação de rua surgiu com a migração de indivíduos e famílias do sertão para Fortaleza em busca de trabalho e sustento. O entrevistado Tigipió (2019) relembra as agruras da vida no sertão cearense:

> *As dificuldades financeiras. No interior, tudo é muito difícil. Imagine uma família com 14 filhos; só o meu pai trabalhava. Minha ideia foi logo trabalhar. Então, viemos para Fortaleza. Eu vim para Fortaleza acompanhado de uma família que fui criado por ela. Trabalhava para essa família e morava com eles.*

Nesta tese, a seca não é compreendida meramente como um fenômeno natural, mas também como um resultante dos impactos do desenvolvimento econômico, mudanças climáticas, impactos ambientais e ausência de políticas públicas que possibilitem aos/às trabalhadores/as no sertão a convivência com o semiárido nordestino, evitando que famílias abandonem suas pequenas propriedades, histórias, parentes, raízes culturais e modos de vida, na busca de sobrevivência nos grandes centros urbanos. Graciliano Ramos (2005, p. 3), no livro *Vidas secas*, retrata a viagem de migrantes:

> Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que

> procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da caatinga rala.

Fortaleza tornou-se o centro de intensas transformações urbanas e de rápida expansão populacional, tanto pela implantação das indústrias têxteis quanto pela instalação definitiva do Porto do Mucuripe em Fortaleza nos anos de 1940, o que contribuiu para o aumento da presença de estrangeiros/as, em especial espanhóis, italianos, ingleses, franceses e portugueses, influenciando enormemente o crescimento urbano da capital cearense. Ainda embarcaram no Ceará militares americanos durante a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1939 e 1945.

A urbanização de Fortaleza também se deu com a migração da população do sertão para a cidade, na tentativa de fugir dos problemas advindos dos períodos de secas prolongadas e de buscar trabalho nas áreas urbanas. Esse contingente populacional transformava o cenário da cidade à medida que ficava nas ruas, nas praças, nos prédios abandonados e nas esquinas, realizando a mendicância e pequenos furtos. Os/As migrantes praticavam a mendicância com recortes de jornais ou mensagens escritas em pedaços de papelão como forma de sensibilizar os transeuntes. “Um mendigo em Fortaleza bate às portas, pedindo esmolas munido de recorte de jornal, mostrando o texto de uma reportagem sobre os moradores de rua” (ARAÚJO, 2000, p. 33). De acordo com Rios (2006, p. 15-16):

> Chegando a Fortaleza, os flagelados se arranchavam nas sombras das árvores e nas calçadas de algumas casas. […]. Os que não tinham parentes em Fortaleza chegavam sem rumo, saíam pedindo esmolas no comércio ou nas casas mais ricas. Muitos procuravam as redações jornalísticas. Tudo indica que os retirantes entendiam a imprensa como um poder público mais acessível ao pobre, pois, ao chegarem à capital, era aí que costumavam registrar seus pedidos.

As famílias sertanejas construíram suas moradias em barracos improvisados em áreas consideradas desvalorizadas, surgindo, assim, as primeiras favelas em Fortaleza, entre os anos de 1930 e 1950, sendo as maiores: Pirambu, no litoral oeste; Mucuripe, no litoral leste; e Lagamar, às margens do rio Cocó, em que até os dias atuais os/as moradores/as reivindicam o acesso à moradia digna.

Nesse cenário, migrantes também acabavam tendo as ruas como espaços de moradia e sustento, vivenciando a pobreza, o preconceito, a violência e a discriminação. Os longos períodos de seca obrigavam milhares de sertanejos/as a saírem do sertão em direção a Fortaleza e Região Metropolitana, contribuindo para a formação de favelas e utilização dos espaços públicos como ambientes de

moradia e sustento. Diante disso, partimos do pressuposto de que a (re)produção do fenômeno social população em situação de rua no Ceará está associado à migração de trabalhadores/as do sertão para as cidades cearenses mais desenvolvidas, a exemplo da capital e Região Metropolitana. Nos anos de 1950, Fortaleza atingiu 270.169 habitantes (IBGE, 1950). A seguir, o extrato da entrevista desvela a realidade da migração do sertão para a cidade:

> *Eu trabalhei também como agricultor desde criança. Eu morava em Baturité. Quando eu era criança, trabalhava no roçado que a gente tinha. Quando o meu pai veio para Fortaleza, passei a trabalhar como servente. Depois que ele morreu, os irmãos cada um ficou por sua conta própria. Meus irmãos não têm condições; eles não têm nada; e eu estou nas ruas há dois anos* (ANTÔNIO SALES, 2019).

À época, o presidente Getúlio Vargas adotou medidas, como o repasse de recursos financeiros e de alimentos para os estados atingidos pela seca prolongada. Ainda implantou uma política de controle do preço de alimentos para evitar abuso e a sua falta no mercado. As medidas foram estratégias de minimizar os impactos sociais e os desgastes políticos pela inércia do Governo Federal frente aos problemas gerados pelas secas prolongadas.

Com o intuito de aliviar os conflitos sociais e a miséria durante períodos de seca, os governos, no âmbito federal, estadual e municipal, implantavam ainda outras ações com o objetivo de escamotear as expressões da *questão social* que surgiam com os efeitos da seca, dentre elas: o pagamento de passagens para cearenses migrarem para outras regiões do país; a criação dos campos de concentração; e as frentes de trabalho. O incentivo à migração de cearenses para outros estados constituía uma estratégia de reduzir o número de pessoas nas ruas realizando a mendicância. No entanto, os latifundiários questionavam o incentivo à migração pelos governantes por receio de dificuldades de contratar força de trabalho e de aumento de salários após o período de estiagem, necessária na retomada da pecuária e da agricultura no interior do estado.

A instalação de campos de concentração visava a impedir a entrada dos/as migrantes nas cidades mais desenvolvidas do Ceará, principalmente em Fortaleza, que teve a criação do primeiro em 1932, formado por grandes galpões que serviam de alojamentos. Na realidade, os campos de concentração foram pensados exclusivamente para reter os migrantes, evitando aglomerações, mendicâncias nas praças e saques nos comércios, de modo a impedir que perambulassem pelas ruas das cidades mais desenvolvidas do Ceará. Ao todo, foram instalados sete campos de concentração no Ceará, sendo dois em Fortaleza e os demais em Cariús, Ipu,

Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu. Eram projetados nas proximidades das estações de trem para facilitar a abordagem dos/as migrantes e levá-los/as para os campos de concentração.

> Os homens tinham os cabelos raspados a zero. Os campos ainda tinham banheiros, capela e casebres divididos em pavilhões para homens solteiros, viúvas e famílias. Havia uma espécie de cadeia para os retirantes desordeiros e oficinas (de olaria, carpintaria, alfaiataria etc.), para não deixar os concentrados inativos, o que era, aliás, uma preocupação das autoridades (FARIAS *apud* NÓBREGA, 2017, s.p.).

Nos campos de concentração, os/as migrantes viviam confinados/as nesses espaços em condições desumanas e só tinham autorização para trabalhar em troca de hospedagem e acesso à higiene e à alimentação. Segundo Neves (2001), em apenas um campo de concentração, na cidade de Ipu, situado no noroeste do Ceará, ocorreram mais de mil mortes por conta das epidemias e das péssimas condições de higiene local. São inexistentes registros oficiais acerca do número de pessoas alojadas nos campos de concentração, contudo há uma estimativa de que, em janeiro de 1993, cerca 90 mil pessoas ainda permaneciam em quatro dos sete campos instalados (NEVES, 2001). Esses campos de concentração eram chamados também de *Currais do Governo* pelos/as migrantes e pela sociedade, pois eram cercados por arames ou cercas.

As frentes de trabalho consistiam em utilizar a força de sertanejos/as na construção de açudes, estradas e ferrovias em troca de alimentação ou salários extremamente baixos, além de mantê-los/as ocupados/as. As frentes de trabalho garantiam a acumulação dos lucros pelas empreiteiras às custas da superexploração da força de trabalho de sertanejos/as. Até hoje as frentes de trabalho circundam o imaginário popular dos/as cearenses, como nos lembra o entrevistado Patativa do Assaré (2019): “*Deveria ter um projeto do governo para construir açudes e irrigações como antigamente*”.

Os campos de concentração e as frentes de trabalho eram estratégias utilizadas para evitar que famílias chegassem à capital na perspectiva do disciplinamento, com práticas autoritárias e superexploração da força de trabalho. Os campos de concentração foram fechados em 1933, sob muita pressão de parte de intelectuais e dos meios de comunicação, que denunciavam o tratamento desumano e o genocídio de migrantes sob a organização de governantes nas três instâncias de poder. Nesses espaços, eram recorrentes os registros de revoltas e tentativas de fugas pelas pessoas que estavam alojadas. Por fim, os campos de concentração foram extintos durante a Segunda Guerra Mundial, para evitar

comparações com os campos nazistas e amenizar os desgastes da classe política cearense no cenário nacional.

Com o fechamento dos campos de concentração no Ceará, o governo Getúlio Vargas adotou uma política de migração ao enviar 15 mil pessoas, na sua maioria homens, para os seringais na Amazônia, inclusive sob uma forte propaganda de oportunidade de acesso ao trabalho e melhores condições de vida para os/as migrantes que fugiam dos efeitos da seca. Na realidade, era uma estratégia de continuidade da exploração desmedida e da força de trabalho barata. A extração da borracha foi responsável pela morte de muitos/as sertanejos/as, pois não tinham experiência em florestas e as empresas não ofereciam materiais de segurança nem tratamentos para as doenças que os/as cometiam. Além disso, cearenses também foram enviados/as para o combate da Revolução de 1932, em São Paulo.

No ano de 1945, Fortaleza constituía-se como um centro de referência econômica, social e política do estado. Na cidade, concentravam-se a sede do governo, diversas instituições públicas e empresas privadas. Fortaleza já sentia também os efeitos dos primeiros passos da industrialização, composta basicamente por indústrias têxteis, localizadas nas proximidades do Centro da cidade. Vale ressaltar que trabalhadores/as passavam a residir nas proximidades das fábricas, com serviços públicos precários, sem acesso a água potável, saneamento básico, pavimentação nas ruas, educação, saúde e outros serviços. Fortaleza crescia sem um planejamento urbanístico, desrespeitando as áreas litorâneas, margens dos rios e das dunas.

O marco da inserção do Ceará no cenário capitalista nacional e internacional deu-se com a implantação do I Polo Industrial, na cidade de Maracanaú, no governo do coronel Virgílio de Moraes Fernandes Távora (1963-1966), do partido União Democrática Nacional (UDN). Esse governador tinha um perfil extremamente conservador e pertencia à oligarquia tradicional local, no entanto assumiu o governo com a proposta de modernização do Ceará.

Nessa direção, o governador Virgílio Távora implantou o I Plano de Metas de Governo (I Plameg), contemplando a ampliação do Porto do Mucuripe, em Fortaleza, com capacidade para receber navios de grande porte. Ainda implantou o Banco do Estado do Ceará (BEC),[48] a Companhia Docas do Ceará, a primeira Siderúrgica do Ceará e a primeira linha de transmissão de energia fornecida pela

[48] Banco vendido ao grupo Bradesco no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005. A venda já estava prevista desde o governo de Fernando Henrique, como parte do acordo de renegociação das dívidas do Ceará.

hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia. O seu plano de governo manteve uma aproximação com o segmento empresarial, em especial da família Jereissati. No entanto, nos anos seguintes, perdeu apoio de uma parte considerável de aliados políticos, pois limitou-se a indicar cargos na gestão pública em troca de favores.

Ademais, centenas de cearenses trabalharam na construção de Brasília, como pedreiros, carpinteiros, serventes, agricultores e comerciantes. Eram dias de viagem em pau de arara, sem conforto, nas estradas esburacadas, com o sonho propagado da prosperidade e de melhores condições de vida para suas famílias. Após a construção de Brasília, há relatos de que muitos/as morreram em acidentes na obra, outros/as voltaram para o Ceará e muitos/as continuaram vivendo principalmente nas cidades-satélites do Distrito Federal, “[...] como soldados na guerra, viraram heróis anônimos” (IBIAPINA, 2010, s.p.).

Nesse ínterim, Fortaleza crescia com lucros e arrecadações do poder público advindos das atividades industriais e comerciais baseadas na exportação e importação, destacando-se também pelo crescimento frenético em termos populacionais: nos anos de 1950, tinha 270 mil habitantes; em 1960, 518 mil; e, em 1970, 857 mil (FARIAS, 2015). Ainda se mantinha a migração do sertão para a cidade por conta das estiagens. Esse contexto continuava marcado por tensionamentos entre o poder público e os fazendeiros em torno do processo migratório, principalmente para a região Sudeste. Os proprietários das fazendas mantinham críticas ao incentivo à migração em razão da redução da força de trabalho nas fazendas. De outro lado, grupos da classe média mostravam insatisfações com o crescimento da população pobre em Fortaleza, principalmente com a presença de migrantes nos seus espaços urbanos. Diante do exposto, reafirmamos que o surgimento da população em situação de rua está intimamente relacionado à migração de trabalhadores/as do campo para a cidade. Sendo assim, o fenômeno em estudo é uma das expressões da *questão social* resultante das desigualdades sociais gestadas com a divisão social do trabalho, no campo e na cidade, em um estado marcado pela concentração de latifúndios, que aprofundam as desigualdades sociais.

A industrialização avançou visivelmente em todo o Nordeste com o incremento do financiamento público pela Sudene e incentivos fiscais por parte dos governos estaduais em diversos ramos. Assim, o Ceará adentrou no cenário do capitalismo internacional e nacional, com apoio também da Companhia de Desenvolvimento do Ceará, que tinha o objetivo de atrair empresas de outras regiões. Para isso, o governador Virgílio Távora realizou investimentos em infraestrutura necessária para a industrialização, bem como para o escoamento de

mercadorias. No seu primeiro mandato, eclodiu o golpe civil-militar no Brasil, que instituiu o bipartidarismo: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A ditadura civil-militar no Ceará perseguiu jornalistas, artistas, políticos, professores, militantes de partidos políticos e movimentos sociais, estudantes, sindicalistas, lideranças camponesas e outros/as profissionais, que foram presos/as no 23º Batalhão de Caçadores. O exército agia com violência e repressão contra as passeatas e as manifestações realizadas predominantemente por estudantes, inclusive com a invasão de sedes estudantis. Nesse período, o Ato Institucional (AI) nº 3, implantado pelo presidente Castelo Branco em fevereiro de 1966, impôs a proibição das eleições diretas para os governos federal, estaduais e municipais, permitindo que os senadores e deputados federais ou estaduais exercessem o cargo de prefeitos das cidades. O período ditatorial constituiu um ambiente favorável aos grupos políticos pertencentes às oligarquias cearenses lideradas por grupos de militares que se impuseram com grande poder, denominado *Ciclo dos Coronéis*, revezando-se no comando do governo estadual de 1970 a 1987, com o fazer político pautado no mandonismo, troca de favores, centralismo político e apropriação do estado para os interesses de poucas famílias, com grande poder econômico e político. O *Ciclo dos Coronéis* representou um período complexo e característico da política que se perpetuou por muitos anos no Ceará, inclusive ainda presente nos dias atuais, pois o coronelismo é:

> Sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1978, p. 23).

O Ceará vivenciou anos em que políticos governaram à luz das relações sociais pautadas nos interesses de grupo de fazendeiros com prestígio político e poder econômico, apropriando-se do Estado a favor dos seus interesses. Uma política estruturada na apropriação de recursos públicos para a realização de obras, favorecendo determinadas localidades e proprietários de fazendas. Outras características marcavam o sistema “coronelista”, a exemplo do mandonismo, do filhotismo, do falseamento do voto, do assistencialismo e da desorganização dos serviços públicos locais. Não é possível, pois, compreender a realidade do Ceará sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das

manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1978).

A elite empresarial cearense não tinha uma organização e uma hegemonia políticas que pudessem se contrapor ao domínio dos coronéis, acabando cedendo às práticas extremamente conservadoras. Assim, com o forte apoio da ditadura civil-militar de 1964, os governos dos coronéis assumiram uma plataforma de modernizar o Ceará: a conveniência entre o arcaico e o moderno no sentido de acelerar a industrialização. Dessa forma, os coronéis conseguiram aliar as práticas do clientelismo, do paternalismo, do fisiologismo, do autoritarismo, da corrupção e da repressão dos movimentos sociais que questionavam suas práticas.

Nessa esteira, o coronel César Cals de Oliveira Filho (1971-1975) ascendeu como governador do Ceará, indicado pelo presidente general Emílio Médici, no ápice da ditadura civil-militar. Em síntese, o coronel César Cals acabou demonstrando sua falta de habilidade política ao indicar para exercer cargos de secretários pessoas advindas do estado de Pernambuco, trazendo descontentamento até para os aliados cearenses. O governador coronel César Cals favoreceu o crescimento econômico do Ceará, por meio da construção de diversas rodovias e incentivo ao turismo, como a construção da Rodoviária João Tomé, do Teatro do Centro de Turismo do Ceará, do Centro de Convenções de Fortaleza e da Universidade de Fortaleza, bem como a criação da Companhia Energética do Ceará. O seu governo ficou conhecido pelo autoritarismo, praticando prisões arbitrárias, torturas, assassinatos de militantes de esquerda e perseguição de intelectuais e artistas locais. Após o término do seu mandato, continuou no partido Arena e foi o ministro das Minas e Energia no governo do presidente general João Figueiredo, vindo a falecer em 1991.

Em seguida, o coronel José Adauto Bezerra (1975-1978) assumiu o governo. Filho de fazendeiro na área de algodão, deu continuidade à política paternalista e pautada no nepotismo ao distribuir cargos para membros da família de governos anteriores. Investiu na modernização dos setores energéticos, ampliando a extensão de linhas no interior, especialmente nas zonas rurais, em obras de saneamento básico e em medidas de valorização do serviço público por meio de aumentos salariais e de novos planos de promoção funcional. O coronel José Adauto Bezerra renunciou ao governo em fevereiro de 1978, visando a concorrer ao cargo de senador, tendo então assumido o estado o vice-governador, o médico Waldemar Alcântara. Até os dias atuais, a família Adauto Bezerra possui grande poder econômico e político no Ceará.

A industrialização contribuiu significativamente para elevar a taxa de urbanização no Ceará, que atingiu 75,1% nos anos de 1970, consoante dados do IBGE. A urbanização contou com o aumento populacional advindo da migração, estampando a pobreza decorrente da seca, a ausência de uma política de incentivo de fixação do sertanejo no campo e a necessidade de mão de obra para as indústrias, que se alocavam na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), criada pela Lei Complementar nº 14, de 8 de julho de 1973.

O político Virgílio Távora retornou ao governo entre os anos de 1979 e 1982, com a proposta de executar o II Plameg, que ampliou o Distrito Industrial de Maracanaú em áreas estratégicas e de interesse do grande capital, em especial nas áreas têxtil, metalúrgica e mecânica. Ampliou o sistema de abastecimento de água, criou a Companhia Cearense de Mineração e o Centro de Artesanato do Ceará, que recebeu o nome da sua esposa, Luíza Távora, espaço de referência de artesanato até hoje. Nesse período, a decadência da produção algodoeira nos anos finais de 1970 trouxe impactos para o aumento do desemprego no estado. Em face disso, o governador Virgílio Távora priorizou ações de incentivo ao turismo no Ceará, aproveitando o extenso litoral, e destinou recursos para a construção de rodovias em diversas cidades do estado.

As ações sociais no período do *Ciclo do Coronéis* tinham as marcas do assistencialismo, da caridade, da filantropia e do clientelismo na relação do estado com a população mais pobre. Com essa direção, o estado ampliou um leque de ações focalizadas nas crianças e na população idosa, consideradas as mais vulneráveis da sociedade. As ações pulverizadas e sem articulação com as demais políticas sociais eram permeadas pelo discurso do favor e da caridade. As ações no âmbito da assistência social eram coordenadas pela primeira-dama, Luíza Távora, que recebeu o apelido de *Mãe dos Pobres*. Aliás, o primeiro-damismo[49] ainda se perpetua na gestão da Política de Assistência Social em todo o Brasil. Em março de 1982, Virgílio Távora renunciou para concorrer ao cargo no senado federal e permaneceu ativo na arena política por alguns anos, falecendo em 3 de junho de 1988.

O último governador do *Ciclo dos Coronéis*, o professor e economista Luiz de Gonzaga Fonseca Mota (1983-1987), surgiu como fruto de um acordo entre a ala dos coronéis, que queriam permanecer no poder, e os empresários, que já pressionavam por mudanças na política cearense. O governador indicado, Gonzaga Mota, traiu os coronéis, aliando-se aos empresários da Federação das

[49] A partir da década de 1940, era recorrente que as esposas de gestores do Poder Executivo nas três esferas de governo assumissem atividades na coordenação e execução de ações assistenciais, filantrópicas e de combate à pobreza.

Indústrias do Estado do Ceará, que mostraram insatisfações com os governos militares, posicionando-se em defesa da autonomia dos governadores.

O governador Gonzaga Mota já tinha experiência na administração, à frente da Secretaria de Planejamento no governo de Virgílio Távora, quando coordenou o II Plameg. Enfrentou no seu governo quatro anos de seca e colocou em prática um programa de redução da pobreza, investindo nos serviços de saúde, educação, cultura, nutrição e habitação. Os coronéis perderam a incidência política na gestão pública à medida que Gonzaga Mota nomeava para os cargos principais pessoas de sua inteira confiança, principalmente membros da sua família, fato que criou revolta e denúncias de nepotismo, prática entranhada na política brasileira. No seu governo, Gonzaga Mota manteve as mesmas práticas clientelistas, a corrupção generalizada, a ineficiência da máquina pública e a desorganização das contas públicas. Na esfera nacional, o governador Gonzaga Mota apoiou a Aliança Democrática pela candidatura de Tancredo Neves para a presidência da república. Gonzaga Mota exerceu outros cargos políticos e concorreu ao governo do Ceará em 1998, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tendo sido derrotado por Tasso Ribeiro Jereissati, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 1999, após o mandato de deputado federal, Gonzaga Mota deixou a política.

A vitória do jovem empresário Tasso Jereissati nas eleições de 1986 marcou a derrota dos coronéis e uma nova fase da política no estado do Ceará, constituindo a fase da implantação de um projeto de modernização, visando a romper com o *Ciclo dos Coronéis*, como trataremos na seção seguinte.

3.2 **O ápice da industrialização nos “Governos das Mudanças”: agenda neoliberal no Ceará**

A vitória eleitoral do empresário Tasso Jereissati (PSDB) para o governo do estado do Ceará em 1986 significou, para além do fim do *Ciclo dos Coronéis*, *a* ascensão política de uma “nova” elite na direção do estado. Cabe destacar que o contexto nacional de abertura democrática também contribuiu para a decadência do poderio político do *Ciclo dos Coronéis* no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 no Ceará. A agenda liberal em curso no âmbito mundial era incongruente com o pensamento oligárquico que vigorava, principalmente no Nordeste brasileiro.

Nesse período, o Ceará sentia novamente os impactos da seca, o aumento da pobreza e do desemprego, as pressões dos movimentos sociais no campo e na cidade, o declínio do algodão e da pecuária, a ingerência da máquina estatal e a enorme dívida pública, os quais também foram temas polêmicos na campanha eleitoral para o governo do estado em 1986. O desgaste político dos coronéis ampliou o desejo de mudanças por parte da sociedade, o que favoreceu a ascensão de um novo grupo na arena política do Ceará, o empresariado cearense. O Ceará facejava uma grave crise financeira em virtude da baixa arrecadação de impostos e aumentos dos gastos públicos, sobretudo com a folha de pagamentos de servidores/as públicos/as, que sofriam com os atrasos dos salários. As desigualdades sociais afloravam no desemprego, pobreza, marginalidade, trabalho infantil e pessoas em situação de rua.

A industrialização no Ceará atingiu o seu ápice nos governos do empresário Tasso Jereissati (1987-1991, 1995-1999 e 1999-2003) e do advogado Ciro Gomes (1991-1994), os chamados “Governos das Mudanças”, com o apoio de empresários locais organizados no Centro Industrial do Ceará (CIC).[50] O avanço da industrialização no Ceará deu-se em pleno processo de implantação da reestruturação produtiva no Brasil, no entanto:

> [...] não seriam os setores progressistas da sociedade que dominariam a política local. Ao contrário, isso ficaria a cargo de uma facção da própria classe dominante, também travestida de nova e moderna: a crescente burguesia cearense, que 1986 conseguiu eleger para governador do Estado o jovem empresário Tasso Ribeiro Jereissati […] (FARIAS, 2015, p. 512).

Os “Governos das Mudanças” articularam-se em plena redemocratização do país, contribuindo para um pensamento hegemônico de que um novo Ceará aflorava para pôr fim aos anos de atraso e pobreza herdados dos *Ciclo dos Coronéis*. O grupo de empresários surgia como o “novo”, como a “mudança” que o Ceará necessitava e merecia, iniciada pelo governo eleito Tasso Jereissati, com um discurso comprometido de ética na política e de uma reforma administrativa que alocava o estado como um exemplo de modernidade para todo o país. Em 1987, o empresário Tasso Jereissati assumia o governo, com uma agenda comprometida em impulsionar o processo de industrialização alinhado à burguesia

[50] O CIC era uma instância de organização política de uma elite empresarial, com pensamento moderno, formado por empresários jovens, na faixa de 30 a 40 anos, com formação superior e cursos de pós-graduação realizados em importantes centros nacionais e internacionais, quase todos estando à frente dos negócios das famílias, que se expandiram com os incentivos do planejamento estatal, mantendo boas articulações políticas com empresários do eixo Rio-São Paulo. Além de empresário, com atividades de grande importância na economia cearense, Tasso Jereissati foi um dos primeiros presidentes do CIC, justamente nessa fase de organização político--ideológica do grupo (QUEIROZ, 2008).

nacional e internacional. Era um projeto de governo pautado nos princípios da modernidade defendidos pelo CIC, formado por jovens empresários com formação superior e cursos de pós-graduação em universidades nacionais e internacionais, estando quase todos à frente dos negócios de suas famílias e com boas articulações políticas com empresários do eixo Rio-São Paulo. Os “Governos das Mudanças” contavam com o apoio de um grupo econômico e político que surgiu a partir de frações da burguesia local, que passou a manifestar seus descontentamentos com a condução político-econômica de governos do *Ciclo dos Coronéis*, sobretudo pelo predomínio de ações corporativistas na definição das políticas e financiamentos públicos, bem como pela incapacidade de gerenciamento da máquina administrativa, dominada pelo patrimonialismo, com fortes consequências para as finanças públicas (QUEIROZ, 2008).

Os “Governos das Mudanças” representaram uma alteração no ciclo de dominação burguesa, sob o véu da eficiência, da austeridade fiscal, da ética na política, da transparência na gestão pública e do combate ao clientelismo, bem como ao apadrinhamento na política, que marcava fortemente o período do coronelismo. No entanto, Tasso Jereissati e Ciro Gomes representaram os interesses da burguesia industrial, com a tarefa de implantar uma agenda neoliberal no Ceará.

> O advento ao poder, em meados dos anos oitenta, do século passado, de um grupo de jovens empresários. Uma série de reformas institucionais foi realizada, principalmente administrativa, patrimonial, fiscal e financeira, com repercussões na economia cearense e nas finanças públicas do Estado. Desta forma, o presente estudo analisa as mudanças verificadas na condução do poder público no Ceará, nas décadas de 1980/90, com especial atenção à evolução das finanças públicas. Conclui que houve endividamento, mas também compensação de desequilíbrios no orçamento do Estado, amortização de dívidas e realização de grandes projetos de infraestrutura, porém com reduzido impacto social. O Ceará reduziu os gastos com ações públicas sob a responsabilidade do Estado e permanece como um dos piores bolsões de pobreza do Nordeste (SOUSA, 2007, p. 602).

Os grupos empresariais, tendo à frente o governador Tasso Jereissati, foram fundamentais para a construção das bases do PSDB no Ceará e no Brasil, inclusive contribuindo na eleição de Fernando Henrique à presidência da república, implantando o neoliberalismo em todo o Brasil. O Ceará foi um laboratório para a implantação da agenda neoliberal, que articulou um círculo virtuoso de crescimento e enxugamento da máquina pública a partir de demissões de servidores/as públicos/as chamados/as “fantasmas” e de indicações políticas de coronéis.

O governo de Tasso Jereissati tratou de realizar uma série de mudanças no setor industrial e na esfera governamental, de caráter modernizador, sob alguns eixos estruturantes: modernização do parque industrial de Maracanaú, já existente; incentivos à implantação de novas indústrias em diversas cidades do Ceará nas áreas têxtil e de calçados; fomento à agricultura e apoio irrestrito ao agronegócio; volumosos investimentos no turismo por meio da exploração da extensa faixa litorânea; e expansão do comércio e da área de serviços. Nesse sentido:

> É necessário que o governo dote o Estado de infraestrutura para permitir a 'livre' circulação e a expansão continuada do capital. Neste sentido, implantam-se três eixos principais para as ações: a interiorização da indústria, pela implantação de novas indústrias e modernização do atual parque industrial; modernização da agricultura, pelo agronegócio e turismo, com a instalação de equipamentos necessários para a inserção das áreas litorâneas na rota nacional e consequente expansão do comércio e dos serviços (ARAÚJO, 2007, p. 103).

Na esfera governamental, o empresário Tasso Jereissati adotou uma agenda de austeridade fiscal, reduzindo os gastos públicos, eliminando cargos públicos, cortando gratificações e congelando salários de servidores/as público/as, e também um plano de aumento de arrecadação de impostos. Na perspectiva de moralizar a coisa pública, adotou a exigência de concurso público e a realização da licitação na administração pública, conforme a Constituição Federal de 1988.

Na relação com a sociedade civil, o governador inaugurou uma nova forma de participação social, passando para as entidades, associações comunitárias e outras formas de organizações não governamentais a execução de políticas sociais, principalmente na oferta de creches para crianças, centros de acolhimento a grupos de idosos e atividades para adolescentes. Essa relação nos mostra a responsabilização da sociedade na condução de políticas públicas e uma estratégia de cooptação de lideranças comunitárias que historicamente organizavam a comunidade em prol dos seus interesses, que foram denominadas de "agentes de mudanças". Em contrapartida, o governador Tasso Jereissati agia com mão de ferro em relação aos movimentos sociais e populares que questionavam ou denunciavam as contradições do projeto tão propalado na mídia nacional dos "Governos das Mudanças".

O projeto de mudanças viabilizou a concessão de terrenos para o deslocamento de indústrias, a implantação de política de isenção de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o financiamento com recursos públicos e as realizações de obras de infraestrutura necessárias às indústrias e ao comércio, atraindo empresas para o Ceará, visto que:

> Ao longo dos anos, instalaram-se centenas de indústrias no estado, muitas delas no interior, de modo que o setor cresceu numa média anual de 3,6%. Para se ter ideia, a participação do Produto Interno Bruto saltou de 19%, em 1970, para 40%, em 2000 (FARIAS, 2015, p. 525).

Acrescentamos ainda a existência de abundante e barata mão de obra, o que contribuiu significativamente para o deslocamento de empresas das regiões Sul e Sudeste para o Ceará. Segundo Queiroz (2008, p. 59):

> Essas modificações de caráter político-burocrático, realizadas no âmbito local, e com ressonâncias na experiência política mais geral, que corresponde às administrações do período neoliberal no Brasil, foram construídas como um projeto coletivo de toda a sociedade cearense. Isto ocorre, sobretudo, ao se afirmar a modernização econômica, nos termos de uma inserção no mercado mundial, como a única forma de se superar a pobreza desta região, e também de que essa modernização implicava erradicar os tradicionais padrões de intervenção política que aí predominavam. Tudo isto significa que as necessidades do capital são apresentadas e legitimadas por esses governos neoliberais como uma demanda e uma conquista de toda a sociedade, sobretudo a modernização da política, que foi requerida para impulsionar o desenvolvimento capitalista local […].

Um fato que contribuiu para alavancar a exportação no Ceará deu-se em razão da localização de Fortaleza em relação aos EUA e aos países da Europa pela via marítima e da existência de dois portos de grande porte no Ceará, imprescindíveis para o estado se sobressair na concorrência por mercados internacionais, à medida que esses fatores favoreceram a redução dos custos com o transporte de mercadorias. Desse modo, o Ceará tornou-se um dos maiores expoentes nacionais na exportação de produtos calçadistas e têxteis. Em resumo:

> Em 1987, o governador Tasso Jereissati inicia o mandato, com o objetivo principal de inserir o estado no modelo de mundialização da produção, visando aumentar a produtividade e rentabilidade do capital. Com essa finalidade, o governo assume os princípios do neoliberalismo, ao tornar o papel do Estado cada vez menos voltado para o social e ao possibilitar a fluidez do capital no território cearense (ARAÚJO, 2007, p. 103).

O crescimento econômico do Ceará contou com a presença imprescindível do Estado por meio da intervenção financeira e jurídica para a extração do trabalho excedente a favor da expansão do capital. Sobre a tríade capital, trabalho e Estado, Mészáros (2011, p. 67) afirma que:

> Portanto, o poder de intervenção do Estado na economia – não há muito tempo amplamente aceito como remédio milagroso para todos os possíveis males e problemas da ‘sociedade industrial moderna’ – limita-se estritamente a acelerar a maturação dessas contradições. Quanto maiores as doses ministradas ao paciente convalescente, maior sua dependência do remédio milagroso, ou melhor, mais graves os sintomas descritos acima como distorção estrutural de todo o sistema capitalista de custos; sintomas que prenunciam ameaçadoramente uma paralisação e um colapso definitivos dos mecanismos de produção e expansão do capital. E o fato de que o suposto remédio se revela, posteriormente, um indutor de novas

> crises demonstra claramente que não se trata de uma ‘disfunção passageira’, mas de uma contradição fundamental e dinâmica da totalidade da estrutura da produção do capital em sua fase histórica de desintegração.

Nessa direção, o governo de Tasso Jereissati adotou medidas de modernização na esfera da administração pública, por meio de um programa de privatizações, ataques aos direitos e demissões de servidores/as públicos/as, redução da participação do Estado e cortes de gastos públicos em diversas áreas. Desse modo:

> A diferença marcante do ‘Governo das Mudanças’ residiu na forma de apropriação do Estado como instrumento de promoção das transformações pretendidas. A razão empresarial na condução da coisa pública era o pressuposto para imprimir racionalidade e agilidade no processo da gestão, como também parcimônia com relação ao erário, necessária para produzir superávit para financiar investimentos. Essa lógica certamente não condizia com a concepção, até então em voga, de ‘Estado Desenvolvimentista’, cuja função alocativa do Estado (como empregador e produtor de bens e serviços) tinha atingido proporções consideradas inadequadas e inaceitáveis, frente a sua capacidade de manutenção dos gastos correntes e dos compromissos financeiros assumidos. Agora, uma mudança de concepção passaria, necessariamente, pela minimização de tal função – através do ‘enxugamento’ da máquina administrativa e de privatizações de empresas, ou seja, da redução da intervenção direta do Estado na economia, segundo os preceitos neoliberais – e na maximização do Estado, como promotor do desenvolvimento econômico. Para tanto, era necessário, primeiramente, imprimir reformas no campo administrativo--financeiro, a fim de abrir espaço para a função promotora referida há pouco (SOUSA, 2007, p. 607).

Mesmo em face de todo o investimento, o Ceará não despontou como uma grande referência industrial para o Brasil nos anos de 1980/1990. Todavia, em contrapartida, o governo de Tasso Jereissati representou uma maior organização e o fortalecimento de uma “oligarquia empresarial” com muito poder econômico e político no Ceará, de modo específico, e no Brasil, de modo global. Ademais, formou-se um mercado terciário na área do comércio, serviços, transportes, turismo e outros, além de crescimento do mercado informal. Nesse contexto, Fortaleza tornou-se um dos mais importantes polos têxteis e de confecção do Brasil. Faz-se necessário comentar que diversas indústrias se instalaram em municípios da RMF, a exemplo do Distrito Industrial de Maracanaú; mais recentemente, outras foram conduzidas às cidades de Horizonte, Caucaia, Pacatuba e Pacajus.

Entre os anos de 1995 e 2002, o governo de Tasso Jereissati contou com o forte apoio do presidente Fernando Henrique, conseguindo a liberação de recursos federais que viabilizaram importantes projetos na área da infraestrutura, como a construção de açudes e a ampliação da rede de energia elétrica às áreas rurais, dando início às obras da construção do Porto do Pecém, com o objetivo de ampliar

o comércio internacional. Além disso, realizou a reforma do Aeroporto Pinto Martins, transformando-o para atender a voos internacionais.

O empresário e político Tasso Jereissati conseguiu tornar-se referência nacional nas decisões políticas do país, apesar de ter ficado afastado da política entre 2010 e 2014, quando retornou como senador pelo PSDB representando o Ceará, sendo um defensor ferrenho das alterações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da Previdência Social e do marco regulatório da água, abrindo-o para o mercado privado. É proprietário de um conglomerado de empresas, possuindo quase R$ 400 milhões em bens e patrimônio declarados à justiça eleitoral em 2014. Junto com o irmão, Carlos Jereissati, Tasso é proprietário de uma rede formada de 17 *shoppings* em todo o Brasil. Ainda é dono de duas emissoras de televisão e oito emissoras de rádio no Ceará, além de outras empresas, sendo casado com Renata Jereissati, uma das proprietárias do Grupo Edson Queiroz.

Nesse ínterim, o Ceará também teve grandes mobilizações políticas, articuladas por movimentos sociais, entidades da sociedade civil e partidos políticos de pensamento democrático e de esquerda. As reivindicações foram consideradas contrárias à agenda neoliberal imposta pelos governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, no que tange aos ataques aos direitos dos/as servidores/as públicos e privatizações de empresas nas áreas de comunicação e energia ligadas ao BEC.

O cargo de deputado e a sua gestão como prefeito de Fortaleza (1989-1991) credenciaram o paulista Ciro Gomes (cuja infância e juventude se passaram em Sobral-CE) a disputar a eleição para governador do estado e sua recondução para o mandato entre 1991 e 1994, com a promessa de dar continuidade ao projeto de transformação do Ceará.

Ciro Ferreira Gomes foi eleito com o apoio de empresários em torno do “Pacto de Cooperação”, elaborado pelo empresário Amarílio Macedo, com o intuito de discutir as necessidades e as soluções para o crescimento do Ceará. Em termos de perfil, Ciro Gomes era extremamente centralizador nas decisões e nas realizações das ações do seu governo, acabando por ganhar a confiança das elites e grupos políticos do Ceará. Com isso, também ganhou muita projeção nacional.

No seu governo, Ciro Gomes realizou a construção do Canal do Trabalhador, com vistas a ampliar o volume de água, por meio do Rio Jaguaribe, visando a melhorar o abastecimento de água para Fortaleza. Ele também realizou obras de saneamento básico no Ceará e criou o Parque Ecológico do Rio Cocó, o

mais importante sistema ecológico de Fortaleza, resultado da mobilização de ambientalistas e da sociedade em geral contra a expropriação do parque pelo mercado imobiliário de Fortaleza. Em setembro de 1994, o governador Ciro Gomes deixou o governo para assumir o cargo de ministro da Fazenda, na gestão do presidente Itamar Franco (1992-1995).

Em suma, os governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes marcaram um processo de modernização econômica, administrativa e política, porém, na realidade, consistiram em um projeto que possibilitou as condições necessárias para a expansão do capital, contribuindo para a perpetuação de ambos na política cearense e brasileira. O Ceará foi o primeiro estado do país a concretizar o ajuste fiscal extremamente severo, no governo de Tasso Jereissati.

O crescimento econômico não se deu concomitantemente com a melhoria das condições de vida da maioria da população cearense. Entre 1991 e 2000, o Ceará teve um crescimento populacional de 1,73% em média por ano, enquanto o Brasil apresentava uma média de 1,63%, conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano. A renda das famílias não acompanhou o crescimento econômico e populacional. De acordo com a mesma fonte, a renda *per capita* média era de R$ 219,83 em 1991 e de R$ 310,21 nos anos de 2000. A “modernidade” proposta pelo “Governo das Mudanças” significou desigualdades sociais. De fato, ocorreu a implantação de uma agenda neoliberal que reduziu direitos e priorizou o investimento na infraestrutura, favorecendo a lucratividade das grandes empresas locais, nacionais e multinacionais.

As políticas públicas não foram prioridades dos “Governos das Mudanças”, causando insatisfações na sociedade, principalmente da população das periferias. A crise econômica permeou o processo eleitoral, além do desgaste político do PSDB à frente do governo por diversas gestões do Ceará. Mesmo assim, o PSDB conseguiu eleger o seu candidato nas eleições de 2002, o médico Lúcio Gonçalo de Alcântara, em uma votação apertada em seu segundo turno, derrotando o candidato petista José Airton Cirilo por uma diferença mínima.

O governador Lúcio Alcântara (2003-2007), com uma larga experiência na política e na administração pública, exerceu mandatos de prefeito, deputado federal, vice-governador e senador. Vale lembrar que iniciou o seu mandato com ascensão de Inácio Lula à presidência do país, após uma acirrada disputa eleitoral. Todavia, o seu governo não se constituiu como uma oposição ao Governo Federal, inclusive conseguiu recursos para obras em infraestrutura. É consenso em diversas análises que Lúcio Alcântara tem um perfil mais hábil para negociações e

boas relações com diversos grupos políticos; dessa forma, foi uma opção eleita com a estratégia de superar o desgaste político do PSDB e dos “Governos das Mudanças”, centralmente no grupo interno de influência do Tasso.

Na sua gestão, Lúcio Alcântara tratou de dar continuidade à política de ajuste fiscal dos seus antecessores. Não é à toa que Lúcio Alcântara foi um dos fundadores do Partido da Frente Liberal (PFL) no Ceará. Com o discurso de reduzir gastos para investir em áreas mais importantes, foram feitos volumosos investimentos na infraestrutura para beneficiar a instalação de empresas, a exemplo da Companhia Siderúrgica do Pecém, fruto de uma sociedade sul-coreana e da Vale. Com as obras concluídas, iniciou a produção de placas de aço em 2016, sendo atualmente a quarta maior siderúrgica do mundo. O investimento massivamente na área de turismo representou uma ampliação da oferta de empregos, fazendo com que o Ceará se tornasse um dos principais destinos turísticos do Brasil.

As discussões em torno do pleito eleitoral foram marcadas por muitas disputas internas no PSDB, o que garantiu a vitória de Cid Ferreira Gomes (2007-2015), pela coligação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do Partido dos Trabalhadores (PT) e do à época PMDB (hoje MDB), com grande apoio velado de Tasso Jereissati. Nesse contexto, Fortaleza era administrada pela prefeita Luizianne Lins, do PT, que por meio de uma aliança, favoreceu ainda mais a vitória do engenheiro civil sobralense Cid Ferreira Gomes, irmão de Ciro Gomes.

> [...] a imagem construída em torno do jovem político e ex-prefeito de uma das maiores cidades do Ceará, Sobral, contribuiu para o desfecho da era do Governo das Mudanças. […]. Como tantos outros clãs cearenses, a família enfatizou ao longo das décadas a formação bacharelesca dos membros para melhor obter espaços no Estado e defender seus interesses (FARIAS, 2015 p. 247).

O programa de governo de Cid Gomes deu-se pautado na continuidade de grandes obras de infraestrutura e de incentivo à industrialização, com o apoio do capital nacional e estrangeiro como caminho para o desenvolvimento do Ceará, prosseguindo na política de isenção fiscal e incentivo às indústrias e investimentos em obras e no turismo, contando também com o apoio do Governo Federal nas gestões petistas. Dentre as obras que contaram com recursos públicos federais, registramos o Cinturão das Águas, que ampliou a capacidade do Canal do Trabalhador, favorecendo o abastecimento de água para a RMF e as indústrias do Porto do Pecém, inaugurado em 2002. O porto também foi pensado para abrigar a refinaria Premium II, o que levou Cid Gomes a realizar um forte investimento em

infraestrutura para atender às demandas de uma refinaria. Em 2015, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, já com problemas financeiros com a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional e cercada por denúncias de um forte esquema de corrupção, a Petrobras comunicou o cancelamento da implantação da refinaria, gerando críticas pela oposição e base aliada do Governo Federal no Ceará.

A instalação da termoelétrica em parceria com o capital estrangeiro, voltada exclusivamente para manter a estrutura da Companhia Siderúrgica do Pecém, foi alvo de críticas por estudiosos e militantes da área. A termoelétrica é mantida com o carvão e traz grandes impactos ambientais. Em verdade, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém trouxeram mudanças radicais para o distrito a que pertence, no município de São Gonçalo do Amarante no Ceará, o qual tinha como principal atividade a pesca. Ampliou a oferta de empregos, mas também trouxe grandes impactos sociais e ambientais: desestruturação da atividade pesqueira, desapropriações, ocupações da faixa litorânea, desmatamentos e ocupações de dunas, crescimento urbano e populacional desordenado, especulação imobiliária, conflitos com terras indígenas Anacés, que foram transferidos para outro território depois de acordos judiciais, aumento da violência e denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Nesse mesmo contexto:

> Em 2011, mais de três operários que trabalham na construção da termoelétrica do Porto do Pecém entraram em greve, pedindo melhores salários e melhores condições de segurança (vários trabalhadores morreram em acidentes de trabalho durante as obras). A massa furiosa paralisou o porto e chegou mesmo a incendiar alojamentos e escritórios. A justiça declarou a greve ilegal – no Ceará, normalmente, as paralisações do setor público ou em áreas onde há interesse direto do governo eram declaradas ilegais, sendo determinado o retorno dos trabalhadores às atividades. O governo e a empresa agiram duro. Vários trabalhadores foram demitidos e processados […] (FARIAS, 2015, p. 555).

No seu governo, Cid Gomes priorizou a construção de hospitais regionais para desafogar as unidades de saúde de Fortaleza, bem como um novo Centro de Eventos, com vistas a incluir o Ceará na rota dos grandes eventos de negócios e entretenimentos. Realizou melhorias das estradas e a construção de aeroportos em Aracati e Jericoacoara, ampliando consideravelmente o número de turistas estrangeiros/as nas suas belas praias. Cid Gomes ficou conhecido como um realizador de grandes obras que ampliaram o Produto Interno Bruno (PIB) cearense, que cresceu 3,95% no segundo semestre de 2013 ao compararmos com o mesmo período de 2012, que foi de 3,3%, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

No entanto, sua gestão ficou conhecida também pelas obras inacabadas, como a reforma do Aeroporto Pinto Martins, para atender às necessidades dos jogos da Copa do Mundo, e a polêmica construção de um aquário na Praia de Iracema, com a intenção de trazer um milhão de turistas por ano ao estado: atualmente só possui as bases de concreto. À época, o governador Cid Gomes foi extremamente criticado acerca da importância e do valor do empreendimento, tendo sido gastos R$ 130 milhões apenas com 25% do projeto, e dos impactos ambientais para a orla marítima. Atualmente a obra do aquário não passa de uma montanha de concreto que causa indignação nas pessoas que circulam pela Praia de Iracema desde 2008.

O clã familiar dos “Ferreira Gomes” foi importante base aliada de apoio ao presidente Luiz Inácio Lula a partir de 2002, que acabou sendo rompida no governo da Dilma Rousseff. Por meio dessa aliança, os irmãos Cid e Ciro Gomes obtiveram uma notoriedade em âmbito nacional. Na esfera estadual, a hegemonia da família “Ferreira Gomes” contribuiu para a perda de espaço do PSDB, inclusive lançando outro irmão na carreira política, Ivo Ferreira Gomes, ex-secretário de Educação no governo de Cid Gomes e atualmente prefeito da cidade de Sobral.

O governador Cid Gomes ainda lançou o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), que posteriormente foi adotado pelo Governo Federal, recebendo o nome de Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Entretanto, não implantou a Lei do Piso Salarial da categoria dos/as professores/as, agindo com muita repressão à greve dos/as docentes em agosto de 2011, além do aprofundamento da precarização das estruturas das universidades públicas estaduais, as quais também realizaram duas greves importantíssimas, sendo que uma delas se prolongou até o mandato do seu sucessor, Camilo Sobreira de Santana (2015-2019 e 2019-), do PT. Ainda na linha de raciocínio da modernização, Cid Gomes investiu na construção de escolas profissionalizantes de nível médio em tempo integral, atualmente existindo 22 unidades, sendo o Ceará o segundo estado com o maior número de escolas educacionais nessa modalidade em 2020.

A vitória do candidato Camilo Santana, em 2014, para o governo do Ceará contou com o forte apoio do governador Cid Gomes durante a campanha eleitoral. Camilo Santana foi secretário das Cidades na segunda gestão de Cid e deputado estadual do Ceará em 2010. No primeiro mandato, a sua candidatura foi construída a partir de uma ampla coalizão de partidos políticos, como PT, Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Republicano da Ordem Social (Pros). Na mesma

direção dos seus antecessores, Camilo Santana governa com investimentos em infraestrutura, como recuperação de estradas, continuidade das obras de transporte de Veículos sobre Trilhos e do Projeto de Escola em Tempo Integral.

Todo o investimento realizado em diversos setores da economia contribuiu para mudanças no mercado de trabalho no Ceará, favorecendo uma inflexão da migração para o eixo Sul-Sudeste, principalmente a partir de 1990. A redução da migração ocorreu também em face do deslocamento de indústrias das regiões Sul e Sudeste para o Nordeste. Contudo, o crescimento populacional ocorreu de modo predominante nas áreas urbanas: de 8.452.381 habitantes do Ceará, 75% residem em áreas urbanas e 25% em áreas rurais, conforme o IBGE (2010). Para Pochmann (2007), nos primeiros anos da década de 2002, houve uma redução no processo migratório, havendo um saldo negativo em torno de mais de 215 mil pessoas, entre as saídas e entradas na região Sudeste, a partir do período de 1990 e 2005, com base nos estudos da PNAD (2007).

A posição geográfica do Ceará é estratégica em relação aos continentes da Europa, África e América do Norte, favorecendo a realização de empreendimentos nos setores aéreos e marítimos, facilitando exportações comerciais e atividades ligadas ao turismo. De acordo com a Secretaria do Turismo do Ceará, entre agosto e novembro de 2019 o Ceará recebeu 136 mil visitantes estrangeiros/as, sendo o estado brasileiro com o maior aumento de turistas europeus, principalmente franceses. Em 2017, a administração do Complexo Aeroportuário Pinto Martins Internacional foi repassada para a empresa alemã Fraport por um período de 30 anos. A concessão deu-se a partir do programa de privatização por parte do presidente Michel Temer de aeroportos, rodovias, portos, ferrovias e mineração.

A população cearense enfrenta uma grave crise da segurança pública durante o governo de Camilo Santana, nos anos de 2014 e 2020, agravada pelas greves da categoria de policiais, o que trouxe repercussão no aumento da violência. Cabe ressaltar que a violência é um fenômeno complexo e com multideterminações, sendo historicamente uma das expressões da *questão social* no bojo das relações sociais capitalistas. A agudização da crise do capitalismo tem trazido severas inflexões que reverberam no aprofundamento do desemprego e do trabalho precarizado e informal, ampliando as diversas formas de violência. O Ceará possui um dos maiores índices de violência do país: a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará registrou 3.407 homicídios durante todo o ano de 2019.

Ademais, a violência é também derivada do crescimento de uma guerra estrutural de facções criminosas, deflagrada entre os maiores grupos de narcotraficantes existentes no país nos últimos anos, a exemplo das facções Primeiro Comando da Capital (PCC), paulista, e dos Guardiões do Estado (GDE), formada no próprio Ceará, a qual domina o maior número de territórios no estado. A sensação de pavor e insegurança ronda o estado em face das disputas entre as facções pelo domínio do tráfico de drogas nas cidades do Ceará, resultando em assassinatos de jovens negros/as das periferias, expulsão de famílias das suas casas, toque de recolher e tribunal do tráfico.[51] Vale ressaltar que a localização geográfica cearense está na rota do tráfico de drogas por sua proximidade à Europa, com um número elevado de voos nacionais e internacionais. Registramos relatos de indivíduos e famílias, principalmente aqueles/as beneficiados/as com o Programa Minha Casa Minha Vida, que foram expulsos/as e perderam suas moradias por ordem de grupos ligados ao tráfico de drogas. As disputas entre as facções pelo domínio das comunidades e a expulsão de indivíduos e famílias de suas moradias fazem essas pessoas passarem a ter as ruas como espaços de moradia e sustento. Somente na Praça do Ferreira, no Centro de Fortaleza, há quase 250 pessoas morando (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Para o representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Ceará (MNPR/CE, 2019), "*[...] a repressão das facções nas periferias é uma nova face da população em situação de rua também*".

Ante a crise de segurança pública, o governo Camilo Santana priorizou um investimento na ampliação de contingente policial e no forte armamento das forças policiais. Com isso, verificamos um aprofundamento da política de encarceramento em massa da população pobre, negra e periférica das cidades no Ceará. É nítida uma política de encarceramento em curso em todo o Brasil. Não é à toa que ocupamos o terceiro lugar no *ranking* mundial em número de detentos/as de todo o mundo, conforme o Departamento Penitenciário Nacional[52] que cadastrou 773.151 homens e mulheres nas unidades prisionais em todo o país. O mesmo estudo listou ainda que a maioria dessas unidades é marcada pela superlotação, instalações precárias e reduzido números de profissionais necessários aos atendimentos aos/as detentos/as.

A política de construção de novas unidades prisionais no governo de Luiz Inácio Lula da Silva bem como de reformas de antigos presídios não foi suficiente para dar conta do número exponencial de uma política crescente de encarceramento em massa. Portanto, existe um déficit entre vagas no sistema

[51] São tribunais instalados por integrantes do tráfico de drogas para punir e executar possíveis rivais, delatores/as ou "traidores/as" nas comunidades.

[52] Órgão do Ministério da Justiça. Este levantamento é referente a junho de 2019.

prisional e número de prisioneiros/as, além da morosidade nos processos judiciais, que mantêm presos/as aguardando sentenças.

No Brasil, pelo Cadastro Nacional de Presos/as, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, em agosto de 2018 havia 602.217 homens e mulheres privados/as de liberdade em prisões civis e internações como medidas de segurança nas unidades prisionais em todo o Brasil, sendo que 40,03% são presos/as ainda sem condenação. E conclui que 266.416 pessoas presas se encontram no regime fechado, 86.766 pessoas no regime semiaberto e 6.339 pessoas no regime aberto, cumprindo esta pena em casa de albergado.[53]

No Ceará, no mesmo cadastro, existem mais de 20.795 pessoas presas para 9.740 vagas penitenciárias somente. Em 2018, a ocupação do sistema penitenciário chegou a 16.147 pessoas e, depois de um ano, ampliou para 20.407 pessoas nas unidades prisionais: casas de privação provisória de liberdade, hospital geral, sanatório penal e penitenciárias, conforme dados da Secretaria de Administração Penitenciária. A superlotação é responsável por inúmeras violações causadas pelo sistema penitenciário do Ceará, como: dezenas de mortes violentas; reiteradas denúncias de tortura; adoção de medidas disciplinares extremamente rígidas; falta de condições de higiene; alimentação inadequada; precária assistência médica, odontológica, psicológica e social; baixo investimento em programas de profissionalização e de reinserção social para internos/as e egressos/as; e morosidade na tramitação dos processos judiciais e alta taxa de presos/as sem condenação.

Na amostragem da pesquisa desta tese, identificamos que, dentre os/as entrevistados/as, uma minoria cumpria sentença judicial em regime semiaberto, fechado ou ainda que possuía alguma pendência judicial. Destacamos dois relatos que tratam da relação entre os homens e mulheres em situação de rua com o sistema de justiça do Ceará:

> *Quando eu saí, não sabia para onde eu ir. Não tinha mais esposa nem casa, não tinha nada, e nunca recebi visitas* [família]*. Eu já tive muita mágoa dela por conta disso, hoje não mais. Imagine, depois de dez anos, você sair e não saber para onde ir.* ***Só a única alternativa: a rua****. As opções que eu tive eram todas vinculadas ao tráfico, e não queria mais. E nunca mais me envolvi com a criminalidade. São seis, oito pessoas por cela, cela pequena e sem condições. Eu tinha uns 25 anos. É muito difícil* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019, grifo nosso).
>
> *Depois fiquei muito tempo preso. Uns dois anos e seis meses no presídio aqui em Fortaleza. Um ano de tornozeleira. Fiquei preso em casa, mas pelo*

[53] Neste caso, não estão incluídas as prisões domiciliares como substitutivas do regime aberto, com ou sem medidas cautelares, em razão da definição conceitual e metodológica adotada a respeito das pessoas privadas de liberdade.

> *menos estava com a minha filha e a esposa. Tenho três filhos, duas meninas e um menino* (SILVA JATAHY, 2019).

A história de José de Alencar (2019) nos mostra que a longa permanência em regimes fechados contribui para a perda de vínculos familiares e comunitários. A ausência de um trabalho sistemático com as famílias que possuem membros em regime fechado acaba fragilizando ou rompendo os vínculos familiares. Além disso, a ausência de uma política de profissionalização e de acesso ao trabalho reverbera na falta de construção de novos projetos de vida aos/às egressos/as. Dito isso, como bem afirmou José de Alencar (2019): "*Só a única alternativa: a rua*". O segundo relato mostra a importância de o Estado brasileiro discutir e construir outras alternativas para além do regime fechado como estratégia para as pessoas não perderem os seus vínculos familiares e comunitários, inclusive no mercado de trabalho. Ainda sobre essa questão, extraímos uma fala que trata do preconceito em relação às pessoas que cumpriram medidas em regimes fechados. "*O que nos condena é um passado. A sociedade não acredita na gente, por conta dos problemas com a justiça. A gente é discriminado"* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

A pobreza estrutural no Ceará alimenta toda a cadeia de produção e de circulação em torno do tráfico de drogas. Nesse sentido, não podemos pensar a violência e o tráfico de drogas dissociados do processo de industrialização e urbanização, pautados na expropriação da força de trabalho, sob o modo de produção capitalista. E ainda, no caso específico do Ceará, a violência e o tráfico de drogas também são inerentes às desigualdades sociais, sendo a disseminação do tráfico de drogas nas cidades uma das estratégias de ampliação do mercado de consumo.

Diante disso, o tema da segurança pública é corrente na atualidade do Ceará. Entretanto, sabemos que, na consciência popular, o modelo de segurança fincado na militarização exacerbada da polícia acaba passando uma falsa sensação de segurança, modelo dominante em todo o nosso país. De fato, o que vivenciamos é o recrudescimento do Estado no trato das expressões da *questão social*, como podemos constatar nos relatos abaixo:

> *Enfrentamento de chuva, sol e muita violência por parte da polícia militar e da guarda municipal. Eles adotaram toque de recolher na Praça do Ferreira. A partir de uma determinada hora, ninguém pode ficar circulando na praça* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

> *A polícia chega batendo. Isso é possível? Um dia uma pessoa do nosso movimento foi agredida e conduzida à delegacia. Pessoas já foram arrancadas da praça e tomados os seus objetos, seus pertences. A gente formou uma comissão e vamos solicitar as imagens das câmeras à*

> *prefeitura para encaminhar para o Ministério Público* (REPRESENTANTE DO MNPR/CEARÁ, 2019).

No campo da nossa pesquisa, são recorrentes os relatos de diversas formas de violência pelos agentes da segurança pública e da guarda municipal. Vale salientar que, durante essas abordagens, a população em situação de rua tem seus pertences e documentos tomados ou destruídos, como uma forma de punição e saída dos espaços públicos. Constatamos que a atuação do poder público por meio dos agentes da segurança pública e da guarda municipal é mais intensa nos meses que antecedem as comemorações natalinas e de fim de ano. Inferimos que as intervenções policiais possuem uma perspectiva de higienização e criminalização da população em situação de rua nos espaços urbanos.

A abordagem desses agentes da segurança pública e da guarda municipal fere os princípios fundamentais presentes no artigo 1º, principalmente no tocante ao inciso II, que trata do respeito à cidadania da população brasileira, e do III, que garante a dignidade da pessoa humana, da Constituição Federal. Na vigente constituição, é explícito, no seu artigo 144, que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de toda a sociedade, sendo inadmissível que agentes da segurança pública e da guarda municipal atuem com violência e abuso de poder, principalmente elegendo a população pobre como alvo com o discurso da segurança da população e da proteção dos bens públicos. A lentidão e omissão do poder público no processo de investigação e de punição contribuem para a reprodução das formas de violência e de abuso de poder impetradas pelos agentes da segurança pública e da guarda municipal em todo o Brasil.

A política de segurança pública deveria promover a convivência pacífica e o respeito aos/às cidadãos/ãs, independentemente de raça, etnia ou classe social. Entretanto, o que vivenciamos cotidianamente é o aumento da intervenção estatal por meio dos agentes de segurança pública, centrada na violência e na criminalização da pobreza, gerando um verdadeiro genocídio da população pobre e negra brasileira. O registro de mortes decorrentes das intervenções policiais vem crescendo de modo preocupante no Brasil. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 analisou 7.952 registros de intervenções policiais que resultaram em morte entre 2017 e 2018, concluindo que 75,4% dessas mortes foram de negros/as, o que nos mostra o viés extremamente racista presente na corporação das polícias militares no Brasil. O mesmo estudo revelou que 78,5% dos registros de intervenções com mortes envolviam jovens de até 29 anos e que, entre a faixa de 20 e 24 anos, representam 33,6% de vítimas com mortes. Como bem diz o poeta Solano Trindade (1981):

“Lincharam um homem entre os arranha-céus (li num jornal). Procurei o crime do homem, o crime não estava no homem, estava na cor de sua epiderme”.

De acordo com o Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social (Cemaris), as três cidades cearenses com o maior número de pessoas em situação de rua são Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, as quais compõem a RMF, possuindo relações fronteiriças entre si, com seus respectivos Centros de Referência para a População em Situação de Rua (Centros Pop), à exceção de Maracanaú, que atualmente presta atendimento à população em situação de rua por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

A definição das cidades de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú para a realização das entrevistas é motivada pela importância do ponto de vista econômico, político, social e histórico no âmbito estadual, como já pontuamos. Nesse sentido, as três cidades partilham estruturas imprescindíveis no desenvolvimento do estado, com indústrias, portos, enorme contingente de força de trabalho e uma rede de infraestrutura de serviços mais complexa. Dado o nível de crescimento econômico do campo da pesquisa, as três cidades também são permeadas por diversas nuanças da *questão social*, como a evidência da presença da população em situação de rua.

Diante disso, trataremos mais amiúde sobre o caminho que trilhamos na definição e nas aproximações do campo da pesquisa com o objetivo de apresentar um panorama da formação social-econômica e política de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia.

3.2.1 Campo da pesquisa: palco das desigualdades

> […]. Se queremos conhecer modos de vidas, temos que conhecer as pessoas. […].
>
> *Maria Lúcia Martinelli*

O campo da nossa pesquisa nos possibilitou aproximações com a realidade de homens e mulheres que têm as ruas como espaços de moradia e sustento, proporcionando-nos, por meio das suas narrativas durante as entrevistas, um mergulho na análise acerca das formas de trabalho e acesso à renda. Para Minayo (2014, p. 202), “[...] o trabalho em campo constitui-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa, que a rigor não poderia sem pensado sem ele”. Ainda

socializamos que as idas e vindas ao campo da pesquisa foram fundamentais no processo de coleta e análise dos dados. Na mesma obra, Minayo (2014, p. 202) alerta que, “[...] na pesquisa qualitativa, a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial”.

Posto isso, gostaríamos de tratar acerca das motivações para a definição do campo de pesquisa na busca de coleta de dados, por meio de entrevistas e da construção de um diário de campo. *A priori*, a intenção era realizar entrevistas com os/as usuários/as dos nove Centros Pop existentes no Ceará, distribuídos em oito municípios cearenses: Fortaleza (dois), Juazeiro do Norte, Sobral, Maracanaú,[54] Caucaia, Crato, Pacatuba e Pacajus, conforme o Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas) de 2018. Constatamos que o deslocamento para todos esses municípios exigia uma logística inviável do ponto de vista financeiro, não estando a nosso alcance a sua consecução.

De acordo com o Cemaris, os nove Centros Pop, em 2017, realizaram 18.817 atendimentos, sendo que 74% na cidade de Fortaleza, 8% em Maracanaú, 6% em Caucaia e 12% em outras cidades. Em 2018, o Cemaris registrou 1.738 notificações de pessoas em situação de rua, sendo os maiores índices nos municípios de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. Em consulta à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), identificamos 3.146 pessoas cadastradas em situação de rua em Fortaleza, 350 em Maracanaú e 310 em Caucaia – dados de abril de 2020. Na RMF, as três cidades possuem a maior incidência de pessoas em situação de rua do Ceará. Vale alertar que esses dados representam apenas as pessoas em situação de rua pertencentes ao Cadastro Único (Cadúnico). No campo empírico desta pesquisa, identificamos pessoas em situação de rua impossibilitadas de realizarem o cadastro devido à ausência de documentação mínima.

Diante disso, optamos pelo caminho da coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada junto aos/às usuários/as que utilizam os serviços ofertados pelos Centros Pop de Fortaleza e Caucaia, bem como os/as que usam o serviço do Creas de Maracanaú. Nos estudos de mestrado (2015), já percebíamos a mobilidade da população em situação de rua nos três municípios que compõem o campo da pesquisa, conforme tratamos aqui. Na construção do diário do campo, constatamos que essa mobilidade ainda permanece como estratégia de acesso

[54] Centro Pop fechado 2019, porém encontra-se registrado como ativo até o mês de abril de 2020, ou seja, em funcionamento junto ao Sagi.

aos serviços ofertados por cada município. Na Figura 2, podemos verificar a proximidade entre as cidades do campo da pesquisa.

Figura 2 – Mapa da RMF

Fonte: IPECE.

Essa relação fronteiriça entre as três cidades contribui de forma significativa para a mobilidade entre a população em situação de rua, constatada durante as entrevistas, em que os/as entrevistados/as, na sua maioria, apontaram o conhecimento dos equipamentos da Política de Assistência Social, no caso, os Centros Pop de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, este último antes do seu fechamento. Os/As entrevistados/as apontaram que usam ainda o Restaurante Popular de Fortaleza e Maracanaú.

Além da proximidade, as três cidades que compõem o campo da pesquisa empírica, possuem de transportes rodoviários e ferroviários e de outras alternativas de locomoção que possibilitam uma maior mobilidade da população em situação de rua. Já tratamos aqui que a mobilidade da população em situação de rua é uma das suas características e estratégias de acesso às diversas necessidades humanas.

A definição das cidades de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú como campo da nossa pesquisa dá-se pela importância, do ponto de vista populacional, econômico, político, social e histórico, para o Ceará. O campo da nossa pesquisa é constituído por cidades extremamente urbanizadas, com grande adensamento populacional. Estudo publicado pelo Ipece/IBGE identificou que, durante os anos de 2002 a

2017, Fortaleza (R$ 61,57 bilhões), Maracanaú (R$ 8.537,5 milhões) e Caucaia (R$ 5,860,3 bilhões) foram responsáveis por mais da metade (51,37%, ou seja, R$ 75,9 bilhões dos R$ 147,89 bilhões) do PIB do estado em 2017. Por outro lado, essas cidades são expressões das desigualdades sociais de um processo de urbanização pautado nas diversas formas de expropriações da classe trabalhadora e das riquezas naturais. Em acordo com Maricato (2013a, p. 20):

> As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social.

Nessa lógica, o campo da pesquisa em tela é marcado por contradições sociais inerentes à urbanização acelerada, submetida à expansão capitalista e à acumulação de capital. Elas são fundamentais como base de sustentação econômica cearense à medida que Estado e mercado submeteram os espaços públicos, os recursos naturais e a força de trabalho à lógica mercantilista. Nas palavras de Lefebvre (2001, p. 15), “[...] as concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais no sentido de Marx”.

As cidades cresceram enormemente do ponto de vista econômico e na rede de serviços ofertados à população. Entretanto, para Maricato (2013b), a classe trabalhadora utiliza a cidade para moradia e como forma de acesso aos serviços públicos. Por outro lado, são os capitalistas que ganham com a produção e exploração do espaço urbano, em função da cidade como valor de troca, ou seja, como uma mercadoria.

Na realidade, a lógica urbana brasileira realizou intervenções nas cidades com a construção de grandes obras, sob o forte apelo de melhorar a infraestrutura urbana com excessivo gasto público, associado ao capital privado. Com isso, o Estado renuncia de uma concepção de política urbana comprometida com a garantia da preservação da memória coletiva, com os espaços verdadeiramente públicos e com as riquezas ambientais, de maneira que:

> Uma nova geografia se arma na paisagem global. Nela, as cidades foram de certa maneira desconectadas dos limites dos Estados nacionais que as continham, e, soltas numa rede perversa estruturada por um capital flutuante, procuram redefinir seu papel. Boa parte da produção contemporânea do urbanismo tem sido mobilizada para criar uma cenografia de tal forma que a cidade se transforme numa espécie de produto à venda num *stand*, fazendo parte de uma mega exposição global de cidades à procura de empresários transnacionais que decidam nela investir (ROLNIK, 2003, p. 3).

No caso das três cidades pesquisadas, o capitalismo se apropriou delas como um nicho extremamente lucrativo, fato este que tem contribuído para uma crescente especulação imobiliária e privatização dos espaços urbanos, incompatíveis com um planejamento urbano racional. É impossível pensar o campo da pesquisa como espaço verdadeiramente democrático: a defesa da vida sob os interesses do mercado, da dignidade humana, da liberdade e do respeito à convivência com as diversas formas de vida, a exemplo de homens e mulheres que utilizam as ruas como espaços de moradia e sustento. É no contexto urbano marcado pelo aprofundamento da financeirização das cidades que constatamos o aumento da população em situação de rua, sob uma suposta (in)visibilidade desses indivíduos por parte da sociedade e do poder. Registramos em nosso diário de campo, durante as atividades do Fórum da Rua, que "*A invisibilidade é a mais cruel da violação dos direitos*" para essa população, segundo Arlindo (2019), representante do MNPR/CE.

A população em situação de rua é um fenômeno eminentemente urbano, com uma maior concentração nos grandes centros urbanos, como Fortaleza. Em Caucaia e Maracanaú também pudemos identificar um número considerável de mulheres, homens, crianças, adolescentes e idosos/as em situação de rua. A partir disso, optamos pela realização de uma pesquisa predominantemente de caráter qualitativo, tendo em vista que a nossa preocupação é essencialmente com o conteúdo, para além de uma representatividade numérica, haja vista que:

> As pesquisas qualitativas [...], muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos. O que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa. Uma consideração importante nesse sentido é que a pesquisa qualitativa é, de modo geral, participante, nós também somos sujeitos da pesquisa. [...] (MARTINELLI, 1999, p. 25-26).

Por isso, a definição da amostragem foi uma preocupação recorrente no percurso da pesquisa em questão. A intenção consistiu em uma definição de uma amostragem que garantisse, ao mesmo tempo, uma representatividade e uma viabilidade do número de pessoas em situação de rua nas três cidades. Fontanella *et al.* (2011, p. 38) alertam "[...] que ser transparente quanto à técnica de amostragem utilizada é uma atitude da dimensão ética que ajuda a evidenciar o rigor empregado em uma investigação científica".

Em face do desafio da construção da amostragem, elencamos três critérios norteadores. O primeiro critério foi realizar as entrevistas apenas com usuários/as adultos/as em situação de rua que utilizam os serviços ofertados pelos Centros

Pop de Fortaleza e Caucaia e pelo Creas de Maracanaú, conforme o motivo já explicado no Manual de Orientações Técnicas do Centro Pop, de que crianças e adolescentes podem ser atendidos/as pelo serviço somente quando estiverem em situação de rua acompanhados/as de familiar ou pessoa responsável.

Por último, os/as coordenadores/as do Centros Pop e do Creas de Maracanaú nos concederam um espaço com condições adequadas e sigilo para a realização das entrevistas, bem como informações e dados fundamentais para esta pesquisa. Vale ressaltar que encaminhamos o projeto de pesquisa e a carta de apresentação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para os setores responsáveis pela apreciação e liberação de pesquisas nas instituições nos três municípios.

No tocante ao número a realização das 28 entrevistas com os/as usuários/as, seguimos a lógica de outras pesquisas realizadas junto à população em situação de rua por adesão voluntária. Na nossa compreensão, o respeito da adesão à pesquisa foi fundamental para evitar desconfortos e pressões aos/às usuários/as dos Centros Pop de Fortaleza e Caucaia e do Creas de Maracanaú, bem como desistências durante a realização das entrevistas.

Reafirmamos que realizamos uma reunião com o objetivo de explicitar os objetivos da pesquisa da tese em questão. E, anteriormente ao início de cada entrevista, disponibilizamos e realizamos a leitura da Declaração de Livre Consentimento para participação da pesquisa. Reforçamos que a adesão e/ou desistência da entrevista não comprometeriam o acesso dos/as entrevistados/as aos serviços.

Ainda realizamos uma entrevista com o representante do MNPR/CE foi essencial na análise do processo organizativo da população em situação de rua no Ceará, principalmente no tocante aos avanços e desafios do movimento no âmbito estadual.

A riqueza das entrevistas propiciou abordar as indagações acerca das formas de trabalho e de acesso à renda de homens e mulheres em situação de rua, bem como as condições vivenciadas por essas pessoas, como os trechos abaixo nos mostram:

> *O inverno: a gente sai correndo atrás de um papelão para se proteger, se esconder da chuva. Só comida não resolve o nosso problema. Ficamos até as dez horas da noite na Praça do Ferreira, depois todo mundo desaparece. Uns continuam lá; só não pode colocar colchão* (PATATIVA DO ASSARÉ, 2019).

> *Meu maior problema é a solidão; eu acho que a solidão. Passo o dia trabalhando. Eu não gosto de ficar nas ruas; fico porque é o jeito, daí prefiro ficar sozinho. Fico na Praça da Matriz aqui em Caucaia* (CARIRIS, 2019).

> *À noite, tu não dorme; cochila. Pega um papelão e cochila. Tem a chuva, muitos problemas: passar um carro e matar a gente. A gente chama do 'carro preto' da noite. O morador de rua, quando vê um carro preto, já fica assustado. Já teve um carro que passou atirando. Já vi um incêndio com o morador de rua na Parangaba; foi morto. É muita discriminação. Você vem andando nas ruas, as pessoas parecem que sentem. Só em andar com a mochilas nas costas, as pessoas já percebem que é um morador de rua. As pessoas ficam com desconfiança* (TIGIPIÓ, 2019).

Além dos/as entrevistados/as revelarem as suas condições de vida, acreditamos que o universo amostral desta pesquisa é suficiente para a realização das análises que circundam as manifestações e as formas de trabalho da população em situação de rua, até porque concordamos com o fato de que:

> O que é método qualitativo? O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2014, p. 57).

Com relação ao tratamento dos dados coletados, não podemos negar que interpretá-los criticamente é um momento nevrálgico da pesquisa, à medida que se requer um esforço de análise e exposição dos resultados. Realizamos uma análise dos depoimentos articulada à bibliografia estudada, na perspectiva de atingir com criticidade as indagações que cercam o objeto em tela. Partimos da premissa de que o objeto em estudo está inserto numa realidade dinâmica e complexa, portanto não podemos apreendê-lo isolada ou imutavelmente, e sim de modo articulado a uma realidade dinâmica, inserida na complexidade, a qual é fruto de múltiplas determinações do cenário capitalista brasileiro. "Descobrir esses diversos aspectos, portanto, [...] é um ato histórico" (MARX, 2013, p. 113). Nosso intuito é apreender, por meio das análises apreendidas no campo da pesquisa articulada ao arcabouço teórico analisado na bibliografia, as múltiplas determinações do fenômeno social em questão, no contexto da produção e reprodução das relações sociais gestadas no modo de produção capitalista.

Para isso, partimos do pressuposto também de que é imprescindível conhecer mais amiúde o campo da pesquisa, principalmente adentrando nas contradições sociais inerentes à urbanização, articulando-o ao processo de formação social e econômica do Ceará, como já tratamos. Assim, convocamos a todos para um mergulho nas cidades de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia.

3.2.1.1 Fortaleza: Terra da Luz[55]

> Faz muito tempo que eu não vejo o verde daquele mar quebrar. Nas longarinas da ponte velha. Que ainda não caiu. Faz muito tempo. Que eu não vejo. O branco da espuma espirrar. Naquelas pedras com a sua eterna. Briga com o mar. […] E o mar engolindo lindo. E o mal engolindo rindo. Beira-mar, beira-mar.
>
> *Ednardo*

A capital do Ceará, Fortaleza, é conhecida pelas belas praias, o que a torna um dos principais destinos turísticos de estrangeiros/as e brasileiros/as nos últimos anos, sendo a quinta capital do país e a primeira do Nordeste que recebeu o maior número de visitantes internacionais somente nos quatro primeiros meses de 2019, conforme dados da Agência Nacional de Aviação Civil.

A cidade está localizada no litoral atlântico, com 34 quilômetros de extensão litorânea, numa totalidade de 313.140 km² de área, com uma população de 2.452.185, em 2010, e uma estimativa de 2.627.482 indivíduos até 2019, segundo dados do IBGE. É a cidade mais populosa do Ceará e a quinta do Brasil.

Em 17 de março de 1823, Fortaleza foi elevada à condição de cidade. A origem do nome está relacionada à sua formação: uma pequena vila que cresceu paulatinamente ao arredor da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, construída pelos portugueses, inicialmente chamada de Forte Schoonenborch, quando do domínio holandês sobre Pernambuco (1630-1654), a quem o Ceará pertenceu até 1799. Somente no século XVII é que o povoamento pelos portugueses na então vila da Fortaleza aumentou, com o único impulso de atender às necessidades militares e de entreposto comercial entre Pará ou Maranhão em direção à capitania de Pernambuco.

Acreditamos que não seja necessário realizar um resgate do desenvolvimento histórico de Fortaleza, tendo em vista que tratamos da sua importância nas atividades econômicas do Ceará. Nesse sentido, gostaríamos de traçar alguns elementos do processo de urbanização que transformou a cidade numa grande metrópole nos dias atuais. No entanto, ressaltamos que a urbanização de Fortaleza resultou mais do peso da agricultura e da pecuária no processo de organização do espaço: diferentemente do Sul e Sudeste, em que o

[55] A expressão “Terra da Luz” faz referência ao fato de Fortaleza ter sido a primeira cidade a aderir à abolição da escravatura, em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea.

processo de urbanização cresceu a partir da industrialização. É fato que a produção e a circulação do algodão, principalmente para atender às demandas do mercado internacional, impactaram a urbanização de Fortaleza em relação às outras cidades do estado. Convém lembrar as consequências das secas periódicas que assolavam o interior, bem como a ampliação e construção de novas rodovias ligando a capital cearense aos municípios do interior e de outros estados, o que contribuiu para que Fortaleza se tornasse um destino obrigatório da população sertaneja em busca de trabalho e melhores condições de vida, o que acarretou o crescimento demográfico e a necessidade de ampliação de serviços na cidade.

Desde os anos de 1930, Fortaleza já era um importante centro que responsável pela exportação de produtos agrícolas, em especial em torno da economia algodoeira. O grande fluxo migratório dos/as sertanejos/as na busca de trabalho diante da precariedade da economia rural e também os efeitos deletérios das grandes secas no Ceará deram início à formação das favelas.

O poder público municipal mantinha diversas instituições urbanas de disciplinamento, controle da pobreza e práticas higienistas em relação às pessoas que perambulavam e mendigavam pelas ruas, como: Dispensa dos Pobres, Asilo de Mendicidade, Patrocínio dos Menores Pobres, Escola para Menores, Dispensário Infantil, Asilo Bom Pastor e outras. Para Araújo (2000), Fortaleza havia se tornado a sétima capital do país em questões econômicas, um empório impulsionado pelo crescimento dos negócios e importação. A pobreza era tratada como caso de polícia, prática ainda em vigor no Brasil, infelizmente.

Em 1950, Fortaleza possuía cerca de 200 mil habitantes (IBGE/1950), que residiam principalmente nos arredores do Centro da cidade, a qual contava com ares aristocráticos e adotava um projeto de urbanização com vistas a acompanhar a modernidade, especialmente sob a influência da cultura francesa, quanto ao modo de se vestir e de se comportar de uma pequena elite. O requinte europeu estava presente na arquitetura dos casarões, praças, bosques, catedrais, restaurantes, palacetes, mansões, cafés, cinemas, lojas e prédios públicos; até hoje, alguns resistem à especulação financeira e à ausência de uma política pública que mantenha a história coletiva. Nessa década, ainda não existiam moradias em apartamentos.

Na realidade, o projeto modernizador era uma estratégia de expansão capitalista subordinada aos interesses do mercado brasileiro e internacional. Nesse contexto, o Estado renunciou de uma concepção de política urbana comprometida com a garantia da preservação da memória coletiva, com os espaços verdadeiramente públicos e com as riquezas ambientais. As forças produtivas

capitalistas historicamente têm projetado o espaço urbano a partir de um modo de segregação, na tentativa reiterada de anular os traços tradicionais e históricos, impondo uma lógica privada da vida urbana e desvinculada da memória coletiva. Nas suas obras, Lefebvre deixa bem nítido que a sociedade burguesa é a organização social e histórica mais complexa e que também revolucionou todos os aspectos da vida em sociedade. Oliveira (2013, p. 3) indica que:

> O período de remodelação de Fortaleza trouxe novos olhares sobre a cidade, uma redefinição da identidade e representações diferenciadas dos outros espaços por parte de seus próprios habitantes, especialmente suas autoridades e elites. Esse período de embelezamento fez com que Fortaleza passasse a ser representada por segmentos da sociedade local como a Cidade moderna e civilizada.

A partir da década de 1950, Fortaleza vivenciou a ocupação do litoral – contraditoriamente as áreas mais valorizadas na atualidade – e o aumento exponencial de favelas, como Pirambu, Mucuripe, Cerca do Zé Padre, Lagamar, Morro do Ouro, Varjota, Meireles, Papoquinho, Morro do Moinho, Estrada do Ferro, as quais cresciam enormemente com serviços extremamente precários, enquanto a elite cearense residia nas áreas próximas ao Centro da cidade, com a oferta de serviços, mesmo precários, de saneamento básico, coleta de lixo e transporte coletivo. Por outro lado, tinham acesso às redes de bancos, correios, transportes ferroviário e portuário, telefones públicos e prédios comerciais. Surgiram os primeiros clubes de entretenimento e lazer construídos nas proximidades da Praia de Iracema e Beira-Mar, dando início ao processo de especulação imobiliária da orla litorânea de Fortaleza.

Ainda é necessário demarcar que Fortaleza deu seus primeiros passos rumo à industrialização nos anos de 1950, com a implantação de fábricas e comércios ligados aos negócios da exportação e importação de mercadorias, principalmente tendo como base o algodão. Fortaleza foi central no desenvolvimento da economia algodoeira no Ceará. Essa evolução permitiu a alteração do seu *status* de vila para cidade, tornando-se um centro comercial graças ao sistema de transporte ferroviário, à rota de navios a vapor ligando a cidade à Europa, ao serviço de canalização de água e à implantação de rodovias. Mesmo em face desses fatores, Fortaleza não tinha um *status* importante em termos econômicos se comparada com outras cidades da região Nordeste, como Recife, Salvador e São Luís.

Os bondes elétricos deixaram de circular a partir do ano de 1947: os altos custos levaram o poder público a arrancar e vender os trilhos para as sucatas. Com isso, carros e ônibus tornaram-se os principais meios de transporte. As

transformações urbanísticas de Fortaleza ocorreram sob uma forte aliança entre o poder público e a iniciativa privada na expropriação da cidade para atender às necessidades do mercado.

Nos anos de 1950, o bairro Aldeota, antigo Outeiro, consolidava-se como uma área tipicamente residencial, com ruas largas, belos casarões e sobrados, crescendo a partir da avenida Santos Dumont, tornando--se o bairro predileto da elite até os dias atuais. Fortaleza, sua capital, já refletia as suas contradições sociais, como resultado das desigualdades sociais que emergiam no contexto de um plano de urbanização extremamente desordenado e sem um plano urbanístico voltado para os interesses da maioria da população. Ao contrário, tivemos uma política de urbanização segregadora entre as favelas e os arranha-céus. Um modelo de urbanização pautado na destruição, sem respeito à história coletiva, a exemplo de fachadas coladas nos prédios, destruindo o patrimônio arquitetônico histórico. A cidade aprofundou o projeto de urbanização subordinado aos ditames das forças produtivas, em vez de subordinado aos interesses da maioria da população cearense. Sobre isso, Maricato (2013a, p. 20) afirma que:

> As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social.

No entanto, os anos de 1970 marcaram o ápice do crescimento urbano e do crescimento populacional vertiginoso. Em 1970, a população de Fortaleza já passava de 860 mil habitantes, chegando a pouco mais de 1.300.000 em 1980 (IBGE). Essa década teve como marco a inauguração do projeto final do Distrito Industrial de Maracanaú e a criação oficialmente da RMF,[56] instituída por meio da Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973. Ressaltamos que as transformações ocorridas na cidade de Fortaleza não estão desconectadas dos processos da globalização e reestruturação do capital. Dessa forma, as indústrias foram modernizadas por meio do incremento tecnológico, com investimentos nacionais e internacionais, sobretudo nos ramos têxtil e de calçados, havendo também a implantação de novos estabelecimentos na área do comércio e do setor de serviços, principalmente para atender aos negócios turísticos.

Em 1977, o governador Adauto Bezerra inaugurou o primeiro conjunto habitacional, denominado Conjunto Ceará, de uma série de conjuntos construídos a

[56] A RMF é formada por 15 municípios e possui uma área de 5.795 km².

partir de uma política nacional implantada durante o período ditatorial civil-militar, com financiamento do Banco Nacional de Habitação e com execução da Companhia de Habitação do Ceará. Vale comentar que os diversos conjuntos habitacionais foram construídos distantes do Centro da cidade, fator que dificulta, até hoje, o acesso ao trabalho de 43 mil moradores/as, somente no Conjunto Ceará, conforme dados do IBGE (2010). Ao atenderem o acesso à moradia destinada principalmente à classe trabalhadora assalariada, tendo em vista a exigência de pagamento, os governos favorecem as grandes construtoras dos conjuntos habitacionais.

O déficit habitacional ainda é um dos grandes desafios para cerca de 120 mil pessoas e estima-se que mais de 20 mil famílias residem em 89 áreas de risco, em condições extremamente precárias, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Habitacional (HABITAFOR). Embora o acesso à moradia digna seja um direito, fortalezenses convivem com bairros com grandes aglomerações de casas e sem infraestrutura adequada. O acesso à água tratada ainda não chegou para quase 25% da população, segundo dados do IBGE (2010). Com 121 bairros, a prefeitura da cidade, desde 1997, na gestão do prefeito Juraci Vieira de Magalhães (PMDB), descentralizou a administração, a partir de subprefeituras, as chamadas Secretarias Executivas Regionais, com o objetivo de atender aos interesses por cargos políticos dos diversos partidos da Câmara de Vereadores, em vez de ampliar os serviços públicos essenciais.

Nos anos de 1980 e 1990, a cidade de Fortaleza passou por diversas mudanças estruturais, com a abertura de várias avenidas, hospitais, espaços culturais, tornando-se um dos principais destinos turísticos do Nordeste e do Brasil. Os sucessivos prefeitos contaram com o grande apoio da Sudene em todo o Nordeste, possibilitando a integração de Fortaleza ao mercado nacional e internacional, como já tratamos.

No período denominado de “Governos das Mudanças”, sucessivos governos estaduais e municipais investiram massivamente em empreendimentos voltados para o alavancamento do turismo do Ceará, especialmente em Fortaleza. Assim, o turismo passou a ser o setor massivamente lucrativo para diversos segmentos econômicos, como o da rede de hotéis, *resorts*, pousadas, agências de turismo e passeios, parques aquáticos, restaurantes à beira mar, além de centros de compras. Os Governos Estadual e Municipal adotaram uma política de *marketing* turístico voltado prioritariamente para incentivar o turismo internacional com *o slogan* “Cidade do Sol”, a partir da oferta de uma estrutura de lazer, da exploração das belezas das praias e da propaganda da presença do sol o ano todo.

O incentivo ao turismo deu-se também como uma estratégia geradora de emprego e renda, em face do desemprego advindo com a reestruturação produtiva. Assim, o mercado do turismo possibilitou a ampliação de uma rede de serviços, exigindo investimento em capacitação de profissionais que pudessem dar respostas às exigências do turismo estrangeiro, que vêm crescendo a cada ano, com a ampliação do Aeroporto Internacional de Fortaleza e a criação de aeroportos em cidades estratégicas, como Aracati e Jericoacoara.

A Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste divulgou também que o turismo, a partir dos anos 2000, cresceu consideravelmente em todo o Nordeste. No ano de 2010, o Ceará foi o terceiro destino mais procurado, com 19% da busca na região do Nordeste, ficando atrás da Bahia (28%) e de Pernambuco (23%). O principal atrativo das viagens centra-se no lazer, destacando-se as praias e o sol. O mesmo estudo mostra que o turismo doméstico representa 92% do destino para o Ceará, sendo Fortaleza o centro que condensa o maior número de visitantes, em torno de 62,2%, no total do turismo em 2011.

Por fim, a partir da década de 1990, Fortaleza registrou um acelerado processo de desenvolvimento socioeconômico, no qual o turismo ocupa um papel de destaque, tendo na gestão pública seu elemento central, por meio do investimento de recursos públicos e liberações de construções nas proximidades das praias, dunas, mangues, num processo de destruição das riquezas naturais.

A atividade envolta ao turismo e a ampla rede de serviços impactaram a oferta de mercado de trabalho, transmitindo-se a imagem de que Fortaleza havia superado o atraso e a miséria para o Brasil e o mundo. Entretanto, não diferentemente das demais capitais do país, Fortaleza é o retrato de uma cidade desigual e subordinada aos ditames do mercado, tendo como marcas profundas as contradições econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. Uma cidade sob a égide da especulação financeira, destruição dos recursos naturais, desemprego, baixos salários, trabalho precarizado, precarização das políticas públicas, violência, genocídio da juventude negra da periferia e discriminação social e racial.

Atualmente a capital cearense possui o maior PIB do Nordeste e o nono do Brasil. Em contrapartida, ocupa a 467ª posição em relação aos 5.565 municípios do Brasil em termos de qualidade de vida, consoante dados levantados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2013.[57] Embora a cidade de Fortaleza

[57] Plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, apontando mais de 180 indicadores em 2010, sendo publicado em 2013.

não tenha garantido um lugar de destaque como um polo industrial, conquistou uma referência como um dos polos têxteis e de confecção, bem como uma gama de serviços no setor terciário; por sinal, a tendência do capitalismo mundial. Na atualidade, a "[...] cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central" (MARICATO, 2015, p. 23).

As contradições sociais estão estampadas entre os belíssimos cenários de suas praias e arranha-céus, hotéis de luxo e moradias dos bairros com serviços extremamente precarizados. Fortaleza é a quarta cidade com maior número de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza do país. São 134 mil pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza e com renda familiar *per capita* de R$ 70,00, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2013. No mesmo estudo, Fortaleza surge com o nono pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as capitais brasileiras. Ainda no referido documento, o índice de Gini[58] em Fortaleza é de 0,61.

Ao consultar o Relatório de Informações Sociais da Sagi, constatamos que o total de famílias fortalezenses inscritas no Cadúnico, em dezembro de 2019, era de 412.128, sendo que 192.702 famílias foram beneficiadas no mês de março de 2020. Dos inscritos, 213.864 famílias declararam renda *per capita* familiar de até R$ 89,00; 36.001, renda *per capita* familiar entre R$ 89,01 e R$ 178,00; 88.669, renda *per capita* familiar entre R$ 178,01 e meio salário mínimo; e 73.594, renda *per capita* acima de meio salário mínimo.

A capital cearense também se encontra no mapa da violência. A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará registrou 2.257 crimes violentos letais e intencionais em 2019. E, somente no mês de março de 2020, a mesma secretaria registrou 123 vítimas de crimes violentos letais. Fortaleza foi apontada como a segunda cidade mais violenta do país e a sétima do mundo, de acordo com o relatório *Seguridad, Justicia y Paz*.[59] Esse estudo destaca que a violência aumentou entre os anos de 2016 e 2017, bem como a taxa de assassinatos em Fortaleza subiu de 44.98 para 83.48 nesse período, um aumento de 85%.

Em Fortaleza, o processo de urbanização, aliado ao crescimento econômico, não garantiu condições de vida adequadas à maioria da população que migrou do campo para a cidade. Ao contrário, o projeto de urbanização empurrou as pessoas

---

[58] É um cálculo usado para medir a desigualdade social desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. O intervalo é entre os números 0 e 1, em que 0 corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos detêm a mesma renda *per capita*) e 1 corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas.

[59] *Seguridad, Justicia y Paz* é uma organização mexicana sem fins lucrativos que monitora registros de homicídios em vários países.

para áreas distantes do centro urbano, em moradias com baixo ou sem acesso aos serviços básicos, como educação, saúde, saneamento básico, assistência social, esporte, lazer e moradias dignas, além da violência urbana, que permeia historicamente as grandes cidades, de maneira que:

> A magnitude do crescimento de favelas[60] nas cidades grandes e médias, em todo o país, representa um presente preocupante e a possibilidade de um futuro dramático. A população moradora de favelas tem crescido mais do que a população urbana, como mostraram os Censos do IBGE para 1980 e 1991. Nos anos 80, 1,89% da população brasileira morava em favelas. Em 1991 já era 3,28%. De acordo com esses dados, o crescimento foi de 70% em uma década (MARICATO, 2001, p. 1).

Fortaleza tem sido marcada por uma intensa financeirização dos espaços urbanos, por meio da expropriação pelas empresas do setor imobiliário, da construção civil e do setor bancário, que só vislumbram a valorização da cidade para fins de reprodução do capital.

A expansão urbana conta com o apoio central do Estado na expansão da cidade a serviço do capital, por meio da concessão de espaços e isenções fiscais para a construção das empresas e para a realização de obras de infraestrutura necessárias às indústrias e ao comércio. Todo esse processo significou nas cidades uma abissal segregação econômica, social, cultural, política e ambiental. A lógica vigente nas cidades é a de um crescimento urbano acelerado e degradante no uso dos recursos naturais em prol do lucro, impondo à maioria da população os efeitos deletérios desse sistema, como a ocorrência de enchentes e desmoronamentos. A ausência de uma política universal de acesso à água, saneamento básico, pavimentação, educação, saúde e transporte de qualidade tornou as cidades insustentáveis do ponto de vista ambiental e econômico. Não é à toa que a financeirização tem sido a marca do processo de expansão de Fortaleza. Neste contexto, visualizamos uma segregação social a partir da divisão entre a cidade dos ricos (zona leste) e a cidade dos pobres (zona oeste). É inexorável a relação entre espaço urbano e financeirização em Fortaleza.

Nesse caminho, a ocupação e expansão da orla marítima, com a construção de verdadeiros arranha-céus, suntuosos hotéis de luxo e uma rede de restaurantes e *shoppings*, têm aprofundado ainda mais a expulsão da população mais pobre para as áreas afastadas da cidade. Além disso, a ocupação da faixa litorânea conta ainda com liberações, por parte do poder público, de construção de

---

[60] O conceito de favelas utilizado pela autora em estudo se refere à situação totalmente ilegal de ocupação do solo. Esta é uma consequência da situação jurídica que define uma relação social: o ocupante não tem qualquer direito legal sobre a terra ocupada, correndo o risco de ser despejado a qualquer momento.

shoppings em áreas de dunas, de mangues e de proteção ambiental. A saturação de espaços nas áreas mais antigas e valorizadas da cidade tem promovido a demolição de construções antigas e casarões para a construção de prédios a fim de atender às demandas da elite, destruindo a memória coletiva da nossa História.

Como as grandes metrópoles, Fortaleza é o retrato das diversas expressões da *questão social* inerentes ao modelo de desenvolvimento urbano de caráter neoliberal, perverso e marcado por profundas desigualdades econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. A preocupação estética comprometida com o capital tem tornado a vida na cidade um caos urbano cada vez mais corriqueiro, sendo esse caos retratado assim:

> As mudanças no espaço e sua destruição. Guerra, tecnologia, violência e devastação. A inversão dos homens e das máquinas no espaço virgem. O contraste entre as pessoas, grande causa das vertigens. A urbanização dinâmica é acentuada. Guerra em céu escuro, o homem se destrói. Páginas marcadas nas favelas da cidade (MAGRIZAN).

Podemos constatar que a produção do espaço é reflexo da reprodução material e da vida. A aliança do poder público e do capital não vislumbra a possibilidade de uma agenda programática para pensar a cidade voltada à satisfação das necessidades humanas, como acesso à moradia digna, transporte público de qualidade e gratuito, políticas de saneamento básico, iluminação e pavimentação das vias públicas, cultura, esporte, segurança, saúde, educação, assistência social e lazer, com respeito às diferenças, ao meio ambiente e à convivência com os diferentes modos de vida, etc., ao contrário do que se perpetua na cidade totalmente submetida aos interesses da acumulação do capital.

> A cidade de Fortaleza é um espaço de classes, classes dispostas de modo injustamente desigual em seus territórios. Esta cidade é geradora de práticas injustas e insatisfatórias aos cidadãos e cidadãs. Conflitos, tensões, inseguranças, serviços públicos insuficientes e ineficazes fazem parte do cotidiano das classes trabalhadoras e estão longe das preocupações das classes abastadas (CARLEIAL, 2014, p. 11).

Não diferentemente das demais cidades brasileiras, a aliança do poder público e do capital não vislumbra a possibilidade de uma agenda programática para pensar a cidade voltada à satisfação das necessidades humanas em detrimento dos interesses do grande capital. Na leitura de Carlos, Hoko e Alvarez (2018, p. 49):

> Do ponto de vista do capital, o capitalismo organiza o espaço no qual são regulados, através do controle do Estado, os fluxos e todos os tipos de matéria-prima e de mão de obra, a divisão social e espacial do trabalho, a estrutura da rede de trocas, a densidade da circulação de mercadorias e da concentração de pessoas. A metrópole, desse ponto de vista, é,

> portanto, o espaço de acumulação, produto e condição geral da produção, além de instrumento político ligado ao Estado, o que transforma as condições gerais necessárias ao desenvolvimento do capital a fim de superar as contradições emergentes ao seio do processo de reprodução ampliada e controlar sua expansão, já que domina a reprodução social. Nesse sentido, considera-se que a produção do espaço é também a reprodução das relações de produção.

E sabemos que a elite quer é mais se beneficiar com o modelo de cidades sob a lógica do lucro. A cruel concentração de renda nos coloca no *ranking* do terceiro estado com maior número de bilionários do Brasil, com negócios concentrados praticamente em Fortaleza: plano de saúde Hapvida, com R$ 7,6 bilhões; empresa de alimentos J. Macêdo, com R$ 3,5 bilhões; farmácias Pague Menos, com R$ 3,2 bilhões; família Jereissati, com R$ 2,2 bilhões; e grupo Telles, com R$ 1,25 bilhão, em 2018. Por outro lado, nas periferias, cerca de 204.177 famílias vivem com renda de R$ 89,00 por pessoa, consideradas extremamente pobres, sem o direito essencial ao mínimo da dignidade humana, visto que:

> Em Fortaleza, coexistem favelas, áreas de risco, ocupações ilegais com intervenções governamentais destruidoras de parques e construtoras de viadutos. Famílias são removidas de seus domicílios pelo Estado para dar lugar a vias de fácil acesso aos transportes. Os investimentos públicos concentram-se em áreas litorâneas, em megaeventos esportivos, polos de lazer e comerciais, como também, reservam lugar às políticas pontuais de natureza social. A infraestrutura da cidade prioriza o desenvolvimento econômico, valorizando *shoppings*, restaurantes, hotéis e estádios (CARLEIAL, 2014, p. 11).

Fortaleza, Cidade do Sol, com suas belezas cantadas em verso e prosa, é uma cidade repleta de contradições sociais, com uma urbanização pensada para atender estritamente aos interesses econômicos, negando condições de vida justa e igualitária para a maioria da população. Nesse processo, o Estado tomou a responsabilidade por garantir todas as condições financeiras e estruturais à industrialização em todo o Ceará. A urbanização de Fortaleza foi essencial para ensejar as bases à concentração de renda, gerada coletivamente e expropriada pela pequena elite local a serviço da acumulação de capital no âmbito nacional e internacional.

Nessa trilha, a cidade cresceu vertiginosamente em nome do desenvolvimento econômico, que desumaniza a sociedade. Nesse cenário, a sociedade e o poder público naturalizam a presença de homens e mulheres que têm as ruas como espaços de moradia e sustento, vivenciando inúmeras violações de direitos, como desemprego, fome, doenças, calor, frio, chuva, sol, violência física, psicológica e moral, preconceito, indiferença, bem como inúmeras barreiras no acesso às políticas públicas. Em Fortaleza, como em outras cidades, o

fenômeno em tela é uma das expressões da *questão social*, relacionando-se às desigualdades gestadas na relação desigual entre capital e trabalho.

A pesquisa nacional (2009/MDS) constatou a presença de 1.071 pessoas adultas em situação de rua em Fortaleza, sendo a quinta cidade com maior número desse segmento populacional na totalidade de 71 municípios pesquisados. Em 2017, a Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome de Fortaleza (Setra) divulgou o primeiro censo[61] municipal, identificando um total de 1.718 adultos em situação de rua. Para o representante do MNPR/CE (2019):

> *Somente entre os meses de agosto e início de dezembro, na principal praça do Centro da cidade, a Praça do Ferreira, tinham cerca de 250 pessoas em situação de rua. Parte delas foi retirada por conta do período das festas natalinas, pois a nossa presença atrapalha as vendas das lojas.*

Essa pesquisa municipal abrangeu seis áreas da cidade de Fortaleza e os abrigos institucionais da Setra, a partir de uma população formada predominantemente por homens, com baixa escolaridade, com vínculos familiares rompidos, na faixa etária entre 25 e 39 anos. Para o MNPR/CE, esses números não refletem a realidade, haja vista que a pesquisa não incorporou todas as instituições de acolhimento da cidade, além de a adesão à pesquisa ter se dado de forma voluntária. Os registros de atendimento dos Centros Pop de Fortaleza variam, em média, de 140 e 160 pessoas por dia e de 1.450 a 1.600 por mês.

De fato, realizar uma pesquisa que englobe a totalidade de homens e mulheres em situação de rua é um enorme desafio para o governo e para o MNPR/CE. Porém, sabemos que a inserção dessa população no Censo do IBGE é essencial na construção de políticas públicas que atendam às especificidades de seus modos de vida, a partir de suas demandas reais, sendo pensadas políticas públicas que promovam a ampliação dos seus direitos. A inclusão dessa população no Censo é uma reivindicação do MNPR/CE, bem como de entidades de direitos humanos e profissionais, sendo uma peça fundamental para romper com uma suposta (in)visibilidade dessas pessoas por parte da sociedade e do poder público, além da defesa da dignidade da pessoa humana e do acesso aos bens produzidos coletivamente na cidade.

A urbanização de Fortaleza acabou ampliando enormemente as cidades que pertencem à RMF, em especial Maracanaú e Caucaia, dada a proximidade delas à

---

[61] A coleta de dados foi realizada em seis áreas da cidade e nos abrigos institucionais ligados à Prefeitura de Fortaleza, nos dias com condições meteorológicas favoráveis. Os questionários foram aplicados entre 22 horas e 2 horas. A pesquisa foi organizada pelo Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a coordenação da Setra, contando com a parceria do Fórum da Rua.

capital, bem como a importância delas, a partir da rede de construções edificadas com o intuito de colocar o Ceará na economia capitalista nacional e internacional.

3.2.1.2 Maracanaú: onde cantam as maracanãs

> Que queres que eu te diga? Se digo que és bela... Me entristeço com o desprezo que te dão.
>
> *Mardônio Almeida e Ricarlos Melo*

A origem da palavra “Maracanaú” vem da língua tupi, devido à grande quantidade de aves maracanã que tomava água nas lagoas do município. Maracanã é uma pequena arara nas cores azul e verde, a qual se tornou símbolo da cidade, mesmo com a sua redução gradativa na atualidade, que enche de beleza mesmo diante da poluição gerada pelas indústrias.

Maracanaú faz parte da RMF, distando somente 20 quilômetros de Fortaleza, capital do Ceará. A cidade possui a terceira maior população do Ceará, com 209.057 habitantes em 2010 e uma estimativa populacional de 224.804 até 2017, conforme dados do IBGE (2017), numa área de 111,33 km². Possuía a projeção de uma densidade demográfica de 2.107,91 (hab./km²) para 2017.

O seu primeiro nome foi Vila do Santo Antônio do Pitaguary, criada aos 6 de maio de 1882, na condição de Distrito de Maranguape, sendo que apenas em 1890 é que foi adotado seu atual nome. O nome “Pitaguary”, de origem tupi, faz referência ao povo indígena que vive ao pé da serra entre os municípios cearenses de Maracanaú, Pacatuba e Maranguape. A cidade surgiu a partir de uma pequena aldeia indígena que havia nos arredores da Lagoa de Maracanaú, Jaçanaú e Pajuçara, nos anos de 1870. Maracanaú começou a sentir os primeiros sinais de mudanças com a inauguração da linha férrea e da estação de trem, voltadas para o transporte de cargas e pessoas, no ano de 1875. Em 2012, o sistema ferroviário deu lugar ao metrô, ligando o município a outras cidades, como Fortaleza.

Voltando aos primórdios de sua história, em 1648, a cidade de origem indígena recebeu a visita de holandeses, em expedição para explorar minas de prata nas Serras de Maranguape e Taquara, que cartografaram as roças de mandioca e de milho, bem como os caminhos indígenas. Vale ressaltar que não existem registros sobre o fato de a expedição ter encontrado minas de prata.

Mesmo com poucos registros, o ano de 1665 foi marcado por conflitos que envolveram os nativos contra a presença de portugueses e holandeses. Com a

presença de estrangeiros/as, a população indígena de Maracanaú sofreu mudanças culturais. Os/as indígenas sofreram ainda com a invasão de fazendeiros e a intervenção do Estado para a instalação de instituições, inicialmente por uma empresa de pesquisa na área agropecuária e, em seguida, pela polícia militar do Ceará. Houve o fechamento do portão de acesso à área indígena e a proibição do acesso ao açude, elementos presentes na manutenção da economia e cultura dos Pitaguarys. A população Pitaguary vive nas localidades denominadas de Olho D'Água e Horto. Vale ressaltar que a área indígena chamada de Santo Antônio do Pitaguary é uma extensa área verde entre formações rochosas e um açude, em que também há árvores e outros recursos naturais.

As terras indígenas sofreram com as ocupações irregulares por parte de fazendeiros e também pelo Estado, ao implantar diversas instituições. Cabe destacar que esse processo marcou profundamente a história da comunidade de Santo Antônio do Pitaguary. Apenas nos anos de 1990 é que a comunidade criou o Conselho Indígena Pitaguary e outras entidades organizativas pela demarcação de suas terras.

Na atualidade, a comunidade é basicamente formada pelos laços de parentesco e pela manutenção das tradições culturais dos antepassados, como o toré, uma dança típica de vários povos indígenas, realizada em forma de círculo e ao som dos maracás e da batida de tambores em festividades e momentos de luto. A comunidade vive basicamente da economia em torno da agricultura de subsistência, com plantio de mandioca, macaxeira, milho, feijão e jerimum, bem como da pesca e do artesanato, com uma organização política ainda centrada na figura de um líder.

Na área indígena, podemos identificar moradias precárias, parco acesso à água tratada, ausência de saneamento básico e baixos investimentos em agricultura, baseada apenas no plantio de mandioca, macaxeira, milho, feijão e jerimum, bem como na pesca. Os Pitaguarys vivem do extrativismo vegetal e mineral, do artesanato, da agricultura familiar, do comércio local e de valores auferidos dos programas de transferência de renda do Governo Federal. Identificamos ainda a degradação ambiental em face do corte de madeira de forma predatória e da exploração de areia de forma inadequada.

O movimento de emancipação municipal de Maracanaú iniciou-se apenas em 1953, com os tenentes Mário de Paula Lima e Raimundo de Paula Lima. A primeira emancipação ocorreu em 1962, tendo à frente o Padre José Holanda do Vale. Entretanto, ela durou pouco tempo, sendo interrompida com o Golpe Militar

de 1964, que acabou com todos os municípios criados em 1962. Após diversas tentativas, Maracanaú finalmente emancipou-se de Maranguape, resultado das pressões do Movimento de Integração e Desenvolvimento de Maracanaú, criado por jovens lideranças empresariais do Distrito Industrial em 6 de março de 1983, por meio da Lei Estadual nº 10.811. E a primeira eleição deu-se em 16 de dezembro de 1984.

Maracanaú é uma cidade com uma importância estratégica para Fortaleza e outros municípios cearenses. No século XX, Maracanaú teve um processo de urbanização e crescimento populacional em torno da instalação destas instituições: as estradas de ferro e de trem, o Sanatório de Maracanaú (atual Hospital Municipal), a Colônia Antônio Justa e o Centro de Reabilitação de Menores, com o nome de Instituto Carneiro de Mendonça. Atualmente desativadas, convém colocar que essas instituições contribuíram significativamente, durante muito tempo, para uma visão estigmatizante e preconceituosa em relação à população de Maracanaú. Acreditamos que a instalação dessas unidades de atendimento na cidade deu-se devido ao distanciamento de Fortaleza e a uma política de segregação social e higienista da sociedade e das políticas públicas.

Nos anos de 1930, o Estado passou a intervir nas expressões da *questão social*, a partir de uma gama de serviços públicos ofertados por instituições do governo à classe trabalhadora, marcando um rompimento da relação estatal com a pobreza como um caso de polícia. No século XX, a pobreza estava representada na figura do marginal, da malandragem, da vagabundagem, que precisava de uma intervenção mais sistemática, com resultados imediatos. Tanto a sociedade como o Estado intensificaram políticas públicas com foco na educação e na correção da juventude.

Com essa lógica, o Instituto Carneiro de Mendonça, instalado em Maracanaú, visava à regeneração e formação profissional de menores entre 8 e 17 anos de idade, em 1932. Também denominado vulgarmente de Escola Santo Antônio do Buraco, abrigava meninos em situação de rua, “crianças abandonadas” e juvenis que praticavam pequenos delitos em todo o Ceará. O poder público e a sociedade acreditavam que o crescimento populacional e urbano trazia a delinquência, a qual precisava ser corrigida de forma exemplar. Nessa esteira, a educação do instituto era baseada na disciplina militar, corretiva, voltada para a formação profissional, de caráter religioso. Atualmente funciona o prédio o Batalhão da Polícia Militar do Ceará.

Em 1942, foi fundada a Colônia Antônio Justa em Maracanaú, conhecida vulgarmente pelo nome de Colônia dos Leprosos, fornecendo tratamento médico

mediante a internação compulsória das pessoas atingidas pela hanseníase, até então, sem cura. Os primeiros casos de pessoas atingidas pela hanseníase nas áreas principais de Fortaleza ocorreram nos anos de 1920, com grande repercussão na sociedade e na imprensa, como sendo de fato uma epidemia. Se pensarmos que Fortaleza seguia um caminho para sua modernização, a presença de pessoas com hanseníase nas vias centrais incomodava a pequena elite e os governantes à época, sendo estes cobrados por uma ação mais eficaz, o isolamento.

Entre 1920 e 1950, foram instalados cerca de 40 asilos-colônias para pessoas com hanseníase em todo o Brasil, sendo 80% criados somente no governo de Getúlio Vargas. O estudo *Hanseníase: avanços e desafios* (ALVES; FERREIRA, T.; FERREIRA, I., 2014) apontava a existência de 102 dispensários, locais destinados para exames dos comunicantes dos doentes e dos suspeitos, e 31 preventórios, locais destinados para receber os filhos de pacientes que nasciam nos leprosários em todo o território nacional. Essa política perdurou até 1986, quando as colônias foram extintas.

No Ceará, o primeiro leprosário foi inaugurado na cidade de Redenção, no dia 1º de agosto de 1928, que levou o nome de Canafístula inicialmente, sendo, em seguida, denominado de Leprosário Antônio Diogo. Redenção fica aproximadamente a 30 quilômetros de Fortaleza. Atualmente no prédio funciona o Centro de Convivência Antônio Diogo, que abriga o acervo histórico do Memorial Leprosaria Canafístula, dedicado à memória da hanseníase no Ceará. Atualmente 42 moradores/as remanescentes da Colônia de Antônio Diogo residem em dois pavilhões e 65 casas, inclusive vivendo também cerca de 100 parentes de familiares de ex-internos/as, segundo dados do Governo Estadual.

A antiga Colônia Antônio Justa em Maracanaú também seguia as diretrizes do tratamento de pacientes com a abordagem no isolamento da família e da convivência comunitária. O espaço seguia uma lógica de cidade minimamente composta por hospital, refeitório, igreja, escola, espaço para lazer, cadeia para os rebelados e fugitivos, dormitórios, etc. Mesmo com o fim das colônias em 1986, a maioria dos/as pacientes permaneceu no local até os dias atuais, tendo em vista que haviam perdido os vínculos familiares e comunitários. Em visita ao local, percebemos que as pessoas construíram novos vínculos familiares, vivendo em condições extremamente precárias, com ausência de saneamento e com dificuldades de acesso ao transporte público, além de pavimentação inadequada e outras violações dos direitos. Hoje, no bairro denominado de Antônio Justa, mais

de mil famílias ainda sentem na pele o preconceito e o estigma por parte da sociedade e do poder público.

Em 6 de junho de 1981, no cenário de redemocratização do país, foi criado o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), inicialmente denominado Movimento de Reintegração do Hanseniano, com o intuito de garantir políticas públicas de reparação a essas pessoas, buscando melhores condições de vida e superação do preconceito e estigma ainda presentes na sociedade em relação à doença, que tem cura nos dias atuais. Em 2007, a Lei Federal nº 11.520 autorizou o pagamento de uma pensão de um salário mínimo e meio para as pessoas submetidas ao isolamento forçado nas antigas colônias.

O núcleo do Morhan foi fundado em 14 de janeiro de 1987, em Maracanaú, com a sede na própria comunidade, formada por ex-pacientes, familiares de ex-pacientes, voluntários/as e profissionais de diversas áreas. Além de reivindicar condições de vida digna, o Morhan tem envidado esforços em torno do tombamento e requalificação dos prédios existentes na comunidade, bem como em torno da criação de um memorial para preservar a história das famílias e da cidade. Tanto na pesquisa de mestrado quanto na atual, não identificamos pessoas em situação de rua remanescentes da antiga colônia de Maracanaú, bem como de seus familiares. Também não identificamos pessoas acometidas pela hanseníase entre os/as entrevistados/as e nas visitas de campo.

A década de 1920 no Brasil foi marcada pela mortalidade em virtude da tuberculose, que se tornou um grave problema da saúde pública, motivo, inclusive, da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública já nos anos de 1930. Nesse sentido, o sanatório para tratamento de tuberculose foi instalado em Maracanaú, uma das cidades escolhidas para receber um dos 12 sanatórios para tratamento da tuberculose. Segundo o estudo de Barbosa *et al*. (2008), a implantação não se deu em razão do prestígio da classe política local, mas unicamente em razão da força dizimadora da tuberculose em nosso meio, que, por sua magnitude, nos incluiu entre os critérios de prioridade definidos, tendo em vista a taxa alarmante de mortalidade por conta dessa doença. Assim, após dez anos de construção, o Sanatório Municipal de Maracanaú foi inaugurado em 1950. Ainda em Barbosa *et al*. (2008), consta um relato de um dos médicos entrevistados, que indica que a construção do sanatório em Maracanaú não está relacionada nem ao clima nem ao afastamento dos centros urbanos, e sim à doação do terreno feita pelo Estado.

Por outro lado, sabemos que Fortaleza vivia em pleno crescimento urbano, que não englobava políticas públicas que dessem respostas de superação às

diversas expressões da *questão social*. Portanto, foi necessário criar instituições com viés extremamente higienista e distante da elite de Fortaleza. O fim do sanatório ocorreu no final da década de 1970, mudando para o nome de Hospital Municipal Doutor João Elísio de Holanda, que oferece serviços ambulatoriais em diversas especialidades.

As condições de vida são fundamentais na prevenção e no tratamento da tuberculose. No caso brasileiro, a pobreza e o acesso precário às políticas sociais são fatores determinantes para a contaminação pela doença, principalmente entre os/as mais pobres. Dessa forma, a população em situação de rua é extremamente vulnerável ao adoecimento pela tuberculose, bem como à maior incidência no abandono do tratamento, haja vista a exposição à chuva, sol, má alimentação, sono irregular, precário acesso à água tratada, perda de medicamentos e dificuldades no acesso às consultas médicas e à higiene pessoal. No tocante à saúde, identificamos na nossa pesquisa que os problemas mais frequentes da população em situação de rua são: hipertensão, dores na coluna, disfunções visuais, tuberculose e febre. O número de pessoas em situação de rua acometidas pela tuberculose ou outras doenças é impreciso.

A grande transformação de Maracanaú ocorreu nos anos de 1970, ao ser escolhida para sediar o Distrito Industrial, fato que contribuiu decisivamente para o seu processo de urbanização de forma acelerada e desordenada. Acreditamos que a instalação se deu também pela existência de terrenos que foram doados pelo governador Virgílio Távora, como uma forma de atrair a instalação de indústrias.

Por conta da carência de infraestrutura, precária oferta de água, débil energia elétrica para o uso industrial, reduzida pavimentação e limitado mercado consumidor, a consolidação do Distrito Industrial deu-se de modo retardado. A partir do investimento do poder público é que o Distrito Industrial se consolidou nos anos de 1980, com uma política mais atrativa de isenção fiscal e doação de terrenos públicos, além da oferta de mão de obra abundante e barata. Uma política mais ostentativa de industrialização acarretou a transferência ou instalação de filiais concentradas na região Sudeste, sobretudo do estado de São Paulo para Maracanaú. A inauguração do Distrito Industrial contou com a presença do então presidente da república, marechal Castelo Branco, na sua inauguração.

O poder público contou com vultosos investimentos repassados pela Sudene para a construção do Distrito Industrial. E posteriormente recebeu também financiamento de grande porte por parte dos Governos Federal, Estadual e

Municipal, possibilitando o aumento do parque em quatro zonas, a saber: o Distrito Industrial I, III e 2000 e o inaugurado por último, o Alto Alegre.

O documento Ceará em Mapas (Ipece) mostrou que o setor industrial estava composto por 30.324 indústrias em funcionamento em 2012, centradas nos setores de vestuários, calçados, artefatos, tecidos, couros, alimentos, metalurgia e minerais não metálicos. Fortaleza possui a maior concentração, com 15.005 indústrias, seguida por Caucaia e Juazeiro do Norte, respectivamente, 1.394 e 1.280 indústrias. Esse mesmo documento apresenta que Maracanaú possui 1.275 indústrias, predominantemente nas áreas têxtil/vestuário (30,3%), de alimentos e de bebidas (16,2%), química (12,4%), metalúrgica (11,5%) e indústria mecânica (8%). Não é à toa que Maracanaú é a cidade com maior consumo de energia elétrica do Ceará, consumindo cerca de 32,6%, enquanto Fortaleza consome 17% (IPECE, 2012).

Em estudo recente do Ipece, Maracanaú possui o segundo maior PIB do Ceará, atingindo R$ 8.084.736.000,00, sendo 50% advindos das indústrias (IPECE/ 2019),[62] ficando apenas atrás de Fortaleza. É o terceiro município com maior PIB *per capita* do Ceará, atrás de Eusébio e São Gonçalo do Amarante, primeiro e segundo lugar, respectivamente. No estudo citado, o PIB de Maracanaú provém basicamente dos setores da indústria e de serviços. No tocante à arrecadação da produção agropecuária, a de Maracanaú é quase nula, sequer aparecendo na lista dos 20 maiores produtores do Ceará. Aliás, Caucaia e Fortaleza também não aparecem.

Segundo o estudo, Maracanaú também possui a segunda participação no PIB do Ceará, advinda da área de serviços e da administração pública. Na nossa análise, o crescimento industrial exigiu a instalação de uma rede de estabelecimentos na área de serviços, que, a partir das transformações capitalistas, vem aumentando consideravelmente, pois existem 1.509 indústrias e 5.713 estabelecimentos comerciais e empresas na área de serviços em Maracanaú (IPECE, 2019).

A partir da implantação do Distrito Industrial, Maracanaú tornou-se uma cidade eminentemente urbana (99,3%), sendo que apenas 1.422 habitantes (0,7%) vivem no meio rural, segundo o relatório Perfil Básico do Município de Maracanaú (IPECE, 2010).[63] O mesmo documento aponta ainda que 25.558 pessoas estão empregadas

---

[62] Neste estudo, o Ipece considerou a análise do PIB dos municípios cearenses nos anos de 2002, 2010, 2016 e 2017. Ainda considerou que o ano de 2017 foi também de retração para a indústria geral cearense, com queda de 2,84% no valor adicionado total na comparação com o ano anterior.

[63] Segundo o Ipece, a fonte dos dados é a Secretaria da Fazenda.

no setor de indústria e de transformação, enquanto 15.945 pessoas estão no setor de comércio e serviços, com as demais áreas somando 8.833 empregados formais.

Além da implantação do Polo Industrial em 1972, o governo de César Cals inaugurou a Central de Abastecimento do Ceará S/A (Ceasa) em Maracanaú, com o objetivo de centralizar a distribuição e venda de hortifrutigranjeiros no Ceará. A instalação dos centros de abastecimento ocorreu em todo o Brasil, por meio do Programa Nacional do Controle de Abastecimento de Produtos Hortigranjeiros, incentivado pelo Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, órgão do Governo Federal.

A instalação desse equipamento contribui significativamente para a circulação de pessoas advindas de diversas cidades e outros estados ao Ceará e para uma movimentação de grandes negócios. A sua localização, próxima às rodovias que ligam o Ceará às diversas regiões do país, é um fato que contribui enormemente para a circulação de transportes e pessoas. Com isso, a Ceasa realiza grandes negócios com hortigranjeiros de 21 estados brasileiros, 595 municípios e cinco países (Espanha, Holanda, Argentina, Chile e China). A unidade ainda é responsável pelo abastecimento dos 184 municípios cearenses, além de estados como Rio Grande do Norte, Piauí e Paraíba.

A Ceasa possui 290 mil m^2, nove galpões permanentes, sete não permanentes, 450 lojas/*boxes*/lanchonetes e 2.580 módulos de comercialização, um galpão frigorífico e um galpão com produtos atípicos. No último levantamento, a central de abastecimento possuía 1.200 permissionários, 428 produtores cadastrados, 520 carregadores, 200 atacadistas de origem, 300 empresas instaladas, gerando mais de 20 mil postos de trabalho diretos e indiretos, conforme dados de 2016 do Governo do Estado.

Ao circularmos no interior e nas proximidades da Ceasa, é recorrente identificarmos a incidência de trabalho infantojuvenil, principalmente durante a madrugada, com a chegada de caminhões, dificultando a fiscalização por parte dos órgãos responsáveis. Embora seja proibida a entrada de crianças e adolescentes sem a presença de um responsável, a fiscalização e o trabalho pedagógico junto ao combate ao trabalho infantil são um enorme desafio para o município.

O combate ao trabalho infantil é um dos desafios para as diversas políticas públicas em Maracanaú. O Diagnóstico Intersetorial Municipal sobre o Trabalho Infantil, construído com dados do Censo de 2010, identificou cerca de 1.038 crianças e adolescentes, entre 10 e 15 anos, que possuíam algum tipo de ocupação. Entre crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, 183 estavam em

atividades ligadas essencialmente ao trabalho doméstico. Em relação ao local de residência, 100% do total de crianças e adolescentes ocupados/as de 10 a 15 anos residiam em áreas urbanas da cidade. Entretanto, ao consultar o Relatório Cadúnico, no tocante ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), só existiam oito crianças e adolescentes com marcação “trabalho infantil” no Cadúnico. Uma das dificuldades em fiscalizar o trabalho infantil na Ceasa deve-se ao fato de a incidência de crianças e adolescentes ser maior durante o horário em que os caminhões chegam para descarregar, ou seja, durante a madrugada.

O cenário de trabalho infantil é uma realidade para 2,4 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em todo o Brasil, sendo que 1,7 milhão desenvolve atividades domésticas, o que se torna um desafio para a fiscalização e o combate ao trabalho infantil. As regiões Nordeste (33%) e Sudeste (28%) apresentam os maiores percentuais. Os estados do Nordeste com maiores incidência, em termos absolutos, são Bahia (252 mil) e Maranhão (147 mil). Esses dados, extraídos do Mapa do Trabalho Infantil, ainda apontam que o Ceará reduziu de 144.637 para 74.895 o número de crianças e adolescentes trabalhando entre 2004 e 2015 nas atividades de beneficiamento de castanha de caju, de construção, de abatedores e de atividades nas ruas. As cidades com maior incidência com crianças e adolescentes envolvidos/as com alguma forma de trabalho infantil são Maracanaú, com 1.561, e Fortaleza, com 1.425.

Todo o processo de crescimento econômico e industrialização seguiu o modelo que mostra que a riqueza coletivamente produzida pela classe trabalhadora é incompatível com o acesso aos bens produzidos e necessários à sua qualidade de vida em Maracanaú. Ao contrário, o capital acumulado não retorna para a população por meio de serviços públicos que possibilitem uma distribuição de renda. Na realidade, aliada ao modelo de urbanização, a industrialização alterou visivelmente os espaços da cidade, impondo-lhe transformações na organização do lugar, expondo visivelmente expressões da *questão social* pertinentes ao modo de produção capitalista. O resultado da acelerada urbanização, subordinada à garantia dos lucros das indústrias instaladas na cidade, expõe a população à poluição e à degradação ambiental; à favelização e à privatização dos espaços a serviço da especulação imobiliária; ao trabalho infantojuvenil; à violência urbana; às doenças, pela ausência de universalidade do acesso ao saneamento básico, etc. É cada vez mais presente na cidade a valorização dos espaços urbanos voltada para a expansão do capital, à medida que a população em situação de rua vivencia diversas violações dos seus direitos nos espaços urbanos.

Para o processo de instalação das indústrias, o poder público sempre envidou esforços por meio de incentivos para as indústrias, mediante a oferta de infraestrutura necessária, como água, esgoto, energia, pavimentação, isenção de impostos e doações de terrenos para empresas. Em função disso, a cidade também desenvolveu uma grande concentração de atividades comerciais e de serviços, tais como bancos, supermercados, lojas e *shoppings*, além de um mercado informal extremamente ativo no Centro da cidade. Em contrapartida, em relação aos 184 municípios do Ceará, Maracanaú ocupa a sexta posição em termos de qualidade de vida para as pessoas e possui índice de 21,7% de mortalidade infantil, até 5 anos de idade, por mil nascidos. A renda *per capita* média da cidade é R$ 372,91 e o Índice Gini é 0,49.

De acordo com a Sagi, o município contava com 40.561 famílias inscritas no Cadúnico em dezembro de 2019. Dessas famílias, 16.334 declararam renda *per capita* familiar de até R$ 89,00; 5.317, renda *per capita* familiar entre R$ 89,01 e R$ 178,00; 11.651, renda *per capita* familiar entre R$ 178,01 e meio salário mínimo; e 7.259, renda *per capita* acima de meio salário mínimo. Há uma contradição social entre o PIB de Maracanaú, a segunda maior arrecadação do Ceará, e o acesso à renda pelas famílias inscritas no Cadúnico. Diante disso, inferimos que a industrialização e o crescimento urbano não contemplaram uma agenda que garantisse qualidade de vida à maioria da população na cidade.

Maracanaú também é retratada no *Atlas da Violência: retratos dos municípios brasileiros*, documento em que foram registrados 308 homicídios e 20 considerados ocultos em Maracanaú em 2017, atingindo a maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes do Brasil. Neste estudo, Maracanaú, entre os municípios com mais de 100 mil habitantes do Brasil, apareceu como o mais violento, ficando atrás de Altamira, no Pará. Entre janeiro e abril de 2020, foram registrados 89 homicídios com arma de fogo em Maracanaú, conforme a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará. Diante do exposto, reafirmamos que as desigualdades sociais são frutos de um modelo de urbanização aliado à industrialização com o único impulso de ampliar a acumulação de capital de grandes empresas nacionais e internacionais em Maracanaú. O modelo de industrialização e urbanização dá as costas para os problemas da cidade, com uma política de industrialização pautada na expropriação do espaço urbano e de recursos públicos, da exploração da força de trabalho e da degradação do meio ambiente na cidade. Para Almeida (2005, p.113, grifo da autora):

> A partir da análise dos padrões de uso e ocupação do solo de Maracanaú, constatou-se que os principais problemas ambientais promovidos pelo

> processo evolutivo de uso/ocupação do espaço são o **desmatamento**, a **expansão urbana desordenada**, os **problemas de drenagem**, a **mineração clandestina**, os **processos erosivos** e a **poluição ambiental**. Esses problemas refletem-se, diretamente, no declínio da qualidade ambiental e, por consequência, na qualidade de vida da população local e adjacente – já que os problemas não se processam unicamente no espaço de Maracanaú, mas sim ao longo dos demais municípios da RMF.

A construção do Polo Industrial e dos conjuntos habitacionais destinados aos/às trabalhadores/as deu-se a partir da retirada indiscriminada da plantação nativa da cidade, o que trouxe consequências para o ecossistema, como a redução da presença da ave maracanã e os prejuízos ao solo. Nos últimos anos, percebemos o crescimento da construção de condomínios, residências, hotéis e *shoppings* na cidade, movimentando os negócios por meio da financeirização dos espaços urbanos da cidade. E ainda identificamos a exploração predatória das rochas, areia e argila, comprometendo a qualidade do solo. Almeida (2005) afirma que as indústrias que mais foram denunciadas pela população de Maracanaú pela poluição gerada na atmosfera foram a Gerdau (siderúrgica cearense), a Nordal (curtume), a Agripec (agrotóxico) e a Cobap (papel e papelão). A denúncia deve-se ao fato de que essas indústrias se localizam próximas aos conjuntos habitacionais, segundo o Departamento de Meio Ambiente.

Maracanaú não participou da Pesquisa Nacional para a População em Situação de Rua, portanto não temos dados oficiais acerca do quantitativo e da caracterização da população em situação de rua dessa cidade. Tal situação é produto de uma suposta (in)visibilidade construída pela sociedade em relação a essa população. O Relatório do Cadúnico e do Programa Bolsa Família (PBF) mostra que Maracanaú contava com 350 indivíduos e/ou famílias em situação de rua, sendo 244 beneficiários/as do PBF, em fevereiro de 2020.

O campo da nossa pesquisa mostrou os lugares com a maior presença de pessoas em situação de rua, sendo eles: a Ceasa, a praça da Estação, o jardim do Hospital Municipal, a calçada da Igreja da Matriz, a praça do Restaurante Popular, a calçada do supermercado Frangolândia, o antigo Mercado Central, a praça da delegacia, as casas e prédios abandonados existentes na cidade, as calçadas do Bradesco e Banco do Brasil e as proximidades de lagoas da cidade. Convém colocar que, na pesquisa de mestrado, já tínhamos identificado os mesmos espaços urbanos. “*Costumo ficar na praça do Banco Brasil durante o dia e a noite. Fico com outras pessoas em situação de rua também. Encontramos amigos. Lá é o ponto principal da gente. Tem possibilidade de trabalho e é perto do Restaurante Popular*” (CASTRO ALVES, 2020).

Com o fechamento do Centro Pop, o Serviço Especializado para a População de Rua deixou de ser ofertado na cidade, tornando-se inviável identificar o número de atendimentos à população em situação de rua, segundo a coordenadora do Creas. A interrupção do serviço está intimamente relacionada com um incômodo por parte da sociedade e do poder público com a presença da população em situação de rua, principalmente no Centro da cidade.

Gostaríamos de demarcar que o fechamento do Centro Pop de Maracanaú consistiu num enorme retrocesso no acesso à população em situação de rua em Maracanaú. A coordenadora durante a entrevista afirmou que o Creas não possui condições estruturais para a oferta do café da manhã, da lavanderia e da guarda de pertences, reduzindo significativamente a procura de serviços públicos pela população em situação de rua. No seu relato,

> *Na verdade, em Maracanaú, a Política para a População em Situação de Rua não está ocorrendo. Com o fechamento do Centro Pop, essa população ficou mais invisível. Ela tem o atendimento/acompanhamento no Creas, mas não temos nem estrutura nem recurso para ofertar o que existia no Centro Pop. A percepção que tenho é que apenas o equipamento está preocupado em garantir os direitos dessa população, não há suporte nem orientação da gestão da Assistência Social, muito menos da administração executiva municipal quanto à população em situação de rua. Temos que ficar o tempo inteiro enfatizando essa população para a gestão* (2019).

O fechamento do Centro Pop significa a tentativa de (in)visibilizar a presença de pessoas em situação de rua nos espaços urbanos da cidade, portanto não justificando a manutenção do referido equipamento de atendimento. A atitude do poder público da cidade para os/as entrevistados/as está ligada à pressão dos/as proprietários/as de restaurantes, *shoppings*, lojas, pontos comerciais, salões de beleza, enfim, para "*[...] tirar a gente do Centro da cidade*" (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Essa realidade está intimamente vinculada ao processo de financeirização das cidades no Ceará, como veremos adiante no caso do crescimento urbano de Caucaia, que se deu à luz dos interesses econômicos.

O Plano Estadual de Atenção à População em Situação de Rua do Ceará, em 2018, apresentou que 326 pessoas em situação de rua sofreram alguma violação dos seus direitos em Maracanaú, ficando somente atrás de Fortaleza. Nos nove Centros Pop, em 2017 foram realizados 18.817 atendimentos em oito municípios do Ceará (Fortaleza possui dois Centros Pop). A distribuição do percentual de pessoas em situação de rua em atendimento nos Centros Pop consiste em 74% em Fortaleza, 8% em Maracanaú, 6% em Caucaia e 22% nas cidades de Sobral, Juazeiro, Crato e Pacatuba.

Nos estudos que realizamos no mestrado e doutorado, o desemprego é ainda um principal motivo que leva pessoas à situação de rua, bem como para a permanência nas ruas, como trataremos adiante. A seguir, mergulharemos na cidade de Caucaia.

3.2.1.3 Caucaia: mato queimado[64]

> […]. Teu povo incansável. De raças distintas. Numa luta diária. Desperta cobiças […].
>
> *Marcos Aurélio M. Batista*

Em meio ao mar, ao sertão e à serra, eis que surge a cidade de Caucaia. É uma das principais rotas turísticas do Ceará, com 44 quilômetros de litoral, recebendo cerca de 300 mil turistas por ano, ficando somente atrás de Fortaleza. A Praia do Cumbuco é famosa no exterior devido ao clima e aos ventos propícios à prática de esportes de vela, principalmente *kitesurf*, sediando importantes campeonatos nacionais e internacionais inclusive.

A cidade de Caucaia faz parte da RMF, distando apenas 16 quilômetros da capital, com cerca de 1.227,9 km^2 e com uma população estimada em 325.441 habitantes (IBGE, 2010), havendo uma estimativa de 361.400 pessoas até 2019. É a segunda maior cidade em termos de contingente populacional, ficando atrás apenas da capital cearense. Vale ressaltar que é uma das cidades mais importantes do Ceará, com o terceiro maior PIB, com R$ 5.435.899, atrás de Fortaleza e Maracanaú, advindo principalmente dos empreendimentos e investimentos turísticos em toda a sua orla litorânea. Seu IDH é de 0,682, obtendo o oitavo lugar no *ranking* de todos os municípios do Ceará.

Os primeiros habitantes são originários das tribos indígenas Tapeba, Potiguar, Tremembé, Cariri e Anacés. Dados do IBGE apontam que Caucaia é a segunda cidade com a maior presença de população indígena do Ceará, com destaque para a etnia Tapeba, que existe somente nessa cidade, em torno de 10.000 indivíduos, totalizando quase 400 mil povos originários, historicamente travando disputas contra o mercado imobiliário e empresarial do setor hoteleiro.

Caucaia recebeu os primeiros núcleos de jesuítas por volta de 1735. Inicialmente denominada Vila Soure, posteriormente denominada Soure, recebeu o nome definitivo de Caucaia após a independência do Brasil. A denominação de Vila

[64] Caucaia, na origem indígena, significa mato queimado.

de Soure deu-se por causa da presença de antiga freguesia do Bispado de Coimbra, de Portugal, que consistia em aldeias administradas por jesuítas. Somente em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro, recebeu o nome definitivo de Caucaia, durante anos marcada profundamente pela influência da presença do processo evangelizador e colonizador dos jesuítas junto à população indígena, sob a dominação portuguesa.

Atualmente, a área indígena de Caucaia denominada Tapeba[65] corresponde a um território de 5.294 hectares declarados[66] como tradicionalmente ocupado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), somando mais de 6.000 indígenas, distribuídos em 18 comunidades, consideradas de zona urbana. A organização política dos Tapeba, que teve início nos anos de 1980, com a forte presença da Arquidiocese de Fortaleza, forjou-se na defesa pela terra e respeito à sua cultura, além de realização de denúncias sobre as condições de vida e as dificuldades enfrentadas no acesso aos direitos e às políticas sociais.

O povo Tapeba enfrenta inúmeros entraves jurídicos, conflitos e ameaças de posseiros, de proprietários de grandes empreendimentos e do mercado imobiliário pela posse das terras e riquezas naturais existentes na cidade. Existem denúncias de que muitas construções avançaram em cerca de 50% do entorno da área indígena, segundo o documento intitulado de Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (2016-2017).[67] Caucaia possui ainda seis comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidas desde 2017 pela Fundação Cultural Palmares.[68]

Ao checarmos a inclusão da população indígena no Cadúnico, localizamos apenas 1.555 cadastradas e 1.113 beneficiárias do PBF. Em idas e vindas, certificamos a condição de pobreza em que vive a maioria da população indígena da cidade, sendo necessário um maior esforço para a análise do número reduzido de indígenas insertos no Cadúnico e no PBF.

Caucaia é conhecida por suas belas praias e pela oferta de uma enorme gama de hotéis, pousadas, *resorts* e *spas*, compondo uma rede de empreendimentos e investimentos na cidade. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico. O turismo

---

65 Palavra de origem tupi que significa pedra chata, pedra plana ou pedra polida. A comunidade Tapeba é resultado de um processo histórico de frações de diversas etnias indígenas.

66 Declarada significa que a população indígena obteve a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça e está autorizada para demarcação.

67 Significa um planejamento que elabora estratégias para o uso sustentável da terra e dos recursos indígenas. Esse plano é concebido pelos índios, tendo apoio do Governo Federal e de outros parceiros.

68 O órgão brasileiro responsável por homologar terras quilombolas. Na cidade de Caucaia, diversas comunidades quilombolas se organizam pelo direito de ter suas terras oficialmente demarcadas.

cresceu vertiginosamente nos últimos anos. Num estudo comparativo, entre 2004 e 2011 a movimentação de turistas cresceu de 433.241 para 936.194. Já o número de turistas internacionais passou de 32.493 em 2004 para 79.576 em 2011. Isso contribui para um aumento da movimentação financeira da cidade, que passou de R$ 96,2 milhões para R$ 270,3 milhões entre os anos mencionados. Um dos setores mais beneficiados foi o da rede de hotéis, que saltou de 560 unidades em 2004 para 1.429 em 2011, verificando-se uma variação de 155,2%.

O turismo é um dos principais responsáveis pela expansão urbana de Caucaia. A maioria da população reside na área urbana, com mais de 290 mil habitantes, atingindo uma taxa de ocupação em áreas urbanas de 89,18%, conforme dados do IBGE (2010). Cabe destacar que esse processo de crescimento e urbanização se deu pautado na exploração desmedida de seus recursos naturais, principalmente em torno das ocupações próximas às praias, dunas e lagoas.

Durante as entrevistas, percebemos que a população em situação de rua não desenvolve atividades ou trabalham nas atividades turísticas das praias na cidade, em razão da distância e da ausência de recursos financeiros para custear o deslocamento do bairro do Centro para as áreas litorâneas da cidade. Além disso, vários/as entrevistados/as afirmaram que, para trabalhar no setor de turismo, precisa-se de um nível de formação que acreditam não possuir (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

A exploração das praias para fins exclusivos de acumulação de capital mostra visivelmente as contradições sociais forjadas numa relação destrutiva do capital com a natureza, visto que “O capitalismo e a racionalidade do planejamento social abrangente são radicalmente incompatíveis” (MÉSZÁROS, 2011, p. 58).

Na lógica do capital, o turismo é transformado em uma mercadoria destinada para uma minoria da sociedade, sob a lógica da geração de lucros. É impossível vislumbrar, por parte do capital, uma relação com o meio ambiente comprometida com o desenvolvimento, a qualidade de vida dos/as moradores/as e a preservação do meio ambiente. Ao contrário, o mercado e o Estado violam leis ambientais e desapropriam populações locais, levando-as para áreas distantes, dizimando seus costumes e culturas. A degradação do meio ambiente não tem limites para o capital.

Caucaia é repleta de contradições que comprometem a qualidade de vida de seus habitantes. A degradação ambiental é denunciada há anos pela população, principalmente a mais atingida pela erosão da orla marítima, como a Praia do

Icaraí. As Praias de Iparana e Pacheco já foram praticamente destruídas, devido à ausência de intervenções realizadas para reduzir os impactos ambientais pelas diversas gestões estaduais e municipais – da própria sociedade inclusive. Algumas atitudes por parte dos Governos Municipal e Estadual foram tomadas, como a colocação de barreiras de areia e do *bagwall*,[69] para conter o avanço do mar, o qual invadiu mais de 300 metros da faixa litorânea da Praia do Icaraí. Tais providências têm sido ineficientes para conter a agitação do mar e o avanço das praias, destruindo casas, hotéis e barracas, inviabilizando a pesca e, por consequência, prejudicando a população mais pobre.

O impacto ambiental é resultante das construções de hotéis, restaurantes, moradias irregulares e especulação imobiliária nas proximidades das praias, destruição dos mangues e das dunas para construções de estradas, todo esse processo para ampliar a acumulação do capital: “[...] as cidades litorâneas [...] exigem uma atenção devido às consequências socioambientais decorrentes da velocidade do processo de urbanização” (MARICATO, 2013a, p. 25). Os estudos do Laboratório do Mar da Universidade Federal do Ceará (Labomar/UFC) mostram que o processo de erosão da zona costeira é também resultado das constantes obras na orla de Fortaleza, o que acabou intervindo na ação do vento e na agitação do mar em outras praias, a exemplo do Icaraí. Além disso, a Praia do Icaraí sente as ações de sua posição estratégica, ao localizar-se entre Fortaleza e São Gonçalo do Amarante, onde foram implantados o Complexo Industrial Portuário do Pecém (CIPP), uma termoelétrica e uma siderúrgica, sofrendo os impactos ambientais com essas construções.

Ainda sobre o CIPP, compreende uma área composta por 13.337 hectares, sendo que 7.012 pertencem a Caucaia, onde já foram implantadas as instalações portuárias e mais de 27 empresas, gerando emprego e renda. Por outro lado, muitas dessas empresas trazem sérios problemas ao meio ambiente, afetando também a qualidade de vida da população em razão da poluição do ar e sonora.

Caucaia apresenta outros problemas que impactam severamente as condições de vida da população, principalmente dos/as mais pobres. As desigualdades sociais e ambientais reverberam em diversas expressões da *questão social* na cidade. Percebemos um verdadeiro abismo entre o lucro gerado pela exploração ambiental e os problemas enfrentados pela maioria da população que reside na cidade.

---

[69] O *bagwall* é uma tecnologia que consiste no uso de concreto ou argamassa para garantir a resistência da parede de concreto na água, evitando o avanço do mar.

De acordo com a Companhia de Água e Esgoto do Ceará, cerca de quase 60% da população de Caucaia não possuem sistema de saneamento básico e 32,6% não possuem acesso à água potável nas casas, trazendo sérios problemas ao meio ambiente e à saúde da população. Cerca de 86,73% das residências de Caucaia contam com coleta de lixo. Cabe mencionar que a cidade dispõe ainda do Aterro Sanitário Metropolitano de Caucaia, que é permeado de denúncias de poluição, por meio do chorume nos Rios Garoto e Ceará, prejudicando inclusive a comunidade indígena Tabepa, que vive praticamente da pesca e da retirada de caranguejos dos mangues.

Ainda em fase de implantação, o Projeto Gás Natural Renovável terá como objetivo captar e tratar o biogás produzido pelo Aterro de Caucaia. Em parceria com as Prefeituras de Caucaia e de Fortaleza, com o Governo do Estado do Ceará e com empresas privadas, o projeto prevê a possibilidade de produzir 100 mil m^3 por dia, separando e destinando o gás para as indústrias e contribuindo para minimizar a emissão de gases extremamente danosos ao meio ambiente e à vida da população do município, como o metano, o dióxido de carbono e o gás sulfídrico.

No tocante à educação, o Atlas Brasil aponta que 84,15% da população de Caucaia entre a idade de 6 e 17 anos matriculada no Ensino Básico regular tinham até dois anos de defasagem entre a idade e a série escolar em 2010. Nesse estudo, apenas 6,63% dos jovens entre 18 e 24 anos cursavam o Ensino Superior. Considerando a sua população com ou mais de 25 anos, identificamos que 16,5% eram analfabetos/as, 47,64% possuíam o Ensino Fundamental completo e 30,69% tinham o Ensino Médio completo.

O Atlas Brasil de 2010 mostra ainda a renda dos municípios brasileiros. No caso de Caucaia, a renda média *per capita* era de R$ 379,63 em 2010, com 22,8% dos domicílios mais pobres possuindo renda inferior a R$ 140,00. Estudos mais recentes, como o do IBGE de 2017, apontam que o salário médio mensal em 2017 era de dois salários mínimos e 43,6% da população possuíam rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa.

Caucaia também amarga números recordes em violência, sendo a terceira mais violenta do estado, ficando atrás apenas de Fortaleza e Maracanaú. Segundo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea),[70] Caucaia obteve uma taxa de 96,6 homicídios a cada 100 mil habitantes, atingindo a 27ª

[70] Esse estudo é um desdobramento do Atlas da Violência, tendo considerado municípios com taxa de homicídios por 100 mil habitantes no ano de 2017. Em todo o Brasil, existiam 310 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes em 2017.

posição na lista das cidades mais violentas do Brasil. Somente no mês de abril de 2020, 49 pessoas foram vítimas de crimes letais por arma de fogo, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública do Ceará. Deduzimos daí uma relação entre o nível de violência e os indicadores de escolarização na cidade. A taxa de atendimento escolar entre as crianças de 0 a 3 anos é de 32,2%, sendo de 82,7% entre os jovens de 15 a 17 anos, conforme o Atlas Brasil de 2010. Esse estudo aponta que apenas 6,63% de jovens entre 18 e 24 anos cursavam o Ensino Superior em 2010.

De acordo com dados da Sagi, havia 58.394 famílias inscritas no Cadúnico em março de 2020 e 33.268 famílias beneficiadas pelo PBF no mês de abril de 2020, representando uma cobertura de 81,6% da estimativa de famílias pobres no município. Existem 27.483 famílias com renda *per capita* mensal de R$ 0,00 a R$ 89,00 inscritas no Cadúnico em Caucaia, tomando setembro de 2020 como mês de referência.

Identificamos apenas seis registros no Cadúnico de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Segundo o Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil no Brasil, do Ministério do Trabalho, foram realizadas 13 ações de fiscalização no município entre janeiro de 2012 e dezembro de 2016, quando foram identificados/as 23 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em situação irregular de trabalho, com predomínio para a faixa etária de 10 a 15 anos, principalmente em atividades ligadas à coleta, seleção e beneficiamento de lixo em Caucaia. Temos convicção de que esses dados não correspondem à realidade do trabalho infantil, principalmente em uma cidade com grande potencial turístico como Caucaia. Já o Censo do IBGE de 2010 identificou 2.158 crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos ocupados/as.

Percebemos uma disparidade significativa nas três formas de notificação em torno do trabalho infantojuvenil. Embora esses levantamentos tenham um lapso temporal diferenciado, acreditamos que essa disparidade não poderia ser tão grande, sobretudo por constatarmos visivelmente o número de crianças e adolescentes em atividades voltadas para o turismo em Caucaia. Essa diferença aponta para a necessidade de ampliar reforços por parte do governo e da sociedade em torno do combate ao trabalho infantojuvenil e da garantia de acesso à rede de proteção social.

Caucaia também não participou da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, portanto inexiste um quantitativo oficial sobre esse contingente populacional. Os dados da Sagi informam que há 311 pessoas em situação de rua cadastrados no Cadúnico e 260 famílias beneficiárias do PBF em abril de 2020. Já no diagnóstico elaborado para subsidiar o Plano Estadual de

Atenção à População em Situação de Rua, Caucaia notificou 168 pessoas em situação de rua. Em média, o Centro Pop atende a 100 pessoas em situação de rua mensal, conforme registro de atendimento. Cabe refletir que Caucaia possui apenas uma equipe de abordagem, que fica no Creas; considerando a extensão da área geográfica de Caucaia e as diversas expressões da *questão social*, uma equipe de abordagem é insuficiente para cumprir a finalidade de efetivar a busca ativa e identificar nos territórios a incidência de situações de violação de direitos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de *crack* e outras drogas, dentre outras.

No tocante à ausência de uma equipe de abordagem específica no Centro Pop, trata-se de um entrave para a identificação e mapeamento das áreas com maior presença de pessoas em situação de rua, bem como uma das estratégias fundamentais em vinculá-las ao serviço especializado para a população de rua ofertado pelo Centro Pop. Para a coordenadora (2019), a realização de uma pesquisa oficial "*[...] é necessária para conhecer o público da política e identificar demandas*".

Após discutirmos sobre o campo da pesquisa em tela, sinalizamos que, na atual fase do capitalismo, cada vez mais os espaços urbanos são expropriados da população e transformados em mercadorias para a acumulação do capital. Nas três cidades, o crescimento urbano não contemplou uma agenda que garantisse qualidade de vida à maioria da população. Ao contrário, constatamos pelos dados que a financeirização das cidades expõe o aprofundamento das desigualdades sociais, desveladas nas expressões da *questão social*, como pobreza, diversas formas de violência, trabalho infantil, desemprego, falta de moradia digna e acesso precarizado às políticas públicas.

"A cidade como negócio", nas palavras de Carlos, Hoko e Alvarez (2018), é expropriação da terra e das riquezas naturais com a intervenção jurídica e financeira do Estado, em que os espaços urbanos das cidades são transformados em mercadorias. As formas de expropriação e expulsão da população pobre dos espaços urbanos sempre foram uma alternativa para a transformação da cidade aos interesses da acumulação do capital. Desse modo, os espaços urbanos tornam-se propriedades privadas, ao invés de propriedades coletivas. A expropriação, nas suas mais diversas formas, é o alicerce do modo de produção capitalista.

Nesse cenário, homens e mulheres em situação de rua nos revelam as condições de trabalho e de vida marcadas pelo desemprego e pelo trabalho informal nos espaços urbanos das três cidades pertencentes ao campo da pesquisa,

contraditoriamente responsáveis pelo desenvolvimento econômico do Ceará, como veremos no capítulo seguinte.

Figura 3 – População em situação de rua e a catação

Fonte: A AUTORA, 2020.

4 FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA À LUZ DA QUESTÃO SOCIAL: CAPITAL x TRABALHO

Este capítulo trata das manifestações e das formas de trabalho de homens e mulheres em situação de rua nos espaços urbanos das cidades de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, no Ceará, que possuem a presença mais expressiva de adultos em situação de rua e a oferta de serviços específicos para essa população. Durante o percurso desta pesquisa, cremos que deixamos evidente o pressuposto de que a população em situação de rua está inserida no mercado de trabalho informal e extremamente precarizado nos espaços urbanos das cidades. Para tanto, reafirmamos a hipótese de que a população em situação de rua é uma das expressões da *questão social* inerentes à relação entre o capital e o trabalho no modo de produção capitalista e que o aprofundamento do desemprego e do trabalho precarizado são fatores preponderantes na ampliação do fenômeno social em debate nos grandes centros urbanos.

A fim de adentrar no objeto em estudo, mergulhamos nos relatos durante as entrevistas realizadas, que desvelam formas, características, manifestações, sociabilidades, percursos, vivências e estratégias construídos pelos/as participantes da pesquisa (nas)pelas ruas em busca de acesso ao trabalho e renda nos espaços urbanos em três cidades cearenses: Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. Nessa direção, optamos pela exposição das análises dos dados coletados por meio de tópicos, por razões metodológicas.

4.1 De casa para as ruas: “Ninguém escolhe morar nas ruas por opção. Você é obrigado vim para a rua. A falta de um emprego”[71]

> A gente tá ganhando dinheiro todos os dias. Me sinto uma trabalhadora, saio todo dia parar lutar, para trabalhar.
>
> *Bárbara de Alencar*[72]

Esta pesquisa empírica nos permitiu apreender os aspectos mais significativos que contribuem para que homens e mulheres passem a ter as ruas como espaços de moradia e sustento. O nosso foco da análise é o de que os fatores surgidos nos relatos dos/as 28 entrevistados/as estão associados à

[71] Entrevistado da nossa pesquisa.
[72] Entrevistada da nossa pesquisa.

trajetória de vida de cada participante, mas têm como solo fundante as desigualdades sociais, marca indelével da sociedade capitalista. Assim, concordamos com Silva (2009), que o fenômeno população em situação de rua é repleto de multideterminações. Todos/as os/as participantes da pesquisa apontaram mais de um motivo que os/as levou à situação de rua, em que identificamos uma sobreposição de motivos – bastante articulados entre si.

Dentre os principais determinantes relatadas pelos os/as entrevistados/as, o desemprego surgiu em 21 respostas, como demonstrado nos relatos abaixo:

> *Nesse momento estou na rua, mas já estou querendo sair das ruas. Essa última vez já estou há dois anos. Sou mecânico e alinhador de carro. O desemprego contribui muito para isso. A falta de dinheiro, daí momentos nas ruas e momentos em casa. Sempre foi assim na minha vida* (TABAJARAS, 2019).
>
> *Eu me submeti a ir para as ruas porque, queira ou não, eu não estou ajudando nas despesas em casa. Independentemente de ser mãe ou não, fica um clima chato. Você não está arcando com nada ou com pouca coisa. Acaba surgindo uma cobrança. A vida, por si só, já cobra da sua pessoa* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).
>
> *Saí de casa para trabalhar. Comecei a trabalhar com 12 anos de idade, vigiando carros, e comecei a viver nas ruas, mas eu já morei em casa também, morei na Bela Vista; fiquei dez anos lá. Antes da rua, morava eu e minha mãe* (LAURO MAIA, 2019).

Em seguida, os conflitos familiares surgiram em 12 respostas; perda da moradia, em nove; alcoolismo e/ou uso de drogas, em oito; perda de membros familiares, principalmente os/as genitores/as, em seis; trabalho infantil, em seis; transtorno mental, apenas em uma. Vale ressaltar que o desemprego e o trabalho informal surgem como motivações para a permanência nas ruas, ou seja, são dificuldades para o processo de saída das ruas. O entrevistado Cariris (2019) mostra essa questão: "*A maior vontade é de um trabalho fixo para sair das ruas e voltar a viver com minha filha*".

Nessa mesma diretiva, na pesquisa de mestrado (2015), o desemprego, a perda da moradia e os conflitos familiares surgiram como fatores mais relevantes que contribuem para que indivíduos e famílias passem a ter as ruas como espaços de moradia e sustento; em seguida, surgiram o uso de álcool e/ou de drogas e a violência doméstica. Ao compararmos esses dados com os da pesquisa nacional, realizada em 2009, pelo governo federal,[73] o uso de álcool e/ou de outras drogas (35,5%) surgiu como o principal motivo para a situação de rua, seguido do desemprego (29,8%) e de conflitos familiares (29,1%). Vale ressaltar que partimos do pressuposto que os fatores que levam pessoas à situação de rua estão

[73] Não tencionamos discutir sobre a metodologia utilizada na referida pesquisa.

intimamente relacionados e inseridos no contexto das desigualdades sociais no Brasil.

No Ceará, apenas Fortaleza já realizou pesquisas sobre a população em situação de rua, como em 2014, pela Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social: dos/as 1.718 entrevistados/as, 48,1% responderam que os problemas familiares são os principais motivos para a situação de rua e 26,2% responderam que são os problemas relacionados ao uso de drogas. As cidades de Caucaia e Maracanaú não realizaram pesquisa sobre a população em situação de rua. Os dados disponibilizados pelo Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social (Cemaris) não permitem discutir sobre os fatores que levam homens e mulheres a terem as ruas como espaços de moradia e sustento.

Considerando os dados e relatos dos/as entrevistados/as, vamos tecer alguns comentários sobre eles. Primeiro que o trabalho informal e o desemprego são marcas estruturais no mercado de trabalho brasileiro, como já dialogamos. A produção capitalista incorpora uma força de trabalho cada vez menor. Por outro lado, o capitalismo exige um exército industrial de reserva, uma força de trabalho disponível para a exploração do capital a qualquer tempo, sob quaisquer condições. Segundo Marx (2013, p. 710):

> À produção capitalista não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural.

A manutenção de contingente de trabalhadores/as sobrantes, incapazes de serem absorvidos/as pela indústria e demais áreas do mercado, é fundamental no aprofundamento da exploração da força de trabalho. A acumulação de capital só é possível com a exploração da força de trabalho, inclusive sob uma lógica destrutiva. A redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto por meio das constantes revoluções tecnológicas são implantadas pelas indústrias para obter uma maior independência da força laboral. Nas palavras de Marx (2013, p. 705):

> A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.

No Brasil, a formação da força de trabalho assalariada, com o fim da escravidão, teve como marca o racismo estrutural. A força de trabalho negra foi destinada ao desemprego, à pobreza e aos trabalhos extremamente precarizados. Ademais, a burguesia e o Estado relegaram a população negra livre à total

desproteção, sem alternativas de acesso ao trabalho assalariado. A caracterização dos atores da pesquisa mostra que a população em situação de rua é formada predominantemente por negros/as e pardos/as, como apontam diversas pesquisas realizadas em todo o Brasil.

Ao longo da nossa pesquisa, seis entrevistados/as afirmaram que o trabalho durante a infância e a juventude contribuiu severamente para o abandono da escola, sendo um importante fator para terem as ruas como espaços de moradia também. O excerto adiante revela isso:

> *Era muito novo quando eu saí de casa para trabalhar. A primeira vez que recebi um pagamento por um trabalho eu tinha nem 8 anos de idade. Quando a gente é criança, tem o mundo de criança: sua família. O primeiro contato com o mundo real, fora de casa, externo, adulto, foi no posto de gasolina. Eu limpava para-brisas dos carros. Eu não sabia de nada, mas, quando eu comecei a trabalhar, percebi que, para ter dinheiro, a pessoa tem que fazer algo, trabalhar. Para sobreviver, tinha que trabalhar, para não morrer de fome ou passar necessidade* (TREMEMBÉS, 2019).

O trabalho infantil é uma das formas de exploração da força de trabalho presentes na formação socioeconômica do Brasil, desde crianças negras e indígenas foram introduzidas no trabalho doméstico e na agricultura. Na atualidade, o trabalho infantil ainda é uma das estratégias de acumulação de capital e uma forma de as famílias terem acesso à renda. Para Escorel (1999), nas famílias de trabalhadores/as mais pobres, é extremamente precoce o ingresso de crianças e adolescentes na composição dos rendimentos familiares, como mostra a história de vida de Lauro Maia (2019), que desde os 12 anos trabalha nas ruas, nunca tendo ido à escola:

> Saí de casa para trabalhar. Nunca estudei. Comecei a trabalhar com 12 anos de idade, vigiando carros, e comecei a viver nas ruas. Sou flanelinha e também faço pagamentos para as pessoas: tipo as vizinhas aqui me mandam pagar água ou luz, me pedem para ir ao Banco do Brasil fazer pagamento.

O capitalismo no Brasil deu-se sob uma forte dependência do capital estrangeiro, que forjou relações sociais extremamente desiguais que se aprofundam com a implantação de uma agenda neoliberal em diversos governos, como já vimos. O aprofundamento da crise capitalista no Brasil tem ampliado um contingente de trabalhadores/as desempregados/as e no mercado informal, com um baixo nível de proteção social. Nesse contexto, trabalhadores/as desempregados/as e concentrados/as no mercado de trabalho informal são expostos/as ao pauperismo.

A inserção do Ceará no circuito nacional e internacional do capitalismo deu-se tendo como *pano de fundo* os impactos gerados pelos efeitos da seca e da ausência

de políticas públicas que garantissem a convivência das famílias sertanejas com as condições hídricas e climáticas nos sertões cearenses. Ao contrário, indivíduos e famílias fugiam da pobreza que assolava o sertão rumo à cidade em busca de trabalho e acesso à renda, expondo visivelmente expressões da *questão social* aprofundadas com as transformações tecnológicas no campo e na cidade. O trecho abaixo trata da migração do campo para a cidade na busca de melhores condições de vida. "*Tenho 33 anos […]. Eu saí de Paraipaba para procurar emprego em Fortaleza; fiquei nas ruas. Batia de porta em porta procurando emprego, aí consegui um emprego, aluguel, um teto para dormir. Hoje estou nas ruas*" (TREMEMBÉS, 2019).

O projeto modernizador implantado pelos "Governos das Mudanças", com o fim do *Ciclo dos Coronéis* nos anos de 1970 e início dos anos de 1980, representou a consolidação de um grupo de empresários com o único intuito de ampliar os empreendimentos de suas famílias. Os "Governos das Mudanças" conciliaram a implantação de agenda neoliberal com uma intervenção estatal para a ampliação da industrialização sob as bases da exploração de uma força de trabalho abundante e barata. Com isso, o Ceará é o retrato de profundas desigualdades sociais.

O campo empírico desta pesquisa mostrou também que os conflitos familiares surgem como um dos fatores. Ao revisitarmos o conceito de população em situação de rua, conforme o Decreto nº 7.053/2009, que norteia a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), observamos que esse é um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema e vínculos extremamente fragilizados ou rompidos. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a fragilização e os rompimentos dos vínculos familiares estão associados à situação de pobreza dos/as entrevistados/as. Todos/as os/as participantes afirmam que são advindos/as de famílias bastante pobres, como explicitam as seguintes exposições:

> *Muitas vezes, não temos o apoio da família, principalmente ao financeiro. Desde criança até a adolescência, a gente convive, mas chega em uma certa idade que a gente acaba indo para as ruas. Eu fazia bicos. O que aparecia eu topava. Fazia limpeza na casa de vizinhos, mas não era suficiente* (CASTRO ALVES, 2019).
>
> *Construí uma casa no quintal da minha sogra. Morava na casa dela e tinha uns cunhados que não queriam trabalhar. Morávamos em um terreno só e não tinha liberdade, e minha filha começou a ser oprimida pelos meus cunhados. Percebi que ela estava sofrendo algum tipo de opressão e agressão* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).
>
> *Tenho mãe. Ela sabe que estou nas ruas. Tenho irmãs. Todos vivem da agricultura. Tenho 13 irmãos, tenho contato com eles. Em Aracoiaba tudo é*

> *difícil. Eu já pensei em voltar, mas lá não tem um trabalho fixo para a gente* (TIGIPIÓ, 2020).
>
> *Eu trabalhei também como agricultor desde criança. Eu morava em Baturité. Quando eu era criança, trabalhava no roçado que a gente tinha. Quando o meu pai veio para Fortaleza, passei a trabalhar como servente. Depois que ele morreu, os irmãos cada um ficou por sua conta própria. Meus irmãos não têm condições; eles não têm nada [...]* (ANTÔNIO SALES, 2019).

O debate sobre a pobreza está presente nas produções teóricas em diversas áreas, incluindo o Serviço Social. A pobreza e suas determinações estão presentes entre as principais demandas expostas ao trabalho dos/as assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Partimos do entendimento de que a pobreza é parte constituinte do modo de produção capitalista. Em acordo com Siqueira (2013, p. 164), “a pobreza não é um aspecto residual, transitório do capitalismo, é estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento. O capitalismo gera acumulação, por um lado, e pobreza por outro: jamais eliminaria nem um nem outro”.

As famílias mais pobres enfrentam enormes dificuldades econômicas e não conseguem suprir as despesas domésticas, contribuindo para a fragilização e rompimento dos laços de solidariedade e afetividade. Vale ressaltar que não se trata de responsabilizar as famílias pela condição de pobreza, pelo contrário, Siqueira (2013), quanto ao fato de que a pobreza não corresponde a um processo deflagrado pelas carências individuais de um determinado grupo ou região, mas de uma determinação estrutural do modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva, a pobreza é inerente ao capitalismo a partir da apropriação privada da riqueza socialmente construída e expropriada de forma privada; para o capitalismo, a pobreza é necessária. Consoante Netto (2007), o desenvolvimento capitalista é, necessária e imprescindível, a produção exponenciada de riqueza e da produção reiterada de pobreza”. Somente no Ceará, dados do Cadastro Único (Cadúnico) mostram 1.849.203 famílias cadastradas em abril de 2020, das quais 1.085.636 famílias pobres recebem benefícios com valor médio de R$ 174,13 com renda *per capita* acima de meio salário mínimo. Nas cidades em que realizamos as entrevistas, há 507.045 famílias pertencentes ao Cadúnico com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, conforme dados de abril de 2020.

Apesar de a renda ser importante na mensuração da pobreza, acreditamos que as condições de moradia e acesso às políticas públicas são fundamentais na garantia de uma vida digna para a classe trabalhadora. Transcrevendo Netto (2007, p. 142):

> Nas sociedades em que vivemos - vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista -, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza. No entanto, os padrões de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato inconteste dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas.

Os/As participantes da nossa pesquisa afirmaram uma relação entre os conflitos familiares e o uso de álcool e/ou drogas, como expõem os depoimentos:

> *Álcool: eu bebia demais. Quando você bebe muito, a família não gosta. Minha família ficava reclamando que eu bebia demais, aí achei melhor ir para as ruas. Tenho duas filhas. Elas moram em Redenção. São adultas e casadas. Dois anos que não tenho contato com elas. Elas não sabem que estou em situação de rua. Eu criei as duas sozinho. São de mães diferentes* (ANTÔNIO SALES, 2019).

> *Eu fui para Aracati e conheci uns gringos em Canoa Quebrada. Tive uma recaída, aí voltei a usar drogas. Agora eu estou sem usar. Estava com quatro anos que não usava. Minha esposa soube e se separou de mim. Ela tinha me avisado. Ela sofreu demais. Ela foi uma guerreira* (SILVA JATAHY, 2019).

Na nossa pesquisa, os/as entrevistados/as afirmaram que o uso abusivo de álcool e outras drogas deu-se no contexto das ruas, como relata Rachel de Queiroz (2019): "*Quando fui para a rua*, *comecei a beber. Conheci a bebida na rua*". Apenas um participante deixou nítido que a perda do emprego se deu pelo uso abusivo de álcool ou outras drogas:

> *Trabalhei na fábrica Antárctica. Era motorista de caminhão e entregador de refrigerantes. O crack me tirou essa profissão. Perdi a validade da minha carteira. Agora eu não tenho como renovar, é muito cara. Faltei alguns dias na Antárctica, 30 dias, fiquei internado e me demitiram por justa causa: 30 dias sem comparecer na empresa; fui dispensado* (PEDRO PEREIRA, 2019).

Aqui recusamos posturas preconceituosas e estigmatizantes no tocante à associação da pobreza à drogadição, à marginalidade e à violência vinculadas ao fenômeno em estudo. Reservamos outro trecho que traz um relato que vai na mesma direção daquele que apresentamos na transcrição anterior:

> Uma pessoa que trabalhava em marcenaria me chamou para outra cidade em 2 de fevereiro de 1997. Fui a pé, eram 35 quilômetros. Conheci o crack em 2001, com 21 anos. Tive tuberculose, derrame na pleura, fiquei muito doente e internado três meses. Quando eu recebi alta, voltei para as ruas. Não tinha para onde ir e comecei a procurar a morte: voltei a usar drogas. A situação de rua é tão complexa. A droga funciona como analgésico. É muito complicado tá em situação de rua (LUIZ GONZAGA, 2019).

Em diversos contatos com pessoas em situação de rua, registramos no nosso diário de campo que o uso abusivo de álcool ou outras drogas é uma das estratégias de amenizar a fome, o frio, a ausência de moradia e de trabalho, as decepções, a falta de expectativas, o preconceito, a saudade, as tristezas, a solidão, enfim, as agruras dos sofrimentos que permeiam a vida humana, intensificados no cotidiano das pessoas em situação de rua.

O entrevistado Filgueiras Lima (2019) afirmou que o adoecimento mental (depressão) adquirido após a morte de um membro familiar o levou à situação de rua. Ainda socializou que possuía uma estrutura familiar e comunitária que poderia lhe propiciar um suporte financeiro e afetivo para superar as dificuldades advindas da depressão e da morte da sua avó. Nas suas próprias palavras:

> Eu fui criado pela minha avó. Então, eu tinha muito uma concepção de quem só me amava era ela. Minha avó faleceu. Com a morte dela, eu tive depressão. Perdi meu emprego, tentei suicídio. Tomei meio litro de veneno. Fiquei em coma. […]. Tinha um grupo de teatro que eu fazia parte, os Jovens Profetas. Então, fui perdendo esses laços e vínculos que me fortaleciam. Saí do hospital e fui para a casa da minha mãe. Eu também não me dava bem com o meu padrasto. Por conta dele, não fui criado pela minha mãe. Tive que morar com eles, eu tinha uns 27-30 anos. E ainda fiquei um tempo lá e depois vim para as ruas. Tive uma passagem por droga e bebida. Esses laços foram se fragilizando e se perdendo e cheguei nas ruas com a roupa de corpo (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

Cabe pontuarmos que a morte de membros da família surgiu em seis relatos de participantes da pesquisa como um dos fatores para a situação de rua, principalmente quando este é o responsável pela manutenção dos gastos domésticos.

> Com 12 anos, perdi minha mãe; ela faleceu. O meu pai, um analfabeto, com quatro meses que minha faleceu, se juntou com uma mulher que tinha quatro filhos, e fomos morar [...]. A gente não podia assistir TV; era má. Meu pai passava a semana fora para vender peixe; quando ele chegava, ela sempre tinha história de mim. Eu estava abalado psicologicamente, aí ela inventava muitas histórias sobre mim e meus irmãos. E meu pai, que trabalhava e passava a semana fora, acreditava e batia muito na gente: de cinto, palmatória, era maltratado e espancado. Ainda aguentei um ano, humilhado. Quando tinha 13 anos, saí de casa para ir para as ruas. Fui em busca da minha liberdade (LUIZ GONZAGA, 2019).

A falta de moradia surgiu em nove entrevistas como um dos principais motivos que haviam levado os/as participantes à situação de rua. Vamos às narrativas:

> Dez anos que estou nas ruas. Eu morava com um homem que morreu. Ele não deixou nada para mim. Não tive como pagar aluguel e fui para as ruas. Agora eu só conto com Deus e o meu marido, que também tá na rua; tá comigo (ANA BILHAR, 2019).

> Estou na rua pela falta de moradia. Eu tinha uma barraquinha de taipa no bairro São Miguel. Queimaram o meu barraco; era de madeira. A justiça pode liberar meus filhos que estão no abrigo e não vou ter casa para levar eles. Tenho um filho que trabalha como gari na prefeitura e saiu do abrigo. Ele mora sozinho em um quartinho. Não tem condições de ficar com ele (JUVENAL GALENO, 2019).

> Eu e meu marido tínhamos uma casa; não prestava; quando chovia, ficava toda brejada, era toda inundada. Era uma casa de taipa. Aí vendemos e passamos a morar em casa alugada. Como não deu mais para pagar, viemos para as ruas: faz três anos (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019).

O acesso a uma moradia adequada, para a maioria da população brasileira, tem sido inviabilizado por um modelo de cidade comprometido com a financeirização dos espaços públicos a favor da especulação imobiliária. O poder do capital elimina a possibilidade de acesso à moradia para todos/as com dignidade. Dos/as que responderam a perda de moradia como motivo para a situação de rua, sete residiam em casas alugadas e, por conta da ausência de trabalho formal e do desemprego, acabaram ficando impossibilitados/as de pagar o aluguel, além da exigência de comprovante de renda ou carteira assinada para a alocação de imóveis.

Ao analisarmos os achados do campo nosso empírico, inferimos que todos os fatores que levam pessoas a terem as ruas como espaços de moradia e sustento são expressões da *questão social* fincadas nas estruturas da sociedade capitalista brasileira, marcada por extrema desigualdade social, como tratamos no decorrer desta tese. Nesse sentido, reafirmamos o pressuposto de que o fenômeno população em situação de rua é resultante da relação entre o capital e o trabalho. Por meio dos relatos, mergulhamos nas histórias de vida dos/as entrevistados/as que estão circunscritas nas desigualdades sociais do Brasil, advindas das relações desiguais entre o capital e o trabalho.

4.2 **A (re)produção do fenômeno população em situação de rua e o mundo do trabalho: elementos fundantes**

> O trabalho é muito importante na vida da gente. Eu me sinto uma trabalhadora. Qualquer coisa eu faço.
>
> *Rachel de Queiroz*[74]

Primeiramente queremos frisar que o trabalho é fundante para a vida em sociedade e, portanto, tem uma centralidade na sociabilidade humana. É vital para

[74] Entrevistada da nossa pesquisa.

a vida humana à medida que possibilita aos homens relacionarem-se entre si e com a natureza. Conforme Marx (2013, p. 120):

> Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

O trabalho é a mediação da humanidade com a natureza. Sendo assim, o trabalho é uma condição de existência do homem, independentemente das formas sociais existentes na humanidade. O trabalho assume um papel preponderante na formação de homens e mulheres, como uma construção histórica, nos termos de Marx (2013, p. 255), uma vez que:

> O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica a sua própria natureza [...].

Contudo, com o advento do capitalismo, o trabalho assume a mesma dimensão de qualquer mercadoria na sociedade. A sociedade e a natureza sempre se relacionam, o que modifica historicamente é o caráter dessa relação. Com a sociedade capitalista, o trabalho passa a ser controlado pelo capital, como qualquer mercadoria, por meio da compra da força de trabalho. Ainda em Marx (2013, p. 263):

> O capital desenvolveu-se, ademais, numa relação coercitiva, que obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que o exigido pelo círculo estreito de suas próprias necessidades vitais. E como produtor da laboriosidade alheia, extrator de mais-trabalho e explorador de força de trabalho, o capital excede em energia, desmedida e eficiência todos os sistemas de produção anteriores baseados no trabalho direto compulsório.

A subordinação do/a trabalhador/a ao capital é a garantia do lucro. O dinheiro é desprovido de limites, ou seja, é o representante de toda a riqueza mundial. É fulcral subordinar toda a dinâmica da vida à reprodução do capital, e o trabalho é parte imprescindível nesse processo. Nas próprias palavras de Marx (2013, p. 205-206):

> Como no dinheiro não se pode perceber o que foi nele transformado, tudo, seja mercadoria ou não, transforma-se em dinheiro. Tudo se torna vendável e comprável. A circulação se torna a grande retorta social, na qual tudo é lançado para dela sair como cristal de dinheiro [...]. Mas o dinheiro é, ele próprio, uma mercadoria, uma coisa externa, que pode se tornar a propriedade privada de qualquer um. Assim, a potência social torna-se potência privada da pessoa privada.

As transformações capitalistas impuseram novos mecanismos de exploração da força de trabalho, que têm como fundamento a intensificação da extração da mais-valia, principalmente por meio da banalização do trabalho informal, aumento do desemprego e ampliação da precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora.

O desemprego e o trabalho precarizado são partes constituintes das engrenagens do capitalismo, no sentido de viabilizar a superexploração da força de trabalho e a expropriação dos direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora. É a total subsunção do/a trabalhador/a ao capital. A expansão do capital significa o aprofundamento das desigualdades entre as classes sociais. Segundo Fontes (2010, p. 24):

> A produção de trabalhadores disponíveis para o capital não ocorre, porém apenas através dessas expropriações, do povo do campo ou outras. Esta é uma das suas formas, primária e essencial. A produção social dos trabalhadores, de seres sociais necessitados e disponíveis para o mercado, integra o próprio processo mais íntimo de reprodução ampliada do capital.

O contingente de desempregados/as – trabalhadores/as excedentes, não absorvidos/as pelo capital – faz parte da classe trabalhadora necessária ao circuito de acumulação do capital. Aliás, a população excedente é a base da acumulação capitalista, à medida que representa capital variável em potencial, ou seja:

> Mas se a população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado por sua conta própria. Ela fornece as suas necessidades variáveis de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. [...]. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial conduzem ao recrutamento da superpopulação e, com isso, convertem-se num dos mais energéticos agentes de sua reprodução (MARX, 2013, p. 707-708).

O capitalismo produz constantemente um contingente de trabalhadores/as excedentes: uma população trabalhadora adicional excedente, isto é, excessiva para as necessidades de valorização do capital, sendo, pois, supérflua (MARX, 2013). Esse exército industrial de reserva é vital para a acumulação ampliada do capital. A superpopulação relativa garante a lei da oferta e da demanda de trabalho, portanto mantém o rebaixamento do valor da força profissional e amplia as formas de exploração.

A permanência de um exército industrial de reserva de trabalhadores/as é inerente a todas as fases do capitalismo. Contudo, com as constantes

configurações do capitalismo, principalmente a partir do período denominado taylorismo-fordismo em diante, a classe trabalhadora vivencia o aprofundamento do desemprego e do trabalho informal e precarizado. As inovações tecnológicas e organizativas do processo de produção têm contribuído, cada vez mais, para a ampliação de um contingente de trabalhadores/as disponíveis com poucas chances de reinserção no mercado formal de trabalho. Desse modo, muitos/as desses/as trabalhadores/as têm como única alternativa submeterem-se ao trabalho precarizado e informal.

No Brasil, o desemprego e o trabalho informal e precarizado são as marcas indeléveis do padrão de exploração da força de trabalho desde a inserção do país no circuito do capitalismo monopolista imperialista, como já tratamos em diversas partes desta tese. De acordo com Barbosa (2012, p. 28):

> Na verdade, no Brasil, as transformações vividas pela economia e pela sociedade durante a industrialização não implicaram a derrota dos interesses agrários em favor do urbano mercantil e industrial. Ao contrário, boa parte da nova elite urbana que se formava tinha laços íntimos com a velha fazenda cafeeira do Sudeste brasileiro e nunca rompeu de fato com as antigas lideranças rurais de outras regiões do país. De outro modo, o regime que antes era oligárquico, baseado na posse da terra, aos poucos, tornou-se mais complexo, com novos atores no tabuleiro, sem jamais, porém, retirar do antigo grupo dominante a participação nas decisões e disputas importantes.

Por conta disso, as transformações capitalistas no Brasil mantiveram as marcas da formação de um mercado de trabalho pautado na exploração desmedida da classe trabalhadora, a qual era submetida às diversas expressões da *questão social*, a exemplo do fenômeno população em situação de rua. Dessa forma, afirmamos que as transformações no mundo do trabalho contribuem cada vez mais para o aprofundamento do desemprego estrutural, a ampliação do trabalho precarizado e informal, os baixos salários, os ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários e a precarização das políticas públicas, que só aprofundam as desigualdades sociais.

Indagamos aos/as entrevistados/as desta pesquisa sobre o mundo do trabalho anteriormente à situação de rua. Do universo amostral, 21 responderam que já haviam trabalhado com carteira profissional assinada pelo menos uma vez na sua trajetória profissional e sete responderam que nunca haviam tido a carteira profissional assinada. Vejamos:

> *Possuo todos os documentos, exceto o título de eleitor. Minha profissão é servente. Nunca trabalhei de carteira assinada. Trabalhei muitos anos em uma barraca de praia. Vivia bem. Morava bem […]* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

> *Nunca trabalhei de carteira assinada na minha vida. Trabalhei muitos anos em casa de família. Trabalhei mais de dez anos como doméstica. Ainda hoje, às vezes, eu faço faxina na casa do meu cunhado, aí ele me dá comida, roupas, não dinheiro; dá um canto para dormir* (BÁRBARA DE ALENCAR, 2020).

> *Nunca trabalhei de carteira de trabalho assinada. Já tentei trabalhar de carteira assinada, mas nunca consegui. Não tenho estudo. Minha família é muito pobre. Até fazer uma ficha é complicado para quem tem pouco estudo* (TIGIPIÓ, 2019).

Todavia, mensurar o tempo de serviço dos/as entrevistados/as não foi tarefa simples, pois não lembravam dos anos que haviam trabalhado com vínculo formal de trabalho registrado na CTPS, além do fato de alguns/mas terem perdido tal documento. Entre os dados que coletamos, constatamos que 12 haviam trabalhado por menos dois anos com a carteira profissional assinada; um/a havia trabalhado por menos de quatro anos; e cinco haviam trabalhado por mais de seis anos.

Sobre o acesso ao direito ao seguro-desemprego, nove revelaram que haviam recebido tal benefício pelo menos uma vez na sua vida e oito afirmaram que nunca tinham tido acesso a tal direito, devido ao curto período de trabalho nas empresas contratantes. Apenas dois/uas haviam sido demitidos/as por justa causa. Identificamos ainda uma grande rotatividade dos/as entrevistados/as nas empresas, conforme podemos ver em seus relatos:

> *Trabalhei em diversas empresas: Carrefour, Pão de Açúcar, Fenivest, Prefeitura, bar e restaurante do Alemão, restaurante Boi e Companhia. Trabalhei muito tempo. Queria ganhar dinheiro. Eu fazia qualquer coisa para ganhar dinheiro. Eu mudava de emprego por conta da oferta de salários* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

> *Trabalhei de carteira assinada como auxiliar de cozinha em restaurantes (Free Time, Agulha Frita, Casa Cheia), mas tudo era por curto tempo. Na maioria das vezes, trabalhei também como agricultor desde criança. Eu morava em Baturité. Atualmente sou servente* (ANTÔNIO SALES, 2019).

> *Tive só duas vezes a carteira assinada, mas trabalhei muito tempo avulso. No ramo da confecção, foram uns três anos. […]. Trabalhei oito meses como educador social na Prefeitura de Fortaleza. No total, como educador social e na confecção, foram três anos de carteira assinada. Eu recebi as contas e o seguro-desemprego, só que foram tantos atrasados; o que eu recebi foi só para pagar as contas. Quando o Instituto da Hora deu as contas da gente, já tava com três meses que a gente não recebia salário, aí fiquei três meses com aluguel atrasado, dinheiro emprestado e cartão de crédito. Já paguei tudo, graças a Deus* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

> *Trabalhei de carteira assinada como zelador aqui em Fortaleza. Eu não sabia nem o que era trabalhar de carteira assinada. Trabalhei oito meses. Dois anos como jardineiro e servente. Eu pedi demissão para receber um dinheiro com as contas e o seguro-desemprego. A gente conversa com o patrão, e ele dá a demissão, e a gente continua trabalhando* (SILVA JATAHY, 2019).

A rotatividade tem sido uma marca do mercado de trabalho, especialmente com a banalização da terceirização advinda das transformações capitalistas a partir dos anos de 1980, que propiciaram novas formas de exploração da força de trabalho e acumulação de capitais, sobretudo para as grandes empresas nacionais e internacionais.

O levantamento acerca das profissões ou ocupações durante o período que os/as participantes trabalharam de CTPS assinada apontou as áreas de vigilante, pedreiro/a, auxiliar de cozinha, zelador/a, jardineiro/a, motorista, camareiro/a, costureiro/a, educador/a social, capataz e descascador/a de castanha. Vale comentar que essas áreas ocupacionais são algumas das que mais têm sofrido com os impactos das mudanças no mundo do trabalho com a terceirização, por se constituírem como atividades-meio nas empresas e indústrias. As profissões assinaladas pelos/as participantes requerem baixa qualificação profissional e escolaridade, portanto caracterizam-se por ofertarem baixos salários, precárias condições de vida e trabalho, menor índice de proteção social e maior vulnerabilidade ao desemprego. Na realidade, as transformações do toyotismo no mundo do trabalho propiciaram a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado e informal, resultando no empobrecimento da classe trabalhadora e em uma maior rotatividade dos/as trabalhadores/as nos empregos.

Apenas a entrevistada Ana Bilhar teve carteira de trabalho assinada. As demais mulheres haviam trabalhado no setor informal como empregadas domésticas, faxineiras e cuidadoras de idosos/as. As mulheres são predominantemente alocadas no mercado de trabalho informal nas atividades ligadas aos serviços gerais e domésticos, com baixos salários, marcas da trajetória do trabalho feminino no Brasil.

O universo amostral apontou ainda que 18 entrevistados/as afirmaram que haviam trabalhado em empresas terceirizadas, realçando a alta rotatividade nos contratos de trabalho:

> *Trabalhei na empresa Saga, na empresa Dias Presta Serviços, na Servis, empresa de segurança, Ubiza Brasil, eu fazia manutenção e limpeza nos carros, era uma locadora de carros, e empresas terceirizadas, quase uns dez anos* (TABAJARAS, 2019).

> *Trabalhei três meses em uma empresa terceirizada em Belém. Três meses e vinte dias em outra empresa; saí porque o cara não queria pagar o FGTS* [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço]*. Fazia o que queria. Ele não pagava nossos direitos. Não queria pagar o salário certo* (RAIMUNDO GIRÃO, 2019).

> *Trabalhei nas Casas Freitas, Tok importados. Tenho seis anos de carteira assinada antes de tá nas ruas: como conferente de mercadoria, zelador e jardineiro. Depois que vim para as ruas, não consegui mais trabalhar de carteira assinada* (JUSTINIANO DE SERPA, 2019).

> *Faz muito tempo que trabalhei de carteira. Trabalhei de carteira assinada na década de 1990; trabalhei como vigilante na empresa Atlas, que presta serviços em outras empresas* (BEZERRA DE MENEZES, 2019).

> Trabalhei em várias empresas. Uma empresa que prestava serviço para a Coca-Cola, era uma empresa de locadora de carros. Trabalhei também na Marisol, uma empresa na Pacatuba, perto de Maracanaú (DRAGÃO DO MAR, 2019).

Vejamos nos relatos que os/as entrevistados/as da nossa pesquisa têm uma dimensão de como o processo de terceirização trouxe impactos para o mundo do trabalho, à medida que os/as fragiliza em relação aos/às empregadores/as, tornando-os/as cada vez mais subordinados/as ao capital. Conforme já assinalado, as ocupações sinalizadas pelos/as entrevistados/as, em especial nas áreas de vigilância, construção civil e serviços gerais, foram as atividades que mais tiveram impactos com a banalização da terceirização nas empresas privadas e no setor público. O dossiê *Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha*, realizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT)[75] em 2014, baseado na Relação Anual de Informações Sociais de 2013, aponta que as empresas terceirizadas geralmente contratam os/as trabalhadores/as mais vulneráveis do mercado de trabalho: mulheres, negros/as, jovens, migrantes e imigrantes. No mesmo estudo, trabalhadores/as terceirizados/as perfazem 26,8% do mercado formal de trabalho, totalizando 12,7 milhões de assalariados/as em 2014 em todo o Brasil.

A contratação da modalidade via terceirização é responsável pela elevada taxa de rotatividade do mercado de trabalho brasileiro. O dossiê citado acima aponta que a permanência no trabalho é de 5,8 anos para os/as trabalhadores/as diretos/as, em média; já para os/as terceirizados/as, cai para 2,7 anos. A alta rotatividade dos/as trabalhadores/as terceirizados/as é de 64,4%, contra 33% dos/as diretamente contratados/as. Concluímos daí que a rotatividade contribui para uma dificuldade de garantir as condições de vida e sustento de suas famílias por longo tempo em face da ameaça do desemprego, como os/as entrevistados/as socializam:

> *Na empresa Aragão Transporte, uma empresa que trabalha para a indústria da Bauducco aqui em Maracanaú. Era um trabalho temporário, daí continuei*

[75] Este dossiê trata do impacto da terceirização sobre a classe trabalhadora e propostas para garantir a igualdade de direitos. Foi realizado a partir de dados estatísticos e de informações obtidas pelas representações sindicais dos trabalhadores por meio do Ministério do Trabalho e Emprego.

> *morando nas ruas. Não dava para alugar uma casa, mas, mesmo trabalhando nessa empresa, estava em situação de rua. As pessoas sabiam que eu estava nas ruas* (BARBOSA DE FREITAS, 2019).

> *Sempre trabalhei como vigilante na Servinac, na Servisam. Em cada serviço desse eu trabalhei menos de um ano, por causa que essas empresas são prestadoras de serviços. Elas perdem contrato e demitem as pessoas* (DOMINGOS OLÍMPIO, 2019).

As exposições acima mostram com muita nitidez como os contratos de trabalho temporários e precarizados afetam a vida da classe trabalhadora, produzindo, dessa forma, um enorme contingente de trabalhadores/as desempregados/as ou subempregados/as, sem perspectivas de organizar suas vidas, causando-lhes incertezas e adoecimento mental frente ao período cada vez mais distante entre a situação de emprego e desemprego. As transformações do toyotismo propiciaram a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado e informal, o que redundou no empobrecimento da classe profissional. A força de trabalho abundante e barata contribui enormemente para a rotatividade dos/as trabalhadores/as nas empresas terceirizadas. Segundo Antunes (2003), o toyotismo penetra, mescla ou substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado, com enormes desdobramentos no que diz respeito aos direitos do trabalho.

Vale relembrar que o toyotismo surge em sinergia com a implantação da agenda neoliberal, como já discutimos, com isso há o aprofundamento da precarização e da rotatividade, a fragilização das relações contratuais, a retração dos direitos sociais e o arrocho salarial. Ademais, em média, a remuneração dos/as trabalhadores/as nas atividades terceirizadas é inferior à praticada nos contratos diretamente com as empresas sem intermediações. As particularidades do desemprego fundadas na flexibilidade estrutural do mercado de trabalho brasileiro produzem elevados índices de rotatividade de mão de obra, garantindo um padrão de exploração da força de trabalho totalmente disponível ao capital. Sobre essa relação, concordamos que:

> A manutenção de um fluxo permanente de demissões e contratações, ou seja, de uma política permanente de substituição dos trabalhadores, os quais não conseguem, na sua maioria, ultrapassar os anos iniciais da carreira, reduz, primeiramente, os custos de seleção prévia à contratação, dada a facilidade de dispensa no período de experiência. Em segundo lugar, reduz os custos do passivo trabalhista, que aumentam na proporção em que cresce o tempo de serviço dos trabalhadores na empresa (SANTOS, 2012, p. 166).

No tocante aos motivos de rompimentos dos contratos de trabalho dos/as participantes, identificamos as seguintes respostas: nove apontaram a redução de quadro de funcionários ou empregos temporários; dois/uas, o alcoolismo; dois/uas,

os atrasos de salários e o fechamento da empresa; dois/uas, o uso de drogas; e três, outras motivações. Apenas um/a participante respondeu que havia pedido demissão, sem explicitar o motivo, e um/a entrevistado/a não respondeu à pergunta. Os relatos abaixo mostram os impactos das mudanças do mundo laboral:

> *[…]. Trabalhei também na área da construção civil. Depois da passagem do ano, sempre tinha redução de trabalhadores. Sempre botavam para fora um monte de gente* (JUSTINIANO DE SERPA, 2019).

> *Já trabalhei como camareira em uma pousada com o nome Maria da Hora, trabalhava de carteira assinada. Trabalhei também na empresa Jangadeiro, de fiação de tecidos. Teve um corte e me colocaram para fora. Trabalhei em fábrica de castanha, na Caisa* (ANA BILHAR, 2019).

> *[…]. Trabalhei como educador social. Era uma empresa terceirizada que contratava os educadores sociais da Prefeitura de Fortaleza. Prestava serviço para a prefeitura. O salário atrasava. Teve uma vez que atrasou três meses e acabei acumulando dívidas. E ela fechou também* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

Diante do exposto, concluímos que a ofensiva da agenda neoliberal forjou a ampliação do desemprego estrutural, a degradação das condições de vida e trabalho e o desrespeito aos direitos trabalhistas, com contratos temporários que trazem insegurança para a classe trabalhadora. As condições de trabalho e de vida trazem consequências deletérias para a classe profissional. Em termos de Alves (2013, p. 115), “A degradação da pessoa humana é um elemento radical – tornou-se hoje, em pleno século XXI, um traço essencial da dinâmica sociometabólica do capital”. Há uma incompatibilidade do modo de produção capitalista e saúde dos/as trabalhadores/as, o que visualizamos nas respostas dos entrevistados:

> *Com a morte da minha avó, eu tive depressão, aí veio o uso de droga e álcool. Perdi meu emprego, aí fiquei desempregado e tentei suicídio. Fiquei em coma. Tudo devido à morte da minha avó* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

> *Tive dois empregos de carteira assinada. Em uma fábrica de poste, trabalhei um ano e meio, depois em fábrica de carvão. Fui atropelado e demitido e não tive mais condições de trabalhar na fábrica de carvão* (JUVENAL GALENO, 2019).

O dossiê da CUT citado anteriormente, nos apontou que o Ceará está entre os estados com maior número de trabalhadores/as terceirizados/as: São Paulo (30,5%), Ceará (29,7%), Rio de Janeiro (29,0%), Santa Catarina (28,0%) e Espírito Santo (27,1%). No Ceará, como já discutimos, com a agenda neoliberal implementada a partir do governo de Tasso Jereissati, em 1987, o Estado investiu massivamente na sua industrialização, em plena transformação advinda da reestruturação produtiva do Brasil. Nessa perspectiva, sucessivos governadores e prefeitos envidaram esforços políticos e jurídicos e recursos públicos para a

instalação de indústrias, muitas delas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e no interior do estado. Nesse processo, a existência de força de trabalho abundante e barata atraiu as empresas das regiões do Sul e Sudeste para o Ceará.

A agenda de crescimento econômico no Ceará não forjou condições de vida digna para a maioria da população. Ao contrário, o projeto neoliberal reproduziu relações contratuais extremamente precarizadas, salários inferiores em relação aos salários dos estados do Sul e Sudeste e nível de proteção reduzido. A taxa de informalidade do Ceará é a quinta maior do Brasil, atingindo a média de 54,9%, e a terceira do Nordeste, ficando atrás apenas do Piauí, com 59,5%, e do Maranhão, com 60,5%, segundo dados do IBGE.[76] De fato, em todo o Brasil:

> A elevada disponibilidade de mão de obra, resultante da manutenção das estruturas fundiárias concentradas, somada ao perfil da legislação sobre o trabalho no Brasil, cujos parâmetros de proteção social foram instituídos de modo seletivo, fizeram da informalidade e do desemprego realidades que se reproduzem de longa data no país (SANTOS, 2012, p. 195).

Por conta disso, o desenvolvimento capitalista e o crescimento urbano são responsáveis pelas estruturas sociais bastante desiguais, marcadas pelo desemprego, trabalho precarizado e salários baixos, com níveis de fragilização da proteção social. Nessa diretiva, esses traços fundantes da formação social econômica reverberam no empobrecimento da classe trabalhadora, bem como são determinantes para que homens e mulheres passem a ter as ruas como espaços de moradia e permanência. A seguir, iremos nos debruçar sobre as narrativas dos/as entrevistados/as e sobre o mundo do trabalho cotidianamente nos espaços urbanos.

4.3 **“Nós trabalhamos”[77]: trabalho precarizado e informal**

> Sofremos preconceito. Basta andar com mochilas nas costas. Mas a sociedade tem que entender que nós trabalhamos. O dinheiro que é pouco.
>
> *Pinto, diário de campo, 2019*

---

[76] O IBGE considerou trabalhadores/as no setor privado sem carteira assinada, empregados/as domésticos/as sem carteira assinada, empregados/as sem registro formal e trabalhadores/as por conta própria.

[77] Registro do diário de campo (2019).

O campo desta tese mostrou, como em outras pesquisas, que a maioria da população em situação de rua é composta por trabalhadores/as desempregados/as ou que trabalham no mercado informal em condições extremamente precarizadas. Posto isso, trataremos acerca das ocupações, percursos, rendimentos, dificuldades, barreiras e violações vivenciados pelos/as entrevistados/as nos diversos espaços urbanos das cidades de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia.

Na realidade, o trabalho informal tem sido, para muitos/as trabalhadores/as, a única forma de auferir alguma renda para o seu próprio sustento e o de suas famílias. Para o IBGE (2020), entre janeiro e março de 2020, havia aproximadamente 27,6 milhões de pessoas subutilizadas[78] por insuficiência de horas trabalhadas, que exercem trabalhos precários e informais, sem renda fixa e sem uma rotina sistemática, as quais seguramente vivem em condições precarizadas. Nesta fileira estão jovens, homens, mulheres e idosos/as sem perspectivas de trabalho protegido e uma vida digna; trabalhadores/as totalmente desprotegidos/as do ponto de vista dos direitos previdenciários e trabalhistas. Recorrendo novamente a Antunes (2011, p. 407):

> Trata-se, portanto, de uma destrutividade que se expressa intensamente quando descarta, tornando ainda mais supérflua, parcela significativa da força mundial de trabalho, onde milhões encontram-se realizando trabalhos parciais, precarizados, na informalidade ou desempregados. […]. A eclosão generalizada do desemprego estrutural em escala transnacional é a expressão-limite mais aguda e trágica dessa destrutividade presente no mundo do trabalho.

O trabalho informal e o precarizado surgem como uma particularidade na formação social e econômica brasileira como central na reprodução das desigualdades sociais sob a intervenção estatal comprometida com a ampliação dos lucros do capital. A submissão do/a trabalhador/a ao trabalho precarizado garantiu um processo de acumulação de capital em que a pobreza estruturante persiste até os dias atuais. Em outras palavras, para Antunes (2011, p. 417):

> [...] enormes contingentes de assalariados que não têm mais possibilidade real de serem incorporados e absorvidos pelo capital e que se somam às fileiras do bolsão de desempregados. Que, entretanto, cumprem papel ativo no ciclo de valorização do valor, em especial pela criação de um enorme excedente de força de trabalho que subvaloriza quem se mantém no universo do trabalho assalariado.

Com isso, um enorme contingente de trabalhadores/as acaba tendo as ruas como espaços de moradia e sustento. Nos espaços urbanos, homens e mulheres vivenciam o trabalho informal como a única forma de obter renda. Nesse universo, homens e mulheres sentem na pele a ausência de possibilidades de construir

[78] São pessoas desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas.

projetos de vida para além das ruas nas cidades. A pesquisa nacional de 2009 apontou que 70,9% dos/as entrevistados/as trabalhavam e/ou exerciam alguma atividade remunerada.

Nesta pesquisa, dos/as 28 entrevistados/as, apenas três responderam que não trabalhavam no período da pesquisa e um/a disse que realizava a mendicância como única forma de acesso à renda. Quanto à ocupação, todos/as responderam que trabalhavam no setor informal, como: artesão/ã (4), flanelinha (7), catador/a de materiais recicláveis (5), servente e pintura (3), ajudante (2), vendedor/a de água (2), serviços domésticos (1), sapateiro/a (1) e artista de rua (1). Identificamos que as ocupações eram realizadas simultaneamente, como exposto abaixo:

> *Sou sapateiro, pintor, pedreiro, tudo eu gosto de fazer. Eu ajudo um amigo em uma oficina de calçados quando ele precisa. Às vezes, ele me chama para fazer algum serviço, aí passo o dia lá trabalhando [...]* (PATATIVA DO ASSARÉ, 2019).

> *Trabalho em casa de família; eu gosto de limpeza. Já cuidei de criança. Eu faço tudo que me pedem. Lavar roupa, faxina. Eu trabalhava vendendo água; tinha meu isopor e comprava gelo. Vendíamos água. Começamos de manhã até a noite, até acabar. Vendíamos na Praça do Ferreira. E tirava o almoço e o jantar, e ainda ficavam R$ 20,00* (ANA BILHAR, 2019).

> *Faço diversas coisas: vendedor de revista, poeta, educador social, artista de rua, enquanto que não arranjo algo com renda fixa. Trabalho vendendo a revista Mandacaru, produzida pelo Instituto Compartilha,*[79] *que custa R$ 5,00. Essa é a primeira edição, mas estamos trabalhando na segunda edição. Quando eu trabalho como artista, eu passo o chapéu. Depende, às vezes, eu ganho R$ 30,00, R$ 50,00 ou R$ 100,00, depende do local que eu vou. Fiz atividade no Centro Pop de Maracanaú. Vou trabalhar na Bienal do Livro. Quando as entidades fazem capacitação com jovens, aí me encaixam na programação; ganho um cachê. Também tem a entidade do Pequeno Nazareno, me inclui nas atividades, eu ganho. Eu não cobro; a galera que disponibiliza e tem o bom senso de me pagar. A galera sabe que não tenho renda fixa* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

O trabalho como artista de rua tem como objetivo dialogar acerca da realidade da população em situação de rua junto à sociedade por meio do teatro e intervenções artísticas. Ainda tem sido fundamental na valorização da autoestima e construção da autonomia e organização política da população em situação de rua em torno de suas demandas.

Para uma análise mais minuciosa acerca das manifestações e das formas de trabalho da população em situação de rua, debruçamo-nos no cotidiano das entrevistadas em que identificamos três ocupações realizadas de forma sistemática, a saber: os trabalhos de flanelinhas ou vigias de carros, de catadores/as de materiais recicláveis e de artesãos/ãs.

---

[79] O Instituto Compartilha é uma Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que tem por principal objetivo a prestação de serviços à saúde. Ver mais informações em: https://www.facebook.com/institutocompartilha/. Acesso em: 20 out. 2020.

4.3.1 Flanelinhas e vigias de carros

É quase impossível circularmos pelas ruas sem percebermos a presença de flanelinhas ou guardadores/as de carros abordando as pessoas para vigiar os veículos ou nos semáforos para limpar os para-brisas dos automóveis nos grandes centros urbanos do Brasil. A Figura 4 é uma imagem extremamente presente nas cidades de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, com papelões no banco de praças.

Figura 4 – Flanelinhas e vigia de carros em uma praça de Maracanaú

Fonte: A AUTORA, 2015.

A Figura 4 traz uma cena que retrata o cotidiano de homens, mulheres e crianças que trabalham como flanelinhas ou vigias de carros como uma das estratégias de acesso a alguma renda. Dos/as 28 entrevistados/as, 07 responderam que são flanelinhas há muito tempo, sendo esta a principal ocupação que lhes possibilita acesso à renda. Os recortes a seguir mostram um pouco do cotidiano dos/as flanelinhas:

> *Fico em frente ao Banco do Brasil e no Banco Santander. É o Centro de Caucaia; é bom para você trabalhar. Fico limpando os para-brisas de carros e vendendo água aqui na Caucaia. Eu acordo de manhã, vou no mercado, escovo meus dentes e lavo o rosto. Venho às 8 horas tomar café aqui* [Centro Pop] *e saio para trabalhar* (TABAJARAS, 2019).

> *Fico na Praça do Mercado ou na Praça da Matriz. Fico durante o dia e a noite com o meu marido. Ficamos somente aqui em Caucaia. Vigiamos as motos. Ficamos de flanelinha olhando as motos. Eu e meu marido ficamos à tarde porque pela manhã já tem outra pessoa. Eu e meu marido trabalhamos juntos. O dia que mais ganhamos foi quando uma vez eu e ele ficamos de 10 horas até as 18 horas: ganhamos R$ 80,00* (RACHEL DE QUEIROZ, 2020).

A presença desses/as trabalhadores/as nas ruas faz parte do cenário dos grandes centros urbanos como uma das estratégias de acesso à renda. A pesquisa nacional de 2019 já revelava que 14,1% dos/as entrevistados/as trabalhavam tendo a atividade de flanelinha como principal forma de acesso à renda.

Nesta pesquisa, todos/as os/as entrevistados/as que exercem o trabalho como flanelinhas ou vigias de carros já o fazem há mais de um ano. Dessa forma, acabam construindo uma identidade com o local, constroem redes de solidariedade e de confiança entre os/as moradores/as, os/as comerciantes e os/as transeuntes nas áreas em que costumeiramente ficam, conforme nos mostra Lauro Maia (2019):

> *E só fico na Gentilândia* [praça]*; há 28 anos só nessa praça. Sou flanelinha desde criança. Todo mundo me conhece aqui. As amizades das pessoas. Aqui ninguém rouba […]. Me sinto bem aqui. Para mim, aqui é igual a uma família. Eu também lavo carro. Eu sou muito respeitador*.

É notório em todos os relatos que a rotina de trabalho se dá em torno da movimentação nos lugares em vias públicas, portanto sem um horário fixo. Outra questão relatada é a renda insuficiente, que não garante minimamente o sustento, tampouco provê um aluguel. Segundo os/as entrevistados/as, por não possuírem uma renda fixa e consequentemente não terem um comprovante de renda, é impossível pensar em alugar uma moradia. A seguir, os relatos tratam sobre essa questão:

> Eu trabalho como vigia de carro no Centro Fashion a partir das 5 horas da tarde. Trabalho todos os dias: terça, quarta, quinta e sexta; sábado é o dia que eu ganho mais; é o dia de maior movimento. A partir das 17 horas até as 21 horas e 30 minutos. Por dia, eu ganho até no máximo R$ 80,00 (SILVA JATAHY, 2019).
>
> Trabalho todos os dias. Desde de manhã até as 10 horas da noite. Não sei quanto gasto, porque gasto muito também com comida. Tem dia que ganho pouco. Eu gosto de pagar a comida que eu como. Era para ter um sindicato dos flanelinhas. Somos muitos, é uma profissão. Muitos trabalham para sustentar a família (LAURO MAIA, 2019).
>
> Minha profissão é mecânico, mas já tirei muito carro do prego. Hoje sou flanelinha. Tem dia que não ganho nenhum real. Tem dia que ganho uns R$ 20,00. Ganhava melhor quando eu vendia água; vendendo água aqui na Caucaia (TABAJARAS, 2019).
>
> Vigio carros no Feira Center, aqui em Maracanaú. Vou almoçar no Restaurante Popular e de lá fico pela praça do banco. Fico pela manhã até meio-dia. No Feira Center é fraco à tarde, mas tem dias que ainda volta à tarde. Ganho R$ 50,00 por semana (BARBOSA DE FREITAS, 2019).
>
> Fico de flanelinha olhando as motos. Eu e meu marido ficamos à tarde, porque pela manhã já tem outra pessoa. Esse ponto é de uma pessoa; às vezes, pago R$ 10,00, R$ 20,00, depende do dia. O dia que mais ganhamos foi quando uma vez eu e ele ficamos de 10 horas da manhã até as 18 horas: ganhamos R$ 80,00 (RACHEL DE QUEIROZ, 2020).

No tocante à renda, os/as flanelinhas citam que é dinâmica, dependendo das movimentações em determinados períodos e espaços, principalmente em datas comemorativas que movimentam o setor de comércio e serviços. Em Maracanaú e Caucaia, o campo empírico da pesquisa indicou que os/as flanelinhas ficam nas proximidades de bancos, restaurantes, mercados, *shoppings*, hospitais e centros comerciais devido ao maior número de aglomeração de carros e pessoas. Além desses locais, em Fortaleza os/as flanelinhas ficam nas proximidades de casas de espetáculos, museus, cinemas, teatros, restaurantes e avenidas de grande fluxo.

A atividade de flanelinha é uma das alternativas para trabalhadores/as desempregados/as no acesso à renda e o sustento nos grandes centros urbanos. A baixa escolaridade dificulta o acesso ao trabalho formal, como explanamos em diversos momentos desta tese, em especial na caracterização dos/as entrevistados/as. É contumaz nos depoimentos dos/as participantes que a renda deles é insuficiente, conforme aponta Barbosa de Freitas (2019): "*Eu só ganho R$ 50,00 por semana; é para comer no fim de semana*". Vale relembrar que as instituições que prestam serviços ou ações para a população em situação de rua são fechadas aos fins de semana. Assim, o acesso à alimentação aos finais de semana surge como a maior preocupação para os/as entrevistados/as na nossa pesquisa.

A entrevistada Rachel de Queiroz trata das dificuldades de exercer a atividade por conta que a Prefeitura de Caucaia implantou a forma de cobrança denominada Zona Azul,[80] que autoriza o uso da vaga pelo período máximo de duas horas em vias públicas, ao custo de R$ 2,25 a hora. Ela expõe a impossibilidade de trabalhar como vendedora do bilhete de Zona Azul em face da ausência de comprovante de endereço:

> *Agora ficou mais difícil trabalhar como flanelinha. E a gente não pode vender Zona Azul porque não temos comprovante de endereço. A prefeitura colocou Zona Azul, ficou mais difícil para a gente. Todo lugar é Zona Azul. Só o que tinha para a gente fazer aqui era vigiar os carros. A gente poderia trabalhar na Zona Azul também, fazer o cadastro da gente, e a gente não pode vender Zona Azul porque não temos comprovante de endereço* (RACHEL DE QUEIROZ, 2020).

A entrevistada se mostrou preocupada com a implantação dessa forma de cobrança de estacionamento, uma vez que o trabalho como flanelinha é uma das

[80] Segundo a entrevistada, a Zona Azul foi implantada em agosto de 2019 em Caucaia. Consiste em uma cobrança de tarifa instituída pela prefeitura para estacionar em áreas públicas.

poucas possibilidades de a população em situação de rua ter acesso à renda. Tabajaras (2020) corrobora tal fato:

> *A prefeitura daqui colocou a Zona Azul e prejudicou muito os flanelinhas, como eu. Os donos de carros não querem pagar mais. É disso que os moradores de rua tiravam o seu sustento. Estamos deixando de ganhar o dinheiro. Sem isso, muitos podem roubar. Não podemos vender o bilhete de Zona Azul porque não temos a maquininha; sem condições. Veja, em Minas Gerais é diferente: o flanelinha pode vender para o dono dos carros. Aqui, em um estado rico, poderia criar forma, e não dificultar a vida do morador de rua*.

Em Fortaleza, a prefeitura também implantou a modalidade Zona Azul, mas não trouxe tantos impactos para a população em situação de rua que trabalha como flanelinha, tendo em vista a dimensão territorial da capital, além do fluxo de veículos. Em Maracanaú, ainda não existe essa forma de cobrança de estacionamento em via pública pela prefeitura.

No Brasil, a profissão de flanelinha foi criada pela Lei Federal nº 6.242/1975 e regulamentada dois anos depois pelo Decreto nº 79.797/1977. No entanto, são quase inexistentes legislações municipais que regulamentem as atividades de flanelinhas nas cidades. Mesmo com a existência da referida legislação, que determina, no seu artigo 1º, que o exercício da atividade de flanelinha depende de registro na Delegacia Regional do Trabalho nos estados, nas cidades da nossa pesquisa não identificamos a realização de cadastro, portanto também inexistem dados oficiais do número desses/as trabalhadores/as.

O diário de campo desta tese nos mostrou a incidência de conflitos entre os/as flanelinhas e a sociedade. Entretanto, pelo diário de campo, sabemos que são muito presentes a criminalização e a desqualificação do trabalho informal nos espaços públicos por parte da sociedade e pelo poder público. Os/As flanelinhas são associados/as à criminalidade e aos furtos de veículos, o que demonstra a estigmatização e discriminação por eles/as sofridas por serem vistos/as como ameaças à vida e à propriedade privada. Barbosa de Freitas (2019) ressaltam uma alternativa: "*Deveria ter um cadastro. Se a gente tivesse um cadastro, seria muito melhor. Uma proteção, uma farda que nos identificasse, porque a gente tá ali porque precisa*". Outra dificuldade diz respeito ao adoecimento: "*Quando fico doente, fico sem trabalhar e nas ruas, ficando totalmente sem acesso à renda*" (RACHEL DE QUEIROZ, 2019).

Durante as entrevistas, identificamos a demarcação de territórios pelos/as flanelinhas nos espaços urbanos, conforme relatam:

> *Mas só ficamos quando o dono do ponto não quer ficar à tarde. Ele é muito antigo lá, já é um senhor. Pela manhã, às vezes, eu e meu marido ajuda a desmontar a barraca da feira* (RACHEL DE QUEIROZ, 2020).
>
> *Eu tenho gente que trabalha comigo. Eu pego muito carro para lavar, aí passo para uma pessoa; é R$ 10, então R$ 5,00 é meu e R$ 5,00 é dele. Isso não dá confusão* (LAURO MAIA, 2019).
> *No início, eu trabalhava para um cara. Tudo que eu ganhava metade era dele. O espaço era dele. Hoje tenho meu espaço; tudo que eu ganho é meu. Então hoje tenho meu espaço. Mais ou menos 20 carros* (SILVA JATAHY, 2019).
>
> *Lavo carro e fico vigiando carro. Passo água e sabão. Fico na Praça do Liceu. Ganho R$ 20,00 e dou a comissão do dono do espaço da praça; dou R$ 5,00, porque a vaga é dele. Trabalho na vaga. Fico vigiando carros no estacionamento perto da igreja* (TIGIPIÓ, 2019).

As demarcações dos espaços e semáforos estão intimamente relacionadas à concorrência entre esses/as trabalhadores/as, que se ampliam com o desemprego crescente. No entanto, não podemos deixar de comentar sobre as relações de poder que emergem nos espaços urbanos entre a população em situação de rua. As relações de poder estão espraiadas por toda a sociedade, marcada por uma formação social, econômica e cultural que se pauta pela hierarquia e mandonismo. O respeito à demarcação dos territórios é resultado de imposição, medo ou outras formas de violência entre os/as próprios/as flanelinhas, bem como uma forma de respeitar regras e evitar conflitos. A rotina sistemática da atividade é uma forma de assegurar a demarcação do território.

Nessa sociedade, marcada por tantas contradições, esses/as trabalhadores/as têm na atividade de flanelinha ou vigia de carros uma das possibilidades de acesso à renda, sem acesso ao sistema de proteção da previdência social e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), expostos/as ao sol, chuva e violência nas cidades.

4.3.2 Catadores/as nas ruas

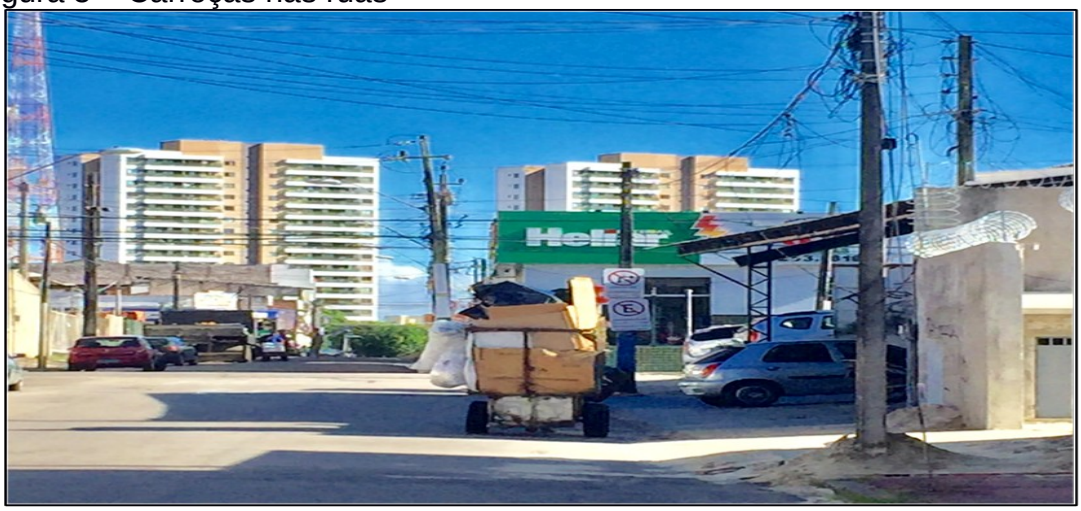
O trabalho de catação de materiais recicláveis é parte constituinte da cadeia produtiva da reciclagem, envolvendo quase 1 milhão de catadores/as de resíduos em todo o Brasil, conforme o Anuário da Reciclagem de 2020.[81] O levantamento da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2008)[82] aponta que há pouco mais de 70 mil catadores/as de recicláveis nas áreas urbanas do país

[81] O anuário da reciclagem foi elaborado pela Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT) e a Pragma Soluções Sustentáveis. O Anuário apresenta dados sobre as organizações de catadores no país, o volume, os tipos de materiais recicláveis aproveitados, a renda média de seus associados, o faturamento anual das organizações e outros dados importantes por regiões, estados e cidades. Ver na íntegra: https://ancat.org.br/anuario-da-reciclagem-2020/

registrados/as pelas prefeituras municipais. De acordo com dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), existem 141.635 famílias de catadores/as de materiais recicláveis cadastradas no Cadúnico e 104.593 beneficiadas no Programa Bolsa Família (PBF). Já o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis[83] calcula a existência de mais de 800 mil catadores/as em todo o Brasil, embora somente 100 mil pertençam às cooperativas. Na realidade, é inexistente uma estatística mais precisa acerca de catadores/as de materiais recicláveis. Acreditamos que a dificuldade de obter dados oficiais se dá pelo fato de esses/as trabalhadores/as estarem predominantemente no mercado informal.

O Panorama dos Resíduos Sólidos de 2018/2019, produzido pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública, indica que em 2018 foram geradas 79 milhões de toneladas de materiais recicláveis em todo o Brasil. Desse total, 92% foram coletadas de forma correta e quase a maioria dos 8% restantes (6,3 milhões de toneladas) não foi coletada corretamente, das quais 40% advindas de lixões ou aterros, com total ausência de medidas necessárias para garantir a integridade do meio ambiente e da população. Essa é a realidade de 3.000 municípios dos mais de 5.500 municípios do país. É também nesses municípios que é comum presenciarmos indivíduos percorrendo as ruas com enormes sacos nas costas ou empurrando carroças, como na Figura 5.

Figura 5 – Carroças nas ruas



Fonte: A AUTORA, 2020.

[82] Essa pesquisa investiga as condições do saneamento no Brasil junto às prefeituras municipais e empresas contratadas para esses serviços em todos os municípios do país. É realizada a partir das informações repassadas pelas prefeituras municipais, considerando catadores/as com até 14 anos de idade e com mais de 14 anos de idade nas grandes regiões e unidades da federação.

[83] O movimento foi fundado em junho de 2001, no 1º Congresso Nacional de Catadores/as de Materiais Recicláveis, em Brasília. O evento reuniu mais de 1.700 catadores/as de todo o Brasil e lançou a Carta de Brasília, em que expressa suas reivindicações.

No presente trabalho, cinco entrevistados/as trabalham sistematicamente como catadores/as de materiais recicláveis nas ruas das três cidades pesquisadas, os/as quais nos aproximaram, por meio de seus relatos, da realidade do trabalho que envolve o circuito da reciclagem de materiais recicláveis. A catação é uma das principais ocupações entre a população em situação de rua em diversas pesquisas. Para o representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Ceará (MNPR/CE, 2019), "*A maioria dos moradores de rua trabalha como catador*". A pesquisa nacional de 2009 apontou que 27,5% dos/as entrevistados/as eram catadores/as de materiais recicláveis. Podemos concluir que a catação de materiais recicláveis é uma das principais ocupações entre a população em situação de rua no campo empírico da pesquisa, mas precisamos nos deter em estudos mais aprofundados.

A cadeia produtiva da reciclagem movimenta um faturamento na ordem de R$ 10 bilhões em torno da coleta, triagem e processamento dos materiais somente nas indústrias recicladoras, conforme dados da associação Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre).[84] Os/As catadores/as constituem a base da cadeia produtiva da reciclagem, à medida que cerca de 90% de todo o material são coletados por esses/as trabalhadores/as, sendo os/as maiores responsáveis pela redução dos impactos ambientais causados pelo lixo nas cidades (CEMPRE, 2014). Esses dados nos revelam a tamanha desigualdade entre os lucros do setor empresarial e as condições de trabalho e de vida dos/as catadores/as no Brasil. Essa relação merece estudos futuros, sendo impossível realizá-la nesta pesquisa.

Em todo o Ceará, existem 1.189 catadores/as nas áreas urbanas, com idade igual ou superior a 14 anos (IBGE, 2008). O levantamento da Cempre em 2018 mostrou no Ceará a existência de 21 municípios que adotam a coleta seletiva, entre eles Maracanaú e Fortaleza, que compõem o campo empírico da pesquisa. Identificamos em Caucaia e Fortaleza a existência de Postos de Entrega Voluntária itinerante de material reciclável.

Em consulta ao sítio virtual da Sagi, constatamos que Fortaleza possui 2.565 famílias cadastradas e 2.227 beneficiárias do PBF que se declararam catadores/as – dados consultados em maio de 2020. Na cidade de Caucaia, existem 449 famílias cadastradas e 393 beneficiárias do PBF. Em Maracanaú, 388 famílias pertencem ao Cadúnico e 310 beneficiárias do PBF. Essas famílias e indivíduos

[84] Associação sem fins lucrativos dedicada à promoção da reciclagem dentro do conceito de gerenciamento integrado do lixo, tendo sido criada em 1992. É mantida por empresas privadas de diversos setores.

são catadores/as de resíduos sólidos, não necessariamente pessoas em situação de rua. Inclusive, o representante do MNPR/CE (2019) chama a atenção para o seguinte fato: "*O catador não gosta quando é confundido com morador de rua. Ele se considera uma classe e o morador de rua é outra*". Sobre essa distinção, vejamos nas palavras do entrevistado José de Alencar (2019):

> Os catadores se acham um grupo. Os moradores de rua se acham outra classe. Tem catador que não se mistura com os moradores de rua que são catadores. Os catadores acham que a luta é só deles. Na realidade, é uma luta só. As pessoas não compreendem que estamos na mesma luta. Nos dividimos, perdemos a força.

Não tivemos contato com catadores/as que residem em moradias, mas os estudos de Montenegro (2017, p. 40-41) mostram as suas condições de vida e moradia:

> Conheci, ainda, a casa onde mãe e filho que acompanhei nas ruas […]. Observar as condições de reprodução da vida desses sujeitos e as características de seu trabalho permitiu-me perceber a dupla dimensão da vulnerabilidade sofrida pelos trabalhadores do lixo: por um lado, desenvolvem uma atividade de risco sem qualquer espécie de proteção legal ou social (esfera da produção), por outro, vivem em péssimas condições de moradia (esfera da reprodução), em regiões da cidade desassistidas pelo poder público, privados de estruturas básicas, como espaços de lazer, creches e escolas para os filhos, posto de saúde, boas condições de higiene das ruas e logradouros do entorno onde vivem, obrigando-os a conviver com a violência, com as doenças, com o abandono.

O documento Panorama dos Resíduos Sólidos do Ceará, realizado pelo Governo do estado em 2015, aponta que, dos 184 municípios, 123 contam com a presença de catadores/as de materiais recicláveis nos locais de disposição final dos resíduos e 61 não possuem catadores/as ou as prefeituras não informaram. Desse número, destacamos que, em Fortaleza, a prefeitura identificou 5.367 catadores/as nas ruas e nos arredores do aterro sanitário em parceria com a cidade de Caucaia. Fortaleza possui diversas organizações de catadores/as de materiais recicláveis. Em Maracanaú, há a existência de 50 catadores/as nos arredores do aterro sanitário, além de uma cooperativa. Na cidade de Caucaia, a prefeitura identificou 80 catadores/as somente nas ruas, não havendo organização de catadores/as. As três cidades contam com unidades de tratamento por incineração.

Postas essas considerações, tem sido um enorme desafio a materialização da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que propõe, de forma ordenada, a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos em todos os municípios. Vale ressaltar que o gerenciamento dos materiais recicláveis é de responsabilidade de cada gestor municipal por meio de suas

legislações. A PNRS tem o intuito de dar respostas aos problemas ambientais e econômicos decorrentes do trato inadequado do lixo. Nesse sentido, os estados e municípios devem ter um compromisso com o manejo dos resíduos sólidos com a seriedade que merecem, tendo em vista que vivenciamos o aumento entre a produção e o consumo. Somente em 2002, a ocupação “catador/a de resíduos sólidos” foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações, sob o código 5192-05, sendo esse/a profissional responsável por catar, selecionar e vender diversos tipos de materiais que podem ser reaproveitados como matéria-prima (papel, papelão, garrafas de refrigerantes, vidros, materiais de alumínio e outros) na fabricação de novos produtos.

A lógica entre a produção e o consumo, pautada na redução do tempo do uso das mercadorias, a redução da vida útil das mercadoras e a necessidade de agilizar o ciclo reprodutivo têm gerado enormes desperdícios, legitimando uma produção destrutiva em relação ao meio ambiente. De fato, a obsolescência programada e a redução na taxa de utilidade das mercadorias se tornam uma das saídas para a acumulação de capital. Com isso, a ampliação de materiais recicláveis traz severos prejuízos ao meio ambiente e à saúde da população. Mészáros (2011, p. 640) vislumbra que:

> Ao mesmo tempo em que consomem destrutivamente, na sua produção, imensos recursos materiais e humanos, os produtos resultantes desse processo podem juntar-se às montanhas de mercadorias ‘consumidas’ já no momento em que atravessam os portões das fábricas.

Assim, a aceleração do consumo e a exploração desmedida dos recursos naturais têm causado a produção desenfreada de lixo, a contaminação dos rios, lagoas, praias e lençóis freáticos, a aceleração do aquecimento global e as consequentes mudanças climáticas, mostrando a face destrutiva do capitalismo. Em síntese, o capitalismo na atualidade atua de forma extremamente destrutiva em relação à força de trabalho e ao meio ambiente. A expansão da produção e do consumo em escala mundial tem contribuído para o aumento da poluição ambiental. Para Mészáros (2011, p. 988), “O fato de que o capitalismo lida dessa forma – ou seja, a seu modo – com a ecologia não deveria provocar a mínima surpresa: seria quase um milagre isso não ocorrer”. O potencial destrutivo é imanente à natureza do capital.

Na atualidade, os materiais recicláveis são transformados em novas mercadorias, garantindo a ampliação de lucro de empresas sem nenhum compromisso trabalhista e previdenciário com os/as catadores/as. Inseridos/as na cadeia produtiva, encontramos os/as catadores/as de materiais recicláveis

praticamente em todas as cidades brasileiras. Em idas e vindas às três cidades em que realizamos as entrevistas, identificamos que tais trabalhadores/as carregam sacos pesados nas costas ou empurrando carros. É comum também identificarmos homens, mulheres, crianças e adolescentes manuseando sem nenhuma proteção os sacos acondicionados pelos/as moradores/as e proprietários/as de comércios nas calçadas. Também podemos identificá-los/as coletando diretamente nos arredores dos aterros sanitários. Em todas as situações, esses/as trabalhadores/as têm nos materiais recicláveis um trabalho precarizado e insalubre, sendo essa a sua única fonte de renda.

Os/As catadores/as de materiais recicláveis, por meio da catação e da separação, estão inseridos/as no circuito da reprodução de capital à medida que coletam a matéria-prima para novas mercadorias. Nesse circuito, as indústrias acumulam capital por meio da exploração dessa força de trabalho e sem custos com o manejo dos resíduos sólidos coletados dos sacos e latas de lixos nas ruas, como ressalta o representante do MNPR/CE (2020): "*[…] fazemos parte da sociedade e do poder público. Estamos limpando as ruas. O lixo é um problema social*".

O capitalismo se relaciona com o meio ambiente de forma destrutiva com o único impulso de maximização dos lucros. A relação entre produção e consumo das mercadorias tem colocado em xeque a vida do planeta. A quantidade astronômica de desperdício gera enormes quantidades de lixo, tornando-se uma ameaça à vida do planeta, conforme aponta Mészáros (2011, p. 684):

> Além do mais, uma vez que a taxa de utilização decrescente abre novas possibilidades para a expansão do capital, ela adquire um papel muito especial no processo de realização do capitalismo 'avançado'. Em primeiro lugar, em virtude da sua capacidade de lidar com as pressões emergentes da interação entre produção e consumo, provocadas pelos limites restritivos dos contornos dados da circulação, ela funciona como meio insubstituível para realizar a necessária reprodução em escala ampliada, ao mesmo tempo em que contém artificialmente a tendência para aumentar o próprio círculo de consumo.

O trabalho dos/as catadores/as de materiais recicláveis é imensamente lucrativo para as indústrias de transformações. A acumulação de capital só é possível com a exploração avassaladora da força de trabalho desses indivíduos, que, por outro lado, gera pobreza. Conforme Fontes (2010, p. 45), "as expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista [...]". O capitalismo tem como base de

sustentação a expropriação dos direitos da classe trabalhadora e a apropriação dos recursos naturais de forma destrutiva.

O trabalho dos/as catadores/as é absorvido pelo capital sem nenhum vínculo empregatício com os/as proprietários/as de depósitos e galpões responsáveis pela guarda e separação dos resíduos sólidos e também com as fábricas que têm no material coletado a matéria-prima utilizada na produção de novas mercadorias, que sugam o trabalho não pago desses/as trabalhadores/as. A mediação da compra e venda dos materiais recicláveis é efetivada entre os/as catadores/as e os/as denominados/as *deposeiros/as*, donos/as ou trabalhadores/as de galpões destinados à venda e guarda do material coletado. Sobre os/as *deposeiros/as*, os/as entrevistam denunciam:

> *Eu cato as latinhas à noite O deposeiro fica com a maior parte do lucro em relação aos catadores. Na realidade, funciona como um cartel. Esses deposeiros se aproveitam da gente. Ficamos com o trabalho mais pesado. Mas é muita gente que precisa, então ficamos submetidos* (REPRESENTANTE DO MNPR/CE, 2020).

> *O dono do depósito cede o carro, tipo uma geladeira, para a gente resgatar as mercadorias. Passa o dia trabalhando e à noite ele pesa e paga. Cada produto tem uma classificação: cobre, plástico, papel. Depende do produto e da variedade. A gente recebe por quilo. O quilo é 5 centavos. O quilo do plástico é 40 centavos. Esse depósito é particular; é de uma mulher. Paga muito péssimo* (BARÃO DE STUDART, 2019).

Dos relatos obtidos nas 28 entrevistas, podemos constatar o valor da renda auferida pelos/as catadores/as com a venda aos/às proprietários/as dos depósitos, e estes com as indústrias que são invisibilizadas na cadeia produtiva de transformação dos resíduos sólidos em novas mercadorias para o mercado consumidor. No entanto, as indústrias são as que mais lucram às custas da exploração da força de trabalho dos/as catadores/as e trabalhadores/as dos depósitos. Extraímos trechos das entrevistas que desvelam o cotidiano desse trabalho:

> *Acordo cedo e cato latinha até as 10 da manhã. Dou uma parada. Descanso depois do almoço, aí volto a catar latinha. Coleto aqui mesmo na Caucaia. Não cato na praia. Lá já tem muita gente, tem muita latinha na praia. Já me cortei, sim. Faz um tempo. Cortei meu dedo* (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019).

> *Começo às 5 da manhã e vou até as 3 da tarde. Trabalhava à noite, mas é ruim demais, principalmente no inverno. Trabalhei mais de 30 anos com reciclagem. Quando eu comecei a trabalhar, era um carro de madeira que papai fez, nem chamava de reciclagem. Catava vidro quebrado, coisas de alumínio; plástico quase não existia* (BARÃO DE STUDART, 2019).

> *Trabalho com reciclagem de latinha. Passo o dia todo: começo de dia e vou até a noite, até aguentar, principalmente a minha esposa. Trabalhamos juntos aqui em Caucaia. Não faço mais catação na praia, não tenho dinheiro*

> *da passagem. E lá é muito concorrido, até criança tem* (JUVENAL GALENO, 2019).
>
> *Um quilo de latinhas é R$ 1,50. Para fazer um quilo, é preciso 70 latas. Para ganhar R$ 10,00, temos que catar 700 latas. Papelão é mais barato ainda. O que é mais valorizado é latinha por causa do alumínio. É muita exploração. O capital especula, e assim a pobreza existe. Eu leio Marx e Lenin* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

Nas suas próprias palavras, os/as entrevistados/as detalham a exaustiva jornada de trabalho realizada a pé, carregando um peso enorme, do carro e dos materiais colhidos, durante o dia todo, sob o sol escaldante ou no período noturno, estendendo-se por toda a madrugada, de onde retiram uma baixa renda. No período do inverno, os desafios são enormes por conta do lixo molhado. "*Eu trabalho todos os dias, menos quando chove, aí eu peço dinheiro nas casas também"* (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019). A extensa jornada de trabalho é uma forma de coletar mais material e obter uma renda melhor.

A jornada de trabalho ainda é repleta de medo e insegurança, principalmente no período noturno, como expõem as entrevistadas Bárbara de Alencar (2019) e Ana Bilhar (2019), respectivamente: "*Eu trabalho com reciclagem. Eu tinha um carro, mas roubaram. Agora coloco no saco e vendo por cinco reais*"; "*Eu trabalho com reciclagem. Eu tinha um carro, mas roubaram. A gente amassa a latinha e coloca no saco. Trabalhamos em todo canto*".

Em todos os relatos, os/as entrevistados/as socializam que trabalham mais de dez anos como catadores/as e possuírem baixa escolaridade. Dos/as entrevistados/as, 04 afirmaram que haviam trabalhado com carteira profissional assinada, tendo a catação se tornado uma forma de acesso à renda em face do desemprego. O interlocutor Irapuã (2019) havia trabalhado apenas uma única vez com a carteira profissional assinada: *"Trabalhei apenas uma vez de carteira assinada e há mais de 30 anos que trabalho com reciclagem*".

A precariedade do trabalho e a baixa renda obtida não permitem que esses/as trabalhadores/as aluguem um imóvel: "*O trabalho é avulso. É difícil alugar algo com esse dinheiro. O dono de lá* [depósito] *não ajuda ninguém*" (IRAPUÃ, 2019). Segundo Barão de Studart (2020), é recorrente a presença de crianças e adolescentes nos depósitos trabalhando com a catação: "*Até crianças têm lá. Elas carregam peso, são todos pequenos. Ele coloca criança para carregar peso. Quando eu falava: 'Não faça isso com os bichinhos!'. Ele respondia: 'Eles comem! Melhor trabalhar para não crescerem vagabundos'*".

Há uma subordinação entre *deposeiros/as*, sucateiros/as ou atravessadores/as, donos/as ou trabalhadores/as dos depósitos que negociam a compra do

material coletado. Os/As *deposeiros/as* se aproveitam e exploram os/as catadores/as: "*O valor que eles pagam é muito pouco*" (JOSÉ DE ALENCAR, 2019). Outros relatos mostram a relação dos/as proprietários/as dos depósitos e os/as catadores/as:

> *A gente amassa a latinha e coloca no saco. Trabalhamos em todo canto. Um saco cheinho dá R$ 5,00 ou R$ 8,00, e aí vendo no depósito. Às vezes, só consigo R$ 2,00. É pouco, mas é melhor do que tá sem nada. Dá para tomar um café* (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019).

> *O dinheiro eu comprava arroz e feijão. Não tinha conta certo, era R$ 15,00, R$ 20,00, R$ 30,00, R$ 40,00. Eu tirava do lixo; me cortei muitas vezes. Eu pegava numa sacola e, às vezes, tinha vidro quebrado. Depois que fiquei doente, saí de lá* (IRAPUÃ, 2019).

O primeiro relato acima traz a organização no tocante ao valor de cada resíduo sólido pelos/as proprietários/as dos depósitos de acordo com a disponibilidade do material coletado nas ruas e o seu valor para o setor industrial. Todas as exposições corroboram com a afirmativa de que, ao considerarmos o tempo da jornada de trabalho e a quantia auferida pelos/as entrevistados/as, a catação de resíduos sólidos tem a marca da superexploração dessa força de trabalho. É uma demonstração nítida de que o capitalismo não tem limites para a exploração de trabalhadores/as. A renda auferida com a catação é usada praticamente no acesso à alimentação por todos/as os/as entrevistados/as, principalmente para os finais de semana, quando instituições que prestam atendimentos estão fechadas. A exploração de trabalhadores/as é o eixo central do sistema econômico da sociedade capitalista.

Os/As proprietários/as de depósitos também alugam carroças para catadores/as que não as possuem, aumentando, assim, a subordinação. A propriedade da carroça está associada à possibilidade de obter uma renda maior.

> *Quem tem carroça, ganha mais dinheiro. Tem gente que tem sua própria carroça, e tem outros que alugam carroça. Essas carroças são feitas de geladeira velha. Tenho vontade de ter uma carroça. Muita gente cata latinha. Estou tentando arranjar uma carroça* (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019).

A relação entre os/as catadores/as cooperados/as e os/as não cooperados/as não é propósito deste trabalho, mas acreditamos que requer uma atenção especial em estudos acadêmicos e políticas públicas. José de Alencar (2019) afirma ter algum conhecimento acerca de cooperativa: "*Fiz um curso de Economia solidária e cooperativa de catadores de materiais recicláveis*". Apenas um entrevistado participou de cooperativas de catadores de resíduos sólidos:

> *O prefeito montou uma cooperativa. Ele queria nos eliminar. Foi muito desonesto. Paga pior do que os donos do depósito. Nem sei se existe mais. O depósito da prefeitura é assim: você arrecada o material, passa para a cooperativa, vende o material e retira as despesas com o aluguel do prédio, água, luz, caminhões, combustível, e o que sobra divide entre todos os membros da cooperativa. Não tem carteira assinada, não tem 13º, férias; uma mixaria. Sem seguridade social* (PEDRO PEREIRA, 2019).

A exigência pertinente à documentação para a criação de cooperativas é um dos desafios para os/as catadores/as entrevistados/as. No Ceará, o governador Camilo Santana sancionou o Decreto nº 33.361, de 14 de novembro de 2019, criando a Bolsa Catador, que destina um recurso financeiro de um valor mensal de 25% do salário mínimo aos/às catadores/as por meio de suas cooperativas ou associações, incentivando, assim, a coleta seletiva. O referido decreto não contempla a realidade da população em situação de rua que trabalha com a catação de resíduos sólidos devido às seguintes exigências:

> I - fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais; II - fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; III - comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal; IV - comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar (CEARÁ, 2019).

Embora os critérios não sejam cumulativos, todavia o decreto ignora a realidade de uma parcela dos/as catadores/as sem moradia convencional, sem documentos e sem acesso à energia elétrica e à água encanada. Conforme Pedro Pereira (2019): "*Muitos de nós não temos documentos, imagine um CNPJ* [Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica]*. O jeito é vender para os/as deposeiros/as*". Diante disso, é preciso pensar em uma política de geração de emprego e renda mais ampla e que considere a diversidade da realidade da população em situação de rua. À vista disso, salientamos a importância de estudos e pesquisas mais detalhados sobre homens e mulheres em situação de rua que trabalham como catadores/as de materiais recicláveis que possam subsidiar a construção de políticas públicas e legislações mais voltadas para uma realidade tão complexa que é a coleta de resíduos sólidos no Brasil.

No curso da nossa investigação, os/as entrevistados/as expuseram as condições de trabalho aviltantes e a ausência de equipamentos de proteção individual (luvas, máscaras, botas e outros) ao revirarem os sacos de lixos nas ruas e ao manusearem os resíduos sólidos, ficando expostos/as a diversos vetores de contaminação pelo contato ou inalação de produtos tóxicos, bem como pela ingestão de alimentos contaminados.

> *Eu trabalho com reciclagem de latinha. Eu já me cortei várias vezes com vidro, quando a gente coloca a mão no saco. Lavo as minhas mãos e continuo catando as latinhas. Eu tenho tuberculose. Bebia muito e fumava demais: três meses; o tratamento seis meses. Eu não bebo nem fumo* (JUVENAL GALENO, 2019).

> *Eu catava tudo: plástico, papelão, ferro-velho. Eu comia comida do lixo, comia tudo, baião de dois, comia o que tivesse dentro das quentinhas* [choro]. *Perdi a força do meu braço e dói quando eu movimento, quando forço* (IRAPUÃ, 2019).

São comuns marcas de cortes nas mãos dos/as entrevistados/as devido ao contato com materiais cortantes e perfurantes ao manusearem os materiais coletados. O peso das carroças e sacos contribui para o surgimento de dores nas costas, coluna e braços e para o desenvolvimento de hérnias. Em caso de adoecimento, além da ausência de renda, os/as catadores/as encontram dificuldades de acesso ao sistema de saúde, como bem retratam:

> *Sempre trabalhei com reciclagem. Estou com três meses, mas fiquei doente com uma hérnia. Passei mal puxando a carroça. Ainda cheguei até o depósito, perto do cemitério São João Batista, na rua Tereza Cristina. Fiz umas consultas e uns exames. Tomei medicação para dor. Uma pessoa pagou um ultrassom para mim. Tive que mendigar a um e a outro para poder pagar o exame de sangue e comprar medicamentos* (PEDRO PEREIRA, 2019).

> *É uma situação difícil quando a gente fica doente. No momento, estou doente, sem condições de trabalhar esses dias. Eu vendo para um dono de depósito. A carroça não era minha; era do dono do depósito. E agora? Minha clavícula inchada. Eu quase quebro o pescoço. Fiquei na casa do meu amigo um período sem andar. Ainda tentei voltar a carregar o carrinho, mas dói* (IRAPUÃ, 2019).

Os/As entrevistados/as que trabalham com catação relatam diversos problemas de saúde, sendo os mais comuns: tuberculose, hérnia e dores nas costas. Apenas um/a entrevistado/a realizava tratamento para a tuberculose no período da pesquisa. Os/As demais apontaram inúmeras dificuldades para obter tratamento de saúde para as dores nos braços, ombros e costas e para a hérnia no Sistema Único de Saúde (SUS), além da total ausência de acesso aos direitos previdenciários e trabalhistas. De fato, os depoimentos revelam cenas de degradação física e psicológica, uma vez que, para Marx (2013, p. 342): “O capital não tem, por isso, a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador […]”.

No diário de campo do nosso estudo, captamos depoimentos que afirmam o preconceito e o estigma que rodeiam o cotidiano dos/as entrevistados/as, conforme abaixo:

> *Sofremos preconceito nas ruas por parte da sociedade. Basta reparar a forma como as pessoas nos olham. Um trabalho desumano, pesado; o preconceito é muito grande. As pessoas pensam que estamos nessa*

> *situação por conta das drogas. Às vezes, não; não temos outra escolha* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).
>
> *Sofremos muito preconceito. O carro pesado; levamos sol e chuva. Não temos políticas públicas para nós. Somos esquecidos. As pessoas têm nojo da gente. Muitas vezes, eu tinha vergonha do que fazia. Agora não tenho mais* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

O preconceito está intimamente relacionado ao padrão estético dos/as catadores/as, logicamente pelo contato diário com o lixo nas ruas, por lidarem com os resíduos sólidos descartados pela mesma população que os/as estigmatiza, resíduos esses que, *a priori*, não servem mais, os quais, no entanto, surgem como fonte de renda para uma parcela de trabalhadores/as nos grandes centros urbanos. A sociedade e o poder público, por não garantirem uma coleta seletiva e um destino adequado dos materiais recicláveis, contribuindo para a degradação do meio ambiente e surgimento de doenças na população, principalmente dos/as trabalhadores/as que têm na catação a única alternativa de sustento. Na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, Carolina de Jesus (2014, p. 136) instiga a pensar sobre a estética do/a catador/a: “Disse-lhe que eu trabalhava muito, que havia carregado mais de 100 quilos de papel. E estava fazendo calor. E o corpo humano não presta!”.

Esta investigação interpela a reflexão crítica acerca da lógica que envolve o circuito da reciclagem em que os/as catadores/as são partes imprescindíveis para a reprodução do capital. As idas e vindas ao campo empírico desta pesquisa nos possibilitaram mergulhar no cotidiano desses/as trabalhadores/as no processo de produção e da circulação que envolve a reciclagem às custas da exploração da força de trabalho dos/as catadores/as e da expropriação dos seus direitos.

Diante disso, a nossa tese nos instiga a aprofundar estudos que pesquisem a o trabalho de catadores/as de materiais recicláveis. Acreditamos que o Serviço Social pode contribuir com reflexões sobre o trabalho e o processo de organização de catadores/as na defesa do reconhecimento como trabalhadores/as com direito à proteção social nesta sociedade, bem como na elaboração de políticas públicas.

4.3.3 O artesanato e as ruas

O artesanato é extremamente importante para a movimentação econômica em diversas cidades cearenses, principalmente aquelas com grande potencial turístico. No Ceará, o artesanato tem grandes influências das origens indígenas,

tendo seus produtos elaborados a partir da madeira, cipó, palha, mineral, pedras semipreciosas, bordados, crochês e outras.

Figura 6 – Artesanato (nas) das ruas

Fonte: A AUTORA, 2020.

Dos/as entrevistados/as, cinco afirmaram que o artesanato é a principal forma de acesso à renda. Os/As entrevistados/as produzem suas próprias mercadorias inteiras, executando sucessivamente todas as diversas operações requeridas para a sua fabricação, nos termos de Marx (2013). Todos/as vendem a sua própria produção em praças, restaurantes, praias, calçadas ou semáforos durante o dia ou a noite, conforme expõem:

> *Faço artesanato com palha de coqueiro. Faço animais. Eu passo o dia fazendo as peças e vendendo. Eu tiro as palhas do coqueiro e vou fazendo. Eu coleto e vendo nas praias, nas praças, em todo lugar. Eu saio a pé para procurar. Vendo a peça por R$ 10,00. Não tenho ganho certo* (BEZERRA DE MENEZES, 2019).
>
> *Eu faço réplicas de carros e casas. Eu faço com papelão, palito de picolé. Aprendi na clínica. É o único ganho que tem. Tiro da imagem e faço do mesmo. Pego o papelão e cubro de palito de picolé, depois passo a tinta. Eu vendo a peça em churrascarias e praças. Tem uns donos de churrascarias que já me conhecem e deixam eu entrar para vender* (JUSTINIANO DE SERPA, 2019).
>
> *Yo se cocinar, pero mi profesión es artesanal. Entonces vivimos en la Playa de Iracema. Mi esposo y yo vendemos en la playa. Dormimos en la playa. Solo queríamos un techo para almacenar nuestras cosas. Pasamos por muchas dificultades* (PRAIA DE IRACEMA, 2019).[85]
>
> *Eu aprendi a fazer instrumentos musicais com as latinhas de refrigerante e transformar em objetos como instrumentos musicais. Eu faço artesanato com material reciclável. Eu chamo de um artesanato biossustentável* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

[85] "*Eu sei cozinhar, mas minha profissão é artesanal. Então moramos na Praia de Iracema. Meu marido e eu vendemos na praia. Dormimos na praia. Queríamos apenas um telhado para guardar nossas coisas. Passamos por muitas dificuldades*" (PRAIA DE IRACEMA, 2019, tradução nossa).

José de Alencar (2019) e Bezerra de Menezes (2019) utilizam materiais como latinhas de refrigerante e palhas de coqueiro para fazer suas criações, portanto são produções que requerem matéria-prima em abundância e sem custos. Diferentemente de Praia de Iracema (2019) e Justiniano de Serpa (2019), que precisam adquirir matéria-prima para fabricar as peças. Durante a entrevista, Justiniano de Serpa (2019) afirmou que estava sem condições financeiras de adquirir material à época, estando então sem acesso à renda por meio do artesanato.

Os relatos mostram que o artesanato é repleto de dificuldades, sendo os principais o acesso ao material para a confecção do artesanato e a quantia insuficiente adquirida com a venda das peças. Outra dificuldade apontada está em conseguir espaços para a guarda das peças, tendo em vista a ausência de moradia regular. Soma-se a tudo isso ainda a dificuldade em atribuir o preço das obras, como nos mostra Justiniano de Serpa (2019):

> *Eu não tenho noção do quanto gasto por cada peça. Eu boto R$ 30,00 para ver se a pessoa dá. Aí, às vezes, eu baixo. Com o dinheiro, compro o que preciso; compro o material, palito, tubo de cola, tinta. Dá para eu tirar o meu também. Eu levo um dia todo para fazer uma peça*.

Tanto o Centro Pop de Fortaleza quanto o de Caucaia ofertam armários aos/às usuários/as para a guarda de pertences, porém não funcionam durante os fins de semana, período de maior venda, sendo então impossível guardar as peças. Diante disso, os/as entrevistados/as contam com instituições públicas e uma rede de solidariedade, como retrata abaixo:

> *Durante o dia, faço as peças no Centro Pop ou na Pousada Social (das 10 horas às 17 horas) e saio para vender. Trabalho todos os dias. Se eu trabalhasse de carteira assinada, era melhor: direitos aos benefícios; teria condições de ter uma moradia*. *Eu vendo por R$ 20,00 ou R$ 30,00. Eu guardo as peças em uma lanchonete de um rapaz que conheço perto da Praça do Ferreira. Passei três meses dormindo na Pousada Social; perdi o horário e perdi a vaga. Fui vender os carrinhos na Beira Mar; cheguei tarde, perdi a vaga*. (JUSTINIANO DE SERPA, 2019).

No depoimento acima nos mostra a rotina de trabalho dos artesãos. Os relatos adiante vão na mesma direção:

> *Eu procuro um lugar para sentar e passo o dia fazendo e vendendo ao mesmo tempo. Aprendi na rua com um amigo. Sou pintor e também faço desenhos. Trabalho com outras coisas, mas o que mais gosto é do artesanato* (BEZERRA DE MENEZES, 2019).

> *Eu acordo às 4 horas da manhã e já saio produzindo e vendendo ao mesmo tempo. Encerro às 6 horas da noite. Eu faço uma rotina de trabalho mesmo. Eu vendo nos sinais de trânsito. Eu vendo por R$ 10,00. Às vezes, ganho*

> *R$ 80,00 por semana, até mais. Com esse dinheiro, eu pago meu almoço, meu café e minha janta* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

Vejamos que José de Alencar (2019), além de trabalhar com catação de latinhas de refrigerantes, confecciona instrumento musical com esse material. Segundo ele:

> *O catador carrega uma quantidade excessiva de peso para ganhar pouco, por isso que eu procurei o artesanato e a reciclagem. Assim, eu agrego valor ao material reciclado. Com dez latinhas que eu coleto, eu faço uma bateria. Ganho R$ 10,00 fazendo artesanato* (JOSE DE ALENCAR, 2019).

A renda adquirida com a venda das peças é usada praticamente no acesso à alimentação para os/as entrevistados/as. A seguir, três relatos realizam uma síntese sobre a venda das peças:

> As pessoas nem querem comprar; querem fazer caridade. As pessoas, muitas vezes, nem querem o produto, querem ajudar. Mostrou a peça, às vezes, nem compram, mas me dão R$ 3,00, R$ 5,00, R$ 10,00; nem levam a bateria. Eu acho é bom. Não vejo que desvalorizam o meu trabalho. O nosso conceito de moral na rua muda. Eu acho normal. Toda vida que o sinal abrir, eu só não posso caminhar de grátis. Tenho que ganhar alguma coisa. Para mim, isso é normal. Alguma coisa eu tenho que conseguir (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

> Aprendi a fazer em uma clínica evangélica. Tinha uns caras que faziam cestas. Eu fiz um desenho de carro e sem querer já tava criando. Faço modelos de carros antigos. Muita gente gosta e fica admirada (JUSTINIANO DE SERPA, 2019).

> En la playa, a muchas personas les gustan nuestros collares, pulseras y aretes. El problema es que tiene mucha gente vendiendo, entonces lo que ganamos es poco (PRAIA DE IRACEMA, 2019).[86]

De fato, diversas instituições governamentais e não governamentais ofertam cursos e feiras de artesanato para pessoas em situação de rua nas três cidades, principalmente em Fortaleza. A grande dificuldade, entretanto, radica-se na aquisição de material ou matéria-prima necessária para a confecção das peças. Apenas José de Alencar (2019) havia aprendido artesanato em uma instituição:

> *Eu aprendi a fazer artesanato para não voltar para lá. Eu fiz curso também dentro do presídio. Aprendi a fazer móveis com cabo de vassoura também e trabalhei também para reduzir a pena. Meu avô era artesão; meu pai e meu avô eram ciganos*.

José de Alencar (2019) chama a atenção para o fato de que o trabalho com o artesanato está associado às tradições e às diversas expressões culturais de um povo. Historicamente os artesãos e as artesãs trabalham no mercado informal, fato esse apontado também pelos relatos coletados, que alertam para a realidade de trabalhadores/as que estão predominantemente alocados/as no mercado de

[86] "*Na praia, muita gente gosta dos nossos colares, pulseiras e brincos. O problema é que tem muita gente vendendo, então o que ganhamos é pouco*" (PRAIA DE IRACEMA, 2019, tradução nossa).

trabalho informal, sem acesso à renda fixa e aos direitos trabalhistas e previdenciários.

4.4 **População em situação de rua: supérfluos, descartáveis e sobrantes?**

> Estou na rua porque não tenho trabalho. Sou discriminado porque estou nas ruas.
>
> *Pinto, diário de campo, 2019*

Na seção anterior, discutimos as expressões do trabalho vivenciadas pelos/as entrevistados/as, que nos levam a inferir que a população em situação de rua trabalha predominantemente no mercado informal, de forma extremamente precarizada, sem acesso à renda e aos direitos trabalhistas e previdenciários. Boa parte é composta por homens e mulheres expulsos/as do mercado formal em face da redução de postos de trabalho advinda das mudanças no mundo do trabalho, sobretudo com a adoção da terceirização e da rotatividade nas empresas.

O campo empírico em estudo desvelou trabalhadores/as com ocupações bastante precárias e remuneração baixíssima, como: catador/a, flanelinha e artesão/ã, além de outras com menor proporção, como: servente, lavador/a de roupas, faxineiro/a, ajudante em depósitos ou feiras livres, vendedor/a ambulante e artista de rua. Vale lembrar que apenas um/a entrevistado/a afirmou ter como a única fonte de renda a mendicância.

Todos/as os/as entrevistados/as apontaram que, mesmo em face da situação de desemprego e trabalho informal, se reconhecem como classe trabalhadora e que o acesso ao trabalho e à moradia são fundamentais para pensar na possibilidade de saída das ruas. O relato adiante exala desejos de retorno ao trabalho formal como estratégia para construir planos futuros e novos projetos de vida. O trabalho formal representa para cada entrevistado/a um reconhecimento diante da sociedade e do poder público: "*O trabalho é reconhecimento. Como alugar uma casa sem um emprego fixo, sem renda fixa? Ninguém aceita [...]*" (DOMINGOS OLÍMPIO, 2019).

As transformações na produção e o incremento de novas tecnologias tiveram como único impulso reduzir a dependência do capital à força de trabalho humana. A implantação da terceirização promoveu o enxugamento de setores e a redução de trabalhadores/as nas empresas. As revoluções tecnológicas impactaram severamente o mundo do trabalho, redundando na ampliação das

exigências de habilidades, qualificações e maior escolaridade da classe trabalhadora, o que gerou o acirramento da concorrência, como bem nos mostra o seguinte relato:

> *Nesse contexto de ampliação do desemprego, as pessoas em situação de rua acabam não conseguindo preencher as vagas em seleções devido à nossa baixa escolaridade. Temos qualificações, mas não temos certificados que provem. Sempre ficam as pessoas mais capacitadas. O povo da rua acaba não sendo contratado* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

Ante esse processo, a consequência mais nefasta é a expansão de um imenso contingente de trabalhadores/as lançado por tempo indeterminado no desemprego estrutural e no mercado informal, realizando ocupações aparentemente sem relevância para o poder público e a sociedade, como as encontradas no nosso campo empírico. Os relatos coletados nos alertam para o imenso contingente de trabalhadores/as sem perspectivas de inserção no mercado formal de emprego. Esses/as trabalhadores/as vivem no pauperismo, com muitas dificuldades de organização política para pressionar o poder público e o mercado por acesso ao trabalho formal. Sobre isso, Alves (2007, p. 108, grifos do autor) expõe que:

> Os proletários *excluídos* podem não pressionar o mercado de trabalho, tendo em vista que estão aquém das exigências de empregabilidade do sistema do capital, mas compõem o horizonte simbólico da ordem do consentimento espúrio e do custo *improdutivo* da barbárie social que atinge as grandes metrópoles.

Nesse sentido, podemos concluir que a população em situação de rua é parcela constituinte da classe trabalhadora excedente, apesar de não ser absorvida pelo capital, sem perspectiva de ingressar no mercado formal em momentos de maior necessidade das empresas e desmobilizar a organização da classe trabalhadora. Contudo, a população em situação de rua não compõe as grandes massas humanas disponíveis a serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, quebre a produção em outras esferas, nos termos de Marx (2013). Esse segmento populacional apto ao trabalho possui condições mínimas de concorrer às vagas cada vez menores de empregos na atual fase do capitalismo, em razão das exigências de qualificações e escolaridades, da ausência de moradia, do preconceito e do estigma por parte das empresas que os/as associam ao uso de álcool e drogas.

A população em situação de rua vivencia o pauperismo, compondo a categoria da superpopulação relativa, uma população estagnada que forma uma parte do exército ativo de trabalhadores/as, mas com ocupação totalmente irregular

e informal, em péssimas condições de vida. Em termos de Marx (2013), é um depósito inesgotável de força de trabalho disponível e sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora. No entanto, expressa uma base ampla para certos ramos de exploração do capital, a exemplo dos/as catadores/as, artesãos/ãs, serventes, dentre outras ocupações. Assim, a acumulação de riqueza se amplia, bem como a produção da miséria.

Nesta pesquisa, o debate em torno do trabalho é recorrente entre os/as entrevistados/as, dada sua importância como forma de acesso à renda e sustento, bem como forma de construção de novos projetos de vida. O trabalho assume uma centralidade nas vidas das pessoas: "*O trabalho é tudo. Acordar e saber que tem uma obrigação do que fazer. Isso é muito importante na vida do ser humano*" (TIGIPIÓ, 2019). É pelo trabalho que o ser humano cria as condições materiais de sua própria reprodução (MARX, 2011), sendo fundamental na vida humana. O trabalho é essencialmente humano. Para Marx (2011), o trabalho é uma atividade coletiva em que o homem se relaciona com outros sujeitos por meio da linguagem e da troca de conhecimento. Da interação do trabalho com a natureza deriva todo o processo humano em sociedade. Ranieri (2010, p. 14-15) realiza uma síntese sobre o assunto:

> O Trabalho é, será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da sociabilidade humana. Mas o trabalho sob os auspícios da produção capitalista traz em si a impossibilidade de suplantação do estranhamento humano, uma vez que o seu controle é determinado pela necessidade da reprodução privada da apropriação do trabalho alheio, e não por aquilo que se poderia considerar necessidade humana ancorada na reprodução social liberta da posse privatizada. A função de mediador universal do trabalho tem continuidade, mas ele se submete às exigências da troca capitalista, da propriedade privada e da divisão do trabalho.

A precariedade das condições de vida e trabalho da população em situação de rua não invalida a percepção de que o trabalho na sociabilidade capitalista é importante na produção e reprodução da vida em sociedade. Para os/as entrevistados/as, o trabalho é uma forma de alçar a sua autonomia e dignidade. "*Sou um trabalhador. O trabalho dignifica o homem*" (BEZERRA DE MENEZES, 2019). Percebemos que o trabalho qualifica o caráter de uma pessoa: "*Me considero um trabalhador, sou digno, tenho um bom caráter. Sou amigo de todo mundo. O trabalho é muito importante. Todo o trabalho é digno*" (JUVENAL GALENO, 2019).

Nesse sentido, os/as entrevistados/as, mesmo que estejam em condições precarizadas de trabalho no mercado informal, estão no circuito da exploração capitalista. No caso dos/as trabalhadores/as catadores/as, fornecem a matéria-

prima para as fábricas produzirem novas mercadorias, questão que merece estudos detalhados futuramente.

A população em situação de rua é parte constituinte de um contingente de trabalhadores/as fadado ao desemprego por tempo indeterminado ou permanente, sem condições de disputar as parcas vagas no mercado de trabalho formal em face da ausência de documentação, endereço convencional, baixa escolaridade e qualificação profissional, com diversos problemas de saúde, havendo ainda a presença abusiva de álcool e outras drogas. Assim sendo, ficam nítidas as condições extremamente precarizadas de trabalho a que é subordinada a classe trabalhadora, como os entrevistados/as nos expõem no percurso desta tese.

> *Mas as pessoas querem pagar a gente com comida. Já passou o tempo da escravidão, mas é o jeito, muitas vezes não temos saída. Já passei tanta coisa na minha vida. Trabalhei em uma fazenda, ganhava R$ 5,00 por dia; trabalhava igual a jumento. Cortava capim, colocava água para os animais, vendia leite; trabalhei muito* (TABAJARAS, 2019).

Assim, homens e mulheres são obrigados/as a permanecerem nas ruas buscando em trabalhos precarizados renda ou alguma forma de sustento nos espaços urbanos, vivenciando diversas formas de violações de seus direitos, com fome, frio, sede, preconceito, estigma, calor, violências física, psicológica e moral, dentre outras. A informalidade é um dos traços histórico-estruturais do mercado de trabalho no Brasil, todavia é a única forma de acesso ao trabalho e sustento de pessoas como as aqui investigadas, como o campo empírico desvelou, em decorrência do fato de a população em situação de rua ser formada predominantemente por trabalhadores/as desempregados/as que não atendem às exigências impostas pelas empresas. São homens e mulheres expostos/as às determinações e contradições do sistema capitalista, às mais profundas violações de direitos e às barbáries sociais dos espaços urbanos das grandes cidades em todo o Brasil. Com isso, essas pessoas são obrigadas a realizar percursos nos espaços urbanos em busca de sustento, como veremos adiante.

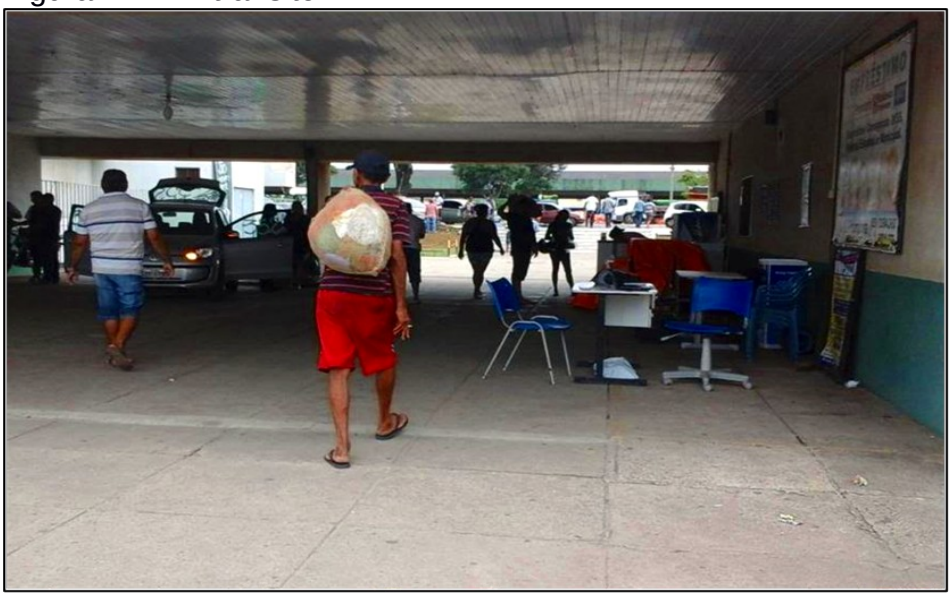
4.5 **Trabalho, percursos urbanos e mobilidade**

O ato de caminhar ou transitar é parte do cotidiano da população em situação de rua nos espaços urbanos das cidades. É preciso trilhar caminhos em busca de sustento. Retomemos as exposições dos entrevistados Patativa do Assaré (2019) e José de Alencar (2019), que declararam que já foram andarilhos. O recorte a seguir ratifica essa informação:

> *Uma vez fui até Juazeiro na carroceria de um caminhão. O motorista mandou eu subir, eu fui. Cheguei lá, uma mulher me deu um feijão com farinha e comi. Segui para a Serra do Araripe a pé. Depois cheguei no Crato. Encontrei uma casa velha. Peguei um papelão, coloquei no chão de areia e dormi. Acordei às 5 horas da manhã e continuei andando. Peguei uma carona e subi a serra. Andei muito no meio do mundo* (PATATIVA DO ASSARÉ, 2019).

O deslocamento é uma das características também da população em situação de rua. A Figura 7 retrata a mobilidade dessa população nos espaços urbanos das cidades.

Figura 7 – Em trânsito



Fonte: A AUTORA, 2015.

A mobilidade e a transitoriedade estão associadas ao trabalho e ao sustento dos/as entrevistados/as, estando intimamente relacionadas com as ocupações realizadas por eles/as. Como dito anteriormente, identificamos o trânsito dos/as entrevistados/as entre as cidades de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. Essa mobilidade dá-se pela proximidade entre as três cidades, pela existência de transporte de ônibus e de trem intermunicipal, pela oferta de uma rede de atendimento à população em situação de rua e pela possibilidade de trabalho. Da amostra da pesquisa, 80% dos/as entrevistados/as já haviam utilizado os Centros Pop de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú.

A mobilidade é um fenômeno bastante antigo na humanidade, tendo sido ampliada com as medidas de deslocamento forçadas de trabalhadores/as do campo para as cidades, atendendo à necessidade de força de trabalho livre para as indústrias que emergiam na fase do capitalismo industrial. No Brasil, a migração é parte da formação social e econômica, com a vinda compulsória de escravos/as

da África e também de países europeus. No Brasil, as migrações internas ainda são recorrentes na busca de trabalho e melhores condições de vida. Consoante Justo (2012, p. 35-36):

> Sempre resta algo da subjetividade, seja proveniente do inconsciente ou da própria consciência, ou das próprias fendas que se abrem nos mecanismos de coerção e controle dos poderes instituídos que acaba possibilitando alguma manobra ou direção autônoma na condução das rotas e mobilidade do ser humano.

O ato de caminhar pode ser uma resposta dos indivíduos às reações, situações, sentimentos e fatores sociais, econômicos, culturais, políticos e outros, como expressos nos insertos a seguir:

> *Sei lá, às vezes, quando morava com minha irmã, passava os 15 dias no bairro Jatobá, de repente me dava vontade de dar um rolê. A gente se acostuma a ficar nas ruas. Não tenho saco de tá sozinho em casa. Umas tendências suicidas, não que eu vá concluir, mas me bate uma tristeza, um marasmo. Prefiro sair em busca de algo* (TAPEBAS, 2019).
>
> *Eu sempre fiquei nessa transição Fortaleza, Maracanaú, Pacatuba. Minha mãe mora aqui e estou tomando conta dela, em Maracanaú. Eu não fico em um canto só* (OLIVEIRA PAIVA, 2019).
>
> *Cheguei em Fortaleza há três anos atrás. Passei oito meses aqui e voltei para Belém do Pará. Depois disso, voltei para cá. Estou com dois meses. Acredito que aqui tenho muitas coisas para fazer, coisas diferentes* (RAIMUNDO GIRÃO, 2019).

A mobilidade e o deslocamento são formas de acesso a ações e serviços ofertados pelas instituições públicas e não governamentais, conforme revelam os/as entrevistados/as:

> *Praça do Ferreira à noite; pego alimento lá e vou dormir. Passo no Centro Pop para tomar banho, tomar café e saio para resolver minhas coisas. Ando muito. Já fui a pé para o fórum oito vezes. Já fui ao posto de saúde* (PEDRO PEREIRA, 2019).
> *Vinimos a Pastoral da Rua en busca de comida. Vinimos a pie desde Praia de Iracema. No tenemos dinero. Está lejos. Pastoral da Rua es una referencia para nosotros. Todavía no hemos estado en el Centro Pop* (PRAIA DE IRACEMA, 2019).[87]
>
> *Durante o dia na Praça do Ferreira e Calçada da Acal. Eu não tenho costume de ir para longe. Nesses dois lugares tenho alimentação, muita alimentação de doação, mas estou dormindo no estacionamento da Ceará Motors há quinze dias. A Praça do Ferreira e a Acal estão muito perigosas* (DOMINGOS OLÍMPIO, 2019).

Em síntese, a mobilidade está intimamente articulada às necessidades humanas da população em situação de rua nas cidades. Os/As catadores/as de materiais recicláveis e os/as artesãos/ãs entrevistados/as relataram que caminham bastante pelas cidades para trabalhar. Entrevistados/as que realizam diversos tipos

[87] "*Viemos para a Pastoral da Rua em busca de comida. Viemos a pé da Praia de Iracema. Não temos dinheiro. Está longe. A Pastoral da Rua é uma referência para nós. Ainda não fomos ao Centro Pop*" (PRAIA DE IRACEMA, 2019, tradução nossa).

de bicos geralmente caminham muito em busca de alguma oferta de trabalho. Entender as relações e redes construídas no cotidiano nas ruas é um enorme desafio. Percebemos que as trajetórias dos/as participantes são repletas de relações com espaços urbanos de forma temporária ou por longo tempo, como trata Lauro Maia (2019):

> *E só fico na Gentilândia há 28 anos só nessa praça. Daqui para Igreja. Fico nesta praça pelas amizades das pessoas. Me sinto bem aqui. Para mim, aqui é igual uma família. Todos me conhecem. As pessoas me querem bem. O restaurante Culinária da Van, eu gosto muito dela. A dona sempre vem deixar comida para a gente; panelões de comida para nós. Aqui ninguém morre de fome, graças a Deus. Quando eu preciso de algo, as pessoas me ajudam. Eu ficava dia e noite, mas, depois de umas coisas que aconteceram, muita tragédia, umas mortes, a gente fica com mais medo. […]. Essa praça é muito conhecida. Muito perigosa. Quando eu cheguei aqui, era bom demais, agora tá horrível. Depois das facções, aqui ficou horrível. A facção marcou o nome na parede. Agora eu durmo no 23º BC* [Batalhão de Caçadores; Exército]*. Lá é mais calmo. Fico na loja Ortobom, que fica perto. É mais seguro*.

A partir do relato acima, reafirmamos que a escolha do território ou espaço urbano está intimamente relacionada às estratégias de acesso ao trabalho, à renda, à alimentação, à segurança e a tantas outras motivações. Percebemos que os laços de afetividade e a rede de solidariedade dá-se com o comércio e as instituições existentes nos territórios.

Ao revisitarmos o Quadro 1, é evidente a mobilidade entre a população em situação de rua também entre cidades, estados e países fronteiriços com o Brasil e que a mobilidade e a transitoriedade podem não ser permanentes. Vejamos o que diz Pedro Pereira (2019):

> *Em situação de rua. Esse período teve momentos que morei em casa. Idas e vindas para as ruas. Morei em Itarema, Sobral, Acaraú, Tianguá, Guaraciaba do Norte, Santa Quitéria, São Paulo, Recife, Manaus, Brasília, Rio de Janeiro. […]. Nasci em Maracanaú. Sempre em busca de trabalho*.

A mobilidade, a migração ou o deslocamento entre cidades e estados podem ser uma forma também de ocultar de familiares, amigos/as e comunidade a condição de estar nas ruas, a exemplo do entrevistado Filgueiras Lima (2019), que diz: "*Muita gente da família não sabe que fiquei em situação de rua*". É uma reação do ser humano a algo que o afeta, o amedronta ou o envergonha, uma espécie de mecanismo de proteção.

Os constantes percursos da população em situação de rua se constituem como um enorme desafio, os quais apontam para a necessidade de realização de pesquisas em larga escala por parte de entidades e do poder público, inclusive a

mobilidade dessa população requer uma atenção metodológica na realização de pesquisas e mapeamentos nos espaços urbanos das cidades.

4.6 **Acesso ao trabalho: “Falta de documento é a primeira dificuldade”**

Todos/as os/as entrevistados/as afirmam se deparar com inúmeras barreiras que vivenciam na busca de acesso ao trabalho, sendo a ausência de documentação e de um comprovante de endereço as primeiras, conforme os registros abaixo:

> *Eu chego nas firmas, aí pedem para eu preencher o currículo. Sem documentos, não tenho como preencher. Falta de documento é a primeira dificuldade. Perdi todos. Estou tentando tirar com os encaminhamentos do Centro Pop, mas tá difícil* (ANTÔNIO SALES, 2019).
>
> *As pessoas não querem empregar quem está nas ruas. A primeira coisa que pedem é um comprovante de endereço. Preciso tirar meus documentos. Tudo começa com o documento* (TREMEMBÉS, 2019).
>
> *Quando eu levo um papel que a Pousada Social vem falando que eu moro, assim que o pessoal vê que sou morador de rua, já trata diferente. É a única identificação que a pessoa de um canto que mora. Eu não tenho endereço fixo. Quando ele vê o papel, já balança um pouco. Eu já fiquei em uma casa de passagem, fiz o currículo, fiz várias fichas em empresas, mas nunca fui chamado. Eu acredito que deve ter sido a falta de comprovante de endereço. Eu fiquei totalmente desacreditado. Fiquei desacreditado* (JUSTINIANO DE SERPA, 2019).
>
> *No tengo el documento definitivo para trabajar en Brasil. Soy extranjera y tampoco trabajé con un contrato formal en Brasil. Todo es muy dificil. Todo es aún más difícil porque soy una extranjera* (PRAIA DE IRACEMA).[88]

A ausência de documentos é uma realidade recorrente para a população em situação de rua, o que dificulta a participação em entrevistas, preenchimentos de cadastros para empregos e busca por trabalho no mercado formal, como também o acesso às políticas públicas. Para os/as entrevistados/as, a emissão de segunda via de documentos é bem difícil, pois são necessários recursos financeiros para transporte e pagamento de taxas, a exemplo da segunda via do registro de nascimento[89] e da carteira de identidade, no caso do Ceará.[90] O Centro Pop e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) surgem como instituições de referência para orientações e encaminhamentos no tocante à

---

[88] “*Não tenho o documento oficial para trabalhar no Brasil. Sou estrangeira e também não trabalhei com carteira de trabalho assinada no Brasil. Tudo é muito difícil. Tudo fica ainda mais difícil porque sou estrangeira*” (PRAIA DE IRACEMA, 2019, tradução nossa).

[89] Existem cartórios que emitem a segunda vida da certidão de nascimento gratuitamente para os/as usuários/as de Políticas de Assistência Social mediante o envio de ofícios.

[90] Em todo o Ceará é cobrada a taxa para a emissão de segunda via da carteira de identidade, exceto para indivíduos de baixa renda, com apresentação do Número de Identificação Social do Cadúnico.

documentação. A seguir, os/as entrevistados/as expõem as dificuldades pela ausência de documentos e a importância do Centro Pop:

> *Só com a certidão de nascimento é impossível conseguir trabalho. Sinceramente tenho é vergonha de estar em um banco da praça, dormindo em um banco da praça, passando por tantas coisas. Sinceramente eu sempre fico me perguntando sobre isso. Eu sinto vergonha de tá na rua* (TREMEMBÉS, 2019).

> *No momento, a principal dificuldade é a documentação. Perdi na Praça do Ferreira. Não vou no Sine* [Sistema Nacional de Emprego] *assim, mas o Centro Pop tá ajudando. O Centro Pop ajuda muito só na questão do documento. Isso não tem preço* (TABAJARAS, 2019).

Quanto ao comprovante de endereço, os/as entrevistados/as afirmam que sua ausência é um empecilho para buscar trabalho formal nas empresas, como ilustra Ana Bilhar (2019): "*Quando as pessoas sabem que a gente mora na rua, não dão emprego. Eu já menti, falando que morava na casa de uma pessoa*". Ante essa realidade, os/as participantes mostram as estratégias que utilizam:

> *Eu uso o endereço da minha tia para tudo, inclusive para procurar emprego* (DRAGÃO DO MAR, 2019).

> *Quando a gente coloca o endereço do Centro Pop, as pessoas mandam logo esperar. Quem vai dar um emprego para uma pessoa sem endereço? Já vi amigos colocarem um endereço de um amigo, só assim ele conseguiu um emprego* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

A falta de endereço acaba contribuindo para reforçar o preconceito e o estigma em relação à população em situação de rua, como afirma Luiz Gonzaga (2019):

> *Uma dificuldade para a gente conseguir um trabalho formal. Tenho quatro cursos de formação: bombeiro civil, eletricista de moto, garçom e higienista em saúde. A gente não consegue emprego formal porque o preconceito é grande. As empresas terceirizadas das prefeituras não contratam a gente por preconceito e discriminação. As prefeituras não garantem vagas para a gente nas empresas terceirizadas. Não temos cota; ainda é projeto de lei. As empresas privadas não querem contratar o pop de rua*.

O nosso campo empírico revelou ainda que a baixa escolaridade e a parca qualificação são enormes barreiras vivenciadas pelos/as entrevistados/as no acesso ao trabalho assalariado e ao mercado formal. A caracterização dos/as participantes, no início desta tese, traça um perfil da escolaridade e das dificuldades encontradas na permanência na rede de ensino regular. Um/a dos/as coordenadores/as entrevistados/as de um Centro Pop (2019) expõe que "*A maioria das pessoas de situação de têm baixa escolaridade e quase nenhuma capacitação profissional*".

Os relatos coletados nesta pesquisa expressam com muita nitidez que o longo período sem trabalhar no mercado formal dificulta o acesso ao emprego com carteira profissional assinada. Fica nítido também que o longo período no mercado informal é um entrave para o ingresso no mercado formal. Antônio Sales (2019) ressalta sobre esse assunto: "*Sou servente. Sempre trabalhei avulso, daí fica mais difícil conseguir o emprego de carteira assinada. O que vale é a experiência na carteira assinada*". Patativa do Assaré (2019) e José de Alencar (2019), respectivamente, apontam que a idade é também uma preocupação no acesso ao trabalho com carteira profissional assinada: *"Com a idade que eu tenho, ninguém vai dar mais emprego. Não tenho estudo. Nem fazer um currículo eu sei. Passo o dia na rua*"; "*A concorrência está grande. E, daqui a uns tempos, será a idade que não vai me permitir entrar em uma empresa*".

Diante disso, a população em situação de rua acaba tendo o trabalho informal como a única alternativa de acesso à renda. Entretanto, os relatos mostram a importância do trabalho no mercado formal como uma forma de acesso à renda fixa e aos direitos trabalhistas e previdenciários, além de uma oportunidade de construir possibilidades de saída das ruas. Os relatos a seguir tratam da importância do trabalho formal e do processo de saída das ruas:

> *Conseguir emprego é uma das principais dificuldades nas ruas. O desemprego é grande. Muita gente desempregada e cada vez mais. [...] muita gente vindo do interior [...]* (PATATIVA DO ASSARÉ, 2019).
>
> *A principal dificuldade é um trabalho com renda fixa. Fundamental garantir o dinheiro de um apartamento, de alimentação e de um transporte. É preciso colocar os nossos talentos para fora. Tem muita gente talentosa nas ruas* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

Os/as entrevistados/as apontam outras razões são reveladas pelos/as entrevistados/as na busca do emprego formal, como a baixa escolaridade e a falta de experiência com carteira profissional assinada. Ressaltamos as declarações abaixo:

> *Nunca trabalhei de carteira assinada. Isso dificulta muito conseguir um trabalho de carteira assinada. Trabalhei minha vida toda avulso em sapatarias, fabricando calçados. Era na casa de um amigo, não era uma fábrica* (CARIRIS, 2019).
> *A falta de comprovante de residência. Experiência na carteira eu não tenho. Só estudei até a 6ª série. Sempre trabalhei sem carteira assinada, como costureira, cuidadora de idoso, auxiliar de cozinha e empregada doméstica* (RACHEL DE QUEIROZ, 2019).

Constatamos também as tentativas dos/as entrevistados/as na busca de reinserção no mercado de trabalho formal, mesmo diante de tantas barreiras

vivenciadas cotidianamente por estarem em situação de rua. Os relatos adiante mostram as diversas tentativas de acesso ao trabalho formal:

> *Trabalhei em várias empresas, até na Riachuelo, como zelador, só que era da empresa RB, era uma terceirizada. E hoje perdi minha carteira de trabalho. Eu tenho vários currículos na minha bolsa. Já espalhei um monte, mas tá difícil. Tenho inscrição no Sine* (SILVA JATAHY, 2019).

> *Eu tenho minha carteira assinada. Chego e mostro no Sine e estou esperando algo aparecer, quem sabe. O problema é que não tem nada adequado à minha carteira. Se tiver algo adequado para a minha carteira, eles encaminham. Eu nunca fui preso na minha vida, eu não bebo nem uso drogas, justamente para não dar motivos de perder minha vida a qualquer momento* (BARBOSA DE FREITAS, 2019).

Entre as estratégias acima, a referência ao Sistema Nacional de Emprego (Sine) em busca de realocação no mercado de trabalho formal é importante. No entanto, é extremamente difícil conseguir vaga no trabalho formal. Em todos os relatos, o trabalho formal e a moradia são fundamentais para os/as participantes da nossa pesquisa ao pensar em processos de saída para a população em situação de rua. Nas suas próprias palavras:

> *O trabalho é tudo na vida de uma pessoa. Eu acho que a gente não vive sem o trabalho. Eu não vivo sem trabalho. Trabalhei muito. Tenho é uma vergonha dessa situação que estou. Tenho uma filha que não conheci ainda. Eu sei onde ela tá. Ela sabe que estou no Ceará, mas não em situação de rua. A mãe dela é casada* (TABAJARAS, 2019).

> *Acreditamos que com trabalho e moradia é o começo. E podemos acessar as demais políticas públicas, da saúde, educação e outras ao mesmo tempo. O contexto do Brasil é de exclusão. É um desafio, porque o mercado nos exclui e nos deixa como exército industrial de reserva. O capitalismo aumenta a desigualdade e cresce com essa desigualdade* (LUIZ GONZAGA, 2019).

Os/as participantes do MNPR/CE e do Fórum da Rua demandam legislações municipais que garantam vagas nas empresas terceirizadas que prestem diversos serviços para as prefeituras municipais, de modo que possam incluir pessoas em situação de rua em seus quadros. O representante do MNPR/CE (2019) afirma o seguinte: "*A prefeitura tem inúmeros contratos com empresas para prestar serviços nas instituições. A prefeitura poderia ter cotas nas empresas para a população em situação de rua. Deveria ter a inclusão de cotas*".

A baixa autoestima é identificada nas narrativas durante as entrevistas. A autoestima é calcada na forma com a qual parte da sociedade e do poder público trata a população em situação de rua ou como a percebe. "*Os governantes não acreditam em nós. E muitos de nós também não acreditamos em nós mesmos*" (JOSÉ DE ALENCAR, 2019). Diante disso, é necessário que as políticas sociais surjam como possibilidades de direitos e apontem para melhores condições de

vida: “*O acesso a todas* as políticas, e não apenas a meia política. Fazem meias políticas para a população em situação de rua” (JOSÉ DE ALENCAR, 2019). O representante do MNPR/CE (2019) aponta que o acesso às políticas sociais é fundamental para a população em situação de rua no processo de saída das ruas, com respeito à sua autonomia. Dessa forma, discutiremos alguns elementos da trajetória de acesso às políticas sociais e à interface com o debate sobre o trabalho.

4.7 **Transitando pelas políticas sociais: “Não queremos caridade, queremos direitos”**[91]

A política social é um processo dinâmico resultante da relação conflituosa entre os interesses contraditórios na disputa pela hegemonia na condução do Estado e das políticas sociais. A política social surge no bojo das relações complexas e contraditórias entre o Estado e a sociedade civil na disputa pela riqueza produzida socialmente na (re)produção do capitalismo.

O movimento das classes sociais na disputa pelo fundo público impacta diretamente a intervenção estatal junto às políticas sociais em diversos contextos das constantes configurações capitalistas, alterando as respostas às expressões das *questões sociais*. Portanto, a constituição das políticas sociais no Brasil terá a influência da formação social e econômica que os interesses do mercado sobrepujaram às demandas da classe trabalhadora. Nessa direção, as políticas sociais brasileiras sempre conviveram com entraves na garantia de direitos sociais.

Diferentemente dos países capitalistas avançados, as políticas sociais brasileiras nunca garantiram à classe trabalhadora uma proteção social sob os pilares do pleno emprego. Aliás, as políticas sociais não são capazes de obliterar minimamente as estruturas capitalistas na perspectiva de romper as desigualdades sociais. No entanto, o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 foi um avanço, à medida que garantiu os direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência social. Os direitos sociais no Brasil são submetidos à lógica do mercado, criando o hiato entre o ordenamento constitucional e a realidade no acesso da população às políticas sociais. A trajetória das políticas sociais nunca assumiu o caráter estruturante e universal.

---

[91] Trecho de uma narrativa registrada no diário de campo (2019).

Sobre essa questão, é oportuno transcrevermos o que pontua Pereira (2011, p. 125):

> A proteção social no Brasil não se apoiou nas pilastras do pleno emprego, dos serviços sociais universais, nem armou, até hoje, uma rede de proteção impeditiva da queda de reprodução de estratos sociais majoritários da população na pobreza extrema. Além disso, dada a fragilidade das instituições democráticas nacionais, a política social brasileira teve seus momentos de expansão justamente nos períodos mais avessos à instituição da cidadania: durante os regimes autoritários e sob o governo de coalizões conservadores. Isso deu ensejo à prevalência de um padrão nacional de proteção social com as seguintes características: ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira.

As transformações capitalistas geram o aprofundamento da crise econômica mundial, principalmente a partir dos anos de 1980 e 1990, ao impor aos países latino-americanos programas de ajustes estruturais que trouxeram grandes impactos para as políticas sociais. No Brasil, vivenciamos uma arena de tensionamentos entre as conquistas constitucionais asseguradas na Constituição de 1988 e as diretrizes neoliberais ditadas pelo Consenso de Washington.

No Brasil, a implantação da agenda neoliberal, sob os pilares de rígida disciplina fiscal, retração do Estado, privatizações rentáveis ao grande capital e severos ataques aos direitos trabalhistas, tem contribuído para a precarização das políticas sociais. Segundo Salvador (2010a), com o ajuste fiscal em curso desde 1993, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) tem sido um importante instrumento para retirar recursos das fontes tributárias exclusivas da seguridade social para o pagamento de juros e encargos e para a amortização da dívida pública. Além disso, as constantes renúncias tributárias por parte dos sucessivos governos sobre as contribuições sociais, com o agravamento da crise do capital, têm permitido a recomposição das taxas de lucros de diversos setores econômicos. Diante do exposto, temos vivenciado fortes tensionamentos pelo fundo e sua expropriação pelo sistema financeiro, o que tem contribuído para a precarização das políticas públicas.

Na atualidade, as políticas sociais sofrem os rebatimentos do congelamento do teto de gastos implantado no governo de Michel Temer. Conforme Salvador (2010b), o congelamento das despesas primárias do governo (exceto as despesas financeiras com o pagamento de juros da dívida) por 20 anos inviabilizará recursos para as políticas sociais nos moldes desenhados na Constituição Federal de 1988. A redução do financiamento das políticas sociais repercute diretamente na precarização das políticas sociais, trazendo desdobramentos diretos na oferta de

serviços, penalizando ainda mais a população pobre deste país, como os indivíduos e famílias que têm as ruas como espaços de moradia e sustento.

Nesse sentido, nesta seção, abordaremos o acesso da população em situação de rua às políticas sociais e sua interface com o debate do trabalho a partir dos relatos coletados e os registros do diário de campo da pesquisa. Durante as entrevistas, detivemo-nos às políticas sociais de saúde, previdência social, assistência social, educação, moradia e logicamente PNPR, pois são fundamentais no acesso aos direitos sociais da população em situação de rua.

Dentre as políticas públicas mais acessadas pelos/as entrevistados/as, surgiram a saúde e a assistência social, bem como uma maior articulação no atendimento à população em situação de rua. Nenhum/a entrevistado/a citou que estava acessando serviços, programas e projetos ofertados pela política de educação no período da pesquisa. Ante esse cenário, é urgente a necessidade de articulação com a política de educação, sendo um longo caminho a ser trilhado pelos/as profissionais, pela população em situação de rua e pelo MNPR/CE.

No tocante à política de saúde, 22 entrevistados/as responderam que buscam atendimento de saúde somente em caso de adoecimento ou para receber alguma medicação. Desse número, 19 apontaram que o posto de saúde é a principal referência na busca de atendimento à saúde e oito disseram estar em acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial (Caps) e no Caps Álcool e Drogas (Caps AD). Ainda surgiu o Instituto Doutor José Frota (IJF),[92] sendo uma referência para todos/as quanto a procedimentos mais complexos ofertados pela rede terciária em virtude de acidentes de trânsito, atropelamentos, quedas e agressões físicas vivenciados nas ruas. Destacamos extratos que tratam dos diversos adoecimentos dos/as entrevistados/as, sendo os mais recorrentes: hérnia, tuberculose, depressão, alcoolismo, dores na coluna e gripes.

> *Eu e minha esposa estamos junto há dez meses. A gente faz rodízio para dormir. Eu me virei e ela deu um grito; era um guarda-chuva. Eu já fui espancado. Tive muito mal. Fiquei um tempo internado no José Frota. Eram dois. Achei melhor não reagir* (LAURO MAIA, 2019).

> *Eu sempre trabalhei com reciclagem. Quando levei essa queda na rua, quebrei a clavícula e deslocou. O médico, por conta da minha idade, não operou, e fiquei internado no IJF. Minha irmã foi me visitar. Sinto ainda muita dor quando pego peso* (BARÃO DE STUDART, 2019).

> *Não uso drogas. Estou com problema de hérnia. Adquiri essa doença que prejudica até a pessoa em trabalhar. É muito difícil. Sinto muita dor. Estou tentando me cuidar, mas é difícil* (PEDRO PEREIRA, 2019).

[92] Localiza-se em Fortaleza e atende a pacientes de todo o Ceará.

> *Eu estou com muita tosse. Tomei injeção, tomo medicamento controlado. Tomo Haldol, Fenergan e Apetil. Tenho depressão. Levei uma pancada na cabeça de um homem que vivia na época na minha casa* (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019).

> *Mas era para eu ir no Caps. Sofro de ansiedade. Estou aqui conversando com você, mas minhas pernas estão balançando. Não consigo ficar parado. Eu comecei a desenvolver a ansiedade. Eu tive depressão antes de ir para as ruas. Voltei a ter ansiedade quando eu comecei a trabalhar na Pousada Social e o salário começou a atrasar. E agora está voltando de novo* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

Além de recorrerem aos Caps AD, 09 entrevistados/as afirmaram que já haviam tido internações em comunidades terapêuticas, tendo as seguintes experiências:

> *Já fiquei em clínica de tratamento por meses aqui na Caucaia. Eu fiquei foi mais revoltado. Péssima a minha experiência. Tive vergonha na cara para não voltar mais. Eles querem colocar você para trabalhar. Ficam extorquindo dinheiro da sua família. Saí mais revoltado* (TABAJARAS, 2019).

> *Já fiquei em casa de recuperação, mas não gostei. Um negócio que a gente fica trancado. A gente que é acostumado a ficar solto, no meio da rua a perambular, de repente trancado; foi impossível para mim* (PATATIVA DO ASSARÉ, 2019).

Nenhum dos/as entrevistados/as apontou ter recebido atendimento no Consultório na Rua.[93] Vale o registro que somente Fortaleza possui equipe de consultoria na rua. Para o representante do MNPR/CE (2019), "*O Consultório na Rua não funciona como a portaria trata. Ainda é muito restrito*". Em todo o Brasil, existem apenas 144 equipes do Consultório na Rua, conforme dados do Ministério da Saúde.

Cabe retomar que a ausência de documento e de comprovante de endereço ainda é um enorme desafio no acesso à saúde pela população em situação de rua. Mesmo com a Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011, o § 1º, artigo 23, dispensa aos ciganos, nômades e moradores de rua a exigência de apresentar o endereço do domicílio permanente para a aquisição do Cartão do SUS. Contudo, mesmo com a garantia do direito ao atendimento nas unidades de saúde independentemente de apresentação de documentação, a população em situação de rua ainda enfrenta entraves no acesso à saúde por desconhecimento da referida portaria, como mostra a narrativa a seguir: "*Quando fico doente, vou no*

[93] O Consultório na Rua foi instituído pela Portaria GM nº 122/2012 e pela Política Nacional da Atenção Básica (Portaria GM nº 2.488/2011) em 2011, com o objetivo de prestar à população em situação de rua os serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional. É composto por equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde frente às necessidades dessa população. Realiza ainda atividades de forma itinerante e, quando necessário, desenvolve ações em parceria com as equipes das Unidades Básicas de Saúde do território. Ver mais sobre o assunto em: https://aps.saude.gov.br/biblioteca/acervo. Acesso em: 20 out. 2020.

posto de saúde e no hospital. É tudo muito difícil. Para ser atendido aqui em Maracanaú, às vezes, é preciso o encaminhamento da assistente social do Creas" (TAPEBAS, 2019).

As equipes do Centro Pop e do Creas têm envidado esforços na articulação com os/as profissionais das diversas políticas públicas no intuito de divulgar a portaria citada e o direito à saúde pela população em situação de rua (COORDENADORES/AS, 2019). E, dentre as dificuldades do tratamento, a ausência da moradia é apontada como uma enorme barreira:

> *Acionei o Ministério Público para conseguir a moradia. Eu vou ter quer fazer a cirurgia. E como será? Na hora que eu receber, vou ligar para a imprensa e denunciar. Vou fazer uma cirurgia e vou voltar para as ruas. Nem quero ir para um abrigo: 30 dias de repouso. Existe solidariedade nas ruas. Como eu já falei, precisei de umas consultas e uns exames, tomei medicação para dor; uma pessoa pagou um ultrassom para mim, exame de sangue, mendigando com um e outro para poder pagar* (PEDRO PEREIRA, 2019).

Sobre a Política de Assistência Social, o Centro Pop é referência para os/as entrevistados/as. Somente a entrevistada Praia de Iracema (2019) não utiliza o Centro Pop (Fortaleza) de forma sistemática, dada a distância do lugar em que costumeiramente fica. Todos/as os/as envolvidos/as na pesquisa reconhecem a importância do Centro Pop, como mostram adiante:

> *Quando eu cheguei nas ruas, a primeira coisa que eu fiz foi jogar meus documentos fora. Joguei tudo no mato. Agora tenho todos os meus documentos. Nos sete primeiros dias nas ruas eu comia do lixo. Quando eu cheguei nas ruas, eu não sabia dos equipamentos, das doações. Eu ficava nas praias durante o dia, eu tinha vergonha de vir para a praça e alguém me reconhecer. E à noite eu saía catando no lixo comida para comer. Passei sete dias me alimentando do lixo. Hoje em dia, sou educador social, e o Centro Pop me ajudou muito nisso, inclusive estou aguardando receber meu apartamento pelo Minha Casa Minha Vida* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

> *O Centro Pop é muito importante. Aqui tomo o café da manhã, lavo a roupa, tomo banho, guardo alguma coisa no armário e ainda tem as atividades de grupo; gosto de participar* (CARIRIS, 2019).

No caso de Maracanaú, cinco entrevistados/as têm o Creas como referência para acessar serviços ofertados pela Política de Assistência Social no período da pesquisa, tendo em vista que o Centro Pop foi fechado. Um depoimento mostrou a insatisfação sobre a limitação do Creas em realizar um atendimento na perspectiva proposta pela PNPR: "*O máximo que aqui dão* [Creas] *é a carteirinha de inserção para comer lá no R$ 1,00*" (JOSÉ DE ALENCAR, 2019). O fechamento do Centro Pop de Maracanaú é recorrente nos debates realizados no Fórum da Rua, bem como a sua reabertura foi uma exigência do MNPR/CE, garantindo, assim, direitos da população em situação de rua. Como já exposto, o Centro Pop de Maracanaú

foi reaberto em junho de 2020. Em relação ao Creas, os/as usuários/as reclamam da ausência da oferta do café da manhã, da lavanderia e da guarda de pertences. Sobre essa questão, transcrevemos os seguintes relatos:

> *O Centro Pop era muito importante. Através dele, realizei cursos e as atividades de grupo eram importantes para o debate sobre a nossa realidade. Quando eu passava a manhã no Centro Pop, eu não bebia. Preferia tá lá do que na rua bebendo. A prefeitura poderia reabrir o Centro Pop. Hoje sinto muita falta* (TAPEBAS, 2019).
>
> *O serviço do Centro Pop é muito importante. Não desistimos. Já solicitamos uma audiência pública para tratarmos desse assunto em Maracanaú. Estamos só aguardando. Não podemos recuar, aceitar perder direitos* (REPRESENTANTE DO MNPR/CE, 2019).
>
> *No Centro Pop de Maracanaú, eu participava das oficinas de roda de conversa e de outras oficinas. Assistia televisão e também tinha alimentação. E a higiene, que é muito importante para quem tá na rua* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Os/As entrevistados/as responderam que já haviam utilizado o serviço de acolhimento institucional em algum momento nas suas trajetórias de vida. Do universo amostral, 11 responderam que já haviam utilizado a Pousada Social,[94] ofertada somente em Fortaleza, e quatro responderam que já haviam estado acolhidos/as em abrigos ou albergues para a população em situação de rua em diversas cidades do Ceará. Apenas dois/uas entrevistados/as disseram usar o acolhimento na Pousada Social no período das entrevistas, em 2019. Os trechos adiante verbalizam a importância dos serviços de acolhimento:

> *Eu dormia na Praça do Ferreira e agora estou dormindo na Pousada Social. Estou com um mês e duas semanas que durmo lá. Desde esse dia que não bebo. E também é mais seguro* (ANTÔNIO SALES, 2019).
>
> *Eu comecei a fazer um curso de garçom no albergue. A coordenadora teve uma ideia que para mim foi muito importante: eleger um prefeito do albergue, e aí comecei a participar de umas atividades do pessoal de direitos humanos da universidade no próprio albergue e comecei a conhecer o movimento pop de rua. Conheci o Centro Pop e hoje eu gosto de participar das atividades e das mobilizações* (LUIZ GONZAGA, 2019).
>
> Em contrapartida, há relatos que mostram a insatisfação dos/as entrevistados/as em relação às unidades de acolhimento e à Pousada Social, pertinentes ao número reduzido de vagas, às regras impostas para acesso ao serviço, à precariedade da infraestrutura, entre outras questões.
>
> *Eu prefiro ficar nas ruas do que ir para a Pousada Social, pois temos que pegar o estouro. Quado era às 22 horas, a galera ficava na Praça do Ferreira até 21 horas para pegar o estouro. Por exemplo, os meninos que ficam na casa de passagem ficam na Praça do Ferreira até as 20 horas, pegam o estouro e vão para lá depois. O pessoal da Pousada Social não pode fazer isso. Isso é higienização: tirar o povo da praça mais cedo. E isso é uma das coisas que vamos reclamar hoje à tarde com o secretário. Pousada Social é um equipamento que não tem um suporte. A TV é recolhida às 20 horas, os*

[94] É um espaço de acolhida noturna e temporária a indivíduos adultos em situação de rua. Existem duas pousadas em Fortaleza, disponibilizando 100 vagas diárias.

> *celulares têm que ser desligados e todo mundo tem que ir para o quarto dormir. Não tem uma biblioteca. Tínhamos um acervo de cultura e tiraram; jogaram no lixo todo o material, as fotos, os figurinos do teatro. Aí as pessoas preferem dormir nas ruas* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

> *Em 2011, eu entrei em um albergue municipal e percebi a importância do serviço socioassistencial para essa população. Eu entro no albergue; acontecem muitas violações com a gente; preferi voltar para as ruas. Se for comida, nas ruas têm também* (LUIZ GONZAGA, 2019).

Em Fortaleza, existem 51 unidades de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, conforme dados de abril de 2020 da Sagi, que recebem recursos do Governo Federal. A Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social oferta um serviço de acolhida noturna e temporária a indivíduos adultos em situação de rua em Fortaleza enquanto necessitarem: a Pousada Social. Em Maracanaú, existe apenas um abrigo para adultos e famílias, ofertado por uma entidade conveniada com a Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Em Caucaia, também é inexistente a oferta de acolhimento institucional específico para a população em situação de rua. Em todo o Brasil, há um número reduzido de unidades de acolhimento, abrigos ou moradias provisórias para a população em situação de rua. De acordo com a Sagi, existem 6.453 vagas em unidades de acolhimento ofertadas para crianças, adolescentes, mulheres vítimas de violência, população em situação de rua, população idosa e outras, havendo 230 Centros Pop ativos com cofinanciamento do Governo Federal, segundo dados de maio de 2020.

Acerca do acesso aos serviços ofertados pela rede segurança alimentar, 16 buscam alimentação no Restaurante Social em Fortaleza e no Restaurante Popular em Maracanaú. O Restaurante Popular em Maracanaú não é exclusivo para a população em situação de rua, porém essa população é isenta da taxa cobrada no almoço. Já em Fortaleza, o Restaurante Social é exclusivo para a população em situação de rua. Em Caucaia, é inexistente essa modalidade de atendimento para as famílias em situação de pobreza.

Tratamos também junto aos/às entrevistados/as sobre o acesso ao Cadúnico e aos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal. Do universo amostral, 15 responderam possuir o Cadúnico, sendo nove beneficiários/as do PBF, recebendo o benefício básico de R$ 89,00. Apenas dois/uas não responderam se possuíam o Cadúnico. À época da entrevista, três comunicaram que eram beneficiários/as do PBF, estando, porém, impossibilitados/as de sacar o benefício em virtude da ausência de documento com foto, perda do cartão do programa e documentos cancelados ou inválidos.

> *Recebia o Bolsa Família, mas perdi meus documentos, não posso receber. Fui na Caixa falar com o gerente com o papel da assistente social daqui para receber o benefício, e o homem me falou que fui cortada do programa porque tem que renovar a cada dois anos. Eu não renovei e ainda não fiz recadastramento porque perdi meus documentos* (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019).

> *Fui roubado e levaram o cartão e a senha. Estou resolvendo. Fui ao banco. O gerente falou que tenho que aguardar um novo cartão chegar. Ainda bem que não levaram minha carteira de identidade* (RAIMUNDO GIRÃO, 2019).

O acesso à moradia tem sido um dos grandes desafios para a população em situação de rua em todo o Brasil em razão do aumento do déficit habitacional, exigências no tocante à documentação para a inscrição nos programas habitacionais e acesso à renda. Da amostra coletada, registramos que 12 estavam inscritos/as no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na época da pesquisa e apenas um/a entrevistado/a havia sido beneficiado/a, aguardando então a entrega do apartamento.

Apenas um/a entrevistado/a havia sido beneficiado/a pelo PMCMV, porém retornou às ruas por conta das disputas entre os grupos pelo controle do tráfico de drogas nas três cidades analisadas nesta pesquisa. Vale relembrar que as disputas entre as facções criminosas pelo tráfico de drogas nas periferias têm acarretado a tomada de moradias e a expulsão de moradores em diversas cidades do Ceará, como revela Tapebas (2019):

> *Recebi um apartamento, mas não tive como ficar lá. É dominado por uma facção. Eu não tenho nada a ver com facção e tenho medo. É uma área chamada de Nova Pacatuba. É uma área que não tem acesso às políticas públicas, porque não se define se é Maracanaú, Pacatuba e Fortaleza. Dificuldade de transporte e não tem escola*.

O entrevistado chama a atenção para o fato de que os programas habitacionais são construídos longe do centro das cidades, das possibilidades de trabalho e renda, distantes, por consequência, do acesso aos serviços básicos de saúde, transporte, educação, lazer, assistência social e segurança pública, o que contribui para o abandono dessas moradias e para retorno às ruas. Já dialogamos a respeito desse assunto, mas gostaríamos de frisar que o planejamento urbano tem como matriz investir em infraestrutura urbana de acordo com os interesses do mercado imobiliário e da especulação financeira, consolidando uma sociedade marcada por uma segregação social e espacial. Entre a população pobre, indivíduos em situação de rua encontram inúmeras barreiras no acesso à moradia digna. Os/As entrevistados/as versam sobre a ausência de documentação, a demora no processo de inscrição até o recebimento da moradia e a falta de renda fixa que viabilize o pagamento de taxas e parcelas cobradas pelo PMCMV.

> *Não tenho documentos. Não posso me inscrever no Programa Minha Casa Minha Vida. Estou cansada de ficar nas ruas. O melhor é a gente arranjar um emprego. Estou cansada de ficar nas ruas, de andar com mochila para cima e para baixo. Sofro preconceito por andar com mochila para cima e para baixo* [choro] (BÁRBARA DE ALENCAR, 2019).

> *Participei da 'invasão' de um terreno. Participei das reuniões. A polícia veio, mas não bateu em ninguém, aplicou a lei. E hoje foi transformado em Minha Casa Minha Vida. Não fiquei por conta de problemas com a documentação* (BARBOSA DE FREITAS, 2019).

> *A política de habitação não é abrangente. Enquanto isso, só aumenta a população em situação de rua. Tantas casas fechadas; dá para o morador de rua morar. Só para olhar, não precisa dar. Um dia pedi isso a uma mulher, não precisa pagar; quero só para ficar e olhar a casa. Tem período aqui que a prefeitura não deixa nem a gente dormir no banco. Eu não confio na polícia. Os guardas municipais não deixam a gente deitar nos bancos. Eu já vi pessoas serem tiradas à força* (LAURO MAIA).

Notamos um verdadeiro impasse entre a política habitacional vigente e a realidade da população em situação de rua no Brasil. Entretanto, o acesso à moradia surge como um dos principais sonhos:

> *Meu maior sonho é sair do meio da rua, ter uma moradia para mim e juntar meus filhos de novo. Um filho está no abrigo, outro na casa de um primo. Tem uma que mora na casa de uma conselheira tutelar, outro mora com o padrinho e uma mora na casa de um policial* (JUVENAL GALENO, 2019).

> *Uma casa e trabalho. Estou ficando velho, já estou perto de morrer. A gente que tá na rua dura menos. Ficamos mais doentes. Encontra-se inscrito em algum programa habitacional. Estou esperando, mas demora. É meu sonho* (PATATIVA DO ASSARÉ, 2019).

No que se refere à política de geração de trabalho e renda, nenhum/a dos/as entrevistados/as mencionou a participação de ações ofertadas voltadas para esse fim. Apenas Filgueiras Lima (2019) respondeu que já havia participado de um projeto que envolvia formação profissional e inserção ao mercado, denominado Projeto Novos Caminhos,[95] promovido pela Prefeitura de Fortaleza. Eis adiante duas análises sobre o referido projeto:

> *O Projeto Novos Caminhos consistia em realizar cursos profissionalizantes nas áreas de camareiro, garçom, mecânico e bombeiro hidráulico, com estágio para a população de rua. Acontecia em dois ciclos. Cinco semanas de curso. Tinha uma semana de intervalo, de férias. Era três vezes na semana, à tarde, de 13h30 às 16h30. Dava o material didático, dava o lanche e, na última aula de cada mês, você recebia R$ 250,00. Era uma bolsa. Os três melhores de cada sala eram indicados para o estágio e para um aluguel social* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

> *O Projeto Novos Caminhos era um projeto de qualificação profissional para a população em situação de rua. Quem participava ganhava uma bolsa.*

[95] Projeto voltado para a reinserção social de usuários de álcool, *crack* e outras drogas que vivem em situação de rua, por meio de cursos de qualificação profissional. O projeto também destina bolsas de trabalho para aqueles/as que se destacam. A meta de atendimento era capacitar 200 pessoas.

> *Teve gente que conseguiu um emprego temporário. Alguns realizaram curso de servente* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Em diversas reuniões do Fórum da Rua, o referido projeto foi pauta de debates e críticas. Para José de Alencar (2019), o Projeto Novos Caminhos não atingiu o objetivo de propiciar à população em situação de rua o acesso ao mercado de trabalho formal:

> *O Projeto Novos Caminhos não deu muito certo. Tanta gente que fez esses cursos. Eu arrisco sete ou cinco que saíram das ruas de 200 pessoas que participaram. O projeto não tinha a visão de quem está na rua. Terminou o projeto, muitos voltaram para as ruas porque não rolou o emprego.*

Na avaliação do representante do MNPR/CE (2019), “O Projeto Novos Caminhos não mudou a realidade das pessoas que participaram. Teve gente que conseguiu o trabalho temporário; o curso era de servente, só que o estágio era em outra área, assim desistimos”. Trazemos outro depoimento que reitera o acima dito: “Esse projeto não muda a realidade. Teve gente que conseguiu emprego por pouco tempo” (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Durante o período das entrevistas, não identificamos pessoas inscritas ou envolvidas com programas, projetos ou ações voltados para a capacitação profissional ou a inserção ao mercado de trabalho formal e acesso à renda. Ainda identificamos que 21 nunca haviam realizado qualquer curso profissionalizante; cinco haviam concluído cursos nas áreas de vigilância, informática, garçom, servente e automobilística anteriores à situação de rua. Em situação de rua, apenas três haviam realizado cursos profissionalizantes ofertados pelos/as Centros Pop, na área do turismo, informática, introdução ao mercado de trabalho, artesanato de bijuteria e barbearia.

Um entrevistado nos chama a atenção para o fato de que a baixa escolaridade é uma das principais dificuldades na realização de cursos profissionalizantes: “Sem estudo, fica difícil até realizar um curso profissionalizante” (ANTÔNIO SALES, 2019). Além disso, fome, sono, ausência de espaço para estudos e baixa escolaridade são também dificuldades apresentadas, como registramos: “São muitas dificuldades para realizar cursos e trabalhar. A falta de estudo. A falta de endereço. Uso de álcool e drogas” (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Diante do exposto, inferimos que existe uma baixa qualificação profissional e escolaridade entre os/as participantes da nossa pesquisa, o que impacta diretamente a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho formal, principalmente atender às mudanças ocorridas nos processos de trabalho, sobretudo a partir da reestruturação produtiva, que trouxe severos impactos para o

mundo do trabalho. Salientamos que a baixa escolaridade presente no cotidiano dos/as entrevistados/as não significa que a educação e a formação profissional não sejam importantes para essa população.

A oferta de projeto de capacitação profissional e inserção ao mercado de trabalho tem encontrado enormes dificuldades com a implantação de cortes orçamentários. O entrevistado adiante expôs a sua opinião sobre os prejuízos trazidos pela redução financeira:

> *Aqui em Maracanaú, prometeram um curso profissionalizante na área de refrigeração. É uma área muito boa, mas falaram que não vai mais ter esse ano. Era um curso de refrigeração, mas foi cancelado por conta dos cortes no orçamento, aí vão ofertar cursos que gastam menos dinheiro* (TAPEBAS, 2019).

Diante de tantos desafios, para o representante do MNPR/CE (2019) é necessária a construção de projetos que considerem a realidade, as habilidades e as potencialidades da população em situação de rua. Outro relato chama a atenção:

> *Queremos acesso aos cursos do Senai* [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial]*, Senac* [Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial]*. É muito profissionalizante. Querem fazer um curso igual para todas as pessoas em situação de rua. Cada um gosta de uma coisa, daí que esses cursos não dão certo, mas os cursos são importantes* (ANTÔNIO SALES, 2019).

Além disso, é consenso que todas as políticas sociais são importantes, mas é preciso uma maior articulação entre elas, especialmente tomadas de decisão para a garantia de acesso ao trabalho e renda. É fundamental "*[...] aprofundar a articulação entre as políticas públicas para o atendimento à população em situação de rua*", como opina o/a coordenador/a do Centro Pop entrevistado/a (2019). No acesso às políticas sociais, é imprescindível a superação das violações dos direitos nas instituições, como a discriminação, o preconceito e o estigma por parte da sociedade e por parte dos profissionais, bem como criar mecanismos que possam auxiliá-los/as no atendimento das exigências institucionais. Nesse processo, a PNPR tem sido importante na articulação entre as políticas sociais, inclusive contribuindo para romper ações fragmentadas, sob a lógica da caridade. Diante disso, discutiremos sobre o processo de (des)construção da PNPR.

4.7.1 Política Nacional para a População em Situação de Rua: processo em (des)construção

> A luta é transformar decreto em lei. Vamos fazer história.

Representante Nacional do MNPR/CE

A PNPR entrou em cena em 2009 por meio de decreto presidencial no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como resultado de um longo processo de debates e mobilização do MNPR, que contou com o apoio de diversas entidades comprometidas com as demandas da população em situação de rua, como já sinalizamos anteriormente. A aprovação da PNPR tem um enorme significado para trilhar caminhos na superação do caráter de filantropia e caridade que historicamente tem marcado o atendimento à população em situação de rua. De fato, foi a primeira vez que a pauta da população em situação de rua foi incorporada pelo governo, que contou com a participação da sociedade civil e de representantes do MNPR. Essa política foi aprovada na perspectiva das descentralizações de ações, articulada entre as três esferas de governo, com atribuições e responsabilidades a serem compartilhadas.

Anteriormente à PNPR, a Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social promoveu, em 2005, o I Encontro Nacional para a População em Situação de Rua,[96] já com o propósito de debater a formulação de uma política pública em âmbito nacional. Para isso, o Governo Federal sancionou uma importante alteração na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. O artigo 7º da PNPR traz os seguintes objetivos:

> I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua; III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua; IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua; V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos; VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento; VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua; VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência

[96] Ver relatório do encontro em: http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/livros/relatorio-do-i-encontro-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua. Acesso em: 20 out. 2020.

> contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento; IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica; X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços; XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º; XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social; XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho (BRASIL, 2009b).

Ainda em 2009, a aprovação da Resolução nº 109, de 11 de novembro, incluiu na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a oferta do serviço especializado para a população em situação de rua como responsabilidade da Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), inserida na Política de Assistência Social. Cabe salientar que a PNSR prevê objetivos para diversas políticas públicas, estabelecendo suas responsabilidades na garantia do atendimento com qualidade e respeito à autonomia da população em situação de rua.

Na Tipificação Nacional também ficou definido o Serviço de Abordagem Social com a finalidade de assegurar o trabalho social de abordagem, a busca ativa nos territórios e a incidência de situações de risco pessoal e social por violação de direitos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de *crack* e outras drogas, dentre outras. A Abordagem Social é serviço extremamente importante para identificar e vincular indivíduos e famílias em situação de rua às políticas públicas, como também ao Serviço Especializado para a População em Situação de Rua ofertado pelo Centro Pop.

O MNPR conquistou ainda aprovação da Instrução Operacional Conjunta nº 7, de 22 de novembro de 2010, entre Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), que orienta municípios e Distrito Federal à inserção da população em situação de rua no Cadúnico para Programas Sociais do Governo Federal, permitindo que a população em situação de rua tenha acesso aos benefícios do Cadúnico e aos Programas de Transferência de Renda, como o PBF.

À Política de Assistência Social cabe ofertar o acesso da população em situação de rua aos benefícios socioassistenciais e aos Programas de

Transferência de Renda, promover articulações entre as políticas públicas, estruturar serviços de acolhimento temporário e implementar os Centros Pop, Serviço de Acolhimento Institucional[97] e Serviço de Acolhimento em República.[98] Em todo o Brasil, existem 232 Centros Pop ativos, que recebem recursos do Governo Federal, conforme dados da Sagi.

Outro avanço importante é o artigo 3º da PNRS, que trata da instituição dos Comitês Intersetoriais de Acompanhamento e Monitoramento (Ciamp-Rua) nas três esferas de governo que aderirem à referida política, como uma das estratégias de garantir a participação da população em situação de rua na construção e no controle social, por meio de entidades de atendimentos, fóruns, movimentos e entidades representativas dessa população, conforme o Decreto nº 7.053/2009. O representante do MNPR/CE (2019) alerta: "*A PNPR é um decreto que pode ser alterado a qualquer momento. Não é lei*". O movimento nacional tem envidado esforços e articulações para a sua transformação em lei, como o Projeto de Lei nº 1.577/2020, apresentado pelo senador Fabiano Contarato, do Partido Rede do estado do Espírito Santo, com o intuito de instituir a PNPR por meio de lei, significando um ordenamento jurídico como uma política pública de Estado.

No Ceará, a Política Estadual para a População em Situação de Rua foi instituída pelo Decreto nº 31.571, de 4 de setembro de 2014, no mandato do governador Camilo Santana, do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como a criação do Comitê Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua (Cepop). A política estadual está desenhada a partir destes eixos estruturantes: gestão; habitação e trabalho; educação e assistência social; saúde e segurança alimentar e nutricional; segurança, cultura, esporte e lazer, que devem se articular entre si com o intuito de implementar e monitorar a política para esse segmento, com base nos princípios e diretrizes de prevenção, promoção, participação e autonomia, articulando os serviços, programas, projetos e benefícios e construindo uma rede de atendimento em uma perspectiva de apreensão do indivíduo na sua totalidade.

Vale ressaltar que a elaboração da Política Estadual para a População em Situação de Rua tomou como base o diagnóstico construído a partir do Cemaris, como estratégia de conhecer as cidades com maior presença da população em situação de rua, no sentido de planejar e avaliar serviços, programas, projetos e

[97] É uma unidade de acolhimento provisório para pessoas e famílias em situação de rua, migrantes sem moradia ou pessoas em trânsito e sem condições de prover seu próprio sustento.

[98] É uma unidade de acolhimento que deverá ofertar apoio e moradia subsidiada para indivíduos acima de 18 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e sem condições de moradia e sustento.

benefícios destinados a essa população. Segundo o representante do MNPR/CE (2019), várias entidades, o Fórum da Rua e pessoas em situação de rua participaram do processo de elaboração da política, por meio de reuniões, encontros e oficinas promovidos pelo próprio governo. A aprovação da referida política também teve como objetivo estimular e nortear a construção da política nos municípios cearenses, considerando-se logicamente o diagnóstico realizado no sentido de justificar a sua implantação na esfera municipal. De acordo com a Sagi, atualmente existem nove Centros Pop no Ceará, sendo: dois em Fortaleza; um em Maracanaú; um em Caucaia; um em Juazeiro do Norte; um em Sobral; um em Crato; um em Pacatuba; e um em Pacajus, cofinanciados com recursos do Governo Federal.

Na cidade de Fortaleza, o Decreto nº 13.471/2014 instituiu a Política Municipal para a População em Situação de Rua e o Comitê Municipal de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua. O Centro Pop do Centro foi implantado em 2007 e o Centro Pop do Benfica em 2013, em Fortaleza.

Tanto Maracanaú quanto Caucaia não possuem decretos municipais instituindo a política destinada à população em situação de rua, bem como não existem comitês para o seu monitoramento e acompanhamento. A ausência de legislações e decretos contribui para a fragilização da oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, como ocorreu em Maracanaú, em que o Centro Pop implantado em 2012 foi fechado em 2019, embora continuasse ativo no sítio da Sagi, bem como em fase de restruturação desde junho de 2020. Na cidade de Caucaia, o Centro Pop também foi implantado em 2012.

O Centro Pop está inserido no âmbito da PSE de Média Complexidade no Suas, ofertando o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que deve contar com equipe de assistentes sociais, psicólogos/as e outras categorias estabelecidas no manual de orientações. O Centro Pop deve dispor de estratégias e espaços para a análise das demandas expostas pelos/as usuários/as, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas. Deve ainda propiciar ações e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades dos/as usuários/as, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares e construção de novos projetos de vida, além de ofertar espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação, de encaminhamento para solicitação de documentação civil e de inserção no Cadúnico para os Programas de Transferência de Renda. De

acordo com o manual de orientações, o Centro Pop deverá ser instalado em local de fácil acesso, com maior concentração e trânsito das pessoas em situação de rua, como ocorre em Fortaleza e Caucaia.

O Centro Pop deve ofertar ainda o Serviço de Abordagem Social, tipificado na PSE de Média Complexidade, de forma continuada e programada, com o objetivo de identificação de indivíduos e famílias em situação de rua para atender a demandas mais imediatas no próprio espaço das ruas e para realizar a vinculação gradativa aos serviços socioassistenciais e à rede de proteção social. Em Fortaleza, existem três equipes específicas para a realização da abordagem social, sendo duas diurnas e uma noturna. No caso de Fortaleza e Caucaia, possuem equipe de abordagem social no Creas, uma em cada município, que realizam a busca ativa para a identificação de territórios, a incidência de trabalho infantil, de exploração sexual de crianças e adolescentes, de indivíduos em situação de rua, dentre outras, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Todos/as os/as entrevistados/as apontam a importância do Centro Pop no acesso aos serviços socioassistenciais, à documentação civil, ao Cadúnico, ao PBF e às atividades coletivas. Acerca do Centro Pop, eis adiante algumas afirmativas coletadas no campo empírico da pesquisa em questão:

> *Eu fiz meu cadastro para o Bolsa Família, fiz agora, depois que cheguei aqui no Centro Pop. É importante, mas chega o final de semana o Centro Pop é fechado. Nossa luta é abrir também durante os fins de semana. Ficamos sem banho e dificuldade para usar um banheiro* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

> *Aqui tomo café, lavo a roupa, pego a merenda e participo das atividades. Tomo banho, guardo algumas coisas no armário aqui. Tem orientações sobre documentação e nossos direitos. É importante. Tem o cadastro para o Bolsa Família* (CARIRIS, 2019).

> *Quando eu cheguei nas ruas, a primeira coisa que eu fiz foi jogar meus documentos fora. Joguei tudo no mato. Agora tenho todos os meus documentos. Nos sete primeiros dias nas ruas eu comia do lixo. Quando eu cheguei nas ruas, eu não sabia dos equipamentos, das doações. Eu ficava nas praias durante o dia, eu tinha vergonha de vir para a praça e alguém me reconhecer. E à noite eu saía catando no lixo comida para comer. Passei sete dias me alimentando do lixo. Hoje em dia, sou educador social, e o Centro Pop me ajudou muito nisso, inclusive estou aguardando receber meu apartamento pelo Minha Casa Minha Vida* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

É consenso entre os/as entrevistados/as o reconhecimento dos avanços obtidos com a aprovação da PNPR, mas apontam que ainda existe um longo caminho a percorrer na ampliação dos direitos sociais para a população em situação de rua, principalmente a necessidade de aprofundar uma articulação entre

as políticas de saúde, assistência social, habitação e geração de emprego e renda, de maneira que:

> *A política para a população em situação de rua é uma base. É uma sustentabilidade para a pessoa sair das ruas. A pessoa tem que ter a motivação. Agora a política pública é algo a longo prazo e nós precisamos de algo mais imediato, porque estamos na vulnerabilidade [...]* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

Inferimos que as principais demandas em relação às políticas sociais dão-se em torno do acesso à moradia e acesso ao trabalho formal. Aliás, essas foram as principais reivindicações aprovadas no último Congresso Nacional da População em Situação de Rua. Para o representante do MNPR/CE (2019), "*[...] a luta é fundamental. Investir em formação política e apostar em novos quadros de militantes. Toda a população em situação de rua tem que reconhecer a importância da luta*". Em vista disso, discutiremos sobre os desafios e as possibilidades da mobilização da população em situação de rua à luz dos relatos coletados no campo da pesquisa. "*A luta é fundamental!*" (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

4.8 **"Nossa bandeira de luta é moradia e trabalho, trabalho e moradia. A luta é muito árdua, mas a organização é a única saída"**[99]

Esta última seção trata da organização política da população em situação de rua a partir da percepção dos/as entrevistados/as e das anotações registradas no diário de campo. Todas as diversas narrativas dos/as participantes deixam nítidas a importância e as formas de organização política por parte da população em situação de rua: "*Estamos nos organizando. Estamos em movimento. É nós da rua*" (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

A organização da população em situação de rua atingiu uma maior visibilidade a partir de 2004, em resposta à Chacina da Candelária, em São Paulo, com a morte de sete adultos em situação de rua. A partir desse episódio, o movimento da população em situação de rua começou a criar corpo em diversos estados para mostrar a indignação pelas condições de vida, pela violência e pelo descaso do poder público e da sociedade em relação a essa população.

Na década de 1960, homens e mulheres em situação de rua já imprimiam as primeiras iniciativas de organização dos/as catadores/as de materiais recicláveis, que formaram as primeiras associações e cooperativas em diversas capitais do Brasil. Vale registrar que, entre os anos de 1980 e 1990, há registros de

[99] Depoimento do entrevistado José de Alencar (2019).

experiências de organizações em grandes cidades, como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, exigindo o acesso às políticas sociais.

A cartilha *Conhecer para lutar* destaca o entrelaçamento entre o movimento da população em situação de rua e a organização de catadores/as, em virtude do 4º Festival Lixo e Cidadania,[100] que ocorreu em Belo Horizonte, em 2005, que contou com a presença do presidente da república à época, Luiz Inácio da Silva. Nesse evento, os/as participantes lançaram o MNPR e aprovaram os princípios norteadores da sua organização e das práticas políticas, como a democracia, a valorização do coletivo, a solidariedade, a ética e o trabalho de base, o resgate da cidadania por meio de trabalho, salários suficientes para o sustento, moradia digna e o atendimento à saúde. Vale ressaltar que o MNPR é formado por pessoas em situação de rua ou que já tiveram em tal condição, não possuindo sede própria até hoje.

A partir de então, o MNPR vem imprimindo suas reivindicações nas agendas governamentais por meio de audiências públicas, participação em conselhos de políticas públicas, fóruns de rua, comitês, congressos, marchas, conferências e articulações com diversas entidades e movimentos sociais em todo o Brasil. Em 2003, o Governo Federal acolheu as pautas dos movimentos da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis.

Em 2006, o MNPR deu os primeiros passos na construção da política nacional com a implantação do Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar proposta de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, aprovada em 2009, com a política nacional para esse segmento populacional. Outra importante vitória, como já sabemos, deu- -se com o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua entre agosto de 2007 e março de 2008, divulgado em 2009.

Nesse percurso, destacamos a realização dos congressos[101] anuais pelo MNPR com apoio do Governo Federal, de entidades e movimentos sociais, que têm como principal objetivo debater sobre a realidade da população em situação de rua, bem como sobre a construção de estratégias para a organização em prol da ampliação do acesso às políticas públicas, de modo a romper com as diversas

---

[100] O evento foi promovido pela Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis, que teve o objetivo de discutir e traçar propostas sobre a destinação sustentável dos resíduos sólidos urbanos e sobre a importância dos/as catadores/as de lixo para a limpeza urbana.

[101] O Congresso é realizado a cada dois anos com o intuito de discutir as demandas e construir as estratégias de organização da população em situação de rua. É o fórum máximo de deliberações e de eleição dos/as coordenadores/as nacionais a cada dois anos, sendo um/a por estado.

formas de preconceito, estigma e negação de atendimento e direitos sociais. O congresso visa ainda estimular e fortalecer o MNPR nos estados e municípios.

Na primeira sua versão, o Congresso da População em Situação de Rua ocorreu em Salvador, entre os dias 19 e 21 de março de 2012, com o tema “Protagonizando história e garantindo direitos”, contando com a participação de 300 participantes de diversos estados do Brasil, com o objetivo de planejar estratégias de reivindicação de políticas sociais e os primeiros passos na organização do MNPR nos estados e municípios. O II Congresso da População em Situação de Rua, em 2014, no Paraná, teve o tema “O direito a ter direito”, que instigou o amplo debate sobre as políticas sociais como uma das formas de acesso aos direitos sociais e ao fortalecimento do movimento em todo o Brasil. Já o III Congresso Nacional, em Belo Horizonte, em 2016, contou com a participação de representantes das três esferas de governo, coordenadores/as estaduais e municipais do movimento da população em situação de rua e defensores/as dos direitos humanos nas mesas de debate para discutir a transversalidade entre as políticas públicas.

Ainda em 2016, o MNPR aprovou a data de 19 de agosto como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, em homenagem às vítimas da Candelária, em São Paulo, sendo também um dia simbólico para dar visibilidade às violações e reivindicações da população em situação de rua junto à sociedade e ao poder público em todo o Brasil.

O movimento da população em situação de rua tem apostado também na ocupação dos espaços dos conselhos de políticas públicas e controle social. Entre 2016 e 2018, compôs a gestão do CNAS, representando o segmento de usuários/as. Atualmente tem assento no Conselho Nacional de Saúde, incidindo sobre a equidade no acesso à saúde pela população em situação de rua e sobre a defesa do SUS público, de qualidade, universal e com respeito ao controle social.

> Para as pessoas em situação de rua, no que tange aos direitos básicos, como a saúde, isso se expressa com dificuldades no seu acesso, subsistindo ao mesmo tempo um discurso de direitos e precários modos de vida que agravam danos físicos, psíquicos e psicológicos para estes sujeitos, tais como alimentação precária, exposição às intempéries, trabalho precarizado, utilização abusiva de álcool e outras substâncias psicoativas, violência etc. Efetivamente eles têm um acesso limitado à saúde, especialmente aos serviços de atenção básica, que, na concepção de saúde, é o principal serviço para a efetivação de ações preventivas. As dificuldades são de ordem estrutural, individual e programática. Os serviços para este público se concentram na política de assistência social em detrimento de outras políticas e direitos essenciais, como a saúde (CARVALHO, 2016, p. 142).

Também faz parte do Conselho de Direitos Humanos, que foi fundamental para a realização do Seminário Violência Letal contra a População em Situação de Rua no Brasil: Construir Propostas para Enfrentar Aspectos de um Genocídio, nos dias 13 e 14 de setembro de 2018, em Brasília, com o intuito de debater e lançar estratégias de combate à violência contra a população em situação de rua, com foco em assassinatos/chacinas que ocorrem em todo o Brasil.

Atualmente o MNPR existe em 16 estados da federação e no Distrito Federal com coordenadores/as: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio Grande do Norte, Alagoas, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Goiás, Acre e Pará.

O último congresso, nos dias 22 a 25 de maio de 2018, discutiu “O exercício da intersetorialidade das políticas públicas para a população em situação de rua”, na cidade de Cidreira, no Rio Grande do Sul, que teve a participação de todos os estados brasileiros e de 19 coordenadores/as estaduais. Para o representante do MNPR/CE (2019): “*O marco deste congresso foi a definição do direito ao trabalho e à moradia como as bandeiras fundamentais de luta na atual conjuntura. As duas são importantes. Devem andar junta*s”.

Em 2019, o MNPR realizou a primeira Marcha Nacional das Pessoas em Situação de Rua, no dia 21 de agosto, com o escopo de denunciar os retrocessos e ataques impetrados pelo atual governo em face dos congelamentos dos gastos que atacam frontalmente as políticas sociais, em especial a Política de Assistência Social, e consequentemente os serviços ofertados pelo Centro Pop. A atividade também ocorreu em alusão ao Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, que que lembra o massacre da Praça da Sé, como já dito anteriormente. No dia 22 de agosto do mesmo ano, ocorreu uma audiência na Câmara Federal, momento de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua, que contou com a participação de deputados/as e representantes do MNPR de 13 estados brasileiros. A coordenadora da Frente Parlamentar é a atual deputada Erica Kokay, do PT do Distrito Federal.

A marcha e audiência pública ainda denunciaram a inconstitucionalidade do Decreto nº 9.759, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro em 11 de abril de 2019, como uma tentativa de extinguir os órgãos colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, inclusive os instituídos por ato infralegal, dentre eles os conselhos de políticas públicas. Em face de tantas pressões da sociedade civil, o governo acabou assinando outro decreto, não extinguindo, mas alterando o seu § 2º no Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019, que estabeleceu

que os/as representantes da sociedade civil indicados/as por entidades da sociedade civil que atuam junto à população em situação de rua deverão ser escolhidos/as mediante um processo seletivo e público, por meio de um edital elaborado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, não mais via processo eleitoral. Estabelece ainda que os membros do Ciamp-Rua que residem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência. Tais alterações colidem com diversos dispositivos constitucionais democráticos que garantem a participação da sociedade na construção e no controle social das políticas públicas. O governo, ao selecionar os/as representantes, atinge a autonomia das entidades da sociedade civil e do MNPR. Ainda dificulta a participação dos/as representantes no exercício do controle, pois sabemos da impossibilidade das pessoas em situação de rua de participarem desses encontros virtuais devido às dificuldades de acesso à internet, celulares e mídias sociais. Assim, o MNPR enfrenta enormes dificuldades em incidir contra o desmonte das políticas públicas e desrespeito à participação da sociedade civil no exercício do controle social na atual conjuntura.

No Ceará, a política estadual para a população em situação de rua foi instituída mediante decreto, que também garantiu a participação e controle social dessa população, tendo criado também o Cepop, instituído pelo Decreto da Política Estadual nº 31.571, de 4 de setembro de 2014, composto por onze representantes governamentais, sete de organizações não governamentais e quatro da população em situação de rua, entre titulares e suplentes, com mandato de um ano, prorrogável por mais um ano, funcionando em sede própria. A coordenação da política para a população em situação de rua é de responsabilidade da Coordenadoria de Gestão do Suas, inserida na Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Ceará. A elaboração da política estadual para a população de rua deu-se a partir da realização da Oficina de Construção do Plano Estadual de Atenção à População em Situação de Rua, tendo reunido pessoas em situação de rua, lideranças do movimento e representantes de entidades e de secretarias estaduais.

O Cepop tem o enorme desafio de garantir a implementação da Política para a População em Situação de Rua em municípios com a maior presença desse segmento de pessoas, além de acompanhar a oferta dos serviços pelo Centro Pop e das políticas sociais. Tem ainda que acompanhar a tramitação de Projetos de Lei de interesse dessa população; propor medidas que visem à articulação intersetorial

das políticas públicas, apoiar a criação de comitês ou comissões nos municípios para monitoramento e avaliação das ações específicas para esse segmento e a sua própria organização e formação política. Para o representante do MNPR/CE (2019), "*Atualmente o coordenador do Cepop fala que o grande desafio é fortalecer a nossa luta por trabalho e moradia. E o Cepop e o Fórum da Rua são importantes*".

Nesse sentido, o MNPR/CE, o Cepop e o Fórum da Rua realizaram, no primeiro semestre de 2019, a primeira Oficina de Formação Política para pessoas em situação de rua, com o intuito de debater sobre a importância da organização política, incentivar a formação de novos/as militantes e planejar suas ações, sendo realizada por módulos, com base na *Cartilha conhecer para lutar*. Captamos algumas avaliações sobre a oficina.

> *É fundamental a formação de novos quadros de militantes. A centralização em uma só pessoa não pode acontecer. É ruim. É fundamental entender de política, de orçamento; entender de recurso público e mecanismos de controle social também; dialogar sobre a história do surgimento do nosso movimento. Estamos para aprender e repassar para outros irmãos da rua* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

> *Somos um grupo heterogêneo, temos nossas diferenças. O respeito é fundamental na nossa organização, mas o movimento precisa ter um norte. Eu não perco a esperança na luta. A nossa união faz a força. Fazer valer a nossa voz. Podemos gritar para a sociedade* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

> *Esses encontros são importantes para o nosso crescimento, nos fortalece. Buscam sabedoria, valorizar a população em situação de rua. Temos que nos unir em torno das nossas lutas. Somos discriminados. O respeito é fundamental* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Ainda em 2019, no dia 6 de junho, o MNPR/CE e o Fórum da Rua promoveram o Seminário Comemorativo aos 10 anos da PNPR, que avaliou a política em âmbito estadual e ainda aprovou uma carta de compromisso deferida pelos/as participantes e pactuada com os representantes governamentais das diversas políticas. Sobre o seminário, estas foram algumas das avaliações:

> *Deu muita gente. Mostrou que podemos nos reunir para cobrar dos governantes. Nos articulamos como um grupo. Acho que estamos no caminho certo e avançando nas nossas reivindicações. Denunciamos o fechamento do Centro Pop de Maracanaú e pedimos providências ao Ministério Público. Está do nosso lado* (REPRESENTANTE DO MNPR/CE, 2019).

> *O seminário foi bem positivo. Deu 200 participantes. Não foi disperso. Mesmo depois do almoço, a galera ficou. Agora temos que cobrar as promessas realizadas no seminário. O número de participantes superou a minha expectativa. A apresentação cultural também foi muito boa. Todo mundo gostou. Batemos na tecla trabalho e moradia; é central para a gente* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

O Cepop e o Fórum da Rua organizaram também em 2019 uma audiência mediante a articulação com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Legislativa do Ceará e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza, com o intuito de denunciar as violações sofridas pela população em situação de rua e discutir sobre as condições de vida dessa população, com foco na violência policial e na elaboração de uma agenda de encaminhamentos junto à Secretaria de Segurança e Defesa Social do Ceará.

Essa atividade contou com a participação do Comitê Municipal de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua de Fortaleza, da Pastoral da Rua, da Defensoria Pública do Estado e do Ministério Público, bem como de representantes dos serviços de saúde, habitação, saúde mental, Política de Assistência Social e Trabalho. A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa comprometeu-se em monitorar o Plano Estadual de Atenção à População em Situação de Rua, tendo debatido ainda sobre o fechamento do Centro Pop de Maracanaú, aprovando a indicação e realização de uma audiência pública em Maracanaú para discutir o tema e efetivar encaminhamentos. Registramos no diário de campo desta tese algumas avaliações dos/as participantes:

> *Estamos sem trabalho. Estou no aluguel social da Prefeitura de Fortaleza. O aluguel é uma possibilidade de sair das ruas, mas tem um prazo de dois anos. E aí, se a gente não consegue emprego? Eu só faço bicos, mal dar para comer. A população em situação de rua só aumenta a cada dia. O Estado deve cumprir o seu dever* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

> *Não é digno morar nas ruas. Estamos aqui; discutimos com a Política de Assistência Social sobre o Consultório de Rua, mas nossa bandeira de luta que não podemos abandonar é: trabalho e moradia. É fundamental para a autonomia* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Em Fortaleza, o decreto que instituiu a Política Municipal para a População em Situação de Rua também implantou o Comitê Municipal de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, pelo Decreto nº 13.471/2014, composto por oito representantes da sociedade civil, sendo quatro pessoas em situação de rua e quatro pessoas de entidades que trabalham com esse público, além de oito representantes governamentais das secretarias municipais, conforme estabelecido no decreto.

Recorrendo ao campo da nossa pesquisa, os/as participantes declaram a importância da sua organização política no MNPR/CE, no Fórum da Rua e nos Comitês de Monitoramento da PNPR, conforme as afirmativas abaixo:

> *Conheci o movimento assim que já cheguei nas ruas. Gosto de participar. Os próprios meninos da situação de rua me reconhecem e incentivam para participar. A dificuldade de mobilização é ter pessoas das ruas à frente, mas sou orgânico. Tem muita gente comprometida com a nossa luta* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

> *O movimento é muito importante para as coisas acontecerem; as coisas já não têm muito andamento. Quando as pessoas se juntam, se reunindo para ir atrás dos seus próprios direitos, conquistamos algo mais* (JUSTINIANO DE SERPA, 2019).

> *A luta é fundamental, principalmente porque as políticas sociais estão sendo atacadas por este presidente da república. As políticas públicas são importantes para a nossa autonomia. Estou ainda em situação de vulnerabilidade* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Dentre os/as entrevistados/as, 13 responderam que participam do movimento da população em situação de rua no âmbito estadual, sendo que sete participam sistematicamente das reuniões do Fórum da Rua e do MNPR/CE, cinco estão vinculados/as à organização do MNPR/CE e um/a está vinculado/a ao Cepop. Patativa do Assaré avalia acerca da organização e mobilização da população em situação de rua em torno das pautas do movimento:

> *Participo das reuniões do Fórum da Rua. Acredito no movimento, não acredito nos políticos. Eles não estão nem aí para os pobres. Lutamos por capacitação e depois se coloca a gente para trabalhar. A prefeitura tem conhecimento dos empresários, poderia arranjar um emprego para nós. Limpar as lagoas todas sujas de mato. Só comida não resolve. Queremos um emprego* (PATATIVA DO ASSARÉ, 2019).

Em todas as ações e audiências da população em situação de rua no Ceará, tem sido muito importante a articulação com o Ministério Público estadual como uma das estratégias de pressão junto ao poder público no tocante às suas reivindicações, relativas, por exemplo, à violência policial, à negação de atendimentos na saúde e ao fechamento do Centro Pop de Maracanaú (REPRESENTANTE DO MNPR/CE, 2019). No entanto, todos/as concordam que é preciso fortalecer a organização política, mas que esse caminho é repleto de dificuldades, principalmente quanto à necessidade de prover o sustento. Vejamos alguns relatos:

> *Não ter uma sede nacional. Hoje acreditamos ser fundamental ter uma sede em Brasília. A gente só conversa pelo WhatsApp ou quando nos encontramos em eventos. Tem outra coisa, a necessidade da população em situação de rua é para ontem. Nossa luta é imediata. Temos muitas demandas. Mas as pessoas têm suas necessidades, elas têm que trabalhar ou batalhar um prato de comida; fica difícil se organizar para a luta. A própria população em situação de rua não entende a luta. A sua necessidade é para ontem* (LUIZ GONZAGA, 2019).

> *A nossa necessidade é imediata e o resultado da luta é a longo prazo. Também temos nossas divisões. Tem pessoas que pensam em si mesmas. Então, temos que nos unir para exigir nossos direitos, mas é difícil. As*

> *pessoas não acreditam no nosso movimento* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

> *O Centro Pop fechado dificultou muito a gente se reunir para conversar sobre algum tema em Maracanaú. Ficamos dispersos. Outros foram embora para Fortaleza. O meu sonho é voltar a funcionar; precisamos. É um local de referência para a gente* (TAPEBAS, 2019).

Os movimentos nacional e do cearense não possuem sede própria para a realização das reuniões. Como constatamos no primeiro relato acima, a aquisição de uma sede própria é fundamental para a organização do movimento da população em situação de rua. A mobilização para a participação das atividades ocorre por meio das conversas nos espaços urbanos nas cidades, por exemplo:

> *A nossa mobilização é pelo boca a boca para reuniões para discutir e decidir algo. As reuniões são realizadas na Pousada Social e em abrigos à noite. Durante o dia, na Pastoral da Rua; é o telefone sem fio. Nos reunimos em vários espaços, nas praças, na Casa da Sopa, aqui na Pastoral da Rua, nas entidades parceiras* (REPRESENTANTE DO MNPR/CE, 2019).

As temáticas das reuniões do MNPR/CE e do Fórum da Rua giram em torno especialmente do acesso à política habitacional e da geração de emprego e trabalho, inclusive por ter sido uma diretriz aprovada no último Congresso Nacional:

> *Moradia, emprego e renda. Esse debate foi tirado no nosso congresso. A gente do movimento social acreditava que a única alternativa para nós era a assistência social. Hoje avançamos, pensamos mais amplo. É trabalho e moradia; moradia e trabalho. Têm que andar juntos* (REPRESENTANTE DO MNPR/CE, 2019).

Para 17 pessoas entrevistados/as, os governos deveriam priorizar uma política de geração de emprego e renda para a população em situação de rua como uma forma de garantir a autonomia desses indivíduos. Inclusive, em diversas falas, os/as entrevistados/as expõem que o poder público das três cidades aqui investigadas deveria obrigar as empresas terceirizadas a contratar pessoas em situação de rua, como eles/as mesmos/as colocam: uma cota ou percentual. Essa demanda faz parte do movimento no Ceará, como expõem os entrevistados:

> *A prefeitura deveria contratar a gente: vigia, jardineiro, qualquer trabalho. Quero sair das ruas. Estou com 53 anos. Minha mente já tá ficando estressada. Minha velhice já tá chegando. E a rua está cada dia mais violenta. Um trabalho é fundamental. Você acordar e não saber o que vai fazer no dia* [choro] (TIGIPIÓ, 2019).

> *Obrigar as empresas terceirizadas a contratar a população em situação de rua. Pelo menos uma porcentagem. Tem muita gente na rua que tem profissão, tem experiência. Muitas vezes, basta uma oportunidade* (PEDRO PEREIRA, 2019).

O acesso ao trabalho e moradia surge em todas as narrativas dos/as entrevistados/as como os principais sonhos e desejos para suas vidas. Segundo a opinião da maioria, o trabalho é uma forma de obter moradia; tendo a moradia, seria mais fácil obter um trabalho. Dessa forma, trabalho e moradia são suas principais demandas e sonhos:

> *Um trabalho é o meu maior desejo. Conseguir sair da rua, trabalhar. Meu filho trabalha na prefeitura como gari. Meu filho trabalhava também com reciclagem e conseguiu um trabalho como gari. A juíza do fórum que conseguiu para ele quando saiu do abrigo. Ele tem 20 anos. Ele fala em ajudar nós. A prefeitura deveria contratar a gente também. Meu marido não tem condições de trabalhar por causa da perna dele. Fica inchada. Meu sonho é não faltar nada na nossa casa e começar a trabalhar. A gente só tem uma rede. Comprar nossa cama* (ANA BILHAR, 2019).

> Dar trabalho. Eu tenho profissão. Cada coisinha eu aprendi a fazer. Eu aprendi sozinho a cozinhar na própria cozinha. *Ter minha casa. Nunca tive casa própria. Eu morava com minha mãe e irmãos em casa alugada. Meus irmãos estão todos espalhados* (ANTÔNIO SALES, 2019).

> *Meu sonho é que todas as pessoas fossem incluídas na sociedade. Acesso ao trabalho e moradia. Trabalhar. Ter o salário da gente. Pagar um aluguel. Me considero um trabalhador quando estou lá na sapataria* (PATATIVA DO ASSARÉ, 2019).

As políticas de saúde, assistência social, habitação e segurança pública são as mais debatidas durante os seminários e reuniões, sobretudo porque estas são mais requeridas pela população em situação de rua. No entanto, os/as participantes em suas narrativas sinalizam que a população em situação de rua necessita e deseja acessar todas as políticas públicas como uma forma de construir novos projetos de vida e como uma possibilidade de sair das ruas.

O sonho ou desejo do direito à cidade pela população em situação de rua também aflorou nas entrevistas, bem como o fim das diversas formas de violência e violação dos seus direitos nos espaços urbanos. O fim do preconceito, da discriminação e do estigma também são pautas dessa população junto à sociedade e ao poder público. "*Nós temos cultura, temos profissão; outros têm estudos, mas somos marginalizados*" (JOSÉ DE ALENCAR, 2019). Outros sonhos surgiram nas narrativas desejos individuais articulados aos coletivos:

> *Lançar um livro. Lançamento do meu livro que tá próximo, em dezembro. Um segundo sonho, me tornar cineasta e fazer um filme sobre a população em situação de rua. O terceiro, chegar ao nível de influenciar a luta da população em situação de rua* (LUIZ GONZAGA, 2019).

> *Eu quero escrever um livro, até já tenho um na minha cabeça; só falta colocar no papel. É sobre a minha história nas ruas, o que passei, o que vivi, os estados que andei. Meu outro sonho é que as pessoas entendam que a luta pela inclusão tem que ser de todos, aí, sim, podemos iniciar a luta dos excluídos de verdade* (JOSÉ DE ALENCAR, 2019).

> *O trabalho é muito importante. Para mim, é como a leitura, evolui o homem. E meu sonho é viajar e conhecer outros países, conhecer outras gramáticas, estudar idiomas. Já estudei espanhol. Fazer minhas poesias* (TAPEBAS, 2019).

> *É muita gente para ajudar. A prefeitura deveria arrumar uma casa. A pessoa trabalha durante o dia e vai para casa dormir; é muito bom. Todo dia eu durmo e acordo com o desejo de ter paz, tranquilidade, sem preocupações, e Deus na minha vida. Sem Deus, eu não sou nada. Eu participo de atividades religiosas. Ouvir a palavra de Deus é bom, mesmo a gente tendo tudo: felicidade e paz comigo mesmo. Se eu não tiver paz comigo mesmo, como vou estar com os outros? Minha vida toda foi nas ruas* (TREMEMBÉS, 2019).

> *Depois que resolver tudo na minha vida, emprego, moradia, minha cirurgia, gostaria de montar uma entidade de abrigo para animais abandonados e adoção. Adoro bichos; tem tantos abandonados também* (PEDRO PEREIRA, 2019).

Os/As entrevistados/as também são extremamente realistas quanto ao fato de que o acesso aos direitos sociais pressupõe muito debate e uma maior organização dessa população, de modo que possam vislumbrar a superação das diversas violações, de ampliar as condições de usufruto dos serviços urbanos e do respeito a eles/as destinado. Para o representante do MNPR/CE (2019), "*A mudança do nosso país só com a construção de outra sociedade. Sou um socialista. É preciso acreditar que a luta não é individual*". Em outro trecho, ele menciona: "*Nossa principal dificuldade é a falta de união. As pessoas têm que se identificar e encampar a luta. Geralmente as pessoas não se identificam com uma luta*".

Diante do exposto, inferimos que o processo de organização da população em situação de rua é um enorme desafio a ser enfrentado e construído. É uma agenda urgente. As condições de vida que desumanizam homens e mulheres em situação de rua nos levaram à afirmação de outra premissa, a saber: mesmo diante das condições de vida aviltantes, os/as entrevistados/as constroem percursos, vivências, estratégias por seus direitos e pelo fim das diversas formas de violações nos diversos espaços urbanos das cidades.

O desafio de garantia de direitos pressupõe um amplo debate e ações construídas coletivamente, visando à organização política da população em situação de rua pelo acesso ao trabalho, à moradia, à convivência familiar e comunitária, ao respeito ao modo de vida e ao acesso às políticas sociais, superação das violações de direitos e ampliação do usufruto dos serviços urbanos e bens produzidos coletivamente. É um caminho, um longo caminho de desafios!

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O CAMINHO DE VOLTA!

> Ver como algo normal a pessoa dormindo na praça com um cobertor. Parece que tá tudo bem. As pessoas acham que é normal morar em uma praça, como se fosse uma coisa natural, como se fosse normal. Para as pessoas, é normal passar pela praça e ver pessoas dormindo?
>
> *Tremembés*[102]

O percurso teórico-metodológico desta tese foi construído à luz de análise de produções teóricas, acervo documental e pesquisa empírica, com o intuito de investigar as manifestações e as formas de trabalho de homens e mulheres em situação de rua nos espaços urbanos de três cidades cearenses – Fortaleza, Maracanaú e Caucaia – que possuem relações fronteiriças geográficas, bem como relações econômicas, sociais e culturais fundamentais no Ceará.

É notória a mobilidade entre a população em situação de rua, dada a oferta de transportes que as interligam, bem como a existência de serviços por meio do Centro de Referência para a População em Situação de Rua (Centro Pop). A definição de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú como campo da nossa pesquisa deu-se pela importância das três cidades ponto de vista econômico, social, político e histórico no âmbito estadual. Estas cidades partilham estruturas imprescindíveis no desenvolvimento do estado, com indústrias, portos, enorme contingente de força de trabalho e uma rede de infraestrutura de serviços mais complexa e são extremamente urbanizadas, com grande adensamento populacional e extremamente desiguais.

Posto esse preâmbulo, pretendemos expor algumas considerações que, nas palavras de Netto (2009), serão (in)conclusas, uma vez que a realidade é indiscutivelmente sempre mais dinâmica e complexa do que podemos apreender. Portanto, toda conclusão é sempre provisória, sujeita a comprovação, retificação e/ou abandono, em que o/a pesquisador/a apresenta expositivamente os resultados a que chegou.

No percurso desta tese, partimos do pressuposto de que o fenômeno social população em situação de rua é uma das expressões da *questão social* inerentes às desigualdades sociais advindas da relação entre o capital e o trabalho no capitalismo, tendo no Brasil as marcas profundas das desigualdades sociais, que

[102] Entrevistado da nossa pesquisa.

mantêm o desemprego e o trabalho informal e precarizado como características estruturais de nossa formação socioeconômica, a exemplo da exploração compulsória da força de trabalho escrava africana durante séculos.

Para isso, mergulhamos na formação socioeconômica brasileira, pautada nos pilares de um sistema agroexportador sustentado pela exploração da mão de obra escrava africana, basilar na manutenção do sistema colonial para atender às demandas da dinamização do capitalismo mundializado. Mesmo com o fim do período escravocrata, o governo e a elite local optaram pela inserção da mão de obra imigrante europeia nas fazendas agroindustriais do café e nos comércios nas áreas urbanas em todo o Brasil, um projeto de modernização conservadora que negou à população negra liberta o acesso ao trabalho assalariado e contratual. A inserção da força de trabalho imigrante europeia foi parte constituinte de uma política de embranquecimento da população brasileira como uma estratégia falaciosa de superação do atraso e de busca pelo desenvolvimento do país.

A negação do trabalho assalariado e do acesso à terra à população negra “liberta” significou o aprofundamento do latifúndio e enraizou o racismo estrutural, presente até os dias atuais. Dessa forma, homens e mulheres negros/as libertos/as seguiram o caminho da cidade em busca de “liberdade” e de melhores condições de vida. No entanto, encontraram preconceito e ocupações precarizadas e desprezadas pelos/as imigrantes e brasileiros/as brancos/as, sem salários fixos e sem contrato de trabalho nas cidades. Restaram ainda à população negra, dessa maneira, a desocupação, a criminalidade e a ausência de proteção social e de políticas públicas indenizatórias e reparadoras por parte do Estado e dos donos das fazendas pelos séculos de exploração de sua força de trabalho de modo compulsório nas senzalas, pelas perdas dos vínculos familiares, culturais e religiosos e pela exploração da sua força de trabalho, levando-os/as a migrarem para as cidades em busca de sustento e de renda nas ruas. Após a libertação dos/as escravos/as, foram obrigados/as a migrarem para as cidades em busca de sustento e de renda nas ruas.

Nesse sentido, uma das nossas afirmativas é de que a presença de crianças, homens, mulheres e idosos/as em situação de rua está intimamente associada aos primeiros passos da abolição da escravatura, a exemplo da Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, conhecida como a Lei dos Sexagenários, que determinou a libertação de escravos/as com mais de 60 anos no Brasil. A aprovação dessa lei foi uma estratégia de postergar o fim da escravidão, desobrigando o Estado e os fazendeiros de qualquer responsabilidade com os/as

negros/as idosos/as e “inválidos/as”. Ora, sabemos que os/as escravos/as eram submetidos/as ao trabalho extenuante sob severos castigos e péssimas condições de vida nas senzalas, portanto uma minoria atingia a idade de 60 anos. A libertação de idosos/as não trazia prejuízos aos fazendeiros, ao contrário, a lei previa a libertação dos/as escravos/as acima de 60 anos sem garantia de indenização por parte dos fazendeiros. Os/As idosos/as libertos/as ou inválidos/as poderiam continuar nas fazendas em troca de prestação de serviços domésticos. Nesse contexto, os/as negros/as libertos/as foram alvos de desprezo e preconceito pela sociedade nas cidades brasileiras.

Em síntese, a abolição da escravatura significou a absorção da mão de obra imigrante nas fazendas de produção de café e o surgimento de um mercado de trabalho formado por desempregados/as e trabalhadores/as precarizados/as no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas, principalmente pela população negra e parda. Nas cidades, os/as negros/as libertos/as acabaram assumindo trabalhos informais e pequenos bicos para prover minimamente o seu sustento, os/as quais residiam em moradias improvisadas ou em pequenos cortiços, sob condições extremamente precárias, e/ou tiveram as ruas como alternativa de sobrevivência, como já analisamos.

Vale comentar a existência de parcos estudos que versam sobre as condições de trabalho e de vida da população negra “liberta” nas cidades após as primeiras iniciativas abolicionistas, principalmente com a (re)produção do fenômeno população em situação de rua. Nesses poucos estudos, encontramos explicações de que essa população é formada predominantemente por homens e mulheres negros/as, como o campo empírico desta pesquisa revelou: 24 se declararam pardos/as e negros/as e apenas quatro se declararam brancos/as. Os dados coletados na nossa pesquisa estão em consonância com o primeiro Censo e Pesquisa Nacional de 2009, ao identificar que 67% da população em situação de rua entrevistada são negros/as e pardos/as. Diante do exposto, inferimos que o fenômeno em tela no Brasil tem raízes profundas com o fim da abolição da escravatura, inclusive merecendo estudos mais aprofundados, dada a escassez de pesquisas acadêmicas que versam sobre essa relação. Aliás, a relação entre a questão racial e a população em situação de rua requer investigações analíticas mais minuciosas, haja vista que essa população, em sua maioria, é formada por homens e mulheres negros/as, como este e outros estudos já demonstraram. Assim, concluímos que é de fundamental importância a realização de estudos futuros que tratem acerca das condições de trabalho e de vida da população negra

após o fim da escravidão no Brasil. Além disso, inferimos que são importantes também estudos que versem sobre a população em situação de rua e sobre a questão racial em nosso país.

Na nossa compreensão, a transição do trabalho escravo para o trabalho chamado livre deu-se com a inserção do Brasil no capitalismo mundial de forma extremamente dependente, por um processo de industrialização tardia e de urbanização acelerada, que gerou uma profunda desigualdade social como marca estruturante da exploração desmedida da força de trabalho. Nesse processo, o Estado aliou-se à burguesia racista e conservadora para a manutenção da acumulação de capital por uma minoria, consequentemente, para a pobreza de outro lado. De fato, o Estado teve uma participação fundamental para a formação socioeconômica brasileira e assumiu o protagonismo do processo de modernização econômica, principalmente nos anos 1930.

Nesse cenário, o desemprego e o trabalho precarizado são características estruturais na formação do mercado de trabalho, gestados na exploração da força de trabalho, com baixa proteção social e com péssima remuneração. Com isso, as cidades brasileiras cresceram e se modernizaram às custas das desigualdades sociais resultantes de relações de dominação e de exploração da força profissional, o que reverbera em diversas expressões da *questão social*, como a (re)produção do fenômeno social população em situação de rua.

Outra questão fundante explicativa para as profundas desigualdades está nas transformações das cidades a partir da divisão social do trabalho, em especial a partir dos anos 1930, em que a industrialização do Brasil teve como principal objetivo atender às demandas do mercado mundial, acarretando uma urbanização acelerada e uma excessiva concentração da população nos grandes centros urbanos, *a priori* nas regiões Sul-Sudeste do país.

A industrialização no Brasil deu-se com uma forte dependência dos países imperialistas mundiais. Aliás, a consolidação do capitalismo mundial e da burguesia internacional só foi possível com a exploração e a dominação dos países periféricos, a exemplo do Brasil. A fase imperialista mundializou o capital, por meio da espoliação dos recursos naturais de países dependentes e mais pobres pelos grandes centros capitalistas mais ricos e desenvolvidos, que, em larga medida, conseguiram manter a hegemonia no setor produtivo em áreas bastante lucrativas. Esse processo culminou com a adesão da classe dominante, a oligarquia tradicional, com o intuito da consolidação de seu poder econômico e político na hegemonia do Estado, expropriando o fundo público, colocando-o a favor de seus

interesses. Mesmo com todo o desenvolvimento industrial, a burguesia não superou os traços da formação socioeconômica colonialista e racista, mantendo-se numa aliança com o Estado para a acumulação de capital por meio da exploração da força de trabalho barata e abundante no país.

Nos diversos tempos sócio-históricos, o Brasil manteve uma agenda política externa e interna voltada prioritariamente para acelerar a integração do Brasil ao imperialismo, principalmente aos Estados Unidos. O Estado possibilitou a entrada de capital estrangeiro, que foi responsável por alavancar a renovação das indústrias brasileiras com a aquisição de novas tecnologias, tornando-as mais competitivas no âmbito internacional. Enquanto isso, a classe trabalhadora sentia os impactos da crise econômica no aumento do custo de vida e na ameaça do desemprego.

Como resultado disso, para se viver nas cidades, é enorme o desafio para a maioria da população brasileira, devido à segregação urbana e racial inerente ao modelo de capitalismo extremamente desigual, impondo a mercantilização dos espaços urbanos sem respeito aos interesses coletivos e degradando o meio ambiente. As transformações capitalistas e urbanas determinaram uma organização do espaço urbano à luz da acumulação de capital, expondo visivelmente as diversas expressões da *questão social*, como a pobreza, a mendicância, a discriminação social e racial, a favelização e a presença de pessoas em situação de rua.

De fato, as constantes configurações capitalistas trouxeram inflexões deletérias para a classe trabalhadora, especialmente a partir da reorganização da produção e gestão do trabalho, denominada taylorista/fordista, e da agenda neoliberal iniciada nos anos 1990 no Brasil. As mudanças neoliberais têm provocado o agravamento das desigualdades sociais por meio das constantes regressões dos direitos trabalhistas e dos ataques às políticas sociais, ampliando significativamente o desemprego e a pobreza. Nesse cenário, assistimos ao crescimento da população em situação de rua, sobretudo nos grandes centros urbanos, em que o desenvolvimento econômico priorizou o enriquecimento de uma parcela minoritária da sociedade, fato ocorrido também nas cidades que compõem o campo da pesquisa.

Em resumo, o capitalismo no Brasil deu-se sob uma forte dependência do capital estrangeiro, que forjou relações sociais bastante desiguais, aprofundadas com a implantação de uma agenda neoliberal em sucessivos governos, como já detalhado, voltadas para atender à acumulação de capital de grandes empresas.

Como resultado disso, temos a ampliação de um contingente de trabalhadores/as empurrados/as para o desemprego estrutural e para o mercado informal, com um baixo nível de proteção social. Portanto, trabalhadores/as desempregados/as e concentrados/as no mercado de trabalho informal são expostos/as ao pauperismo.

O Ceará adentrou no cenário do capitalismo nacional e internacional a partir da intensificação da produção e do comércio do algodão, matéria-prima importante para as indústrias estrangeiras e para o mercado internacional. A industrialização no Ceará teve como grandes desafios a seca e a escassez de água, impeditivos para a formação de um mercado de trabalho sob as bases de contratos com salários e direitos mais amplos se compararmos ao eixo Sul-Sudeste do Brasil. O estado, sob a égide das transformações econômicas e da expansão populacional, cresceu com a implantação da industrialização e da exploração das riquezas naturais, principalmente a partir dos anos 1980, nos governos do empresário Tasso Jereissati (1987-1991, 1995-1999 e 1999-2003) e Ciro Gomes (1991-1994), os chamados “Governos das Mudanças”.

A inserção do Ceará no capitalismo internacional trouxe repercussões para a cidade de Fortaleza, que teve uma urbanização marcada pela migração de sertanejos/as fugindo das constantes secas no sertão para a cidade e pela ausência de políticas públicas que possibilitassem a convivência com as condições hídricas e climáticas do semiárido dos sertões cearenses. As famílias abandonavam suas pequenas propriedades ou eram dispensadas pelos/as fazendeiros/as em face da fome, da morte de animais e vegetações, da falta de água e de outros impactos advindos dos períodos de secas prolongadas. Os/As sertanejos/as transformavam o cenário da cidade à medida que residiam nas ruas, praças, prédios abandonados e esquinas, realizando a mendicância ou trabalhos ocasionais como alternativas de acesso à renda. Desde os anos 1930, a urbanização da cidade já movimentava a exportação de produtos agrícolas, em especial em torno da economia algodoeira. O grande fluxo migratório dos/as sertanejos/as na busca de trabalho diante da precariedade da economia rural e também dos efeitos deletérios das grandes secas no Ceará deu início à formação das favelas.

No Ceará, o projeto modernizador implantado pelos “Governos das Mudanças” nos anos 1970 e início dos anos 1980 representou a consolidação de um grupo de empresários/as com o único intuito de ampliar os empreendimentos de suas famílias, dando fim ao “Ciclo dos Coronéis”, como também tratamos aqui. Em síntese, os “Governo das Mudanças”, por meio da expropriação do fundo

público, com a direção política e jurídica do Estado, implantaram uma agenda neoliberal mediante uma radical reforma administrativa e um severo ajuste fiscal. O projeto modernizador tinha como pilar básico alavancar a industrialização e o potencial turístico do Ceará, destinando volumosos investimentos para infraestrutura sob as bases da exploração de uma força de trabalho abundante e barata no Ceará.

A capital do Ceará, Fortaleza, transformou-se para atender ao projeto modernizador e à expansão capitalista, subordinada aos interesses do mercado brasileiro e internacional. O Estado e a elite construíram uma política urbana voltada para a mercantilização dos espaços urbanos, sem compromisso com a preservação da memória coletiva e das riquezas ambientais. Nesse cenário de contradições sociais, o fenômeno social população em situação de rua é também uma das expressões da *questão social*, sendo resultante de um modelo de urbanização desigual, alicerçado na exploração da classe trabalhadora. Como uma grande metrópole, Fortaleza é o retrato das diversas expressões da *questão social* inerentes ao modelo de desenvolvimento urbano de caráter neoliberal, perverso e marcado por profundas desigualdades econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais.

O ápice da industrialização no Ceará teve como grande marco a inauguração do projeto final do distrito industrial de Maracanaú, nos anos 1970, responsável por uma urbanização acelerada, desordenada e desigual da cidade. Em virtude da proximidade de Fortaleza e da existência de terrenos em Maracanaú, Virgílio Távora, então governador da época, lançou um programa que possibilitou o deslocamento de indústrias do Sudeste, principalmente de São Paulo, para Maracanaú. As indústrias contaram ainda com infraestrutura necessária, isenção fiscal e força de trabalho abundante e barata. Assim, Maracanaú tornou-se a cidade com o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará, extremamente importante do ponto de vista econômico.

Em contrapartida, a industrialização influenciou enormemente a urbanização de Maracanaú, acelerada e subordinada à garantia de acumulação de capital por parte de grandes empresas instaladas no município pela expropriação da força de trabalho, apropriação de recursos públicos e degradação ambiental. Além disso, a cidade se destaca pelos altos índices de violência urbana. Não diferentemente do que ocorre em outras cidades, o crescimento desigual contribui significativamente para o surgimento das diversas expressões da *questão social*, a exemplo da população em situação de rua nos espaços urbanos da cidade.

Quanto à cidade de Caucaia, uma cidade entre mar, sertão e serra, o turismo é um dos principais responsáveis pela expansão urbana, que se consolidou por meio da instalação de empreendimentos para atender aos turistas nacionais e internacionais e com a construção de intervenções necessárias ao Porto de Pecém, com total desrespeito às praias, às dunas, aos mangues e ao povo originário indígena. A instalação de parte dos empreendimentos acirrou a disputa pelo direito à terra contra o avanço da especulação imobiliária, colocando em xeque a fauna e a flora, que abrigam plantas nativas e um ecossistema fundamental à vida. A especulação imobiliária é uma das principais responsáveis pelo desmatamento, destruição das dunas e ocupação irregular das praias para a construções de hotéis, condomínios, *resorts* e restaurantes. Caucaia é reflexo da exploração das praias e do mar para fins exclusivamente de acumulação de capital, mostrando visivelmente diversas expressões das contradições sociais forjadas na relação destrutiva com a natureza e desrespeitosa com o povo originário da cidade.

Diante do exposto, constatamos que as três cidades do campo empírico da presente tese têm a marca da desigualdade estrutural, sob os pilares de um desenvolvimento econômico e de uma urbanização voltados à acumulação do capital, em detrimento das condições de trabalho e de vida da maioria da população. As desigualdades sociais estão estampadas nas praças, viadutos, prédios abandonados e nas ruas das referidas cidades.

Caucaia, Fortaleza e Maracanaú possuem os maiores índices de homens e mulheres em situação de rua do Ceará, conforme demonstrado em dados neste trabalho. As narrativas socializadas pelos/as entrevistados/as e as leituras realizadas nos revelaram as manifestações e as formas de trabalho da população em situação de rua nos espaços urbanos das cidades, que merece que as destaquemos.

O campo empírico desta tese mostrou que o desemprego e o trabalho precarizado surgem como dois dos principais fatores que levam as pessoas à situação de rua, bem como à sua permanência. Em seguida, surgiram os conflitos familiares; a perda da moradia; o uso abusivo de álcool e/ou drogas; a perda de membros familiares; o trabalho infantil; e os diversos adoecimentos, apontados também como aspectos para que os/as entrevistados/as passassem a ter as ruas como espaços de moradia e sustento. Dito isso, reafirmamos que o fenômeno aqui abordado é multifacetado e repleto de multideterminações que estão intimamente

relacionadas entre si, bem como inserido na totalidade das desigualdades estruturais no Brasil.

O mundo do trabalho faz parte do cotidiano das pessoas em situação de rua, sendo inclusive uma preocupação recorrente dos/as participantes da nossa pesquisa. Nas suas trajetórias, os sujeitos deste estudo sempre trabalharam, seja no mercado formal ou informal. Entre os/as entrevistados/as, 90% responderam que já haviam trabalhado com a carteira profissional assinada antes de estarem em situação de rua, principalmente em empresas terceirizadas e prestadoras de serviços na área de vigilância, serviços gerais e outras. Aliás, o trabalho informal não é algo novo no mundo laboral, especialmente no Brasil, em face das questões histórico-estruturais. Entretanto, as transformações capitalistas e os constantes ajustes estruturais impostos à economia, em especial com a agenda neoliberal e com a ampliação da flexibilização de trabalho, tornam o trabalho informal e precarizado cada vez mais a tendência hegemônica. Assim, acreditamos que, no que concerne à população em situação de rua, vivenciaremos um aumento e mudanças de perfil, sendo composta por trabalhadores/as advindos/as do desemprego, em especial no contexto pandêmico em curso.

As profundas mudanças estruturais no capitalismo, máxime com o modelo fordista/keynesiano, aprofundadas no modelo toyotista/neoliberal, o incremento tecnológico e a ampliação da terceirização significaram a redução da dependência da classe trabalhadora na produção e nos setores de serviços. A terceirização redundou na rotatividade de trabalhadores/as nas empresas, no desemprego estrutural e em perdas de direitos trabalhistas e previdenciários.

De fato, as transformações tecnológicas e as alterações no mundo do trabalho têm como principal impulso a redução do trabalho vivo, diminuindo gradativamente o número de trabalhadores/as e o custo com a força de trabalho. Diante disso, vivenciamos a ampliação da população trabalhadora excedente e não absorvida pelo capital, que se transforma em base da acumulação capitalista à medida que representa uma reserva da força de trabalho, capital variável em potencial. Com isso, o capitalismo amplia cada vez mais o exército industrial de reserva, trabalhadores/as desempregados/as e submetidos/as às formas de trabalho precarizadas, sem proteção aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Diferentemente da pesquisa nacional realizada em 2009 pelo Governo Federal, esta tese identificou que a maioria dos/as entrevistados/as trabalhou no mercado formal, em empresas terceirizadas nas áreas de vigilância, serviços gerais, construção civil e outras. Acreditados que pessoas em situação de rua que

tiveram experiências de trabalho com carteira profissional assinada estão relacionadas à industrialização tardia e subsidiária do Ceará no cenário nacional e internacional, no contexto da implantação de uma agenda neoliberal aliada aos grandes investimentos na industrialização a partir do projeto modernizador impetrado pelos “Governos das Mudanças”. Este resultado encontrado na nossa pesquisa é extremamente relevante e que merece estudos futuros e mais aprofundados.

As profissões mais citadas pelos/as entrevistados/as foram nas áreas de vigilância, construção civil e serviços gerais, destinadas geralmente a profissionais com baixa escolaridade e com parca qualificação profissional, submetidos/as a baixos salários, extensa carga horária, comumente com mais restrição de direitos e proteção social, submetidos/as à alta rotatividade e mais vulneráveis ao desemprego. São profissões que vivenciam mais severamente os rebatimentos da terceirização e da alta rotatividade nas empresas, características importantes na ampliação da exploração da força de trabalho na atual fase do capitalismo em todo o mundo. As constantes transformações capitalistas trouxeram impactos deletérios para o mundo laboral, a partir dos anos 1980, em todas as economias capitalistas, aprofundando a cada dia a exploração da força de trabalho a favor da acumulação de capitais.

Mesmo com experiências anteriores de contratos formais de trabalho, identificamos que os/as entrevistados/as são desempregados/as ou trabalham no mercado informal em condições extremamente precarizadas, como os/as flanelinhas ou vigias de carros, catadores/as de materiais recicláveis e artesãos/ãs, com diversos bicos. As ocupações são realizadas no contexto das ruas, sem renda fixa, sem cobertura previdenciária e sem direitos trabalhistas, em condições bastante insalubres e degradantes, sob uma extensa carga horária de trabalho, sendo desvalorizadas pela sociedade e pelo poder público. A contratação da modalidade via terceirização é responsável pela elevada taxa de rotatividade do mercado de trabalho brasileiro. No Brasil, a força de trabalho abundante e barata contribui enormemente para a rotatividade e total subordinação dos/as trabalhadores/as às empresas terceirizadas.

Entre as ocupações expostas pelos/as entrevistados/as, pretendemos ressaltar que a dinâmica do trabalho dos/as catadores/as de materiais recicláveis é parte constituinte da cadeia de produção e da circulação de novas mercadorias a partir da reciclagem. Os/As catadores/as de materiais recicláveis contribuem com a inserção da matéria-prima para as indústrias e ainda contribuem na redução dos

impactos ambientais causados pelos materiais descartados nas cidades, que são colocados nas calçadas, aterros sanitários ou lixões. Entretanto, esses/as trabalhadores/as são expropriados/as do acesso a parte dos lucros auferidos pelas indústrias e dos seus direitos. Somado a isso, os/as catadores/as não possuem acesso aos equipamentos de proteção sob a responsabilidade das empresas ou do poder público, tendo contato direto com resíduos orgânicos contaminados e materiais cortantes, perfurantes e enferrujados. Com já sabemos, o capital não tem nenhum respeito pela saúde e pela vida do/a trabalhador/a, nos termos de Marx (2013), ao contrário, o que aqui constatamos é uma extrema desigualdade entre os lucros do setor empresarial e as condições de trabalho e de vida desses/as trabalhadores/as.

É sabido que a lógica da produção e do consumo tem sido cada vez mais pautada na redução do tempo de vida útil das mercadorias como estratégia de agilizar o ciclo reprodutivo e a ampliação dos lucros. Dessa forma, o aumento da produção e do consumo de mercadorias sem controle e sem respeito aos recursos naturais e ao meio ambiente tem contribuído para a ampliação dos lucros e da destruição do planeta, em que a população mais pobre é a que mais sente os impactos ambientais daí decorrentes. A obsolescência programada e a redução na taxa de utilidade das mercadorias são estratégias para o aumento da produção e do consumo, mesmo que a ampliação do volume de resíduos sólidos traga severos prejuízos ao meio ambiente e à saúde da população. A aceleração do consumo e a exploração dos recursos naturais têm causado a produção desenfreada de resíduos sólidos e seu descarte indevido ocasiona a poluição das águas de rios, lagoas, praias, mangues e lençóis freáticos. Essa é lógica destrutiva do capital, nos termos de Mészáros (2011).

Essa forma de produção e de consumo de mercadorias implicam a destruição da natureza. As empresas não possuem nenhuma responsabilidade com o destino final das mercadorias vendidas. Nesse contexto, os/as catadores/as responsáveis pela coleta e pela seleção de resíduos sólidos necessários à produção de “novas” mercadorias têm a sua força de trabalho expropriada. A produção de mercadorias em diversas áreas, em especial de bens duráveis, e o incentivo ao consumo desenfreado pelas camadas com maior poder econômico têm garantido a maximização dos lucros de grandes corporações por meio da destruição do meio ambiente e da exploração da força de trabalho.

As idas e vindas ao campo da pesquisa desta tese nos mostraram um número significativo de pessoas em situação de rua que trabalha com a coleta de

resíduos sólidos como única forma de acesso à renda nos espaços urbanos: homens e mulheres que trabalham em condições precarizadas e insalubres. Por conta disso, podemos inferir que agudizam o estigma do preconceito e da discriminação pela sociedade em relação a população em situação de rua.

A precariedade do trabalho e a renda ínfima com a venda do material coletado para os depósitos mostram que são insuficientes para garantir o acesso à moradia, à alimentação e aos bens produzidos coletivamente pelo conjunto da classe trabalhadora, conforme os relatos coletados. Por outro lado, empresários/as lucram imensamente com o trabalho dos/as catadores/as, que garantem a matéria-prima para a transformação de novas mercadorias. A cadeia produtiva que envolve o reaproveitamento dos resíduos sólidos coletados é sustentada por um contingente de trabalhadores/as em condições extremamente precárias e insalubres, desprotegidos/as de direitos trabalhistas e previdenciários. O campo empírico em questão mostrou a estreita relação entre a população em situação de rua e as atividades de coleta de lixo, principalmente nos grandes centros urbanos.

Sinalizamos para a importância da organização desses/as trabalhadores/as articulada aos diversos movimentos sociais e sindicais pelo acesso ao trabalho digno e à proteção social. Ressaltamos a importância do envolvimento da universidade em torno da temática pertinente aos/às catadores/as de materiais recicláveis e da interface desse trabalho com o meio ambiente.

Pontuamos ainda é quase impossível circularmos pelas ruas sem percebermos esses/as trabalhadores/as, como os/as flanelinhas nos semáforos limpando os para-brisas dos carros ou realizando a vigilância de transportes particulares nas vias públicas nos grandes centros urbanos. Esses/as trabalhadores/as encontram nessas ocupações uma estratégia à renda, construindo uma identidade com o local e demarcando espaços públicos, redes de solidariedade e de confiança entre os/as moradores/as, os/as comerciantes e os/as transeuntes.

Por outro lado, também as entrevistas realizadas nos evidenciam a incidência de conflitos entre os/as flanelinhas, a criminalização e a desqualificação dessas pessoas nos espaços públicos por parte da sociedade e do poder público, ao associá-los/as à criminalidade e aos furtos de veículos. Os/As participantes da nossa pesquisa vivenciam a estigmatização e a intolerância, por serem vistos/as como uma ameaça à vida e à propriedade privada. No Brasil, a profissão de flanelinha é respaldada em lei, no entanto são inexistentes legislações municipais que regulamentem as atividades de flanelinhas nas cidades.

Os relatos coletados nas entrevistas desta pesquisa nos mostraram que os/as entrevistados/as que trabalham com o artesanato encontram inúmeras dificuldades no exercício dessa atividade, como: de acesso ao material para a confecção das peças, de espaços para a guarda e de pagamento suficiente nas vendas. A renda adquirida com a venda das peças é usada praticamente no acesso à alimentação, sendo, portanto, insuficiente para prover o acesso à moradia e as necessidades humanas.

Além dessas, outras atividades surgiram como estratégias de acesso à renda, a saber: servente, lavador/a de roupas, ajudante em depósitos ou feiras livres, vendedor/a ambulante e artista de rua. Diante disso, podemos concluir que a população em situação de rua entrevistada trabalha somente no mercado informal, em condições precarizadas, com baixíssima renda e com muitas dificuldades para acessar os serviços públicos. Na realidade, o trabalho informal tem sido para muitos/as trabalhadores/as a única forma de auferir alguma renda para seu próprio sustento e o de suas famílias. Nessa fileira, encontramos jovens, homens, mulheres e idosos/as sem boas perspectivas para o futuro com trabalho com direitos.

Vale relembrar que o trabalho informal e precarizado surge como uma particularidade na formação social e econômica brasileira, sendo central na reprodução das desigualdades sociais sob a intervenção estatal comprometida com a ampliação dos lucros do capital, que se mantém vigente até os dias atuais. Aliás, com o atual aprofundamento das diretrizes neoliberais – denominados de até o ultraneoliberal – vivenciamos o aprofundamento do desemprego estrutural e do trabalho informal, o que resulta cada vez mais no empobrecimento da classe trabalhadora. No caso dos/as participantes da nossa pesquisa, homens e mulheres expulsos/as do mercado formal em função da redução de postos de trabalho advinda com as mudanças no mundo profissional, sobretudo com a ampliação desmedida da terceirização e da rotatividade nas empresas, surgindo daí o motivo de os/as entrevistados/as passarem a ter as ruas como espaços de moradia e sustento nos diversos espaços urbanos.

As mudanças no mundo do trabalho ampliaram o contingente de trabalhadores/as lançados/as por tempo indeterminado no desemprego estrutural e no trabalho precarizado, realizando ocupações aparentemente sem relevância, como as encontradas no nosso campo empírico. De fato, há uma parcela imensa de trabalhadores/as que vive no pauperismo, sem perspectiva de retorno ao trabalho com proteção social. Diante disso, inferimos que a população em situação

de rua é parte constituinte do exército industrial de reserva, porém forma uma parcela trabalhadora excedente, com mínimas possibilidades de ser absorvida no circuito da acumulação do capital. Na sua maioria, a população em situação de rua não compõe as grandes massas humanas disponíveis a serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, quebre a produção em outras esferas, conforme Marx (2013).

As revoluções tecnológicas impactaram severamente o mundo do trabalho, redundando na ampliação das exigências de habilidades, de qualificações e de maior escolaridade e concorrência entre a classe trabalhadora, simultaneamente, no as políticas de proteção social que vêm sendo delineada no nosso país, contribuem no aumento da população em situação, sendo esta que sente as enormes barreiras no acesso ao trabalho formal. A população em situação de rua é parte constituinte de um contingente de trabalhadores/as fadado ao desemprego por tempo indeterminado ou permanente, sem condições de disputar as parcas vagas no mercado de trabalho formal em razão da ausência de documentação, endereço convencional, baixa escolaridade e qualificação profissional, com diversos problemas de saúde e a presença abusiva de álcool e outras drogas. Tais barreiras foram confirmadas em nosso campo empírico.

Em face dessa realidade, os/as entrevistados/as indicaram ser dever do poder público e das empresas construir estratégias de acesso ao trabalho formal, considerando a realidade da população em situação de rua. Em diversos depoimentos, foi recorrente a proposta de que o poder público deveria estipular que as empresas terceirizadas selecionadas em processos licitatórios deveriam priorizar vagas para a população em situação de rua como uma forma de construção de novas possibilidades e projetos de vida para essas pessoas.

Em todas as entrevistas desta pesquisa, os depoimentos se dirigiram para a importância da articulação entre o acesso ao trabalho e para a política habitacional, de modo que homens e mulheres em situação de rua construam novos projetos de vida e processos de saída das ruas. Nesse processo, é imprescindível a articulação entre as políticas sociais também como possibilidades de acesso aos direitos e melhores condições de vida dessa população.

No tocante às políticas públicas, os/as entrevistados na nossa pesquisa afirmaram que as mais acessadas são as políticas de saúde e de assistência social. Também foram as políticas em que percebemos uma maior articulação ao prestar atendimentos à população em situação de rua. Os relatos evidenciaram que o acesso às políticas públicas também é permeado de vivências

discriminatórias e preconceituosas por parte dos/as profissionais e dos/as demais usuários/as. Os/As entrevistados/as foram unânimes ao afirmar que a articulação entre as políticas de saúde, assistência social, educação, segurança alimentar, lazer, esporte, cultura, trabalho, geração de renda, habitação e saúde mental é fundamental para a população em situação de rua. No entanto, é um longo caminho necessário e urgente a ser conquistado por essa população, principalmente no contexto de retração do Estado e de redução de recursos financeiros destinados às políticas sociais no Brasil, além do agravamento das condições econômicas agravadas pelos efeitos do isolamento social e do fechamento parcial das indústrias e do comércio por conta da pandemia de Covid-19 no Brasil.

Na atualidade, as políticas sociais sofrem os rebatimentos do congelamento do teto de gastos com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, no governo de Michel Temer. A redução do financiamento das políticas sociais repercute diretamente na precarização das políticas sociais, afetando diretamente a oferta de serviços e penalizando ainda mais a população pobre deste país, como os indivíduos e famílias que têm as ruas como espaços de moradia e sustento, principalmente em um contexto de aprofundamento da crise econômica em face da pandemia de Covid-19 ainda em curso.

A pandemia de Covid-19 produz significativas consequências sanitárias, mas também econômicas, sociais, políticas e culturais em âmbito mundial, evidenciando as fragilidades das políticas econômicas e das políticas sociais que já mereciam ser analisadas pelos governantes, no caso do Brasil. O isolamento parcial fechou milhões de postos de trabalho no nosso país, principalmente os dos/as trabalhadores/as que têm o setor informal como forma de auferir renda e sustento. A população negra, pobre e de baixo nível de escolaridade é a mais afetada pelas consequências econômicas. Contudo, reafirmamos que a informalidade e o trabalho precarizado são traços histórico-estruturais que se agravam cada vez mais com a ampliação das desigualdades sociais entre as classes sociais.

Dessa forma, os governos e a sociedade civil devem ampliar o debate acerca da população em situação de rua – formada por trabalhadores/as predominantemente desempregados/as e trabalhando na informalidade, sem possibilidade de concorrerem às exigências de empregabilidade do mercado formal de trabalho – tornar-se o segmento que mais sente os impactos da crise econômica. Ante a ausência de dados atuais sobre o número de pessoas em

situação de rua, é possível afirmar que o seu aumento é resultante do aprofundamento da crise econômica e social do país, mas significativamente intensificada pela pandemia de coronavírus ainda em curso, o que poderá alterar o perfil desse contingente populacional, como o número de famílias em situação de rua e trabalhadores/as recém-demitidos/as que perderam suas moradias pela impossibilidade de arcar com os valores dos aluguéis ou foram despejados/as dos imóveis.

Quanto às orientações sanitárias dos órgãos de saúde, a sociedade deveria adotar o isolamento, distanciamento social e atitudes de higiene, porém a população em situação de rua permanece nas ruas, sob extrema pobreza e exposta aos riscos da doença, com dificuldades de acesso ao atendimento nas instituições de saúde. Além disso, essa população enfrenta a redução da oferta de trabalho, renda e doações em virtude da ausência de circulação social nas ruas. Identificamos que, considerados os limites de recursos, as cidades de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia ofertaram ações voltadas para o atendimento e o acolhimento emergencial aos casos de contaminação pelo novo coronavírus, conforme orientações da Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A divergência e a ausência do quantitativo do contingente populacional em situação de rua são desafios para a elaboração e para o monitoramento de políticas públicas voltadas para esse segmento. É necessária a definição de uma metodologia que considere a realidade e a elevada mobilidade da população em situação de rua nos espaços urbanos, entre as cidades e estados, que deve ser tratada com muito rigor científico e respeito pelos/as pesquisadores/as. Inclusive a referida mobilidade dessa população requer atenção especial para a definição de uma metodologia apropriada para a realização de pesquisas.

A partir dos relatos coletados nas 28 entrevistas, a escolha do território ou espaço urbano está intimamente relacionada às estratégias de acesso ao trabalho, à renda, à alimentação, à segurança e a tantas outras motivações, como identificamos no campo da pesquisa. Os laços de afetividade e de solidariedade são construídos com os/as transeuntes, com os/as proprietários/as dos comércios e com as instituições existentes nos territórios. O campo da pesquisa apontou ainda que a mobilidade é um importante recurso aos serviços ofertados por instituições públicas ou organizações não governamentais nas três cidades campo da pesquisa. A mobilidade dos/as entrevistados/as entre as cidades é motivada também pela proximidade, pela relação de fronteiriça e pela oferta de transportes

públicos. As formas de trabalho realizadas pelos/as entrevistados/as necessitam de uma grande mobilidade pelas ruas das cidades. Ademais, os/as entrevistados/as que realizam diversos tipos de bicos geralmente caminham em busca de alguma oferta de trabalho.

A aprovação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) em 2009 foi uma conquista importante da organização dessa população e uma articulação com representantes da sociedade civil, de entidades e do poder público, dialogando acerca das particularidades e demandas dessa população. No entanto, a consolidação da política nacional significa um longo percurso, ainda em curso, na perspectiva de superação do caráter filantrópico, assistencial e caritativo, que historicamente tem marcado o atendimento à população em situação de rua no Brasil. A aprovação da PNPR em lei, como um dever de Estado e direito da população em situação de rua, permanece na ordem do dia e fundamental para o acesso aos direitos sociais desse segmento populacional.

Os/As entrevistados/as propiciaram um mergulho no processo de organização e participação da população em situação de rua, por meio do Comitê Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua (Cepop), do Fórum da Rua e do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Entre as cidades selecionadas para o estudo, apenas Fortaleza possui o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua em âmbito municipal. Em Maracanaú e Caucaia, cidades com a presença significante de pessoas em situação de rua, é um caminho a trilhar na aprovação da Política para a População em Situação de Rua, bem como a criação de seus comitês, evitando a fragilização dos serviços voltados para essa população.

Diversos relatos afirmaram a importância da mobilização e organização política da população em situação de rua em prol do reconhecimento dos seus direitos sociais e que esse caminho é repleto de dificuldades. Identificamos que a maioria dos/as entrevistados/as participa de algum espaço de debate e de organização. Concluímos que MNPR, o Fórum da Rua e os Comitês de Monitoramento são fundamentais para a mobilização, formação política e organização dessa população.

Todos/as os/as entrevistados/as concordaram que é imprescindível o processo organizativo, reconhecendo que esse caminho é repleto de dificuldades, dadas as condições sociais a que é submetida a população em situação de rua nos espaços urbanos. Assim mesmo, as narrativas dos/as entrevistados/as afirmaram

que a organização política é fundamental para o debate e encaminhamentos necessários às suas demandas. A partir do último Congresso Nacional da População em Situação de Rua, as principais reivindicações do MNPR e do Fórum da Rua foram o acesso à moradia e ao trabalho. Os/As entrevistados/as mencionaram que as principais demandas, desejos ou sonhos giram em torno do acesso à moradia e ao trabalho, por serem necessários ao seu processo de saída das ruas e construção de novos projetos de vida. As reivindicações são realizadas por meio de audiências públicas, participação de conselhos de políticas públicas, fóruns de rua, comitês, congressos, marchas, intervenções culturais nas praças, conferências e articulações com entidades e movimentos sociais comprometidos com os direitos dessa população. Para os/as entrevistados/as, trabalho e moradia devem caminhar juntos. Para o representante do MNPR/CE (2019), "*Não podemos pensar na população em situação de rua sem mexer nas estruturas sociais desse país*".

A organização da população em situação de rua é um enorme desafio a ser enfrentado e construído. É uma agenda urgente. As condições de vida que desumanizam homens e mulheres em situação de rua nos levaram à afirmação de outra premissa: que, mesmo diante das condições de vida aviltantes, os/as entrevistados/as constroem percursos, vivências e estratégias em prol de seus direitos e pelo fim das diversas formas de violências e violações nos variados espaços urbanos das cidades campos da nossa pesquisa, em que a culpabilização da pobreza é desvelada sem o menor constrangimento cotidianamente. O movimento da população em situação de rua tem sempre chamado a atenção para a reatualização do conservadorismo por parte da sociedade e por diversos governos, inclusive o Governo Federal, no trato das expressões da *questão social,* a exemplo da fenômeno população em situação de rua na atual conjuntura nacional.

O desafio de garantir direitos pressupõe um amplo debate e ações construídas coletivamente, visando à organização política da população em situação de rua no acesso ao trabalho, à moradia, à convivência familiar e comunitária, ao respeito ao modo de vida e ao acesso às políticas sociais que permitam superar as violações de direitos, ampliar as condições para o usufruto dos serviços urbanos e ter direito aos bens produzidos coletivamente.

Concluímos almejando que os caminhos traçados nesta tese propiciem um debate crítico, ético e propositivo na perspectiva da construção de reflexões, com vistas a romper as formas discriminatórias e a reconhecer os direitos e bens

produzidos coletivamente pela população em situação de rua. Esperamos que a possa constituir um elo entre a produção do conhecimento e a práxis social, como uma perspectiva do compromisso profissional da categoria de assistentes sociais, bem como dos outros profissionais envolvidos com os direitos da população em situação de rua.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. 2012. Disponível em: http://www.abepss.org.br. Acesso em: 10 mar. 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Informalidade cresce e atinge 37,3 milhões de trabalhadores em 2017. **Exame**, São Paulo, 5 dez. 2018. Disponível em: https://exame.abril.com.br/economia/informalidade-cresce-e-atinge-373-milhoes-de-trabalhadores-em-2017-diz-ibge/. Acesso em: 12 out. 2019.

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. Diagnóstico socioambiental e contribuições para o planejamento ambiental do município de Maracanaú-CE. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 15, p. 108-125, 2005.

ALMEIDA, Mardônio; MELO, Ricarlos. **Poema a Maracanaú**. Disponível em https://www.recantodasletras.com.br/poesias-concretas/4409630. Acesso em: 6 set. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é o racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Castro. **Os escravos**: poema brasileiro. Rio de Janeiro: Serafim José Alves, 1884.

ALVES, Elioenai Dornelles; FERREIRA, Telma Leonel; FERREIRA, Isaías Nery. **Hanseníase**: avanços e desafios. Brasília, DF: Nesprom, 2014.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

ALVES, Giovanni *et al.* **Dimensões da crise do capitalismo global**: o Brasil e a crise da mundialização do capital. Londrina: Praxis, 2009.

ANCAT. **Anuário da Reciclagem**. 2020. Disponível em: https://www.pragma.eco.br/#:~:text=anu%c3%a1rio%20da%20reciclagem%202020&text=surge%20como%20uma%20ferramenta%20destinada,na%20viabiliza%c3%a7%c3%a3o%20des. Acesso em: 7 fev. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias**: história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000.

ARAÚJO, Nancy Gonçalves de. A industrialização no Ceará: breves considerações. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 97-114, 2007.

ARRUDA, Pedro Fassini. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil**: 1889-1930. São Paulo: Expressão Popular, 2012. v. 2.

BALEIRO, Zeca. **À flor da pele**. Disponível em: http://www.vagalume.com.br/zeca-baleiro/discografia/. Acesso em: 30 ago. 2019.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015.

BARBOSA, Alexandre de Freitas (org.). **Brasil real**: a desigualdade para além dos indicadores. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BARBOSA, Jaqueline Caracas *et al.* Pós-alta em hanseníase no Ceará: limitação da atividade funcional, consciência de risco e participação social. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 61, n. esp., p. 727-733, 2008.

BATISTA, Marcos Aurélio M. **Poema Caucaia do Povo**. Disponível em: http://ascople2.blogspot.com/2013/10/um-poema-para-caucaia.html Acesso em: 6 set. 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social Europeus. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 754-803, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Revista Serviço e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, 2017.

BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. A corrupção e a dívida pública no Período Militar (1964-1985). **Auditoria Cidadã da Dívida Pública**, Brasília, DF, 18 nov. 2016a. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/conteudo/corrupcao-e-divida-publica-no-periodo-militar-1964-1985/. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRASIL. **Atendimento e Acolhimento Emergencial à população em situação de rua no contexto da pandemia da Covid-19**. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/Atendimento_e_Acolhimento_Emergencial.pdf. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Caucaia**. 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/. Acesso em: 3 jan. 2020.

BRASIL. **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0**: Cadastro Nacional de Presos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2018a.

BRASIL. **Boletim epidemiológico da população em situação de rua e violência**: uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017. Sistema de Informação de Agravos de Notificações (Sinan). Secretaria de Vigilância em Saúde - Ministério da Saúde. 2019a. Disponível em: https://www.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/13/2019-010-publicacao.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. **Censo SUAS 2018**: Resultados Nacionais, Centros de Referência da Assistência Social, Centro Pop. Brasília, DF: Coordenação Geral de Vigilância Socioassistencial, 2019b.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**: Relatório 1. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/. Acesso em: 25 fev. 2020.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 10 nov. 1937.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.135, 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 jun. 2007a.

BRASIL. Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Planapir, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jun. 2009a.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 2009b.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 abr. 2019c.

BRASIL. Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019. Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jun. 2019d.

BRASIL. Decreto nº 79.797, de 8 de junho de 1977. Regulamenta o exercício das profissões de guardador e lavador autônomo da veículos automotores, a que se refere a Lei nº 6.242, de 23 de setembro de 1975, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jun. 1977.

BRASIL. **Diagnóstico Intersetorial Municipal Caucaia/CE**: desenvolvimento das ações estratégicas Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília, DF., 2018b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/peti/diagonostico_brasil/958_priorit%c3%a1rios/ce-pri/2303709_ce_caucaia.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 1998.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2016b.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103 carteira verde amarela. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 nov. 2019e.

BRASIL. **Estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupada**. Brasília, DF: Funai, 2019f.

BRASIL. Ex-escravo brasileiro: autobiografia emociona com relato de sofrimento. **Vermelho.org**, São Paulo, 25 nov. 2015a. Disponível em: https://vermelho.org.br/2015/11/25/ex-escravo-brasileiro-autobiografia-emociona-com-relato-de-sofrimento/. Acesso em: 9 abr. 2020.

BRASIL. **Instrução Operacional Conjunta Senarc/SNAS/MDS nº 7, 22 nov. 2010**. Orientações aos municípios e ao Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único. Brasília, DF: MDS, 2010a.

BRASIL. **Lei Complementar nº 14, de 8 de julho de 1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Presidência da República. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jun. 2015b

BRASIL. **Lei nº 601, de setembro de 1850**. Rio de Janeiro, DF, 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=lei%20no%20601%2c%20de,sem%20preenchimento%20das%20condi%c3%a7%c3%b5es%20le. Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários**. Rio de Janeiro, DF, 1885. Disponível em: http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/280-lei-dos-sexagenarios**.** Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.242, de 23 de setembro de 1975. Dispõe sobre o exercício da profissão de guardador e lavador autônomo de veículos automotores, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 set. 1975.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 jan. 1989.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jun. 1993a.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1993b.

BRASIL. Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 jan. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007. Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 set. 2007b.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 ago. 2010b.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012a.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista

controladas pela União. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jun. 2014b.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 14 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

BRASIL. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro POP. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011a.

BRASIL. **PNAD Contínua 2017**: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano. 18 maio 2018c. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **PNAD Contínua**: Mercado de Trabalho Brasileiro 2018. 2019g. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 69, de 14 de maio de 2020**. Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19. 15 maio, 2020a. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-no-69-de-14-de-maio-de-2020/. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 out. 2011b.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 6.025, de 2016**. Institui o Dia da Luta da População em Situação de Rua. 2016c. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesweb/fichadetramitacao?idproposicao=2095152. Acesso em: 4 jul. 2020.

BRASIL. **Relatório de Informações Sociais**. Brasília, DF: Sagi, 2020b. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/riv3/geral/relatorio.php#grupos%20populacionais%20tradicionais%20e%20espec%c3%adficos. Acesso em: 5 set. 2020.

BRASIL. **Relatório de Informações Sociais**: Bolsa Família e Cadastro Único/Caucaia. Brasília, DF: Sagi, 2019h. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/. Acesso em: 3 jan. 2020.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 nov. 2009c.

BRASIL. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jan. 2012b.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2012c.

BRASIL. Resolução nº 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 mar. 1993.

BRASIL. Sociedade Amigos da Biblioteca Nacional. Dossiê Tráfico de Escravos. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 108, ed. 10, 2014c.

BRASIL. **Todos pela Educação**. Anuário Brasileiro da Educação Básica. São Paulo. 2019i. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/302.pdf. Acesso em: 22 dez. 2019.

BRAVO, Maria Inês Sousa. Política de saúde no Brasil. **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional, São Paulo, p. 1-24, 2006.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classe. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 468-492, 2012.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais, fundo público e “corrupção”: o caso da atuação das empreiteiras na obra da hidrelétrica de Tucuruí. **Projeto História**, São Paulo, v. 66, p. 81-114, 2019.

CARLEIAL, Liana. O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2014.

CARLOS, Ana; HOKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018.

CARVALHO, Sandra. **População adulta em situação de rua e o acesso saúde**. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

CASTRO ALVES, Antônio Frederico de. **Os escravos**: a canção do africano. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jp000009.pdf. Acesso em: 2 jul. 2020.

CAVALCANTE, Beatriz. Parque Industrial gera R$ 1,9 bilhão em riquezas para Maracanaú. **O Povo**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-2, 1º ago. 2019.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil**: avanços e desafios. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

CEARÁ. Associação para o Desenvolvimento Local (Adelco). Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. *In*: FERREIRA, Adelle Azevedo *et al.* **Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas**. Ceará: Adelco, 2017.

CEARÁ. **Boletim Epidemiológico Tuberculose [da] Secretaria de Saúde do Ceará**. Ceará, 21 mar. 2019a. Disponível em: https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/boletim_tuberculose_21_03_2019.pdf. Acesso em: 7 maio 2020.

CEARÁ. Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social (Cemaris). Secretaria da Proteção, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS). Disponível em: https://www.sps.ce.gov.br/sistemas/cemaris/ Acesso em: 30 abr. 2020.

CEARÁ. **Censo Penitenciário de 2013**. Fortaleza: SAP, 2014a. Disponível em: https://www.sap.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/17/2019/05/201904_boletimsap.pdf. Acesso em: 2 maio 2020.

CEARÁ. Decreto nº 31.571, de 4 de setembro de 2014. Institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua, no âmbito do estado do Ceará, cria o Comitê Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de rua, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Poder Executivo, Fortaleza, 4 set. 2014b.

CEARÁ. Decreto nº 33.361, de 14 de novembro de 2019. Regulamenta o disposto no art. 65, da Lei nº 16.032, de 20 de junho de 2016, que autoriza a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis - Programa Bolsa Catador, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Poder Executivo, Fortaleza, 14 nov. 2019b.

CEARÁ. **Indicadores criminais**: os principais indicadores criminais divulgados oficialmente pela SSPDS. Fortaleza: SSPDS, 2020. Disponível em: https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2/. Acesso em: 16 abr. 2020.

CEARÁ. **Plano Estadual de Atenção à População em Situação de Rua**. Fortaleza: STDS, 2018a.

CEARÁ. **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 31, de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126094. Acesso em: 20 out. 2020.

CEARÁ. PIB dos municípios cearenses. IPECE Informe, Fortaleza, n. 142, p. 1-24, 2018b. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/ipece-informe/. Acesso em: 5 jan. 2020.

CEMPRE. **Cempre reviem**. 2014. Disponível em: cumpre.org.br. Acesso em: 20 jun. 2020.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica. **Rua aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS, 2009.

CUT. **Dossiê Terceirização e Desenvolvimento, uma conta que não fecha**. São. Paulo: Dieese, 2014.

DEPEN. **Sistema de Informações Estatísticas do Departamento Penitenciário Nacional**. Brasília, DF: Infopen. Disponível em: hhtp;//.depen.pr.gov.br. Acesso em: 19 nov. 2020.

DIÁRIO do Nordeste. Agricultura foi a atividade que mais registrou trabalho infantil no Ceará em 2019. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 7 fev. 2020. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/online/agricultura-foi-a-atividade-que-mais-registrou-trabalho-infantil-no-ceara-em-2019-1.2208234. Acesso em: 8 maio 2020.

DIÁRIO do Nordeste. Favelas se distribuem no antigo leprosário. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 jul. 2008. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/favelas-se-distribuem-no-antigo-leprosario-1.225592. Acesso em: 2 maio 2020.

EDNARDO. Longarinas. **Álbum Acervo Especial**. 1993. CD.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço & Sociedade**, São Paulo, n. 114, p. 290-310, 2013.

FARIAS, Airton. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**: desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da “raça branca”. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FONTANELLA, Bruno José *et al.* Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar a saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 389-394, 2011.

FONTES, Virgínia Maria Gomes de Mattos. **O capital imperialista**: teoria e história. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

FORTALEZA. Decreto nº 13.471, de 18 de dezembro de 2014. Política Municipal para a População em Situação de Rua e o Comitê Municipal de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, 23 dez. 2014.

FORTALEZA. **Prefeitura entrega equipamentos para a população em situação de rua e apresenta censo**. Disponível em: https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-entrega-equipamentos-para-populacao-em-situacao-de-rua-e-apresenta-censo. Acesso em: 1º mar. 2018.

FREITAS, Cinthia; RIBEIRO, Germano. Cerca de 40 refugiados venezuelanos vivem em situação precária em Fortaleza, denuncia OAB. **G1**, Fortaleza, 25 maio 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/05/22/cerca-de-40-refugiados-venezuelanos-vivem-em-situacao-precaria-em-fortaleza-denuncia-oab.ghtml. Acesso em: 24 out. 2019.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. Uma ponte para o futuro. São Paulo, 29 nov. 2015. Disponível em: https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/uma-ponte-para-o-futuro.pdf. Acesso em: 9 abr. 2019.

G1. Barracas com pessoas em situação de rua são incendiadas durante a madrugada em Mogi. **G1**, Mogi das Cruzes e Suzano. 9 abr. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2020/04/09/barracas-com-pessoas-em-situacao-de-rua-sao-incendiadas-durante-a-madrugada-em-mogi.ghtml. Acesso em: 12 abr. 2020.

G1. Fortaleza é a 5ª capital do país e a 1ª do Nordeste em número de visitantes internacionais, diz Anac. **G1**, Fortaleza, 5 jun. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/06/05/fortaleza-e-a-5a-capital-do-pais-e-a-1a-do-nordeste-em-numero-de-visitantes-internacionais-diz-a. Acesso em: 30 abr. 2020.

G1. Fortaleza é a sétima cidade mais violenta do mundo, diz ONG do México. **G1**, Fortaleza, 3 mar. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/fortaleza-e-a-setima-cidade-mais-violenta-do-mundo-diz-ong-do-mexico.ghtml. Acesso em: 2 abr. 2018.

G1. Fortaleza tem 9º maior PIB do Brasil e o maior do Nordeste, diz IBGE. **G1**, Fortaleza, 12 dez. 2012. Disponível em: http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/12/fortaleza-tem-9-maior-pib-do-brasil-e-o-maior-do-nordeste-diz-ibge.html. Acesso em: 29 ago. 2017.

G1. População de rua do Rio triplica em três anos e faltam vagas em abrigo. **G1**, Rio de Janeiro, 16 jan. 2017. Disponível em: http://cbn.globoradio.globo.com/rio-de-janeiro/2017/01/16/populacao-de-rua-do-rio-triplica-em-tres-anos-e-faltam-vagas-em-abrigos.htm. Acesso em: 28 fev. 2018.

GIL, Gilberto *et al.* A novidade. Intérprete: Gilberto Gil. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1994. Faixa 1.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIME, Francis; BUARQUE, Chico. Vai passar. Intérprete: Chico Buarque. In: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque**. Rio de Janeiro: Polygram, 1984. Faixa 10.

HOFBAUER, Andreas. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX: bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 1, n. 42, p. 63-110, 2003.

HOLANDA, Chico B. **Apesar de você**. 1970. Disponível em: https://www.letras.mus.br/chico-buarque/7582/. Acesso em: 19 dez. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

IBGE. **Censo Demográfico de 1950**. IBGE, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_ce.pdfacesso. Acesso em: 10 nov. 2020.

IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6. Acesso em: 30 abr. 2019.

IBGE. **Diagnóstico Intersetorial Municipal sobre o Trabalho Infantil construído com dados do Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: http://www.bsb.ilo.org/dimbr/estados?uf=ce. Acesso em: 7 maio 2020.

IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

IBGE. **Estatísticas sociais**. Em 2018, mulher recebia 79,5% do rendimento do homem. 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br. Acesso em: 30 jun. 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf Acesso em: 9 maio 2020.

IBGE. **Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979-2015.

IBIAPINA, Wilson. Cearense anônimo, mas nem tanto. **Casa do Ceará em Brasília**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.casadoceara.org.br/?arquivo=pages/blog/perfil_wilson/e0609A.php. Acesso em: 20 out. 2020.

INSTITUTO LULA. Agronegócio nos governos Lula e Dilma multiplicam por cinco a oferta de crédito e o agronegócio bate recordes sucessivos. **Instituto Lula**, São

Bernardo do Campo. Disponível em: http://www.brasildamudanca.com.br/agronegocio/agronegocio. Acesso em: 14 ago. 2018.
IPEA. **Atlas da Violência dos Municípios Brasileiros 2019**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-dos-municipios-brasileiros-2019. Acesso em: 3 jan. 2020.

IPECE. **Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza**. Disponível em: mapas.ipece.ce.gov.br. Acesso em: 28 mar. 2015.

IPECE. **Participação do PIB cearense sobre o PIB brasileiro chega a maior nível desde 1965**. Ceará: Ipece, 2 set. 2013.

IPECE. **PIB dos municípios cearenses – 2016**. Ceará: IPECE, 2018. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/12/ipece_informe_142_17_dez2018.pdf. Acesso em: 26 dez. 2019.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, Edson Roberto de. Bamo Sambá. **Revista Histórica**, São Paulo, v. 40, p. 1-10, 2010.

JUSTO, José Sterza. **Vidas errantes**: políticas de mobilidade e experiência de tempo-espaço. Londrina: UEL, 2012.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MACADAR, Beky Morón de. A crise do capitalismo mundial. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 2/3, n. 4, p. 47-66, 1984.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, 2018.

MAGRIZAN, Augusto. **Realidade urbana**. Disponível em: https://www.letras.mus.br/banda-salvacao/realidade-urbana/. Acesso em: 9 nov. 2020.

MAIA, Fernando. Ciganos no Ceará: marcas da exclusão. **Diário do Nordeste**, Fortaleza. 18 nov. 2018. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/online/ciganos-no-ceara-marcas-da-exclusao-1.2026323. Acesso em: 24 out. 2019.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 265-286, 2018.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. São Paulo: Unicamp, 1990.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARACANAÚ. **Relatório de Gestão**. Maracanaú: Secretaria de Assistência Social e Cidadania, 2018.

MARICATO, Ermínia. A questão urbana, estúpido!. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* (org.). **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013a. p. 19-34.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013b.

MARICATO, Ermínia. **Favelas**: um universo gigantesco e desconhecido. São Paulo: FAU-USP, 2001. Disponível em: fhttp://fau.usp.br/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/ maricato_favelas.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.

MARICATO, Ermínia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. **Revista VeraCidade**, Salvador, v. 4, n. 4, p. 1-25, 2009.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 17, p. 1-17, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras,1999.

MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl Heinrich. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl Heinrich. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIOTO, Regina Célia. Família, Trabalho com Famílias e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, 2010.

MORENO, Sayonara. Salvador tem 22 mil pessoas em situação de rua, aponta levantamento. **Agência Brasil**, Salvador, 10 mar. 2017. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-03/salvador-tem-22-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-aponta-levantamento. Acesso em: 10 out. 2020.

MONTENEGRO, David Moreno. **Fios invisíveis da esfoliação**: trabalhadores do lixo e os limites da precariedade do trabalho. Fortaleza: Expressão, 2017.

NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. **Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia**: algumas limitações práticas do Auxílio Emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar e política socioassistencial. Brasília, DF: IPEA, 2020.

NEGÃO. Intérprete: Chico César e Lazzo Matumbi. Compositores: Chico César. *In*: Estação de Poesia. Intérprete: Chico César. São Paulo: Pommelo, 2015.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**: direitos sociais e competência profissional. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-131, 2001.

NITAHARA, Akemi. Negros são maioria entre desocupados e trabalhadores informais no país. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/negros-sao-maioria-entre-desocupados-e-trabalhadores-informais-no-pais. Acesso em: 20 out. 2020.

NÓBREGA, Jacqueline. Os campos de concentração no Ceará. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 2017.

O POVO. Ceará é o estado brasileiro com maior aumento no número de turistas europeus. **O Povo**, Fortaleza, 6 jun. 2019. Disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/06/06/ceara-e-o-estado-brasileiro-com-maior-aumento-no-numero-de-turistas-europeus.html. Acesso em: 16 abr. 2020.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. O processo de modernização de Fortaleza. *In*: SEMANA DE HISTÓRIA DA FECLESC, 13., 2013, Fortaleza. **Anais**... Fortaleza: UECE, 2013. p. 2-16.

PEQUENA Memória Para um Tempo sem Memória. Intérprete: Luiz Junior Gonzaga do Nascimento. Compositor: Luiz Junior Gonzaga do Nascimento. *In*: De Volta ao Começo. Compositor e intérprete: Gonzaguinha. [S. l.]: EMI-Odeon, 1980.

PEREIRA, Potyara. Políticas de satisfação de necessidades no contexto brasileiro. *In*: PEREIRA, Potyara (org.). **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 125-180.

PINTO, Régia Maria Prado. **Fenômeno população em situação de rua à luz da questão social**: percursos, vivências e estratégias em Maracanaú/CE. 2015. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Universidade do Estado do Ceará, Fortaleza, 2015.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2012**: caracterização do território. 2012. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/ceara. Acesso em: 12 abr. 2020.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. 2013. Disponível em: http:// www.pnud.org.br/idh/atlas2013.aspx?indiceaccordion=1&li=li_atlas2013. Acesso em: 23 abr. 2018.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 9 jun. 2020.

POCHMANN, Márcio. Geoeconomia do emprego no Nordeste brasileiro. *In*: MACAMBIRA, Júnior; DOS SANTOS, Sandra Maria (org.). **Brasil e Nordeste**: ocupação, desemprego e desigualdade. Brasil: Banco do Nordeste, 2007. p. 65-105.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 40. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

QUEIROZ, Maria Cristina Nobre. **Modernização do atraso**: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da era Tasso. 2008. 324 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. São Paulo: Record, 2005.

RANIERI, Jesus. Apresentação: sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. *In*: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010. Apresentação.

RIO, João. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

RIOS, Kenia Sousa. **Campo de concentração no Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

ROLNIK, Rachel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SAGI. Relatórios de Informações Sociais. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.ph. Acesso em: 30 abr. 2020.

SALVADOR, Evilásio. Crise do capital e o socorro do fundo público. *In*: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 35-63.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
SANTOS, Silvana Mara de Morais dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, 2010.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUSA, Fernando José Pires de. Transformações políticas e institucionais no Ceará: repercussões nas finanças públicas do Estado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 4, p. 602-621, 2007.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. *In*: RAMALHO, Jether Pereira; ARROGELLAS, Maria Helena (org.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; Petrópolis: Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade, 2004. p. 77-116.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas: Alínea, 2004.

TOPOGRAFIA de um desnudo. Direção: Teresa Aguiar. Produção: Tao Produções Artísticas Ltda. Roteiro: Ariane Porto. Fotografia de Carlos Ebert. São Paulo: Europa Filmes, 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kytjynfv0ge. Acesso em: 2 mar. 2020.

TRINDADE, Solano**. Cantares ao meu povo.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

WACQUANT, Loïc. Ethnografeast: a progress report on the practice and promise of ethnography. **Ethnography**, v. 4, n. 1, p. 1-10, 2003.

APÊNDICE A – Vidas das(nas) ruas

Figura 8 – Somos o que para a sociedade?[103]

Fonte: A AUTORA, 2020.

> *No Brasil, poucos têm direito. Queremos nossos direitos. Emprego, moradia, alimentação* (ANA BILHAR, 2019).

[103] Relato de Ana Bilhar (2019).

Figura 9 – Na rua, ninguém dorme

Fonte: A AUTORA, 2020.

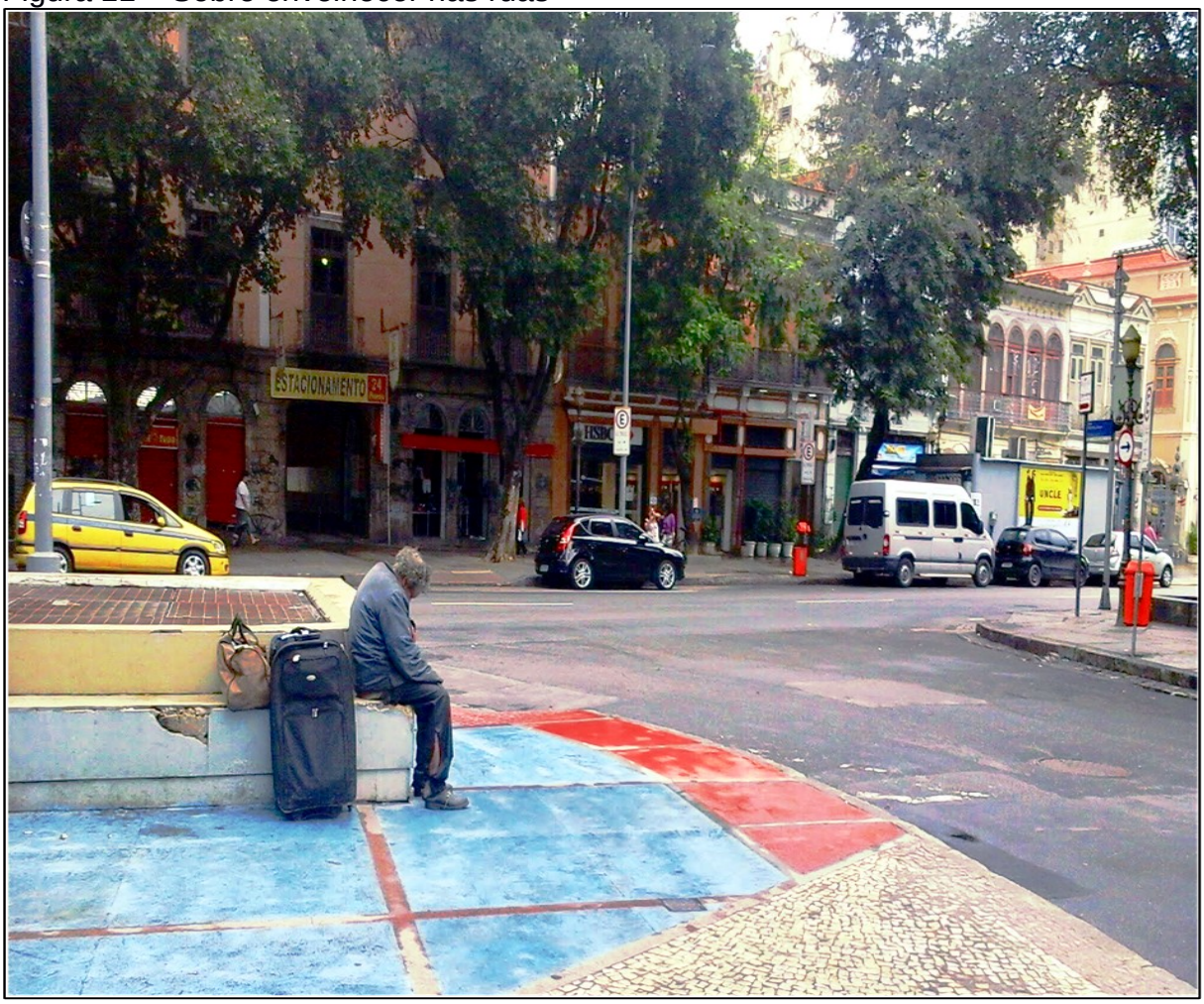
> *À noite, tu não dorme; cochila. Pega um papelão e cochila. Tem a chuva, muitos problemas: passar um carro e matar a gente. A gente chama do 'carro preto' da noite. O morador de rua, quando vê um carro preto, já fica assustado. Já teve um carro que passou atirando. Já vi um incêndio com o morador de rua na Parangaba; foi morto. É muita discriminação* (TIGIPIÓ, 2019).

Figura 10 – O lixo e os direitos: é possível?

Fonte: A AUTORA, 2020.

> *Nos sete primeiros dias nas ruas eu comia do lixo. Quando eu cheguei nas ruas, eu não sabia dos equipamentos, das doações. Eu ficava nas praias durante o dia, eu tinha vergonha de vir para a praça e alguém me reconhecer. E à noite eu saía catando no lixo comida para comer. Passei sete dias me alimentando do lixo. Hoje em dia, sou educador social [...]* (FILGUEIRAS LIMA, 2019).

Figura 11 – Sobre envelhecer nas ruas



Fonte: A AUTORA, 2020.

> *Estou há oito anos nas ruas. Trabalhei na Esmaltec em Maracanaú; fui supervisor de montagem. Trabalhei também em uma empresa terceirizada que faliu; era uma lavandeira. Quando ficamos desempregados, é difícil voltar a trabalhar de carteira assinada. A rua acaba sendo a única opção. Não é uma escolha própria. As pessoas pensam que é uma escolha. O preconceito é notável na sociedade. E penso que estou envelhecendo. É muito complicado* (PINTO, DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

***

> *Temos que prestar atenção. A população em situação de rua também envelhece. Envelhecemos mais rápido* (LAURO MAIA, 2019).

APÊNDICE B – Termos de consentimentos

TERMO DE LIVRE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO DOS/AS USUÁRIOS/AS – CENTRO POP

Convidamos o/a senhor/a para participar de forma voluntária da pesquisa **Trabalho e população em situação de rua: uma análise à luz da questão social no Ceará**, sob a responsabilidade da pesquisadora Régia Maria Prado Pinto e da professora doutora Valéria Lucília Forti (pesquisadora-orientadora). Sua participação não é obrigatória. O presente trabalho tem o objetivo de analisar as configurações do trabalho da população em situação de rua no contexto das transformações do trabalho, sendo o desemprego e o trabalho precarizado os principais determinantes para que homens e mulheres tenham as ruas como espaços de moradia e sustento. A pesquisa será realizada apenas com adultos em situação de rua, acima de 18 anos, de ambos os sexos, que utilizam os serviços ofertados pela instituição pública Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop). A entrevista será feita de forma individual, com um roteiro que lhe será previamente apresentado, e acontecerá em uma sala do Centro Pop, sendo gravada e tendo previsão de duração de vinte a, no máximo, trinta minutos. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo e as informações serão utilizadas somente para fins de pesquisa, garantindo o anonimato dos/as entrevistados/as. Não será revelada nenhuma imagem sem a sua prévia autorização. Assim, reafirmamos o compromisso com os preceitos éticos inscritos na Resolução nº 466/2012, respeitando o sigilo absoluto do anonimato e autonomia de cada entrevistado/a. Em caso de surgimento de constrangimento e/ou desconforto durante a entrevista, a pesquisadora possui pleno compromisso em minimizá-los, sem prejuízos de qualquer ordem para os/as sujeitos envolvidos na pesquisa. Caso deseje, o/a senhor/a poderá solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo, inclusive, interromper a sua participação a qualquer momento sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. O/A entrevistado/a poderá entrar em contato com a pesquisadora Régia Maria Prado Pinto pelo telefone (85) 99988-6172 e pelo *e-mail* regiapradop@gmail.com e com o Comitê de Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), localizado à rua São Francisco Xavier, número 524, bloco D, sala 9.002, Pavilhão João Lyra Filho, Maracanã, Rio de Janeiro, CEP 20550-013, *e-mail* fss.capes@gmail.com, telefone (21) 2334-0299, ramais 228, secretaria 217, atendimento de terça a sexta-feira, das 14 horas às 19 horas, caso seja necessário.

Este termo foi elaborado em duas vias, sendo uma entregue ao/à participante da pesquisa e a outra fica no arquivo da pesquisadora.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e que concordo em participar.

Data da entrevista: _____/_____/_____

_____

Assinatura do/a entrevistado/a

_____

Assinatura da pesquisadora

TERMO DE LIVRE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO DOS/AS USUÁRIOS/AS – CENTRO POP

O/A senhor/a está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa com o título **Trabalho e população em situação de rua: uma análise à luz da questão social**, conduzida pela pesquisadora Régia Maria Prado Pinto. Este estudo tem por objetivo pesquisar as principais formas de trabalho, ocupação e acesso à renda de homens e mulheres adultos/as em situação de rua.

Nesse sentido, segue um roteiro de perguntas sobre o trabalho do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) no tocante às ações voltadas para o acesso ao trabalho, geração de emprego e renda junto aos/às usuários/as. Sua participação não é obrigatória. Caso a entrevista lhe cause algum desconforto ou emoção indesejada, tendo em vista a possibilidade de momentos da sua vida, o/a senhor/a poderá interromper a sua participação a qualquer e retirar seu consentimento sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não lhe acarretará prejuízos. Além disso, a pesquisadora tomará todo cuidado e cautela para se limitar às questões referentes ao objetivo da pesquisa, evitando lhe causar algum desconforto.

Sua participação nesta pesquisa se dará por meio de uma entrevista de forma individual e escrita, com um roteiro previamente apresentado ao/à senhor/a, a qual poderá ser também presencial. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados de modo individual, visando assegurar o sigilo de sua participação durante todas as fases da pesquisa. Após a conclusão da pesquisa, a pesquisadora realizará o repasse dos resultados através de uma reunião exclusiva para este fim, com o/a senhor/a e outros/as participantes no Centro Pop, respeitando o sigilo da identificação.

Caso o/a senhor/a concorde em participar desta pesquisa, assine este documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua e a outra, da pesquisadora responsável pela pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional da pesquisadora responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa, onde o/a senhor/a poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele agora ou a qualquer momento, bem como terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado: o/a senhor/a poderá entrar em contato com a pesquisadora Régia Maria Prado Pinto, pelo telefone (85) 99988-6172 e pelo *e-mail* regiapradop@gmail.com e com o Comitê de Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), localizado à rua São Francisco Xavier, número 524, bloco D, sala 9.002, Pavilhão João Lyra Filho, Maracanã, Rio de Janeiro, CEP 20550-013, *e-mail* fss.capes@gmail.com, telefone (21) 2334-0299, ramais 228, secretaria 217, atendimento de terça a sexta-feira, das 14 horas às 19 horas, caso seja necessário.

Caso o/a senhor/a tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: rua São Francisco Xavier, número 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, Maracanã, Rio de Janeiro, (21) 2334-2180 e *e-mail* etica@uerj.br.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do/a entrevistado/a

_____

Assinatura da pesquisadora